

# Souto da Carpalhosa

Oito Séculos de História





## FICHA TÉCNICA

### TÍTULO

Souto da Carpalhosa – Oito séculos de História

### COORDENAÇÃO CIENTÍFICA

Saul António Gomes

### COORDENAÇÃO EDITORIAL

Ângela Duarte

### AUTORES

António Ginja

José Baptista

José Carlos Marques

Maria da Luz Moreira

Mónica Ginja

Orlando Cardoso

Ricardo Vieira

Saul António Gomes

Tânia Silva

### FOTO DE CAPA

Souto da Carpalhosa, 2013. Autor: Pe. José Baptista

### FOTOS DAS GUARDAS

Souto da Carpalhosa, anos 50. Fonte: Paróquia do Souto da Carpalhosa

Mapa da área do Souto da Carpalhosa. Fonte: Google maps, 2013

### EDIÇÃO

Junta de Freguesia de Souto da Carpalhosa

Lg. Ss. Salvador, n.º 448 | 2425-552 Souto da Carpalhosa

Tel. 244 613 198 | Fax 244 613 751 | [freguesia.soutodacarpalhosa@gmail.com](mailto:freguesia.soutodacarpalhosa@gmail.com)

Jorlis - Edições e Publicações, Lda

Parque Movicortes,

2404-006 Azoia - Leiria

### IMPRESSÃO

Palma, Artes Gráficas, Lda

### DEPÓSITO LEGAL

364194/13

### ISBN

[...]

# Souto da Carpalhosa

## Oito Séculos de História

Leiria, 2013





# Palavras de abertura





# PALAVRAS DE ABERTURA

É com grande regozijo que na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Leiria dou o meu testemunho nesta monografia de Souto da Carpalhosa, que perpetua o berço e o registo das raízes desta comunidade.

Esta feliz ideia da Junta de Freguesia, que pretende deste modo comemorar os seus 800 anos, atesta a importância do poder local na defesa da sua identidade.

Esta freguesia que pertenceu ao Bispado de Coimbra e que teve como cura o Cónego Estevão de Santa Cruz, revela uma comunidade que ao longo dos tempos ganhou uma dinâmica populacional, que resultou na criação de novas freguesias.

Souto da Carpalhosa afirmou-se no plano produtivo e criou a sua rede associativa, no plano social, desportivo e recreativo, dando resposta aos anseios da sua população.

Esta monografia é uma importante herança legada às futuras gerações, dignificando a sua história, e valorizando o seu património material e imaterial.

Parabéns à Junta de Freguesia e a todos os habitantes de Souto da Carpalhosa!

**Presidente da Câmara Municipal de Leiria**

**Raul Castro**





## UM LEGADO PARA AS GERAÇÕES VINDOURAS

As referências ao Souto da Carpalhosa surgem nos anais da história poucos anos após a fundação da nação portuguesa. Pode mesmo referir-se, com algum rigor, que o povoado do Souto existe há mais de 800 anos, como algumas obras de referência histórica indicam e como se poderá constatar ao folhear as páginas desta obra.

Era um desejo antigo do povo do Souto da Carpalhosa reunir em livro a sua história, deixando, assim, um legado das suas raízes à geração presente e às vindouras. Só com um conhecimento aprofundado das nossas origens e da evolução que o Souto foi tendo ao longo do seu percurso enquanto comunidade, é que podemos, de forma mais clara, compreender o presente e cimentar ideias de desenvolvimento futuro mais assertivas.

Hoje, o Souto da Carpalhosa estende-se sobre uma superfície de cerca de 30km<sup>2</sup>, e segundo o último recenseamento populacional, em 2011, residiam na freguesia 3.863 pessoas.

Importa recordar que, ao longo da história, a delimitação da freguesia foi sofrendo várias mutações – está ainda presente na memória de muitos a desagregação da freguesia da Ortigosa, em 1962, e a da Carreira, em 1989 – e foram muitas as oscilações populacionais, a maioria das quais, fruto de fluxos migratórios.

Em 2012 esta terra viu e viveu, através de inúmeras iniciativas e eventos, um ano intensivo de comemorações associadas aos seus oito séculos de história. Foi também no âmbito destas comemorações que se colocou em marcha uma ideia há muito para sair da gaveta. Apresenta-se agora o fruto desse trabalho, através de uma obra que contempla várias componentes, nomeadamente: arqueológica, histórica (desde as origens medievais aos dias de hoje), etnográfica e paroquial.

Fica a obra para que se perpetue e jamais se perca a memória da história do Souto da Carpalhosa.

Fica, de igual modo, a certeza de que estamos perante um trabalho sério, resultado da capacidade e rigor dos autores que, ao longo de mais de um ano, se debruçaram dedicadamente sobre a história das nossas gentes. Para garantir o rigor desta publicação, lançámos o desafio ao Sr. Prof. Doutor Saul António Gomes, que desde o início abraçou a ideia, enquanto coordenador científico. Pelo seu profissionalismo e disponibilidade fica um especial agradecimento. Aos demais autores, Dr. António Ginja, Pe. José Baptista, Prof. Doutor José Carlos Marques, Dr.ª Maria da Luz Moreira, Dr.ª Mónica Ginja, Dr. Orlando Cardoso, Prof. Doutor Ricardo Vieira e Dr.ª Tânia Silva, a freguesia fica profundamente grata pelo esforço, profissionalismo e empenho que dedicaram a esta publicação.

Por fim, mas não em último, em meu nome e dos meus colegas que compõem o Executivo da Junta de Freguesia, o secretário, Guilherme Domingues, e a tesoureira, Eulália Crespo, um especial agradecimento a todos os soutenses, verdadeiros protagonistas da obra que hoje se apresenta, e um abraço de parabéns pela história construída ao longo de oito séculos.

Souto da Carpalhosa, 22 de setembro de 2013.

**O Presidente de Junta de Freguesia,  
José Carlos Morgado Lopes Gomes**



## O PASSADO NO PRESENTE

São simplesmente umas luzes que ajudam a compreender como viveram, o que fizeram e foram, os que nos precederam no tempo, vivendo no mesmo espaço, que é esta freguesia do Souto da Carpalhosa. Andámos, literalmente, a desenterrar o passado, buscando sinais que, no presente que vivemos, nos dissessem como foi que há tantos anos se construiu a comunidade que perdura em nossos dias.

Abrimos a boca de espanto, arregalámos os olhos diante de cada pedaço de história que deslindámos em sepulturas e livros centenares e sorrimos, ou rimos mesmo, diante da simplicidade e beleza de factos de outrora que hoje nos encantam os sentidos. Transformadas que estão nossas mentes e pensares levam-nos a julgar desusadas e desprovidas de sentido e razão de ser tantas coisas que então eram comuns, naturais e mesmos banais.

Trazer à luz do dia do hoje a vida do passado, tem sentido se para compreendermos os outros, e as nós mesmos, servir, porque são essas raízes distantes que alimentam a vida que somos. Não foi o simples acaso que nos conduziu ao ponto a que conseguimos chegar. Um fio condutor nos guiou até aqui e a ele, no meio de muitos emaranhados, se vão agarrar aqueles que depois de nós continuarem a trilhar os caminhos e a desbravar o tempo construindo a história.

Falarão e rirão de nós, mas dirão também que em muito se alterou, com atitudes e decisões, o evoluir natural das coisas. Ver-se-ão perdidos, não como nós agora por não sabermos bem onde ir buscar informação suficiente para perceber o ser das coisas, mas porque estarão atolados e esmagados por tanta informação gerada, que perderão a facilidade de saber como começar, que deixar para trás, ou mesmo que apagar. Os que viveram no passado, sobretudo aqueles que o fizeram em espaços rurais ou de confins de grandes cidades, simplesmente procuraram viver construindo laços que unissem vidas. Nós deixamos muita história feita, mas assente em relações virtuais que provocam um choque no caminhar natural da humanidade. Não queria pensar que no futuro não se terá o mesmo gosto em rebuscar livros e ler relatos encantadores de vida passadas.

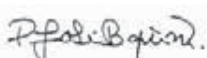
A história de uma terra, um lugar ou uma freguesia, não se faz no singular. É fruto de uma relação dialógica entre os novos e velhos, os mestres e os iletrados, o religioso e o profano, o espaço e o tempo, o passado e o presente. No “todos” que fazem o tudo da história tem lugar, que não pode ser por outros ocupado, o quase nada de cada um. Sim, uma palavra que se diz e um sorriso que se dá fazem história, como a fazem a palavra que, devendo sê-lo, não é pronunciada, ou a expressão de rancor que no rosto é estampada. A história é cada um, de cada um e em função de todos.

O que nas páginas seguintes se guarda e mostra é um olhar de hoje sobre o ontem de cerca de 800 anos para nos fazer pensar no amanhã que seremos nas pessoas dos que nos seguirem.

O que fica por trazer à luz do dia será mais, muito mais, que o que se diz agora. Queira Deus que não deixem de aparecer os curiosos ou especialistas que continuem a dar corpo ao que já começou a ser feito, num esforço de cooperação permanente entre todos os que são “donos” das fontes que existem.

**Pároco do Souto da Carpalhosa**

**Pe. José Baptista**



## SOUTO DA CARPALHOSA UM OLHAR DOS NOSSOS DIAS



(Em cima): Dia de festa nos anos 30, com família Palhas e José Gaspar

(Em baixo): Dia de festa nos anos 30, com Maria da Cruz, Maria Lancha Gaspar, Luiz Caetano e outros (família Gaspar)”

As povoações da beira do rio, apesar da sua curta bacia hidrográfica centrada na planura do rio, continuam a atribuir-lhe uma dimensão que este, na realidade, não possui. De facto, não é pouco usual chamar “Rio Grande” ao rio Lis.

Francisco Rodrigues Lobo descreveu as belezas encantadas das águas de que falamos, num tempo em que estas cantavam de penedo em penedo, límpidas e frescas, coisas que os dias recentes viram afundar, dilacerando as nossas ninfas encantadas, as “líseias”, que o nosso poeta tanto admirava, para não dizer que as amava, sentado mergulhando os pés quebrados pelo calor. “Fermoso rio Liz, que entre arvoredos/ides detendo as águas vagarosas”. O rio, aquele que marca decisivamente o nosso território, a nossa alma e o que somos, está ali desde os nossos mais antigos antepassados, moldando-nos o modo de vida, fornecendo continuamente meios para a sobrevivência do homem do vale do Lis, sejam objetos pacíficos ou bélicos, uma agulha de osso, um raspador ou um biface de sílex.

O rio é a alma das férteis terras de Ulmar. É o centro em volta do qual se foi instalando o povoamento, surgindo a maioria dos povoados do concelho de Leiria. A fixação das areias, obra notável a que está ligado o nome e a ação do rei D. Dinis que para se tornar “plantador das naus a haver”<sup>1</sup>, se instalou de armas e bagagens na nossa região, nomeadamente em Leiria e Monte Real, com episódicas e lendárias paragens em terras de Amor, a “terra com o nome mais lindo do mundo”<sup>2</sup>.

O Souto da Carpalhosa é a mais antiga freguesia das margens do Lis, tendo levado a cabo em 2012 um conjunto de atividades comemorativas dos seus 800 anos. Dela saíram ao longo dos derradeiros séculos diversas freguesias como Monte Redondo, Carreira e Ortigosa.

Sigamos, pois, o trajeto dos povos deste território que vai desde a bacia hidrográfica do rio até aos pequenos montes revestidos de pinhais que o limitam a norte

Casamento de Joaquim Moita (anos 30/40), com os noivos, o Pe. Geraldo e a família Palhas



<sup>1</sup> Fernando Pessoa.

<sup>2</sup> Afonso Lopes Vieira.

e a nascente, não esquecendo a rede de transportes, Linha do Oeste, com estação no Picoto e autoestrada com portagem nas Várzeas. Procuraremos pois, é o nosso encargo, seguir alguns dos caminhos que poderão ajudar a compreender a evolução da freguesia ao longo dos séculos XIX e XX, cujo estudo apresenta algumas lacunas a colmatar com a continuação deste trabalho de investigação em boa hora iniciado.

**Orlando Cardoso**



# APRESENTAÇÃO DA OBRA

## SOUTO DA CARPALHOSA, FREGUESIA OITO VEZES CENTENÁRIA...

Souto da Carpalhosa é uma das mais antigas freguesias do município e do bispado de Leiria. Sabemos que os primeiros moradores desta terra obtiveram o estatuto de freguesia religiosa por volta dos anos 1210-1211, comemorando-se, agora, na abertura do segundo decénio do Século XXI, os oitocentos anos desta terra. Na Época Moderna, S. Salvador do Souto era a primeira freguesia no espaço rural leiriense em número de fiéis, razão por que foi elevada, então, a sede de vigararia. O seu crescimento populacional levou a que os bispos de Leiria desmembrassem parcelas do seu território para erigirem novas paróquias. E só as Invasões Francesas, entre 1808 e 1811, com as suas consequências nefastas sobre a vida das populações de toda a região da Alta Estremadura, viriam a cercear o peso populacional dos soutenses, os quais tinham constituído, até então, como se demonstra nos estudos que aqui se publicam, a primeira freguesia da diocese depois das paróquias urbanas da Sé e de Santiago do Arrabalde.

Depois das Invasões Napoleónicas, e ao longo das últimas duas centúrias, o Souto da Carpalhosa conheceu uma evolução demográfica menos progressiva do que até então, atravessada por vagas de emigração prolongadas no tempo e no espaço, para além de momentos de epidemias, como a Pneumónica, que foram causa de perdas populacionais relevantes. Os ciclos emigratórios, sobretudo estes, podem justificar a agudização do envelhecimento social neste território e a perda de camadas sociais intermédias e jovens cuja ausência pode justificar o esvaziamento do peso administrativo e até de capacidade de iniciativa política, realidade que o Souto da Carpalhosa conheceu principalmente em Novecentos e que só nos últimos decénios tem vindo a contrariar. Surgiram, assim, depois de 1950, novas freguesias civis e paróquias religiosas que, a vários títulos, mitigaram o território da antiquíssima circunscrição administrativa polarizando, essas novas sedes de gestão autárquica, unidades de desenvolvimento económico e de crescimento populacional concorrenciais ao Souto da Carpalhosa.

Vivem-se, no Portugal de 2013, tempos de reforma administrativa que passam pela extinção de freguesias e por uma consequente reorganização dos lastros territoriais das mesmas. Muitas freguesias encontraram, nesta reforma administrativa, a motivação para o exercício da descoberta e da valorização da sua história, garante primeiro da identidade de cada qual e primeira razão legitimadora do tempo presente.

Até à República, as freguesias eclesiásticas foram as principais unidades organizacionais da vida das populações. Distinguiam-se delas, todavia, as vintenas, circunscrições civis de agregados de cerca de 20 fogos, sensivelmente, com os seus juizes vintaneiros. Em 1835, as reformas administrativas do poder local em Portugal levaram à criação dos distritos, como sucedeu com Leiria, capital de comarca já desde os tempos tardo-medievais, e à equiparação das freguesias religiosas a julgados paroquiais com funções civis embora presididos geralmente pelos respetivos párocos. Foi a freguesia eclesiástica que esteve na origem da divisão paroquial oitocentista e, depois de 1910, do estabelecimento formal e legal das freguesias civis republicanas lideradas por um regedor ou presidente.

Comemorar a história da freguesia do Souto da Carpalhosa, oito vezes centenária, é, neste contexto, valorizar um património nominal duplo posto que indiviso. Um património afirmado pela identidade da "pequena pátria" das gentes soutenses, identidade essa que se aprofunda e renova desde há oito centenas de anos e nos é transmitida, enquanto memória viva, pela sucessão genealógica dos seus habitantes, daqueles que o são por direito de nascimento e de herança dos seus antepassados e daqueles que, não tendo nascido nesta freguesia, todavia, nela vivem e a adotaram como lugar verdadeiramente seu. Esta identidade soutense manifesta-se, primeiramente, numa História comum que é congregadora, assim como no usufruto de um espaço, de uma terra, ecúmena de vidas dentro da qual se experienciam sentimentos e afetos e se teceu a composição de uma paisagem rural em que se afirmaram povoações e lugares em que os monumentos principais são religiosos pontificando, entre todos, o vulto cimeiro da velha igreja matriz de S. Salvador do Souto.

Muitas freguesias de Leiria contam já com uma ou mais monografias de características históricas. Isso sucede, por exemplo, com Leiria, Marrazes, Boavista, Parceiros, Colmeias, Milagres, Vermoil, Espite, Olival, Marinha Grande, Vieira de Leiria, Monte Real, Monte Redondo, Carvide, Cortes ou Barreira, entre outras localidades lembradas por historiadores e eruditos que se têm dedicado, de forma desigual, aliás, ao estudo da memória genealógica dessas terras e das muitas expressões materiais do respetivo património cultural, artístico e arqueológico. Neste quadro, impunha-se a composição de uma monografia dedicada ao Souto da Carpalhosa, como escrevemos, uma das mais antigas freguesias do termo de Leiria e aquela que chegou a ser, nos séculos de antanho, a primeira unidade eclesiástica, em termos populacionais, no espaço rural do bispado leiriense.

A monografia que ora se publica procurou conciliar, numa investigação competente e informada sobre o passado e a identidade cultural dos soutenses, diversas perspetivas de abordagem. Privilegiou-se a arqueologia, a história, a etnografia e, porque nuclear na realidade desta freguesia plurissecular, os quadros vivenciais do mundo religioso. Alguns dos autores dos textos, pertencentes a várias gerações etárias, são naturais desta terra, conhecendo-a verdadeiramente por dentro; outros não têm essa particularidade, mas une-os o lastro de serem naturais da região leiriense e de todos eles, finalmente, terem já uma larga experiência profissional enquanto investigadores das temáticas tocantes ao passado e à mundividência cultural das "nossas" gentes.

Apresenta um texto sobre a arqueologia do Souto e a evolução da sua paisagem, da autoria de Mónica Ginja e de António Ginja, o qual traz informações inéditas e relevantes, não só do ponto de vista estritamente local como, ainda, em termos de informação apurada para o conhecimento mais geral de toda a região de Leiria, sobre o passado deste lugar e de outros seus circunvizinhos. Segue-se o meu texto, dedicado ao Souto em tempos medievais e modernos, no qual procuro elucidar, de forma sintética mas sempre documental, as linhas dominantes da evolução histórica geral da freguesia e as suas singularidades no quadro regional. Oferecem-se, depois, dois textos relativos ao período histórico contemporâneo, um deles, leitura enquadrante e geral, de Orlando Cardoso, e o outro, mais extenso, inteiramente focado no levantamento dos temas e dos problemas que afetaram a vida das gentes do Souto, ob-

servados do ponto de vista do arquivo da Junta de Freguesia, nos séculos XIX e XX, texto este assinado por Maria da Luz Moreira.

Segue-se-lhe um longo capítulo, da autoria de José Marques, Ricardo Vieira e Tânia Silva inteiramente dedicado ao estudo do património cultural e etnográfico desta comunidade, valorizando fontes materiais mas também orais e imateriais, cuja importância, enquanto expressão da "alma de um povo" cumpre sublinhar. Por fim, pedimos ao Pe. José Baptista a elucidação do passado paroquial mais recente, encontrando-se nas suas páginas a memória dos seus antepassados mais diretos, no ofício pastoral, à vivência dos sacramentos da Igreja pelos paroquianos e quadros alusivos ao património religioso artístico.

Por todo o livro se encontrarão quadros e imagens que ilustram gentes e paisagens do Souto de ontem e de agora. Muitas dessas imagens são fotografias de famílias e de pessoas em cujos rostos se espelham momentos maiores e festivos nas suas vidas. Vidas de outrora, já passadas, é certo, mas em que perdura, nesta memória (quase) fotográfica, o testemunho e a herança de pessoas conhecidas e recordadas de muitos, simples e laboriosas, de vidas difíceis, naqueles tempos, e que os soutes de hoje espreitam carregados de ternura e de muito afeto para com esses seus antepassados e para com esta sua terra verdejante outrora coberta de castanheiros, consagrados no seu nome, e de flores de verde pinho.

Uma monografia sobre um lugar ou uma freguesia, no Portugal da Alta Estremadura, nunca se substituirá à complexa e rica pluralidade de olhares, de dentro e de fora, que cada cidadão pode ter da sua "aldeia". Valoriza-se aqui uma leitura que, sem deixar de lado a investigação casuística, geralmente longa e extenuante para os seus autores, se oferece como de síntese, enunciando dados que procura compreender num quadro epistemológico focado na observação do Homem e/ou do Soutense no tempo e no espaço. Outros estudos, no futuro, poderão acrescentar, complementar ou mesmo obrigar a rever algumas das leituras que ora se apresentam. Todos sabemos que o discurso científico, seja historiográfico, etnológico ou sociológico, é sempre dinâmico e sujeito a correções e mudanças de paradigmas de abordagem.

A realização desta monografia implicou alguns outros ganhos que são importantes para a memória futura da terra e a valorização do seu património. As escavações arqueológicas levadas a cabo por António Ginja e Mónica Ginja são um desses fatores de ganho e que importava continuar futuramente. O espólio arqueológico encontrado enriquecerá um futuro núcleo museológico na freguesia. O outro ganho respeita ao património documental e arquivístico do Souto da Carpalhosa, uma grande parte do qual, como sucede com as atas da Junta de Freguesia, com o jornal paroquial O Souto e, anda, com alguns dos livros do arquivo da Paróquia, doravante digitalizado ou fotografado. Cumpre agradecer, aqui, às entidades que colaboraram neste processo com particular destaque para o Arquivo Distrital de Leiria, na pessoa da sua Diretora, Dr<sup>a</sup> Paula Cândido, ao Reverendo Pároco José Baptista e, ainda, ao Dr. António Ginja que procedeu à reprodução fotográfica de uma parte dos documentos existentes no cartório paroquial. Agradecemos ainda à divisão de Património da Diocese de Leiria-Fátima a cedência das imagens do património sacro do Souto da Carpalhosa, parte delas reproduzida nas páginas desta monografia.



Agradeço aos autores que tão generosamente aceitaram participar nesta composição que importava cerzir para dar ao Souto da Carpalhosa a sua primeira (grande) monografia. O seu valor científico é inegável e a sua concretização atesta o despertar da consciência cultural dos soutenses para a sua história e o seu rico património cultural. Quero elogiar, ainda, a dedicação exemplar e a competência vigilante que a Dr<sup>a</sup> Ângela Duarte colocou na gestão deste projeto editorial, assim como me cumpre enaltecer, em nome dos demais autores desta obra, a decisão dos atuais autarcas do Souto da Carpalhosa, em especial na pessoa do seu presidente, Senhor José Carlos Morgado Lopes Gomes, a sua decisão de tudo fazerem para dotar a sua freguesia de uma obra valorizadora da identidade local desta sua comunidade. Comunidade esta, como se pode observar pela leitura da presente monografia dotada de uma história oito vezes centenária, antiquíssima e fecunda, a qual se renova no presente, em todos os presentes temporais, para dar mais futuro a quantos, por nascimento ou por vida, são ou se sentem soutenses.

**Saul António Gomes**

# Souto da Carpalhosa nos séculos XIX e XX





# CONTRIBUTO PARA A HISTÓRIA DA JUNTA DE PARÓQUIA E DA JUNTA DE FREGUESIA DO SOUTO DA CARPALHOSA NOS SÉCULOS XIX E XX

Maria da Luz Moreira

Este capítulo pretende levá-lo a fazer um percurso histórico que lhe dará contributos para a História da Paróquia e da Freguesia do Souto da Carpalhosa, através da atividade da Junta de Paróquia e da Junta de Freguesia (como se denominou), nos séculos XIX e XX. Ficam ainda os protagonistas, nomeadamente os executivos que governaram estas instituições. Será um percurso com um conjunto alargado de indivíduos que fizeram parte da História da freguesia e de toda a sua área territorial (e das freguesias vizinhas, num território que se adaptou e continuará a adaptar às alterações das reformas administrativas do país). Deixa uma homenagem àqueles que contribuíram para a resolução dos anseios das populações e para o desenvolvimento do Souto da Carpalhosa e do território envolvente.

A informação foi retirada das atas da Junta de Paróquia e da Junta de Freguesia que registaram o quotidiano destes territórios. Acresce-se alguma informação de outras fontes, que julgámos importantes para contextualizar e/ou apoiar o Arquivo da Junta.



Torre da Igreja Paroquial. Foto da autora, 2013

## O SOUTO DA CARPALHOSA NO SÉCULO XIX

### EM BUSCA DE FRONTEIRAS

A reconstrução cartográfica do território, ao longo do século XIX, obriga à consulta de inúmeras fontes históricas, porque as fronteiras religiosas e civis não coincidiam e as reformas administrativas foram imensas.

Na passagem para o século XIX, ainda existia, ao nível mais próximo das populações, um governo espiritual do Pároco, na divisão territorial da Paróquia e um governo civil ou secular, do Juiz Vintaneiro, que governava a Vintena e se sujeitava, ora às justiças da Vila e Senado da Câmara, ora ao Juiz de Fora do Concelho. Os territórios não coincidiam e as paróquias têm-nos parecido mais extensas, ultrapassando amiúde, os territórios concelhios, ou seja, os termos. Os Juízes Vintaneiros de Leiria eram colocados pelas Justiças da cidade e a zona do Souto tinha vários Juízes de Vintena sujeitos ao governo da Câmara e ao Juiz de Fora de Leiria.

As vintenas da zona do Souto estão referidas nos livros de registo do pagamento do imposto da Décima e deixamos nota das Vintenas do Souto da Carpalhosa e da Carpalhosa, que tinham lugares pertencentes à Paróquia do Souto. Eram divisões autónomas e, a par destas, nas proximidades, existiam as vintenas da Sismaria, das Gândaras de Car-

vide, da Bajouca, de Rigueira de Pontes, de Ribadaves, da Moita da Roda e de Amor, que têm informação sobre lugares que, então, pertenciam à Paróquia.

Da Vintena do Souto da Carpalhosa, em 1801, faziam parte os seguintes lugares: Porto de S. Bento, Assanha, Chã de Baixo e Delgado, Chã de Cima, S. Miguel, Souto de Cima, Souto de Baixo, Feteira, Entre as Carreiras, Chedas e Penedo. Nesta vintena registaram-se os seguintes prédios urbanos, nos lugares referidos:

Ano	Lugar	N.º de casas	Ano	Lugar	N.º de casas
1801	Porto de S. Bento	8	1802	Porto de S. Bento	8
	Azenha / Assanha	7		Azenha / Assanha	7
	Chã de Baixo e Delgado	3		Chã de Baixo e Delgado	3
	Chã de Cima	22		Chã de Cima	22
	S. Miguel	31		S. Miguel	31
	Souto de Cima	5		Souto de Cima	5
	Souto de Baixo	7		Souto de Baixo	7
	Feteira	13		Feteira	13
	Entre as Carreiras	5		Entre as Carreiras	5
	Chedas	3		Chedas	3
	Penedo	6		Penedo	6

Da Vintena da Carpalhosa faziam parte os seguintes lugares: João da Rua, Marinha, Lavegadas, Moinhos, Casal Telheiro e Carpalhosa (no registo de 1801), mas João da Rua, Marinha, Lavegadas, Moinhos, Sargaçal, Casal Telheiro e Carpalhosa (no registo de 1802). Nesta vintena incluíram-se os seguintes prédios urbanos, nos lugares referidos:

Ano	Lugar	N.º de casas	Ano	Lugar	N.º de casas
1801	João da Rua	10	1802	João da Rua	10
	Marinha	8		Marinha	9
	Lavegadas	9		Lavegadas	9
	Moinhos	16		Moinhos	5
				Sargaçal	11
	Casal Telheiro	10		Casal Telheiro	10
	Carpalhosa	9		Carpalhosa	9

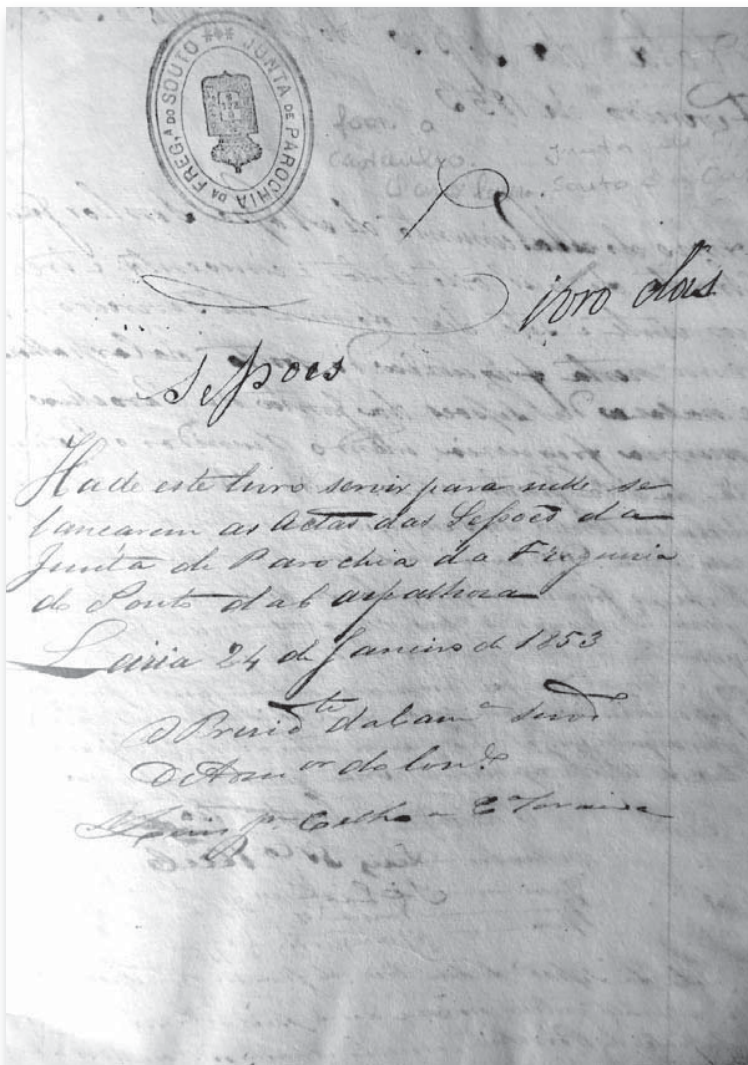
Se atendermos a outras valências, descobrimos outras fronteiras, como a referida na *Colecção Oficial de Legislação Portuguesa*, relativa a 1841, para a fixação dos distritos dos Juizes de Paz, O Julgado do Souto da Carpalhosa englobava as freguesias do Senhor dos Milagres, de Monte Real, de Rigueira de Pontes e do Souto da Carpalhosa. O escrivão era Joaquim Procópio de Almeida, o então escrivão de Regueira de Pontes.

Quanto à Paróquia, no ano de 1852, Frei Francisco dos Prazeres Maranhão, atribuiu-lhe 534 fogos e no *Diccionario Geographico abreviado das oito provincias dos reinos de Portugal e dos Algarves*, de José Marques, publicado em 1853, o Souto tinha uma cõngrua anual de 172\$000 reis.

## O QUOTIDIANO LAVRADO NAS ATAS DA JUNTA DO SÉCULO XIX

As atas da Junta de Paróquia do Souto da Carpalhosa, conhecidas, têm início no ano de 1853. O primeiro “Livro das sessões” foi aberto a 24 de janeiro de 1853 e destinava-se às atas da “Junta de Paróchia da Freguezia do Souto da Carpalhosa” cujas sessões decorriam na Casa/Sala das Sessões da mesma. Os diversos executivos que se foram sucedendo, a partir de 1853 e até à atualidade, podem ser acompanhados no quadro que se junta no final do capítulo.

Abertura do 1.º Livro  
de Atas da Junta de Paróquia.  
Fonte: Junta de Freguesia



### **JUNTA DE PARÓQUIA PREOCUPADA COM O DINHEIRO A JURO**

Num primeiro momento, os assuntos tratados diziam respeito à Fábrica da Igreja, aos seus bens e à igreja (edifício em si) que mostrou ser uma preocupação maior, mas surgiram outras preocupações relativas à instrução primária, à conservação de uma estrada e à possibilidade de um “arredondamento” das fronteiras da freguesia. Nas seis atas de 1853, começou por se tratar de assuntos relacionados com dívidas dos empréstimos feitos pela Paróquia. Queria clarificar-se e legalizar o empréstimo de dinheiro a juros, por parte da Paróquia – garantindo-se a passagem de escrituras que declarassem hipoteca e fiador. Entre as primeiras preocupações do executivo encontramos também a referência à urgência de “mandar pôr ferraje” nas portas da Igreja, para evitar algum roubo.

Os membros do executivo que foram referidos inicialmente viriam a mudar em data desconhecida, visto haver um hiato e as atas só se retomaram a 24 de dezembro de 1854, altura em que já outros indivíduos geriam a Junta de Paróquia.

A primeira sessão registada data de 27 de fevereiro de 1853 e estiveram presentes o Presidente, o Reverendo Pároco Luís Pedrosa Castanho dos Santos e os restantes membros da Junta de Paróquia, Luís Francisco Mindo, Domingos da Silva, Nuno de Vasconcellos Hasse e Joaquim Lopes. Esta não é, no entanto, a primeira sessão, pois as duas atas seguintes têm a data de 3 e de 13 de fevereiro e referem precisamente a ação que se seguiria, a 27 do mesmo mês.

A 3 de fevereiro deliberou-se solicitar a Joaquim Domingues que comparecesse na Junta a 27. A 13 deliberou-se avisar todos os devedores que tivessem dinheiro à razão de juro, sem ser por escritura, que comparecessem na mesma data, para declararem hipoteca e fiador e se passar escritura. A 27 discutiu-se sobre João Domingues, das Várzeas, devedor da quantia de 24.360 reis, desde que fora Procurador da dita igreja e deliberou-se que fosse intimado a pagar ou se obrigasse a escritura, para a igreja não perder o dinheiro. Em agosto voltou a discutir-se a dívida de Joaquim Domingues, a quem se solicitou que apresentasse a mesma e custas até ao final de setembro.

Foi em agosto que se verificou a preocupação com a conservação da estrada do concelho, no sítio da Carreira de Cima, que estava “enxuta” e deliberou-se que se fizesse representação ao Governo Civil.



Duas primeiras atas registadas.  
Fonte: Junta de Freguesia

Acta da Sessão do dia vinte e sete de  
Fevereiro de 1853

Após o encerramento de Vosso Sessão Jure  
Christo de mil oitocentos e cincoenta e três  
com vinte e sete dias do mez de Fevereiro do  
anno desta frequência do Souto da Carpalhosa  
e malhada da Sessão da Junta de Parochia da  
mesma frequência, tendo o hum dos o Presiden  
te da dita Junta o Reverendo Parochio Luis Pe  
drosa Castanheira dos Santos, em mais Membros Luis Tran  
cillo Mudo, Domingos da Silva, Nuno de Vas conellos  
Alape, e Joaquim Lopes, aki se deliberou que sendo fre  
quencia Domingos das Chagas de vitor diffença da  
quantidade de vinte e quatro mil trezentos e sessenta mil  
da de tempo que foi Procurador da dita fregia para que  
foi intimado para pagar os d. obreiros por escriptura  
para que a fregia não peca esta diuina e. Para con  
tar de labora supramente Acta que todos a signam -

O Presidente *Castanheira*  
Membro *Luis S. Mudo*  
Puni *J. L. M.*  
Hum *Nuno de Vas. Alape*  
Hum *Joaquim Lopes*

Acta da Sessão do dia três de fevereiro mil, oitocentos  
e cincoenta e três malhada das sessões anteriores o Presi  
da Junta de Parochia, em mais Membros. Nuno de Vas  
delibrou segunda vez que comparecesse o Procurador Joaquim  
Domingos em ponto no dia vinte e sete do  
fevereiro, para com ter labora supramente Acta  
que todos a signam

O Presidente *Castanheira*  
Membros *N. de Vas. Luis S. Mudo*  
Membro *J. L. M.*  
Hum *Joaquim Lopes*

Depois do hiato que referimos, surge uma ata do final do ano de 1854 (única do ano) e os membros do executivo paroquial já não eram os mesmos, mas continuavam a preocupar-se com as dívidas. Deliberou-se que Manuel Joaquim da Sarrada da Moita da Roda, fosse executado pelo capital e réditos de que era devedor à Fábrica da Igreja “por ser maó pagador e não ter fiador nem quem queira aseitar” e que se propusesse ao Governador Civil que desse as devidas providências.

As atas para o ano de 1855 têm início em fevereiro e são duas, uma desse mês e outra de dezembro. Os membros do executivo são os mesmos e as preocupações são com o serviço religioso e as dívidas à igreja. Era necessário “engoloar o encortinado = fazer uma bandeira de Damasco = e um andor” e pagar ao pároco o que se lhe devia “de lavar e engomar e todos os servissos da Igreja”. Relativamente aos devedores da Fábrica da Igreja, tinham sido executados Manuel Joaquim da Sarrada e herdeiros do Atanázio, todos da Moita da Roda, por capital e réditos à Igreja do Souto, “por estarem mal amparados”.



Diário do Governo de 23.02.1857. Fonte: Debates Parlamentares

### ENSINO PRIMÁRIO CONSTITUI PREOCUPAÇÃO

Não há atas para 1856 e as de 1857 têm início em junho e são só duas. Apesar disso, demos conta, noutra fonte, que a Junta de Paróquia estava em funções e a fazer o seu trabalho. Prova-o a legislação régia emanada do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino, que refere que a mesma tinha representado ao poder, em relação à necessidade de criar uma cadeira de ensino primário na freguesia, conforme o documento que se segue. O mesmo também nos dá um número aproximado de fogos, para esta data (mais de 700 fogos).

“Attendendo ao que me representou a junta de Parochia da freguezia de S. Salvador de Soito de Carpalhosa, concelho de Leiria, expondo a urgente necessidade de uma cadeira de ensino primário n'aquella freguezia, por não poder a mocidade, ai residente, concorrer ás escolas de Monte Redondo e Monte Real, as quaes, sem embargo de serem as mais próximas, ficam ainda assim em considerável distancia, acrescendo o gravíssimo obstáculo que offerece o transito publico na passagem de ribeiras durante o inverno; (...)

Considerando que a dita freguezia, sendo uma das maiores d'aquelle concelho, contando mais de setecentos fogos, com grande população, mereceu já ser compreendida na Consulta que o Conselho Superior de Instrucção Publica dirigiu ao Governo, para o estabelecimento de cadeiras de instrucção primaria em diversos pontos do Reino; e usando das auctorisações conferidas pelo artigo 5.º do Decreto com sancção legislativa de 20 de setembro de 1844 e pela Lei do Orçamento geral do Estado:

Hei por bem crear uma cadeira de ensino primário, primeiro grau, na freguesia de S. Salvador de Soito da Carpalhosa, concelho e districto de Leiria, e mandar que ella seja desde logo posta a concurso.

O Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Reino assim o tenha entendido e faça executar. Paço das Necessidades, em 11 de fevereiro de 1857.

REL. = *Julio Gomes da Silva Sanches*. No Diario do Gov. de 23 Fev., N.º 47,”

Nas atas, nada se refere sobre o assunto. Fala-se sim, do estado “ruinoso” da Igreja Paroquial, a que havia que “acudir quanto antes aos reparos”. Deliberou-se ainda que não havia forma de obter o dinheiro, a não ser pela aplicação de uma derrama geral à população. Eram necessários 600\$000 reis e a “somma deve[ria] sahir dos Freguezes por meio de huma derrama geral, porquanto nem a Fabrica, nem as Irmandades [tinham] fundos ... para despesas extraordinárias”.

#### **NOVO DESTAQUE PARA A INSTRUÇÃO E PARA AS OBRAS**

Na última sessão, de 21 de outubro de 1857, abordou-se o assunto da instrução, a propósito de um ofício do Governo Civil, que pretendia saber da conveniência, ou não, da cadeira de instrução se localizar na Ortigosa. Houve opiniões diferentes. “Os Vogaes Joaquim José Pereira, e Luis Francisco Mindo, diliberão, digo, ouvido o voto consultivo do Regedor da Parochia, deliberão, e dicidirão, que devia ser collocado no logar da Ortigoza, por serem d’opinião que alli se tirará maior vantagem, por ser um dos pontos mais populoso” da freguesia “e onde os meninos d’aquelles sítios podem concorrer com maior facilidade, assim como os logares de Riba d’Aves, Lameira e Monte Agudo, assim tambem como os dos Conqueiros e Vargeas, que ficão quase em igual distancia, com pequena diferença, dos pontos, Souto, e Ortigoza.

Porem o Presidente, e os Vogaes Manoel Duarte, e Miguel Antonio deliberão, e dicidirão que não convinha ao bem geral da Freguezia, o ser ella colocada na Ortigoza, por ser uma extremidade da mesma Freguezia, e ficar muito fora de geito para se poder aproveitar toda a mocidade da mesma freguesia, o qual foi o fim da concessão da mesma Cadeira, e que esta colocada no Souto junto da Igreja fica no Ponto central da Freguezia circulado por todos os lados em pequena distancia de logares populosos de um pequeno quarto de legoa, como são as povoações dos Conqueiros, S. Miguel, Arrotheia, Vargeas, e Ortigoza, distando esta mais um pouco, ao qual ponto podem concorrer com mais facilidade, os meninos dos mencionados logares, com (sic) taobem d’outros muitos logares da freguesia, por estarem ençoados no caminho da Igreja d’esde a sua mais tenra idade.”

No ano de 1858 escreveram-se três atas. Programavam-se as obras na Igreja. As madeiras viriam do Pinhal de Leiria, faziam-se contactos oficiais para iniciar o processo, solicitavam-se orçamentos e avançava-se com a possibilidade de aplicar uma derrama à população, para financiar as obras.

As atas indicam que se deveriam cobrir as Casas da Corredoira “para arrecadar as madeiras que hão de vir do Pinhal Nacional para concerto desta Igreja” e deliberou-se, de acordo com o art.º 325 do *Código Administrativo*, recorrer à Câmara Municipal, “para esta authorizar a derrama, que a mesma Junta pertende lançar aos habitantes desta freguesia para os reparos e consertos desta Igreja Parochial.”, após consulta ao Governo Civil. Os reparos tinham sido “dados em Orçamento por dois peritos em quantia de um conto de reis”. Nesta sessão, também se tomaram as contas da receita/despesa desde o início de 1856 e até à data, do Procurador da mesma Junta. Foi a primeira vez que as atas registaram informação acerca de gerência da Junta de Paróquia.

No ano de 1859 grafaram-se apenas duas atas. Deliberou-se que se desse andamento ao orçamento já determinado “e o primeiro passo era o corte das madeiras”. Como tal, verificou-se de “alguns proprietários que melhor pudessem [abonar] com algum dinheiro para o corte das ditas madeiras, o que ao depois lhe seria abatido na sua derrama quando fosse ao pagamento”.

Quatro atas dão-nos conta de toda a atividade e das preocupações da Junta de Paróquia no ano de 1860. Falou-se da ruína da igreja, que parecia estar prestes a desabar e das obras que urgia, tal como da derrama, a aplicar à população em três anos sucessivos. Deliberou-se que se oficiasse ao Administrador do Concelho “afim de mandar passar ordem ao regedor para mandar pelos Cabos da Polícia, os Carreiros da freguesia, afim de conduzir as madeiras faturadas no Pinhal Nacional para esta Igreja do Souto.”.

Na sessão de 6 de maio estiveram presentes os peritos: Manuel Gomes, de Leiria e José Cordeiro, das Várzeas. Os presentes passaram “exame e vistoria nas ruínas desta Parochial Igreja” e concluíram “de tudo que não é pocível espera para proceder aos concertos necessarios pela cobrança em tres annos da derrama votada ao povo desta freguesia para o seu fim.” Para “evitar maiores despesas” e “o desabamento total da Igreja” e em vista do exposto pelos “referidos peritos o Presidente ordenou dia designado para segunda reunião aonde comparecessem o mesmo Presidente e Vogaes todos para tomarem sua Deliberação a cerca da projetada obra.”.

Na sessão de 17 de maio, o executivo da Junta ponderou “a nececidade e conveniencia de se proceder em mediato (sic) mente ao concerto projetado na Igreja Parochial para ivitar seu total desabamento”. Deliberou-se, para tal, com referência à sessão anterior e fundado no art.º 31 do *Código Administrativo*, contrair um empréstimo de 300\$000 reis, a 5% ao ano, “para ser aplicado já aos concertos da ... Igreja sob a hypoteca da derrama votada e aprovada ... e capitaes mutuados pela Fabrica da Igreja na importancia de 400\$000.” A Junta ouviu, na mesma sessão, “alguns dos proprietarios maiores da ... freguesia a cerca do ... emprestimo”. Foram ouvidos Manuel Alves Duarte, António de Sousa, Teotónio Pereira Serrano, de S. Miguel, Manuel (?) Ferreira, da Carpalhosa, Miguel António, das Várzeas, Manuel Francisco, da Carreira, Joaquim Rodrigues, da Lagoa, Teotónio Gaspar, do Casal, Luís Domingues, dos Conqueiros, e Joaquim da Silva Ginja, da Moita da Roda. Estes votaram favoravelmente, para que fosse possível começar os trabalhos, sem que “ouve-se maior prejuizo com um desabamento que possa acontecer e está amiassando”.

A 12 de setembro, a Junta deliberou que, como se conseguiam o empréstimo de 48.000 reis e rendimentos da igreja, se tratasse da compra de cal, tijolo e telha e da feitura da serreria das madeiras. Dar-se-ia as madeiras de empreitada a quem, por menos oferecesse, em hasta pública, com as condições necessárias: escritura e fiador. As conduções da madeira, da cal e da telha seriam feitas pelos Lavradores da freguesia, “arbitando o preço da madeira quinze reis por palmo de condução a cal vinte e cinco reis por fanga em quanto a telha e Tijollo nesta sessão nada se arbitrou.”. Notem-se, a seguir, os pormenores interessantes acerca das obras e da forma como estas eram planeadas.

Entretanto, as atas exaradas em livro aumentaram, sendo cinco para 1861. Foi



Necessidade de madeiras. Foto da autora, 2013



Torre da Igreja Paroquial. Foto da autora, 2013

lançada a derrama e prosseguiu-se com os trâmites para as obras da igreja. Em relação à derrama, determinou-se o “modo da Cobrança e dia em que devia começar que seria no dia 16 de janeiro até ao ultimo de fevereiro”. A derrama duraria, sem auto e às quartas e quintas, semanalmente, haveria um ou dois cobradores, de manhã à noite, a receber as quantias de cada coletado, na Sala das sessões da Junta; e aos domingos, se receberia, da mesma forma, na Lagoa em casa de Joaquim José Pereira, vogal da Junta, sendo abatido qualquer abono que algum coletado tivesse feito à Igreja para benefício da obra, em dinheiro ou serviço. O recebedor receberia 200 reis por dia, em cada dia que fizesse esse serviço e o serviço de impressão tipográfica dos “conhecimentos para os coletados”, de 2200 para os 3 anos, seria de 2.650 reis.

A 11 de fevereiro já havia parte dos materiais para a construção e arbitrou-se que, cada cento de tijolo, conduzido do forno para a Igreja seria a 60 reis e cada cento de telha seria conduzida do forno para a Igreja a 45 reis. Na ata de 7 de março referiu-se que tinha sido deliberado não contrair o empréstimo de 300\$000 reis anteriormente decidido, mas apenas a quantia de 4.800 reis, que foram recebidos a 16 de junho de 1860, da mão de D. Ana Joaquina Crespa e estiveram no poder da Junta até 7 de março de 1861 e para a despesa com as madeiras, tinha-se dado, até à data, 1.750 reis. Em setembro tinha-se chamado um canteiro para orçar a cantaria necessária para os reparos, concerto e obra e para indicar os materiais necessários: madeira, pedra, ferragens, para começar a obra em março de 1862.

Nesta altura, continuava a aumentar o número de atas registadas e para 1862 foram oito. Estas, registadas ao longo do processo de obras na Igreja Paroquial, são interessantes dada a informação que deixaram sobre os trabalhos executados, a forma como foram decorrendo, os artífices contratados, os orçamentos, os jornais, os materiais utilizados, as ferramentas e/ou instrumentos de trabalho. Dão para acompanhar as obras a par e passo.

A 3 de fevereiro deliberou-se ser necessário chamar o canteiro para orçar a cantaria para a torre e compra/condução da ferragem. A obra deveria ter início a 17 deste mês e deveriam comprar-se um ou dois pinheiros para a coberta dos altares colaterais e pórticos do arco cruzeiro. Recorre-se à Administração da Marinha para a concessão das varas necessárias para os andaimes. A 1 de março era necessário comprar a ferragem toda para a obra, umas rodas para um carro para a água, uma balança, pregos, dois canecos e um cabaço. Ordenou-se ao carpinteiro que arrancasse “a pedra ... até ao fim de março” e os pedreiros deveriam comparecer no Souto a 9 de março, primeiro domingo da Quaresma, para tratar do jornal que se lhe daria por dia e da data de início. O canteiro deveria começar a trabalhar na segunda semana da Quaresma.

A 25 de agosto soube-se do andamento das obras, mandou-se continuar a obra da Igreja nas paredes das sacristias e determinou-se aprontar a cantaria para as portas e janelas da Igreja e do coro. Em outubro, a Junta mandou arrancar o gesso e comprou a cal para combinar com o gesso para o estuque, tal como com a restante cal.



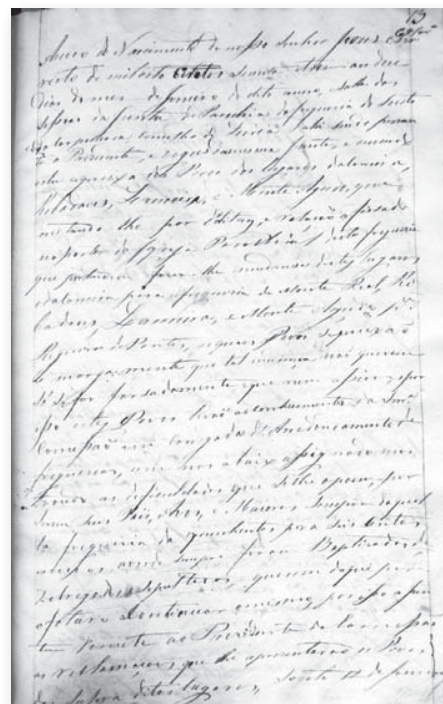
### DERRAMA CONTINUAVA A SER APLICADA

Entretanto, decorria a coleta da derrama levantada à população da Paróquia a partir do ano de 1860 e foram-se verificando/relembrando os incumpridores. Para esta tarefa, pediu-se, conforme a ata de 26 de outubro de 1862, apoio ao professor de instrução primária. Quem pagasse até ao final de janeiro ainda não pagava juros, o que não aconteceria a quem deixasse passar essa data. A 13 de fevereiro, contaram-se os talões que restavam, da cobrança da primeira derrama da Igreja e deliberou-se que se deveria ultimar a cobrança da segunda derrama até ao final de março. A 26 de março, somaram-se “todos os conhecimentos” do primeiro pagamento, ainda por pagar, verificou-se a importância e passaram-se avisos por escrito aos devedores, para pagarem num prazo de 10 dias; quem não pagasse, seria considerado “ralaxado” e sem desculpa. A 25 de agosto decidiu-se “ralaxar” os devedores da derrama do primeiro ano (1860). Em outubro, tomaram-se as contas pelos talões, ao cobrador da derrama, para as conferir. No final do mês, a tarefa principal da Junta continuava a ser a revisão “[d]os conhecimentos” da derrama da primeira prestação e a conferência com as guias passadas para a Administração do Concelho, para se executarem todos os que não tinham pago. Somavam-se também os talões, remetidos à mão do professor d’instrução primária da freguesia, para ver da sua importância, tanto os de 1860, como de 1861 (segunda prestação), contando-se, da primeira prestação um total de 532 e da segunda, um total de 216. Esta deliberação foi tomada “para quanto antes arredondar contas e por em organização quanto pertense à Administração dos Bens da Igreja.”.

No final de dezembro voltou a verificar-se a verba recebida por via da derrama. A reunião do executivo do dia 21 foi presidida pelo Regedor da Freguesia, José Pereira Serrano, a pedido do Pároco, que não pôde comparecer. Deliberou-se “pôr em cobrança” a última prestação, por 60 dias, começando a partir de 28 de dezembro e que a segunda cobrança, só se considerava sem custas até ao final de janeiro, pois daí em diante, seria com custas de janeiro de 1863. A última prestação iniciava a cobrança a 28 de dezembro de 1862, até ao final de fevereiro de 1863. Os talões de 1860, da primeira prestação, estavam contados e somados, e totalizavam, 305\$235 reis. Os de 1861 totalizavam 144.511 reis. Nesta sessão também se estabeleceu que era necessário comprar pinheiros para o estuque.

### OBRAS CONTINUAM E POPULAÇÕES RECUSAM DEIXAR A FREGUESIA

Por esta altura, segundo Francisco dos Prazeres Maranhão, no *Dicionário Geográfico abreviado*, a freguesia do Souto da Carpalhosa, pertencia à comarca e ao concelho de Leiria e possuía 534 fogos. E segundo a *Geographische Jarrbuch*, nos Censos de dezembro de 1863, a freguesia do Souto da Carpalhosa tinha 3194 habitantes. E, entretanto, deveria acontecer um “arredondamento das freguesias, de acordo com a ata de 12 de janeiro de 1863. A decisão do poder central levou as populações queixosas, dos lugares da Carreira, de Ribadaves, da Lameira e de Monte Agudo, que seriam retirados à Paróquia, à sessão do executivo (devido aos Editais que tinham sido afixados na porta da igreja paroquial). Os queixosos disseram que não queriam dei-



Ata da Junta de Paróquia de 12.01.1863.  
Fonte: Junta de Freguesia



Altar-mor da Igreja Paroquial  
Foto da autora, 2013



Pormenor do teto da Igreja Paroquial  
Foto da autora, 2013

xar a Paróquia porque os seus antepassados pertenciam à freguesia há quinhentos ou seiscentos anos e aí tinham sido batizados, desobrigados, sepultados e assim queriam continuar. A Junta remeteria as reclamações ao Presidente da Comissão encarregue de tratar do assunto. A ata diz que se ouviu a “queixa dos Povos ...”, que constando-lhe por Editais, e relação afixada na porta da Igreja Paroquial desta freguesia que pertendem fazer-lhe mudança destes lugares o da Carreira para a freguesia de Monte Real, Ribadaves, Lameira, e Monte Agudo para Regueira de Pontes, os quaes Povos se queixão amargamente que tal mudança não querem só se for forçadamente, e que nem assim, e por isso estes Povos levão ao conhecimento” da Comissão “encarregada d’Arredondamento de freguesias” um abaixo-assinado, “mostrando as dificuldades que se lhe opõem, por serem seus Pais, Avos e Maiores sempre daquela freguezia.”

As atas continuam ainda, a refletir as obras na igreja. A ata do dia 22 de novembro refere o atraso das obras iniciadas dois anos antes e pensou-se, de novo, num empréstimo dada a oneração dos povos já por si pobres. Mesmo assim, conferiram-se as dívidas e estipularam-se prazos para o pagamento (com o apoio legal, do Governo Civil). A 22 de março deu-se conta de que os carpinteiros tinham iniciado trabalhos anteriores ao estuque e ao gesso e iam formar andaimes para fazer avançar a obra e também se deveria tratar da condução da madeira. A 4 de maio, ajustou-se o gesso necessário para a obra de estuque, sendo o preço, por arroba, ajustado em 35 reis, a primeira arroba – e todas as mais, limpo e pronto para se poder “conformizar” e cozer. Deveria ainda, tratar-se da abertura da fasquia (?) e da continuação da obra da capela-mor – reparação do emadeiramento e borando (?), tal como da feitura do coro. Estavam para entrar no cofre da igreja 19.300 reis de capital, de uma escritura e decidiu-se empregar o capital na obra, até se receber da igreja esta quantia, para a dar a juro, para que os fundos da Fábrica da Igreja não diminuíssem. No mês de agosto, deliberou-se começar a obra de carpintaria e de estuque e fez-se ajuste com o mestre estucador, do trabalho de estuque, por 650 reis por dia. Ajustou-se a areia por 10 reis por carrada e ordenou-se a compra de uma peneira para o preparo do gesso, havendo já preocupação com os telhados e as cimalhas.

Neste mesmo mês a Junta continuava a preocupar-se com a coleta da derrama. Deliberou-se sobre a marcação do tempo/prazo da cobrança que seria até 15 de setembro. Findo esse prazo, davam-se avisos, por 10 dias e no final de setembro, os pagamentos não efetuados consideravam-se relaxados.

A 13 de setembro, o pároco teve novo “impedimento de molestia” e foi substituído pelo Regedor da Paróquia. Deliberou-se mandar vir o pintor “para fazer o inblema no teto da igreja, assim como “oito moios de cal do forno da quinta dos Pinhais”. Tratou-se ainda do serviço da casa do adjutor (madeiras e mão de obra). No mês seguinte refletiu-se sobre o Programa de Obras da Igreja Paroquial: “estando a ... Paroquial Igreja ainda muito atrasada nas obras que a dois annos comessarão sendo estas orçadas em um conto de reis para despeza o que os peritos dicerão que não era pocivel fazer-se a projetada obra com a derrama de um conto de reis, mas a Junta atendendo as necessidades dos Povos pela muita pobreza assentarão em ser requerida a Camara a autorização para a dita quantia sendo esta paga em trez annos

finarão já, e como seja grande a pobreza dos Parochianos, e senão deva deixar a obra imperfeita, e não tendo outros meios razão porque a Sentarão em representar a Comissão das esmolos da Bula a fim de concorrer com a quantia de quinhentos mil reis quantia em que julgão emportar ainda o que esta para fazer orçado pelos peritos a muita economia.". Esta falta de verba levou a que, no final do ano, se aprontassem, de novo, contas da derrama. A Junta deliberou que se avisassem, por escrito, todas as pessoas que não tinham pago a segunda e terceira prestações. O aviso seria feito com duas testemunhas e os devedores deveriam pagar num prazo de 10 dias caso contrário, seriam dívidas relaxadas, conforme se pediria ao Governador Civil.

#### NOVOS ASSUNTOS: A INSTRUÇÃO E A CÓLERA

O ano de 1864 tem seis atas. Nestas continuam a notar-se as obras na igreja paroquial que vão prosseguindo e temos um novo assunto: a 28 de fevereiro a criação de uma segunda cadeira de instrução primária – o que mostra o aumento da população em idade escolar e/ou o aumento do interesse em frequentar a educação primária.

Relativamente às obras na igreja paroquial, no mês de janeiro, deliberou-se acerca dos vidros (ou parte dos) necessários que iam vir de Lisboa "por ser mais comodo preço"; combinou-se "mandar vir o canteiro para fazer as pilastras das colunas do coro e decidiu-se apurar as contas de todas as despesas feitas até à data, com as obras, iniciadas a 17 de fevereiro de 1862. A ata de 20 de julho fez, por isso, um historial das mesmas e ficámos a saber que as obras tinham sido suspensas em 1863, por falta de receita e que os próprios elementos do executivo estavam a dar das suas "al-zibeiras". Ficaram referências detalhadas sobre os empréstimos feitos pelos membros do executivo. Diz-se que as obras se iniciaram em 1860 e que foram suspensas em 1863, "por não aver receita para levar ao fim as ditas obras apesar da dita receita d'ella ser de um conto de reis por de Derrama lançada aos povos não bastante esta a effetiva Junta de Parochia tem posto de de [sic] suas al-zibeiras a quantia que excede da despeza a receita, sendo a despeza da obra até parar na quantia de um conto de reis faltando ainda algumas despesas por contar digo sendo a receita de um conto de reis por derrama, e a despeza de um conto cento trinta e um mil seis centos oitenta e seis reis exceto algumas despesas que ainda restão para se contar que se julga por serto a importar talvez mais de trinta mil reis de cuja despeza a Junta effetiva tomou a deliberação d'abonar o Rd.º Parocho Prezidente abonou a quantia de dezouto mil reis. O vogal Antonio de Souza abonou na quantia de vinte quatro mil nove centos setenta e cinco reis. O vogal Jose Gaspar abonou a quantia de dezoito mil reis. O vogal Manoel Alves Ferreira abonou na quantia de [ficou em branco] O vogal Luiz Jose Alves abonou na quantia de dois mil oito centos oitenta e cinco reis."

Como tal, a derrama ainda preocupava o executivo da Junta, que em ata não dada, provavelmente de abril, decidiu pedir autorização para tirar as guias respeitantes aos devedores da derrama, das prestações de 1861 e 1862, estando em cobrança a última prestação de novembro" de 1862 e até à data.

Na sessão em que se discutiu o assunto da instrução primária, a 28 de fevereiro,



Interior da Igreja Paroquial  
Foto da autora, 2013





Igreja de São Miguel. Foto da autora, 2013

foram ouvidos, acerca deste assunto, os proprietários dos lugares do Souto, de S. Miguel, da Chã, da Assenha, da Carpalhosa e dos Conqueiros. Finda a consulta aos povos, decidiu-se que a mesma ficaria em S. Miguel, por ser mais útil e vantajoso. Ficámos também a saber, pela ata de 11 de abril, que a freguesia tinha 712 fogos e, nessa mesma sessão foram ouvidos alguns indivíduos específicos, nomeadamente, os “cidadãos” de S. Miguel, José Pereira Sebastião, José de Oliveira, João Domingues Ferreira, Luís Bouça, Joaquim Lopes Catarino, Manuel Pereira Carrapeiro, José Domingues e António Domingues. Estes obrigaram-se a construir casa, a arranjar mobília e a fornecer os necessários utensílios para o funcionamento da segunda cadeira de instrução primária da freguesia. A ata diz que S. Miguel era um dos sítios ou lugares que tinha mais razão de se aproveitar o maior número de meninos e que esta freguesia era uma das maiores em área, do concelho de Leiria – com 712 fogos – e não podia aproveitar a cadeira da cidade (de 5 a 16 anos). Os supraditos obrigaram-se a fazer casa para aquela, a arranjar mobília e a providenciar os utensílios necessários. A ata de 11 de abril foi repetida e foi acrescentado o nome de Luís Pereira Sebastião.

O ano de 1865 trouxe também às atas da Junta de Paróquia preocupações com a cólera. A Junta reuniu para criar uma Comissão de Socorros aos Aflitos e Atacados pela Cólera Mórbus e foi necessário arranjar casa para os infetados, logo que os houvesse. A Junta nomeou Teotónio Pereira Serrano, de S. Miguel; Joaquim da Silva Ginja, da Moita da Roda; Luís José Alves, dos Conqueiros e António de Sousa, do Souto; o Reverendo Pároco e o Regedor e ainda Joaquim José Pereira, para a Comissão.

Voltou a discutir-se também a instrução primária, desta feita, para a possível criação de uma nova cadeira na freguesia de Regueira de Pontes. A Junta respondeu à Câmara Municipal, que lhe tinha oficiado a esse propósito que, a criar-se, a cadeira apenas beneficiaria a freguesia de Regueira de Pontes, dado que o Souto já tinha cadeira colocada na Ortigosa, que beneficiava as populações de Ribadaves, Lameira e Monte Agudo. Além disso, e pelos motivos explicados na ata, aquela, dificilmente serviria para os alunos das localidades referidas. A ata acrescenta que, se os de Regueira de Pontes se queriam fundar, dizendo que “da dita cadeira ... se podem utilizar os meninos dos lugares retro mencionados, não é bem fundado este princípio pois em alguns tempos do ano, como nos invernos rigorosos tem um ribeiro bastante caudaloso a passar, o que não acontece para a Ortigosa que todo o caminho é bom em todo o ano e até mesmo querendo os de Regueira de Pontes se podiam aproveitar”. Em dezembro, voltou a ouvir-se o parecer da Junta sobre a criação da cadeira de instrução primária para aquela freguesia e a Junta repetiu que a mesma só podia ser útil a Regueira de Pontes, dado que o Souto já tinha uma cadeira de instrução primária colocada no lugar da Ortigosa, de que se estavam a aproveitar os meninos de Ribadaves, Lameira e Monte Agudo.

Noutra área e neste mesmo ano, as fontes históricas deixaram-nos informação de que o Souto centralizava uma das Assembleias de Voto do Círculo Eleitoral n.º 106, de Leiria, por um registo do *Diário da Câmara dos Senhores Deputados da Nação* que fez referência ao assunto. Este aspeto nunca transpareceu nas atas da Junta de Paróquia. Diz o *Parecer* na ata do Diário de 18 de agosto, a propósito da eleição de um deputado pelo Círculo:

"Círculo n.º 106 (Leiria)

Senhores. — Pelo exame das atas e mais documentos que formam o processo eleitoral do círculo n.º 106 (Leiria) conheceu a terceira comissão que este foi dividido em quatro assembléas: Leiria, Marinha, Souto da Carpalhosa e Carvide;

Que as operações eleitoraes correram em todas ellas com a maior regularidade, não constando das atas protesto ou reclamação alguma;

Que o numero real dos votantes nas quatro assembléas foi de ..... 2:437

Obteve o cidadão José de Faria Pinho Vasconcellos Soares de Albergaria..... 1:365 votos

E o cidadão Augusto Cesar Cau da Costa... 1:072 »

Maioria absoluta a favor do primeiro 146 votos; pois sendo ella de 1:219 votos, José de Faria Pinho Vasconcellos Soares de Albergaria teve 1:365.

A comissão nenhuma duvida tem em que a eleição está legal e deve ser aprovada, proclamando-se deputado o cidadão José de Faria Pinho Vasconcellos Soares de Albergaria, que apresentou o seu diploma em fôrma legal.

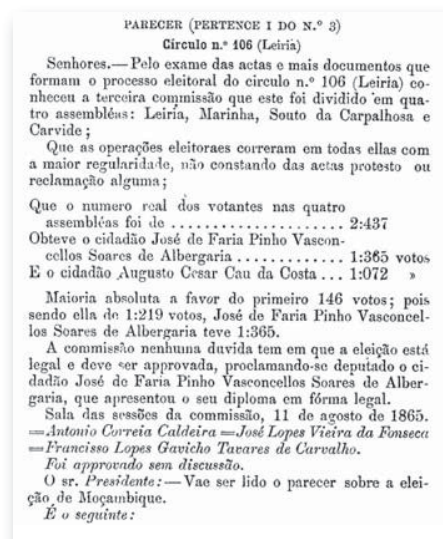
Sala das sessões da comissão, 11 de agosto de 1865. = Antonio Correia Caldeira = José Lopes Vieira da Fonseca = Francisco Lopes Gavicho Tavares de Carvalho.

Foi aprovado sem discussão."

Em 1866 apenas se registou uma ata, a 5 de outubro. O assunto principal continuou a ser o das obras da igreja, para que entretanto, tinham chegado verbas. O Presidente fez chegar a quantia de 100.000 reis, do Governo Civil, "para ultimar" a obra da paroquial igreja, "começada em março de 1860", dado um requerimento que a Junta tinha feito ao Governo, de 600.000 reis. Deliberou-se que os 100 mil reis pagassem o que se devia aos pedreiros e serventes; receberam também os elementos da Junta que abonaram quantias: António de Sousa Entrecarreiras do Souto, 29.155 reis; José Gaspar da Lameira, 18.900 reis; Luís José Alves dos Conqueiros, 2.885 reis; Manuel Alves Ferreira de Ribadaves, 17.000 reis; receberam também: José Francisco Branco do Casal, 15.600\$000 reis; José António solteiro de Ribadaves, 1.500 reis; Joaquim José Pereira da Lagoa, 14.900 reis, à conta do trabalho em dirigir a obra da paroquial igreja. Nesta reunião foi também deliberado dar todos os poderes ao Procurador para ele obrigar, judicialmente, Manuel Pereira Atanásio, de Monte Agudo, por 10.000 reis, de capital que lhe coube por herança de sua mãe e sogra, da Moita da Roda e todos os réditos vencidos, e podendo o Procurador "chamallo a Paz."

## REFORMA E A INSTABILIDADE ADMINISTRATIVA

Entretanto, as reformas administrativas no país ressentem-se nas atas da Junta do Souto. Na sequência da Reforma Administrativa de Martens Ferrão, foram criadas as Paróquias civis para gerir os interesses coletivos das populações, mas mantiveram-se as funções de administração dos bens da igreja, como veremos. Em 1867, ano em que se registaram quatro atas da atividade do executivo, discutiu-se esta possibilidade, do Souto passar a ser Paróquia Civil e a ata registou que o Souto já era



Diário da Câmara dos Senhores Deputados de 18.08.1865.  
Fonte: Debates Parlamentares

“cabeça de círculo eleitoral” e, portanto, deveria ser Paróquia Civil. A estas, acrescentaram-se as razões da ata de 9 de agosto de 1867, que incluem a informação de que esta era a mais antiga freguesia do concelho. Diz a ata que os membros da Junta reuniram “a fim de darem sua informação a cerca da Parochia Civil como lhe foi exigido por officio d’Administração do Concelho; decederão unanimemente que o Souto devia ser Parochia civil, já porque é cabeça de círculo eleitoral composta das freguesias, Souto, Milagres, Regueira de Pontes, Monte Redondo, e Coimbrão, e já porque fica sentral a todas estas, distando da de mais longe que é o Coimbrão della ao Souto oito Kilometros, de Monte Redondo ao Souto cinco kilometros, de Monte Redondo ao Souto cinco kilometros, de Regueira de Pontes ao Souto trez kilometros, e dos Milagres ao Souto cinco kilometros; e não apresentando as duas ultimas freguesias, a mais pequena dificuldade no transito não havendo Ribeiros nem Regatos a passar por todas as razois jugarão esta Junta do Souto mais nas circunstancias, de dever ser Parochia Civil; pois não só é cabeça de círculo, mas tão bem é cabeça de Destrito de Paz, e já porque tão bem é Arceprestado Ecleeziastico e porque é a maior e mais antiga do Concelho”.

#### E DE NOVO A INSTRUÇÃO

Ainda em 1867, a ata de 24 de agosto não foi escrita, apenas foi iniciada. Neste ano deixou-se mais informação relativa às cadeiras de escola primária, mas foi necessário pedir apoio ao povo para financiar os materiais e colocou-se a possibilidade da criação de mais uma cadeira. Tomando em consideração o que o Inspetor das Escolas ponderou acerca dos utensílios necessários para a escola, a Comissão deliberou, por maioria que “se tirasse um subsídio voluntario pelos Povos da localidade por não haver no cofre da Junta de Parochia de que se possa lansar mão para tais despesas aproveitando a oferta que o mesmo Illmo. Sr. fez da parte do Governo.” Em relação à possível criação de mais cadeiras de instrução primária, deliberou-se, por maioria, que não convinha a criação de mais nenhuma, sem que houvesse conhecimento maior da nova Lei de Reforma (Administrativa).

Também se deliberou sobre as escrituras de empréstimos da Fábrica da Igreja, nomeadamente devido a nova Lei relativa ao assunto. No ano de 1968 (em que só se registou uma ata), voltou a abordar-se o assunto. Depois da revisão das escrituras da fábrica da igreja paroquial, deliberou-se que nove das referidas escrituras fossem refeitas com hipotecas e fiadores que conviessem, e ficavam separadas, para tal. Oito outras escrituras deveriam ser registadas segundo a nova Lei ou os devedores deveriam apresentar uma declaração mencionando as hipotecas e outra informação, com a brevidade possível. Deveria dar-se “espera” até 12 de fevereiro, desde que promettessem tratar do assunto. Os que não comparecessem até ao referido dia, seriam logo citados para apresentarem o capital e réditos vencidos. O Procurador deveria tomar conta das escrituras não entradas, a fim de as remeter à Administração do Concelho, para serem registadas e, para tal, obteve procuração da Junta.

Outra preocupação do ano de 1968 foi a continuação das obras na Igreja Paroquial. Deliberou-se pregar o “solho” que estava “novamente feito para solhar a Igreja”, que estava em “estado roinozo” e ordenou-se passar editais (nas portas da

Igreja e capelas em que houvesse missas) para dar o trabalho de empreitada a quem o fizesse por menor verba e a arrematação seria feita à saída da missa das Almas, a 16 de fevereiro, no Souto.

### OS CEMITÉRIOS DA FREGUESIA

No ano de 1869, a única ata que se redigiu deixou-nos, pela primeira vez, informação sobre os cemitérios da freguesia. Esta informação e outra, relativa à Confraria de Nossa Senhora do Rosário, mostraram também a necessidade de atender a outros assuntos, que as Reformas Administrativas trouxeram às governanças locais. Ficámos com a informação de que os cemitérios eram mantidos pelas populações e que a Junta não considerava tomar conta dos mesmos. A ata diz que se refletiu sobre os cemitérios dados os ofícios que tinham recebido e que a freguesia tinha cinco cemitérios, todos murados, com paredes altas e portas fechadas. Estes tinham sido feitos pelos povos dos lugares, que suportavam as despesas anuais. A Junta considerava, como tal, não ter “direito a tomar conta no que pertence ao Povo” e as taxas de enterramentos não tinham “lugar”, dado que estes eram feitos “a custa dos mesmos povos”. Relativamente à colocação dos cemitérios da freguesia considerou-se que estavam “bem culcados não sentrais”.

Nesta mesma data, a Junta recebeu do gerente da Confraria de Nossa Senhora do Rosário a quantia de 300 reis.

### RENOVAÇÃO COM A MORTE DO PÁROCO

Em 1870 as Juntas de Paróquia foram extintas por um período de cinco meses por razões de Reforma Administrativa. Nesse ano, a única ata existente, data de 19 de maio, que voltou a referir as obras da igreja e da casa de residência paroquial. Deliberou-se fazer reparos de maior necessidade no solho, forros do coro, rebocos, porta da sacristia e janelas da casa da residência e comprar cal, madeiras e materiais. Os elementos do executivo foram informados da receita que havia entrado no cofre para as despesas supracitadas e estavam vencidos, até esta data, créditos no valor de 55.990 reis.

Não se registaram atas no ano de 1871.

Em 1872 a Junta de Paróquia continuou a tratar das obras da casa de residência paroquial. A 11 de julho (ata não terminada e não assinada pelo executivo) decidiu-se mandar fazer duas janelas para a mesma, dando-se de empreitada ou de jorna, conforme se combinasse entre todos.

Nas três atas deste ano, encontrámos um assunto novo: o dos terrenos públicos da freguesia que eram juntamente utilizados pelos povos. Estas deram também conta do falecimento do pároco, dos trâmites que foi necessário levar a cabo, da limpeza da igreja e das obras. Foi a 21 de outubro, que a Junta respondeu a um ofício da Câmara Municipal, de 10 de outubro, dizendo que os terrenos públicos da freguesia eram poucos e eram necessários para “o uso dos povos”. Como tal, a Junta não era da opinião que fossem aforados nem vendidos, “por serem precisos ao uso comum”.



Altar de N.ª Sr.ª do Rosário. Foto da autora, 2013

Na sessão que se seguiu, a 28 de novembro, a Junta reuniu sob a presidência do Reverendo Padre António de Almeida e Castro, pároco interino, que tinha chegado ao Souto, imediatamente após do falecimento do pároco, Luís Pedrosa Castanho dos Santos. Nesta altura deliberou-se inventariar todas as roupas, sedas e mais objetos pertencentes à igreja, que constavam do *Livro do Inventário das Alfaías da Igreja*. Tomou-se conta de alguns papeis, roupa e duas cobertas de seda, pratos e mais objetos que se achavam em poder do defunto, de que fizeram entrega os seus herdeiros: Joaquim Pereira Pedrosa e Sousa e outros. A Junta deixou ainda registo do empréstimo de um paramento roxo, inteiro, da igreja, para a mortalha do mesmo, sendo este composto de casula, estola, manipulo, alva, cordão e sineto, com a condição de seus herdeiros comprarem outro e o entregarem em troca por aquele.



Arquivo da Junta de Freguesia do Souto da Carpalhosa.  
Foto da autora

#### CONTRATAÇÃO DE APOIOS E RENOVAÇÃO DO ARQUIVO

As obras e as limpezas continuavam a ser um assunto que preocupava a Junta no ano de 1873 (com 6 atas) para que se contava com o apoio de uma criada do defunto pároco, que se contratou. Logo no início do ano, deliberou-se mandar consertar algumas roupas da igreja, reparar os telhados da mesma e os solhos e colocar um lajedo novo de pedra branca na capela-mor. Também se decidiu juntar, lavar, engomar e dar alguns pontos onde necessário, na roupa da igreja; varrer a mesma, limpar pias, colocar água, fazer hóstias e o mais que fosse necessário. Este trabalho foi justo até ao S. João, por 2.4000 reis, com a criada do defunto pároco.

Para que não pastassem daí em diante, no Adro, gados, porcos, burro, ou outro qualquer animal, deliberou-se também nomear um fiscal que vigiasse e multasse os infratores. Esta deliberação recaiu sobre José Pedro da Costa, carpinteiro do Souto.

Ainda no seguimento do falecimento do pároco, verificam-se todos os documentos e livros de registo da igreja e fizeram-se novos assentos por se considerar que estava tudo muito velho. Decidiu-se ainda rever todos os papéis e documentos, pertencentes à Fábrica da Igreja, tal como os livros da mesma. Como estava tudo em mau estado, os elementos da Junta de Paróquia decidiram comprar novos livros e fazer novos assentos, sendo os atuais inutilizados. Seriam também, com toda a brevidade possível, recolhidas ao Arquivo, todas as escrituras pertencentes à Fábrica da Igreja.

Note-se que se falou, nesta ata de 31 de janeiro de 1873, pela primeira vez desde que acompanhámos os trabalhos dos diversos executivos, sobre o Arquivo Paroquial.

Neste ano continuou a falar-se das obras – do lajedo e do solho – para a igreja e de outras a levar a efeito na sala das sessões da Junta e na casa de residência paroquial, para além da necessidade de outros melhoramentos e da aquisição de paramentos e alfaías religiosas. Decidiu-se pela empreitada dos solhos da igreja a reparar e pela construção de um muro pertencente à mesma ao lado desta pela parte do Norte – serviços a dar de empreitada em hasta pública a quem por menos o fizesse, a 25 de maio, pela manhã, depois da missa das Almas. A hasta pública decorreu na data prevista e colocou-se a leilão a feitura de um muro junto ao adro da igreja, do lado Norte e até ao olival do terreno do Adro, com 2,5 palmos de largo e 3 palmos de

fundo no alicerce. Como não houve quem arrematasse o trabalho, a Junta determinou que fosse feito à jorna. Nesta altura foi também dado de empreitada o conserto do solho da igreja a José Lucas, do Souto, com a obrigação de assentar uma janela e portas novas na sala das sessões, tudo por 10 tostões ou mil reis. Deliberou-se ainda que no dia 13 de maio se deveria promover a condução do lajedo, de Leiria para o Souto. No final da ata, acrescentou-se o preço da condução do lajedo, pago a José Lopes, da Carreira.

Também se determinou escrever “ao Ginja”, da Moita da Roda, para que, a 25 de maio comparecesse, pela manhã, no Souto, à missa das Almas, vindo munido do dinheiro de que pudesse dispor da Confraria, para despesas da igreja, conforme determinado em sessão anterior.

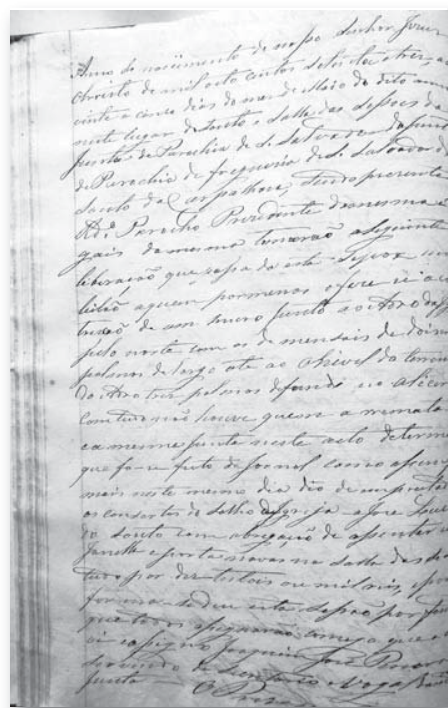
#### MAIS OBRAS E RENOVAÇÃO COM O NOVO PÁROCO

Por esta altura surgiu o novo pároco, António José dos Santos, que foi referido na ata de 14 de agosto de 1873, pela primeira vez. O novo pároco e Presidente da Junta propôs que, por necessidade, se fizessem quatro vãos de caixilhos de vidraça para a Casa da Residência: um para o quarto do pároco, outro para a Sala, outro para a casa de jantar e outro ainda para o quarto que lhe estava contíguo. Os vogais, que sabiam da necessidade da obra, concordaram que se fizesse, tal como que se colocasse uma porta na latrina e se comprassem vidros para as janelas da sacristia e da casinha da residência, e que se mandasse vir da Marinha, um vaso de vidro para o sacrário.

O pároco também propôs a necessidade de sanguinhos, manutégios, amictos e uma toalha para o altar-mor. Atendendo ao solicitado, os vogais determinaram que se comprassem 12 varas de pano de linho para se fazer a “roupa precisa”.

O pároco referiu ainda “o pessimo estado, e indecencia em que se achavão os Paramentos Sagrados, e Alvas, e bem assim a falta de segurança nas portas da Igreja”. Posto isto, os vogais foram pessoalmente à sacristia, examinaram o “má estado, em que se achavão os Paramentos e roupas” e determinaram que “se concertasse uma Capa d’Asperges rôxa, um pavilhão do Sacrario da mesma côr. Que se fizessem algumas Estolas rôxas, que se concertassem as Alvas e os Paramentos mais necessitados, assim como tambem determinarão que se fizessem duas chaves, para ambas as portas da Sachristia, e mais ferragem de que a Igreja necessitasse para sua segurança, e tambem determinarão que se fizessem algumas chaves para as portas da Residencia; tambem se determinou que se fallasse a cinco carreiros, para conduzi-rem de Leiria, o lajedo que ahi está a tempo bastante, para lagear a Capella mór desta Igreja”.

Decidiu-se também que haveria sessão da Junta a 28 de agosto, com a presença do Procurador da Igreja, a fim “deste responder á Junta, o que se lhe perguntasse relativamente á cobrança, e a outros objetos, tocantes aos interesses da mesma Igreja”. Esta azáfama de reparações e de novidades com o novo pároco vai continuar, tal como se verificou a 14 de setembro. Nesta sessão, em que a ata foi escrita pelo próprio pároco, estiveram os membros da Junta e os seguintes indivíduos: o Reverendo Coadjutor António de Almeida e Castro, Luís de Oliveira, Luís Pereira Sebastião, Joa-



Ata da Junta de Paróquia de 25.05.1873.  
Fonte: Junta de Freguesia



quim da Silva Ginja, Manuel da Silva, Teotónio Pereira Serrano (que assinou por cruz), José Francisco, João Alves Duarte, Joaquim Gil e Joaquim Francisco Pereira. O pároco referiu o “péssimo estado, em que se acha a Igreja Matriz e que era urgente providenciar de prompto aos concertos, tanto das linhas, como dos solhos, portas, guardavento, e bem assim consertos na Sachristia, Salla das Sessões da Junta de Parochia, e na Casa da Residencia, a qual está inabitavel, e mesmo ameaçando desabar; mas que não tendo a Igreja rendimentos, para fazer face a tão grande despeza, e não querendo tomar a responsabilidade, por isso fazia estas ponderações a fim de que a Junta, e os mais Parochianos, compenetrando-se de taes necessidades inadiáveis, resolvesse como mais conviesse a tal respeito.”

Depois de “aturada discussão e detido exame, a que procederão, accordarão em que era de maxima urgencia, o proceder ás obras e concertos necessarios, e isto com a maior urgencia, para evitar não so grandes prejuisos de futuro, mas ate riscos de vida; e ainda para que o Culto não soffresse, devendo fazer-se com toda a decencia e segurança; o que ate agora se não tem realizado, em rasão do máo estado da Igreja o não permitir, visto que tudo está velho e a desabar. Que não podendo gravar os Parochianos com uma pezada destrinça para tão dispendiosa obra, sendo a Igreja pobre, e urgente a despesa, não podia a Junta leval-a a effeito por este meio: e atentas estas rasões, era forçoso impetrar de Sua Magestade a especial Graça de conceder do Pinhal Nacional de Leiria ao menos as madeiras, indispensaveis para a mesma obra, ou um auxilio pecuniario, equivalente ao valor das madeiras, indispensaveis para a mesma obra, ou um auxilio pecuniario, equivalente ao valor das mesmas [sic], cujas dimensões se devem verificar por Peritos competentes, e segundo o orçamento ou indicação das madeiras precisas, a fim de acompanhar com a copia desta Ata o requerimento, que a mesma Junta com os mais signatarios haode endereçar a Sua Magestade autorizando por esta Ata o mesmo Reverendo Parocho, Presidente da Junta a fazer e a assignar o predicto requerimento, e dirigil-o em nome da Junta e dos Parochianos, a Sua Magestade esperando obter deferimento, não so para justiça, fundada no seu pedido, mas porque ouzam dirigir-se para tal fim ao Monarcha, ornado de tanta Illustração, e que se assigna – Fidelissimo.”

A Junta viu que as madeiras necessárias para “tão importante obra” já davam despesa no corte, aparelho e remoção para fora do pinhal e ainda para a condução para a freguesia. Como tal, decidiu que o pedido “fosse dirigido, no sentido de se obter as madeiras, com a premissão [sic] de as poder vender mesmo no pinhal, evitando taes despesas, que mal” podia fazer. Com o produto, comprariam madeiras “proximo á Igreja” ou então, sugeria-se que lhes fosse concedida a quantia igual em reis, em valor igual ao das madeiras pretendidas, “sendo este o unico meio de realizar tão urgentes obras”.

No ano de 1876 as atas revelaram preocupação com a conclusão da torre da igreja e solicitou-se apoio voluntário às populações da freguesia. A 10 de março, a ata disse que o Presidente referiu a necessidade de se continuar a obra da torre. Como não havia “meios de prompto”, determinou-se nomear alguns “homens capazes da freguesia, para verem o que cada um dos fregueses queriam dar voluntariamente para esta obra, e assim ver se podia com isto ir-se continuando a obra.”

Ainda neste ano e a 17 de maio de 1873 decidiu-se escrever aos herdeiros do defunto pároco para devolverem o paramento emprestado para o enterro: uma casula nova escura, estola, manípulo, alva, cordão e o rito, por não terem ainda satisfeito o combinado e por já terem passado quase seis meses. Em junho 1875, um novo pároco, voltou ao assunto dos paramentos, solicitando ao executivo que aprovasse a compra de um paramento ou casula e manípulo e estola, para as festas “de primeira classe” e uma umbela, para a Igreja. Deliberou-se que se comprassem logo que houvesse meios para tal.

### UM NOVO PÁROCO

É de notar que durante o mês de julho de 1874, a Paróquia foi presidida por novo pároco, Manuel Correia da Silva. A primeira ata que assina o novo Presidente é de 30 de junho deste ano.

Neste ano notou-se, pela primeira vez, neste conjunto de atas, o que já tínhamos encontrado em outras paróquias à época. Certamente por imperativos legais, não deixou de se registar a sessão da Junta, mesmo que não houvesse trabalhos a referir: registou-se sempre a reunião, mas indicou-se que não se realizara sessão, à falta de assunto. Assim, passam a registar-se mais sessões do executivo paroquial. Apareceram também a partir daqui, informações mais claras relativamente à aprovação das contas da instituição. A 21 de junho de 1874 o Presidente propôs que se revissem as contas da receita e despesa da Junta, de 24 de junho de 1873 a igual dia de 1874. Estas foram examinadas com atenção, viu-se que estavam conformes e, como tal, assinaram-se. A 11 de julho chamou-se o Procurador da Igreja, “para dar as suas contas”, dado que eram devidos o salário ao sacristão e metade do salário à lavadeira. Pretendia-se pagar o devido, “ate onde chegar”. Decidiu-se determinar o dia da sessão em que o Procurador deveria comparecer para dar as suas contas, sessão em que sealaria sobre os pagamentos.

Entretanto, levantou-se uma questão nova, introduzida pelo sacristão, que queria ser aumentado. José Pedro da Costa compareceu na sessão de 21 de junho e declarou que não podia continuar a servir a igreja pelo ordenado de 4.000 reis, que recebera até ao presente. Decidiu-se que não era possível tomar uma decisão de imediato e a questão ficou para a sessão seguinte. A 30 de julho foram pagos 4.000 reis ao sacristão (o ordenado devido) e 2.400 reis à lavadeira (metade do ordenado, devido). Dado o pedido de aumento do sacristão e porque mais ninguém queria fazer o trabalho, pela mesma verba, foi decidido dar mais 1.000 reis ao mesmo, o que foi aceite, “para servisso do anno seguinte”.

Em fevereiro de 1875 nomearam-se louvados para a nova matriz, os “competentes” António Gomes, do Souto; João Pereira Duarte, da Arroteia e Domingos da Silva, da Ruivaqueira. Voltou a falar-se de obras (para a “sacristia velha”, que necessitaria de tijolo e cal) e a Junta recebeu dinheiro que tinha sido emprestado a juro: de paroquianos que estiveram na sessão de 22 de fevereiro para entregar 43.200 reis à conta de um juro de 70.000 reis que deviam à igreja e do Procurador da Igreja, José Pedro, que entregou a quantia de 25.980 reis, de réditos recebidos.



### MAIS PREOCUPAÇÕES SOCIAIS

Neste ano, de 1875, surgiu pela primeira vez, referência ao papel de certificação da condição de pobreza para apoio às populações que pretendiam subsidiar a criação dos seus filhos, por exemplo. O assunto foi tratado na sessão de 28 de junho e de novo a 22 de agosto. Foi apresentado, pelo Presidente, um ofício da Câmara Municipal, que pretendia informação da “pobreza e justiça” de António Marques de Ruivaqueira, para pedir subsídio para “criar um de dois filhos gêmeos”, que a sua mulher tinha dado à luz. Da segunda vez, foi apresentado pelo Presidente, um ofício da Câmara Municipal, que pretendia informações da “pobreza e mais circunstancias” de Maria da Silva, solteira, da Arrotheia, para “a criação de um filho natural, a que tinha dado à luz. A ata referiu, em ambas as situações, que a Junta respondeu “conforme lhe pareceu de verdade e justiça”.

Surgiu também, de novo, a questão da instrução. Sentia-se “grande necessidade” de criar mais uma cadeira, para o sexo masculino, no Souto de Baixo e decidiu-se oficiar a Sua Majestade, nesse sentido. Por esta via, registou-se ainda a informação de que a freguesia tinha, agora, 775 fogos e 2738 almas. A questão surgiu a 13 de julho, numa sessão em que o Presidente deu conta que a freguesia “compreend[ia] uma grande area de terreno accidentado cortado de rios e ribeiros, consta[va] de 775 fogos, de 2:738 almas, estando impossibilitada a mocidade de frequentar a cadeira existente na Ortigosa desta freguesia, ja pela grande distancia e pessimos caminhos, nem mesmo uma so aula era bastante para tão grande população, e ja porque não podem concorrer a nenhuma das cadeiras abertas nas freguesias limitrophes para os meninos que habitam nos lugares de S. Miguel, Chã da Laranjeira, Souto de Cima, Conqueiros, Vargeas, Arrothea, e talvez Mouta da Roda, nem mesmo tres cadeiras seriam sufficientes para o derramamento da instrução elementar por toda a mocidade desta freguesia, conforme o respetivo Administrador do Concelho e Commissario dos Estudos tem feito ver, promovido e custado por vezes até mesmo quando têm sido nomeados Inspetor de escholas tanto em 1863, 1867, como em 1875.”. A Junta, “compenetrada das vantagens resultantes da creação da indicada cadeira”, decidiu dirigir um requerimento a Sua Majestade, solicitando a criação da referida cadeira, com sede no lugar citado, por ficar no centro dos demais – para 50 meninos, dos 7 aos 14 anos e, quando muito, na distância de dois quilómetros, “podendo portanto bem frequentar a aula”. A Junta obrigava-se a “fornecer caza, mobilia e utensilios” para a referida escola.

No ano seguinte, Teotónio Pereira e a sua esposa, moradores no Souto de Baixo, cederam uma casa junto da que habitavam, à Junta, para aí se estabelecer a instrução primária. A cedência, tal como o mobiliário e os “utensílios”, valiam por um período de 15 anos e os beneméritos dariam mobília e os utensílios necessários, pelo mesmo tempo. A decisão ficou lavrada na ata da sessão de 3 de maio de 1877, em que estiveram presentes os mesmos. A Junta aceitou e decidiu que, nesse espaço de tempo, iria ela própria, “apromptar casa, mobilia e utensilios para substituir aquella”.

### MAIS OBRAS NA IGREJA PAROQUIAL

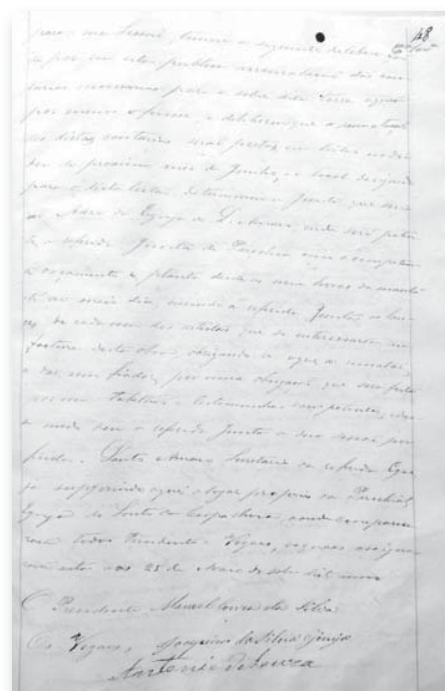
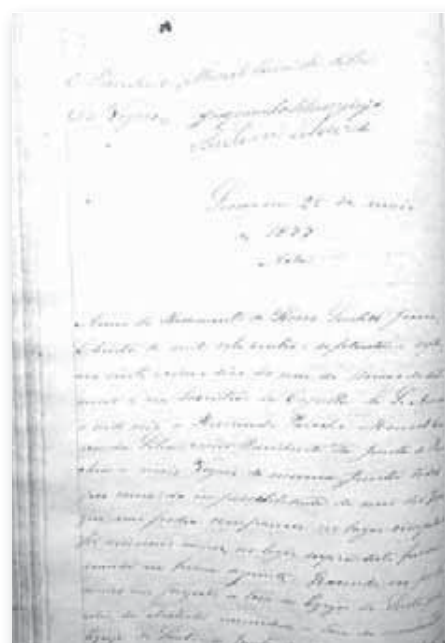
No ano de 1877 continuou a preocupação com as obras da torre da igreja. A 25 de

maio o executivo reuniu na sacristia da capela de S. Amaro "aonde [segundo a ata] veio o Reverendo Parocho Manoel Correa da Silva". O executivo explicou que "havendo vai por trez annos em projeto a torre da Igreja do Souto por estar de absoluta necessidade a torre da mencionada Igreja do Souto", a Junta tinha deliberado colocar em hasta pública a arrematação das cantarias necessárias para a torre e deveria dar-se o trabalho a quem por menos o fizesse. O leilão far-se-ia a 10 de junho, no adro da igreja de Santo Amaro, onde estaria a Junta com os respectivos orçamento e planta, entre as nove horas da manhã e o meio-dia. A Junta ouviria os lances dos "artistas" que se interessassem pela obra e quem a arrematasse seria obrigado a ter um fiador, em obrigação feita por um tabelião e testemunhas. A reunião de 10 de junho decorreu na Casa da Escola da Cadeira de Instrução Primária do Circulo da Capela de Santo Amaro da Ortigosa. Houve vários lances, mas o mais baixo foi o do canteiro Cassiano do Espírito Santo, residente no Vidigal, sócio de Afonso Vieira da Cruz, do mesmo lugar. A obra foi arrematada por 19.500 reis e ficou decidido que os campanários seriam todos "de pedra lioz da torre velha"; as voltas novas também de lioz; as soleiras "tiradas das simalhas da torre velha", também de lioz. Deixaram-se imensos pormenores e todas as medidas sobre os socos, as faces das soleiras, a cabeça da ombreira do campanário, os cunhais, o cordão de alcatrós (d'alquetroz ?), a cimalha da cúpula, os campanários. As soleiras, deveriam ser tiradas da cimalha velha; a cal seria toda revistada para ver se estava conforme, tal como seria feito com a pedra, para verificar se tinha "salgadiço" ou qualquer "outro defeito", em toda ela, que se notasse e devia ser posta e aparelhada no adro da igreja de Santo Amaro e não ter qualquer defeito.

Os arrematantes sujeitaram-se a estas condições e a Junta ficou obrigada ao pagamento em três prestações: a primeira aquando da colocação da primeira pedra; a segunda, a meio da obra e a terceira, no final da obra. A obra teria de ser concluída até outubro e foi arrematada por 195.000 reis. Caso houvesse dificuldade em cumprir o prazo, a Junta daria "mais algum".

### NOVA REFORMA ADMINISTRATIVA REFLETE-SE NO SOUTO

Como já tínhamos referido, começou a haver maior exigência em relação ao cuidado com os dinheiros públicos, tal como refletiram as atas do ano de 1878, onde já se aludiu ao orçamento e se deu conta da verificação dos fundos. Entretanto, instalou-se uma nova Junta e agora também se referiu o juramento exigido por Lei, para assumir funções públicas, tal como foram referidas as formalidades eleitorais, como o escrutínio secreto. Notou-se maior rigor em todo o processo que incluiu referências como a da marcação de datas fixas para as sessões ordinárias. Verificaram-se os inventários paroquiais e os livros de contas e escrituras. As alterações estavam relacionadas com a entrada em vigor de novo *Código Administrativo*. O pároco tinha deixado de ocupar a presidência da Junta que era, agora, um núcleo base da organização civil do território nacional. A 1 de março deliberou-se que se verificassem todos os documentos da Igreja e a ela pertencentes. A 14 de junho discutiu-se sobre os fundos da igreja, relativamente aos três anos anteriores. Decidiu-se procurar saber a re-



Atas da Junta de Paróquia de 25.05.1877.  
Fonte: Junta de Freguesia

ceita e a despesa do supradito período e fez-se e aprovou-se o orçamento para esse ano, contando a receita pela média dos três anos anteriores.

A ata de 4 de outubro foi secretariada por António Gomes Ferreira, “por ser o vogal mais novo”. Tratou-se de uma Ata de Instalação da Junta de Paróquia. Foi o pároco que deu a posse a todos, do cargo de vogal efetivo da Junta de Paróquia, para que tinham sido eleitos novos elementos, a 18 de agosto. O pároco deferiu o juramento exigido pelo *Código Administrativo* vigente e ficou instalada a Junta de Paróquia. A 4 de novembro exarou-se a ata seguinte, uma Ata de Eleição do Presidente, Vice-Presidente e Secretário da Junta de Paróquia. Fez-se um escrutínio secreto e ficou António Gomes Ferreira, como Presidente; José Alves, da Ruivaqueira, como Vice-Presidente e Joaquim Francisco Pereira, sangrador, do Souto foi nomeado Secretário. Marcou-se ainda a seguinte reunião, em que se decidiria o dia das sessões ordinárias.

Um mês depois, a 4 de dezembro, realizou-se mais uma sessão. Nesta, estiveram presentes o pároco, Manuel Correia da Silva; o Presidente da Junta, António Gomes Ferreira, do Souto; o Regedor da Paróquia, António de Sousa, do Souto e os vogais José Alves, da Ruivaqueira; António Marques, da Carreira; Luís de Oliveira, da Carpalhosa, que constituíram a maioria da Junta, para além do Secretário, Joaquim Francisco Pereira. A ata ficou referida como sendo uma *Ata das Contas e Revisão do Inventário*. “O Presidente da Junta dirigiu-se ao Presidente da Junta da Paróquia o Parocho Manuel Correia da Silva; também previamente convocado e chamando a atenção dos vogais lhes pediu o Inventário dos bens e moves da Igreja do Santíssimo Salvador do Souto, ao que ele respondeu que não sabendo do dito Inventário, prometeo procurá-lo e no caso (?) o encontrasse apresentá-lo na sessão que então se combinou entre o Presidente e vogais... no dia seis do corrente mez”. Deliberou-se também convocar o procurador da anterior Junta, José Pereira, da Ortigosa, “para mais regularmente se darem as contas”. Dois dias depois, a Junta reuniu de novo. A ata referiu que se tratava de uma *Ata da sessão para designação do dia das sessões ordinárias da Junta* e da entrega dos livros pertencentes à mesma Junta. A Junta tomou conta dos livros seguintes: Livro de Inventário das alfaías pertencentes à Igreja do Souto; Livro das Contas da Junta até ao ano de 1869; Livro das Despesas da Fábrica da Igreja até 20.07.1874; Livro da Receita da Fábrica da Igreja, até 25.05.1873; Livro de Assento das Escrituras e Juros pertencentes à Igreja do Souto e os orçamentos: 1874-1875, 1875-1876, 1876-1877, 1877-1878. Marcou-se a primeira sessão da Junta de Paróquia para o domingo, dia 15 de dezembro, pelas 10 horas e a seguinte, para quinze dias depois e assim sucessivamente, de acordo com o *Código Administrativo*. Apesar da receção dos livros, não se mencionou a presença do pároco.

Nesta altura, e na sessão seguinte, datada de 29 de dezembro, a ata incluiu a indicação de que a reunião decorria na “sala provisória das sessões” da Junta de Paróquia da freguesia do Santíssimo Salvador do Souto da Carpalhosa. No entanto, nunca encontramos referência à alteração da sala, referindo-se sempre esta pela nomenclatura de “sala das sessões”, ao longo do livro e esta definição de “provisória” surgiu apenas em três atas consecutivas (29 de dezembro de 1878, 12 de janeiro de 1879 e 4 de março de 1879), deixando depois de aparecer essa referência.

### A TORRE DA IGREJA JÁ RECEBIA INTERVENÇÃO

A 1 de março de 1878 deliberou-se que “se desse o necessario impulso para a obra da torre, em começo”. Na ata de 29 de dezembro desse ano voltou-se ao assunto. O Presidente deu conta da necessidade de ser terminada a obra da torre, “por se achar demolida a torre velha, e por isso já sem sinos para chamarem o povo aos officios divinos, bem como para darem signal da morte de nossos irmãos d’esta freguesia”. Foi reconhecida a “alta necessidade” de se continuar a obra, mas a Junta não tinha meios para tal. Como tal, o Presidente pediu ao executivo, autorização para “como particular, continuar a dita obra, a qual lhe foi logo concedida”.

A sessão de 12 de janeiro, a primeira do ano de 1879, foi uma sessão destinada de acordo com o *Código Administrativo*, como fica dito em ata, à eleição do Presidente e do Vice-Presidente para o ano de 1879. Foram eleitos, por unanimidade, como Presidente, António Gomes Ferreira, do Souto, e como Vice-Presidente, José Alves, da Ruivaqueira. Para o dia 4 de março, a sessão seguinte, a convocatória deveu-se a um officio do Administrador do Concelho, que solicitava o orçamento para o semestre. Decidiu-se não “dar o orçamento”, porque a anterior Junta não tinha “dado contas, nem ... lançado a receita e despesa nos competentes livros, desde mil oito centos septenta e quatro, por isso não sabião as alterações ... na mesma receita e despesa.”

A 27 de outubro do mesmo ano realizou-se uma ata extraordinária, para nomear dois vogais para a Junta. Estiveram presentes: o Regedor, José Pereira, da Ortigosa; o Presidente da Junta, António Gomes Ferreira, do Souto; os vogais efetivos José Alves, da Ruivaqueira, António Marques, da Carreira, Luís de Oliveira, da Carpalhosa e os suplentes Joaquim Jorge, dos Conqueiros, Joaquim da Silva Ginja, da Moita da Roda, Manuel Inácio Alves, das Várzeas, António Gaspar Lopes, da Feteira e o Secretário, Joaquim Francisco Pereira. Faltou o vogal efetivo Joaquim José Pereira, da Lagoa, que foi intimado, e o suplente Domingos da Silva, da Ruivaqueira, que estava “ausente”. Referiu-se na ata, que a reunião foi convocada para se sortearem dois vogais efetivos e dois substitutos, conforme o officio recebido da Administração do Concelho, mas não foi possível cumprir-se devido à falta dos dois vogais referidos. Seguiu-se, no entanto e logo depois, uma ata com a mesma data e com as mesmas informações, que apenas acrescentou que a Junta estava em maioria e que se procedera ao sorteio dos dois vogais efetivos e dos dois vogais substitutos, conforme determinava o Decreto de 02.09.1879, que deveriam deixar a Junta no biénio seguinte. Acrescentou-se ainda o processo: as listas foram extraídas de uma urna por um menor de 10 anos e “recahio a sorte” nos vogais efetivos Joaquim José Pereira, da Lagoa e Luís de Oliveira, da Carpalhosa e nos substitutos, em Manuel Inácio Alves, das Várzeas e Joaquim Jorge, dos Conqueiros. De notar que por esta altura já não se verificava o número reduzido de atas que se notava no início do livro, durante as décadas de 50 e 60.

### CIVIL OU RELIGIOSO?

A 15 de junho, o Presidente propôs que se requeresse ao Governo de Sua Majestade que “excetuada da desamortização uma parte do Passal desta Freguesia que se



Torre da Igreja Paroquial. Foto da autora, 2013



Interior da Igreja Paroquial. Foto da autora, 2013

acha contigua á casa da residencia do Parocho, fundada na lei que tem permitido, que seja reservada para o Parocho uma parte do Paçal, destinada para horta e outras regalias; ao que a tudo a dita junta unanimamente concordou que se requeresse, para que fosse permittido o que ahi concede". Começava a notar-se cada vez mais a separação entre o civil e o religioso e demos conta, na ata de 24 de junho de 1879, da entrega do que pertencia ao foro religioso, ao Prior. Determinou-se ir à sacristia da igreja "fazer entrega ao Reverendissimo Senhor Prior, Collado na mesma Egreja, dos vasos Sagrados, Paramentos e mais objetos destinados ao Culto Divino, bem como o Registo Parochial, como tudo consta dos respetivos Inventarios que se acha no Archivo desta Junta e os recebeu, ficando tudo de baixo da sua responsabilidade, pelo que vai no fim desta assignar".

Neste momento, a Junta nomeou um sacristão, Joaquim Francisco Pereira, do Souto e a ata de 20 de julho deu conta das suas obrigações anuais: tocar o sino para as missas, nos dias santificados, ao sair a Sagrada Viatica, trindades e meio-dia; ornar a igreja (só de cortinado), pelo Natal, Corpo de Deus e Semana Santa e tomar conta de roupas – com o ordenado de 5\$000 reis. Nesta data também, Joaquim da Silva Ginja esteve na sessão e entregou, ao Presidente, 31.500 reis da Confraria da Senhora do Rosário. Decidiu-se gastar o dinheiro em "preparos" da igreja, principalmente nos telhados e caiação interna.

A 21 de agosto, a Junta reuniu para discutir o orçamento da receita e despesa para o segundo semestre do ano. Deveriam receber-se, de réditos de juros, 4.500 reis (receita ordinária). A despesa seria: 2.000 reis para o Sacristão; 2.500 reis para cera. O orçamento foi aprovado e decidiu-se avisar os devedores de juros para prestarem contas. Nesta data, a Junta reuniu na sacristia da capela de Santo Amaro, por um dos vogais efetivos não poder ir ao Souto, situação que se voltou a verificar no ano seguinte. Em data não referida, no mês de outubro, registou-se que o orçamento da receita e despesa, para o ano de 1880, tinha sido posto à consideração da Junta: receita (17.000 reis de réditos de juros) e despesa obrigatória para Ofício da Semana Santa (8.000 reis), para o sacristão (4.000 reis) e para cera (5.000 reis). Previa-se ainda receita extraordinária de "esmola do Povo" (31.500 reis) e despesa extraordinária com o concerto dos telhados, paredes, estuque da Igreja (39.500 reis).

#### IGREJA CONTINUAVA A NECESSITAR DE OBRAS

Apesar dos novos trâmites administrativos continuaram a transparecer os problemas estruturais do edifício da igreja paroquial. A 7 de setembro o Prior foi expor à Junta a necessidade imediata de prover ao reboque dos telhados, ao "caiamento e concerto" das paredes da igreja e ao "concerto" do estuque do teto. Acordou-se, por unanimidade, que se fizesse e que se chamassem dois peritos para examinar a despesa. Na sessão de 14 de outubro, referiu-se que os peritos tinham examinado o trabalho a fazer e que tinham indicado o montante a despender: uma carrada de cal (2.000 reis), carroto da mesma (1.000 reis), carroto de areia (1.000 reis), um milheiro de telhas (3.000 reis), carroto da mesma (500 reis), mão de obra (16.000 reis). Para os telhados, as paredes e o estuque seriam necessários 8.000 reis. A despesa total era de 31.500 reis.

No final do ano tratou-se de novo do velho assunto dos dinheiros emprestados pela Junta de Paróquia às populações. A 16 de novembro, referiu-se que na sessão de 21 de agosto se tinha determinado chamar os devedores e era necessário que se convocasse a Junta para 24 de novembro de 1879, em sessão extraordinária, para enviar convocatórias, para que aqueles comparecessem com suas declarações. Esteve na reunião Maria Neta, viúva de Luís Ferreira Alfaiate, do Souto de Baixo, requerendo que, "tendo à tempo destractado uma escriptura a que seu marido era devedor a Fábrica da Igreja", de que estava a pagar décima, queria "dar baixa" da mesma. A Junta decidiu officiar ao Reverendo Manuel Correia da Silva, pároco da freguesia, nesse tempo, pedindo-lhe que passasse declaração sobre a dita escriptura, para dar baixa da mesma. A 24 a Junta reuniu e estiveram presentes alguns devedores para apresentar as declarações a fim de mostrar que tinham pago os réditos atrasados ao Procurador José Pereira. Estiveram também alguns que confessaram ter atrasos. A Junta deliberou chamar o Procurador, para o dia 11 de dezembro de 1879, para se poder "verificar a verdade", pelos seus assentos. O Presidente disse já ter officiado ao Reverendo Manuel Correia da Silva, mas que ainda não tinha resposta e deliberou-se aguardar mais algum tempo. A 11 de dezembro voltaram a estar presentes alguns devedores, na sessão do executivo. O Presidente disse ter avisado o Procurador para comparecer e "mostrar os annos que estão em divida á Fábrica da Igreja", conforme se determinara. Compareceu "um portador com uma declaração por escripto do dito Procurador" em que o mesmo declarou ter recebido 25.580 reis, havendo, no entanto a pagar, do seu trabalho, 10%, tal como "outras contas ou ajustes", que apresentaria noutra declaração. A Junta deliberou convocá-lo para 26 de dezembro, na capela ou na sacristia da capela de Santo Amaro, para aí se poder reunir o vogal Joaquim José Pereira, como vogal da Junta anterior, para declarar as referidas contas.

Na sessão de 26 de dezembro, que efetivamente se realizou em Santo Amaro, estavam, de novo, presentes os devedores. A reunião realizou-se naquele local porque Joaquim José Pereira, vogal efetivo da Junta, não podia ir ao Souto. Serviu para proceder à verificação das contas da Fábrica da Igreja, com o Procurador. Tratava-se das contas dos réditos recebidos das escripturas e dos "capitais distractados". Feitas as contas, o Procurador tinha alcançado um capital de 41.160 reis e 15.290 reis de réditos, num total de 56.450 reis, de que o "Procurador José Pereira da Ortigosa se confessa[va] devedor". Na mesma reunião, o Presidente informou que tinha officiado ao antigo pároco, o Reverendo Manuel Correia da Silva, a propósito de capital de 30.000 reis, cuja escriptura fora "detractada", quando o mesmo presidia à Junta, mas aguardava resposta. A Junta deliberou que o Presidente se dirigisse a António de Sousa, de Entre Carreiras "para ele declarar a onde para[va] tal capital". Na mesma sessão, a Junta aceitou a demissão do Procurador, "por entender ser desnecessario tal cargo".

### PREOCUPAÇÕES COM O FORO PÚBLICO

As sessões da Junta da Paróquia eram, no ano de 1880, duas vezes por mês, em data fixa, nos primeiros e terceiros domingos de cada mês, mas só se registaram



onze. A 2 de janeiro tomou posse e juramento o vogal efetivo Luís de Oliveira, por ter saído aquando do sorteio e ter sido de novo eleito – e por não ter comparecido o vogal reeleito, Joaquim José Pereira, por impedimento de saúde. Nomearam-se novos elementos para os cargos de Presidente e Vice-Presidente, o que, por escrutínio secreto, recaiu em António Gomes Ferreira, do Souto e José Alves, de Ruivaqueira, respetivamente e deliberou-se sobre a periodicidade de realização das sessões.

A ata de 11 de janeiro referiu um tipo de melhoramento que ainda só tinha surgido uma vez: deu-se nota da necessidade de um “ramal de estrada”, da ponte das Várzeas à igreja do Souto, dado que já nem “cavalgadas” transitavam na referida ligação.

A 14 de março, a Junta reuniu extraordinariamente na sacristia da capela de Santo Amaro, de novo. A reunião realizou-se na capela porque, mais uma vez havia, um vogal efetivo que não podia ir à casa das sessões, ao Souto. A Junta tinha determinado, a 26 de dezembro, que o Presidente se dirigisse a António de Sousa, a propósito de um capital de 30.000 reis. O Presidente comunicou que António de Sousa lhe tinha feito chegar uma letra de 28.800 reis, do devedor, José Ferreira, das Várzeas (e seu fiador “e principal pagador”, José Pedro, do Picoto). António Sousa entregou também 200 reis em dinheiro, “disendo que o protesto da letra, que erão mil reis”, que tinham sido dados pelo Reverendo Padre Manuel Correia da Silva, que fora pároco da freguesia. Tudo, somava 30.000 reis. O Presidente tinha avisado o devedor e o fiador para pagarem o capital e os réditos vencidos, o que não tinha acontecido e o mesmo “não via modos de pagar sem serem obrigados judicialmente, dado que a letra estava “portestada em nome do dito Reverendo Padre [e] a junta o não podia obrigar”. A Junta deliberou “dar mais alguma espera aos devedores”. Caso não pagassem, seria dada ao dito Manuel Correia da Silva, para lhe dar o referido emolumento.

O Presidente apresentou ainda o caso de 70.000 reis, de que eram devedores António Domingues e mulher, da Ruivaqueira, à Fábrica da Igreja. Estavam “distractados” 43.200 reis, mencionados numa ata de 22 de fevereiro de 1875, lavrada pela Junta, cujo capital não existia nem se sabia onde existia. Determinou-se e encarregou-se o vogal Joaquim José Pereira e o vogal José Alves de falar com o Padre Manuel Correia da Silva, como Presidente que tinha sido para que o mesmo lhes dissesse o fim que tinha sido dado ao capital. Propôs-se também à Junta que fossem determinadas “as esperas” que se deveriam dar a José Pereira, tal como os réditos em dívida. Ia esperar-se até ao final de junho. A 4 de julho estiveram presentes o Presidente da Junta, António Gomes Ferreira; os vogais José Alves, da Ruivaqueira; António Marques, da Carreira, Luís de Oliveira, da Carpalhosa e o substituto Joaquim da Silva Ginja, da Moita da Roda (que prestou juramento ao Presidente e que “foi chamado a cerviço” por ser o vogal substituto mais velho e mais votado), na indisponibilidade de Joaquim José Pereira, que formavam a maioria e ainda o Secretário, Joaquim Francisco Pereira. Verificou-se, de novo, que os devedores da igreja não tinham pago nem comparecido a solicitar “espera”, nem comparecido até à data marcada. Como tal, decidiu-se entregar o assunto ao poder judicial.

No dia 17 de agosto continuou a referir-se a preocupação com os dinheiros públicos. Joaquim Ginja disse ter falado com o Padre Manuel Correia da Silva acerca dos 43.300 reis que se tinham “distractado” do capital devido por António Domingues da

Ruivaqueira à Fábrica da Igreja, por altura em que Joaquim da Silva Ginja fora vogal e o dito Padre, Presidente. Informou também que o Padre Manuel Correia da Silva lhe tinha dito, ter gasto o capital "com as despesas obrigatórias e auctorizadas pelos orçamentos visto não ter recebido do Procurador da Igreja, os rendimentos, para isso determinados nos ditos orçamentos; mas que é certo diz Joaquim da Silva Ginja, que alguns annos pagou ao sacristão das esmolas que estavam na sua mão depositadas, e que lhe parecia que a cera, e as despesas da Semana Sancta, tinham sido feitas de outras esmolas do povo, e não sido necessario gastar os mencionados juros". Tendo isto em conta, a Junta determinou reunir extraordinariamente no dia 26 de julho de 1880, na capela de Santo Amaro e decidiu-se officiar ao Padre Manuel Correia da Silva, para que comparecesse na sessão, pelas nove horas da manhã, para dar as declarações que mostravam onde tinha gasto os referidos 45.300 reis.

Numa das sacristias da capela de Santo Amaro, verificou-se, de novo, que os devedores da Igreja não tinham pago nem comparecido a solicitar "espera" e decidiu-se entregar o assunto ao poder judicial. Compareceu o reverendo Manuel Correia da Silva, do Casal das Várzeas, a fim de prestar contas dos annos em que presidiu à freguesia, por não haver assentos da receita e da despesa do referido tempo. O reverendo solicitou que se adiasse o assunto para outro dia e ficou definido que se adia para 2 de agosto. Nesta data o assunto ficou mais perto da solução. O executivo voltou à sacristia da capela de Santo Amaro e o Reverendo Manuel Correia da Silva entregou a relação das despesas que fez quando presidiu à freguesia, como pároco, tal como a relação das receitas. Nesta data, a Junta deliberou reunir na casa das sessões, a fim de discutir as despesas lançadas, a 9 de agosto de 1880, pelas 9 horas da manhã e aí o assunto ficou definitivamente resolvido. Compareceram na reunião o reverendo Manuel Correia da Silva, e o reverendo prior da freguesia e a reunião serviu para analisar as contas apresentadas por aquele, contas essas que a Junta não tinha querido receber a 2 de agosto, por não estarem documentadas por escrito e por as verbas serem elevadas e lhes faltar a "competente autorização".

Outra preocupação importante em 1880 foram, de novo, as dívidas à Fábrica da Igreja e continuou a falar-se das obras de que a mesma necessitava, referindo-se, na ata de 8 de agosto que tinha havido obras que não tinham sido bem feitas. O Presidente pediu que, como era o tempo mais próprio para tratar do arranjo dos telhados da Igreja, visto estarem aprovadas em orçamento as despesas e como havia situações de reparação anterior que não tinham deixado os telhados bem, lhe fosse dada autorização para o trabalho ser dado "a jornal", tomando este conta do serviço e comprometendo-se a dar contas do mesmo.

No início de outubro o Presidente apresentou o orçamento da receita e despesa para o anno civil de 1881, que foi aprovado por unanimidade. O saldo do anno anterior, com os rendimentos de juros era de 17.000 reis; a despesa obrigatória, para officio da Semana Santa e para o sacristão, totalizava 4.000 reis. Para a cera eram necessários 5.000 reis, o que dava também 17.000 reis. Mandou-se afixar edital a dar conta do mesmo, no lugar do costume e tirar cópia da ata, para dar conhecimento official, à Administração do Concelho.



As atas de 1880 deram também conta de uma consulta por parte da Câmara Municipal, à Junta, para a autorização de obras de carácter particular. A 21 de dezembro leu-se um ofício da Câmara Municipal de Leiria, que perguntava à Junta se se poderia, “sem dar prejuízos publicos ou particulares”, “rebaixar” um caminho público no sítio da Chã, limite dos Conqueiros; e introduzir um cano num caminho público na aldeia limite do Souto de Baixo, o que fora requerido à Câmara pelo presbítero Inácio José de Matos, dos Conqueiros. A Junta observou os caminhos e concluiu que, relativamente ao primeiro caso, não havia prejuízo público ou particular em fazer o rebaixamento, dado que a fazenda junto do mesmo era da irmã do requerente, que tinha dito que nunca se oporia, mesmo que tivesse algum dano por algum tempo. Quanto à outra situação, a Junta também não via prejuízo público ou privado, desde que o caminho ficasse como estava, após a colocação do cano e desde que o requerente desse serventia pela sua propriedade, enquanto o caminho estivesse impedido.

#### UM LEVANTAMENTO DA POPULAÇÃO

A 2 de janeiro de 1881, como era necessário, reuniu-se para eleger o Presidente e o Vice-Presidente. Fez-se o sorteio, por escrutínio secreto e elegeram-se para Presidente, o vogal António Gomes Ferreira e para Vice-Presidente o vogal José Alves. As reuniões da Junta ficaram marcadas para os primeiros e terceiros domingos de cada mês, como era habitual.

A 20 de janeiro reuniu-se extraordinariamente, para tratar de assunto relacionado com um ofício recebido do Escrivão da Fazenda. Era necessário eleger dois membros para uma Comissão Paroquial, conforme estabelecia o *Regulamento do Imposto de Rendimento* de 12 de novembro anterior. Começou a tratar-se do assunto, mas a ata diz que se encheu completamente “a salla, e parte do adro contiguo á porta das sessões de Cidadãos desta Parochia a protestar inergicamente contra, com um alarido tal que impossibilitou a junta de deliberar sobre o assumpto. Em vista disto a junta levantou sessão e deliberou dar parte do ocorrido”. A ata foi clara em relação a um levantamento da população, dada a instrução do Escrivão da Fazenda, para nomear dois membros para a Comissão exigida pelo Regulamento do Imposto de Rendimento de 12 de novembro anterior. O “alarido” foi tal que a sessão da Junta não se realizou e esta deliberou dar conta do sucedido, superiormente. A decisão acabou por ser tomada na reunião seguinte, extraordinária, em que foram nomeados Domingos da Silva, solteiro, proprietário, da Ruivaqueira e João Pereira, também solteiro e proprietário, da Arroiteia.

O *Regulamento do Imposto do Rendimento* foi, como diz o mesmo, uma contribuição geral direta, criada pela Carta de Lei de 18 de junho de 1880. Ficavam sujeitos ao imposto, todos os rendimentos “produzidos ou desfructados”, no continente e ilhas. Cobrava-se sobre os seguintes rendimentos: de *Classe A*: aplicação de capitais – provenientes de títulos de crédito sobre o Estado quando cobrados no país, de títulos de crédito sobre quaisquer associações, de títulos de crédito sobre pessoas particulares, que resultassem do direito a prestações ou pensões não compreendidas nas outras classes; de *Classe B*: rendimentos de exercício de algum emprego – ren-

dimentos de ordenados, pensões, soldos e quaisquer outras remunerações pagas diretamente pelo Governo; vencimentos de empregados públicos de corporações administrativas e de estabelecimentos subsidiados ou não pelo Estado; de *Classe C*: de propriedade imobiliária – rendimentos provenientes de qualquer das espécies de propriedade imobiliária perfeita, da enfiteuse, subenfiteuse, censo, quinhão, usufruto e habitação; de *Classe D*: de comércio e indústria – rendimentos obtidos pelo comércio e pela indústria compreendido o exercício de qualquer profissão, arte ou ofício; de *Classe E*: rendimentos de qualquer proveniência, quando não produzidos, mas desfrutados, no Continente ou nas Ilhas – todos os rendimentos que, embora não produzidos, tivessem sido desfrutados. A Lei detalhava ainda mais cada uma das incidências e pagava-se 2% sobre os rendimentos da classe A, que fossem dividendos de ações sujeitas à contribuição bancária e industrial ou em juros de capitais sujeitos à décima de juros e sobre todos os rendimentos das classes B, C e D. Cobrava-se 3% sobre os restantes rendimentos da classe A e sobre todos os da classe E. O lançamento do imposto era feito por intermédio de comissões paroquiais e municipais e na falta destas, pelo escrivão da fazenda de cada concelho ou bairro. Em cada Paróquia ou em cada grupo de paróquias limítrofes de um mesmo concelho, que compreendessem até 1000 fogos, haveria uma Comissão Paroquial, constituída por: um elemento nomeado pela Câmara Municipal do concelho, que presidiria à Comissão; dois elementos nomeados pelo escrivão da fazenda, que designaria, no ato da nomeação, qual dos dois seria o Secretário da Comissão e dois nomeados pela Junta de Paróquia (nos casos de uma só Paróquia ou; tantas quantas as Paróquias agrupadas, em que cada Paróquia ficaria com um representante na Comissão, nomeado pela respetiva Junta). Portanto, no Souto da Carpalhosa nomeavam-se dois membros pela Junta. Para se ser nomeado era necessário residir na Paróquia, saber ler e escrever e não se poderia estar excluído das eleições municipais. Podiam também fazer parte os párocos, os regedores, os professores, autoridades ou funcionários paroquiais e os vogais das juntas de paróquia.

#### CÂMARA CONTINUA A CONSULTAR A JUNTA

A 31 de janeiro de 1890, a Junta reuniu no sítio da Partolinha, limite do Souto de Cima e o Presidente tinha convocado a Junta para este local devido a um ofício recebido da Câmara que solicitava informação sobre a “posição de um Amieiro”, que estava junto à margem do Rio do Souto de Cima, no sítio da Partolinha, para saber se era verdade que o mesmo estava a “embareçar a livre corrente das Aguas”. A Junta informou que o arneiro pertencia a João Pereira da Relva, do Souto de Cima, e não a José Pereira, como declarava o ofício da Câmara e que o mesmo, “com a sapata no rio correspondente” tinha escorregado “para o rio” como indicavam “claramente” a sua posição inclinada e “as raises solapadas”, tal como a terra agarrada às raízes. Isto estorvava a corrente das águas, a ponto de se ter desviado o rio e de as águas terem rompido para a propriedade do requerente, a D. Clemência do Céu e Matos, recolhida em Santo Estevão, em Leiria. A Junta verificou ainda que o amieiro estava “a pouca altura do leito do rio” e que estava a pre-



Câmara Municipal de Leiria. Foto da autora, 2013

judicar e iria continuar a prejudicar, caso não fosse retirado, em conjunto com a raiz correspondente.

A 8 de março realizou-se uma reunião semelhante, desta feita no sítio da Aldeia, limite do Souto. A Junta reuniu, extraordinariamente no local, para ver e examinar se o Reverendo Padre Inácio José de Matos, dos Conqueiros podia, sem prejuízo público ou particular, procurar água no caminho público entre as fazendas de Manuel da Silva, da Aldeia e Maria André, solteira, da Feteira. Concluiu-se que a obra daria prejuízo público, por o Reverendo “não poder dar trancito publico no tempo da abertura” a particulares e por poder “exburrrar” as fazendas dos confinantes. Decidiu-se informar a Câmara desta decisão.

#### **IGREJA PERDE VERBAS PARA A EDUCAÇÃO**

A 9 de novembro de 1890, o executivo deixou-nos informação sobre a situação das escolas da freguesia, sua localização, suas professoras e biblioteca, a pedido do Administrador do Concelho. A Junta respondeu que a freguesia tinha “casas de escola” e que uma estava “cervindo” e outra estava mobilada e “em circunstancia de receber alunos”, que estavam a receber ensino numa das sacristias da capela de Santo Amaro e que não estava em uso, por “não estar vistoriada”. Quanto às professoras, residiam em casa sua e em relação à biblioteca, aguardavam-se “instruções”. Como tal, não parecia ser necessário um orçamento suplementar.

#### **OUTROS ASSUNTOS**

A 2 de janeiro de 1891, tratou-se das eleições do executivo. Estavam presentes António Gomes Ferreira, do Souto; José Alves, da Ruivaqueira, António Marques, da Carreira, vogais efetivos, eleitos em novembro de 1881, para servirem no quadriénio de 1882-1885. Compareceram também Luís Oliveira, da Carpalhosa, vogal efetivo e Joaquim da Silva Ginja (ao serviço, por impedimento de Joaquim José Pereira, da Lagoa). O Presidente serviu de Secretário. António Gomes Ferreira, do Souto; José Alves, da Ruivaqueira; António Marques, da Carreira tomaram posse e prestaram o juramento na conformidade da Lei. Seguiu-se o escrutínio secreto para escolher o Presidente e o Vice-Presidente. Foi nomeado para Presidente, o vogal efetivo, António Gomes Ferreira e para Vice-Presidente, o vogal efetivo José Alves. As sessões ordinárias ficaram marcadas para os primeiros e terceiros domingos de cada mês, pelas 8 horas da manhã.

Na sessão que se seguiu, a 8 de janeiro, o Presidente referiu a ata de 20 de julho de 1879, em que ficara decidido que o sacristão era obrigado a tomar conta das roupas da igreja. A este propósito informou que o sacristão o tinha alertado para uma situação a verificar. Era costume antigo as capas e vestimentas serem levadas para as capelas, nos dias das suas festas. Aí, eram distribuídas pelos locais e eram estragadas e sujas, para além de, naquele momento, faltar uma capa, que teria ficado numa das capelas. Como tal, pediam-se providências da Junta, que deliberou que, daí em diante, quando fossem pedidas as roupas, pelos festeiros, o sacristão, em harmonia com o Pároco, dobraria e colocaria as roupas em poceiros ou tabuleiros, trazidos pelos

festeiros, que seriam conduzidos pelos mesmos, para as capelas, onde o sacristão tomaria conta das mesmas. No final da festa, este as dobraria e mandaria conduzir, de imediato, à igreja. Deveria também haver “toda a cautela nas conduções”, devendo evitar-se extravios, estragos ou a falta das mesmas na capela onde poderiam fazer falta e teriam de estar até ao meio dia. Para gratificação deste trabalho, o sacristão receberia a quantia de 240 reis.

Julgamos que, nesta altura, a Semana Santa transparece nas atas como um tempo importante para as populações locais. Já o tínhamos notado anteriormente, mas na ata de 5 de fevereiro, podemos verificar que se gastava cerca de metade do orçamento anual da Junta de Paróquia para essa comemoração. Esta verba foi, no entanto, diminuída, pois a Câmara Municipal pediu à Junta uma verba para o Fundo Escolar, o que obrigou o executivo a retirar 1.000 reis à verba destinada para cera e 1.000 reis à verba destinada para a Semana Santa, levando à alteração do orçamento.

O Presidente colocou em apreciação os orçamentos da receita e despesa para o ano de 1882, na sessão de 5 de fevereiro. A receita seria constituída por: créditos de juros: 17.000 reis; a despesa: obrigatória para as despesas da Semana Santa: 8.000 reis, cera, 5\$000 reis, Sacristão, 4.000 reis, o que dava os mesmos 17.000 reis. O orçamento foi aprovado e decidiu-se seguir os procedimentos habituais de publicitação por 10 dias.

Neste ano, verificou-se, de novo, a descentralização da reunião do executivo, que reuniu no Rossio, nos Conqueiros, a 15 de fevereiro e no Lugar da Lagoa, a 1 de abril. A razão foi, de novo, para verificar in loco, se havia interesses individuais a prejudicar os públicos. O Presidente convocou esta reunião extraordinária a propósito de um ofício da Câmara Municipal que pretendia saber se José Pereira, dos Conqueiros, se tinha assenhoreado de um bocado de terreno público, no dito Rossio dos Conqueiros e, sobre o mesmo, edificado casas, segundo um requerimento do Reverendo Inácio José de Matos, do referido lugar. A Junta examinou a situação e verificou que parte das casas estavam no terreno público, no entanto, não se sabia qual era a situação antes da edificação. Foram chamadas pessoas idóneas que deram conta que José Pereira fizera um muro cerca de 20 anos antes, tapando a sua fazenda e este tinha sido feito por “uma baixeira” que havia entre o seu terreno e o terreno público. Não se sabia se o local era caminho público que antes por lá tivesse passado. Era, no entanto, certo, que o povo não se tinha queixado, nem mesmo quando o terreno foi vistoriado por um vereador da Câmara, já depois das casas edificadas.

A 1 de abril o executivo tratou de um assunto semelhante. Desta feita, deslocou-se ao lugar da Lagoa, porque a Câmara Municipal pretendia ser informada sobre uma licença que João Fonseca, do referido lugar, pretendia, para estrumar um caminho público frente à sua propriedade. Pretendia-se saber se haveria prejuízo público ou privado e se o referido caminho era de “mak-adam ou calçada”. A Junta concluiu que não haveria prejuízo público ou privado; quanto ao caminho, era “chão duro, misturado com pedra”.

#### DELIMITAÇÃO DA PROPRIEDADE PAROQUIAL

A 19 de fevereiro de 1882, o pároco compareceu na reunião e estabeleceram-se os marcos na propriedade paroquial, em torno da igreja e na presença dos confi-



Câmara Municipal de Leiria. Foto da autora, 2013

nantes. A localização dos marcos ficou pormenorizadamente descrita em ata. O Prior informou que não havia marcos no seu passal, que pegava com as casas da residência, a poente, por onde se pudesse guiar, entre Manuel Ferreira do Pinhal e Rosa Neta, viúva de José Pereira Sebastião, que fora do lugar de S. Miguel. A Junta determinou proceder, desde logo, à marcação, convidando os confinantes. A marcação começou num marco que já existia junto à casa de Manuel Ferreira, onde o passal fazia uma curva, depois, “um ao pé da barreira do passal, correndo para o Nascente a estrema por isso que fica a fazenda do passal ao Nascente, e sul, correndo a marcação ao nascente no comprimento de dois metros e oitenta centímetros, e deste marco toma a direção do Norte a dita marcação, sempre rente a barreira que alevanta a fazenda do passal aonde se carvaram onse marcos nas voltas que já fazia a dita barreira na distancia uns dos outros – primeiro = oito metros = segundo = nove metros = terceiro = quatro metros e cinquenta centímetros = quarto dois metros e quarenta centímetros = quinto = cinco metros e vinte centímetros = sexto = nove metros e sessenta centímetros = sétimo = onse metros e dez centímetros = oitavo = doze metros e cinquenta centímetros = nono = oito metros e trinta centímetros = decimo = oito metros e trinta centímetros = undécimo = onze metros e oitenta centímetros = e este fica carvado ao pé de uma fazenda ou pinhal de Antonio de Soisa de Entre-carreiras do Souto, e corre esta fazenda de Antonio de Soisa ao lado do dito passal pela parte do Norte”.

Neste ano a Junta viu-se ressarcida de algum capital que tinha emprestado a juro. A 16 de abril esteve na reunião do executivo José de Sousa Damásio, do Casal das Várzeas, para entregar 16.000 reis, que devia à Fábrica da Igreja, de que se deu logo baixa no manifesto das escrituras. A 17 de setembro, Domingos Braz Arroiteia entregou 86.400 reis de que também se deu baixa no manifesto. O capital referido ia conservar-se até que alguém o levantasse.

No ano de 1883 demos conta de alguma indefinição em relação a quem deveria secretariar as reuniões da Junta de Paróquia, como se pode verificar na ata de 2 de janeiro de 1883. Nesta sessão, a Junta reuniu para nomear Presidente e Vice-Presidente para o ano de 1883. Nomearam-se de novo António Gomes Ferreira do Souto, para Presidente e José Alves, da Ruivaqueira, para Vice-Presidente. Nomeou-se ainda, para desempenhar o cargo de Secretário da Junta, João Pereira, professor no Souto. Terá possivelmente havido alguma indecisão nesta nomeação, dado que na ata se indicou inicialmente António Simão de Oliveira, solteiro, maior, assistente no Souto, mas o nome foi rasurado e surgiu João Pereira, em seu lugar. Esta situação é ainda mais estranha quando se nota que nenhum dos dois secretariou esta ou qualquer outra ata a partir desta data. Também se combinaram os dias para realizar as sessões ordinárias, ficando estas marcadas para os primeiros e terceiros domingos de cada mês.

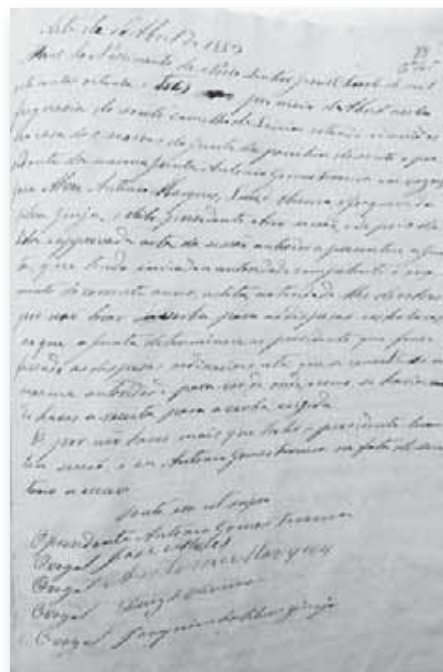
Nesta sessão informou-se ainda que “se obrigou o vogal Luis d’Oliveira a pedir os rendimentos dos juros que se achavam em dívida ou em atrasos”. A 7 de janeiro aprovou-se a ata da sessão anterior. Além disso, havia quem pretendesse o dinheiro constante da ata de 17 de setembro de 1882. A verba foi pedida por Manuel Francisco do Pinhal, do Picoto, que dava por fiador o seu tio, José Lopes da Escoira, da Carreira e por hipoteca, uma terra, no sítio da Morgada, limite da Carreira, que partia, do norte com a Vala Real; do nascente e poente com estrada de fazendas. A Junta determinou in-

formar-se sobre a dita propriedade e depois tomar a sua decisão. A resposta surgiu na ata de 27 de janeiro, data em que se analisou o pedido e se concluiu que Manuel Francisco do Pinhal e seu tio seriam capazes de pagar a quantia de 115.200 reis e o seu juro a 5% e, como tal, deram poder ao Presidente para assinar, manifestar e registar a escritura relativa ao empréstimo em causa.

### JUNTA NÃO RECENSEOU MENINAS NEM DESTINOU VERBAS À EDUCAÇÃO

Na ata de 4 de fevereiro de 1883 soube-se que a Junta iria proceder, a pedido de autoridade superior, ao recenseamento das crianças em idade escolar (6 a 12 anos). O Presidente informou que era necessário tratar do recenseamento e combinou-se a melhor forma de o fazer. Esta ata está cheia de erros, não se compreendendo bem o que na mesma se diz e a ata seguinte deu nota de que o recenseamento fora devolvido, porque a Junta não fez o levantamento dos possíveis alunos de sexo feminino, que já estava concluído e pronto para ser apresentado pelo Presidente e para enviar às entidades competentes, na sessão de 10 de junho. Para tal, foi necessário solicitar o apoio do Reverendo Prior, conforme se exarou na ata de 18 de fevereiro.

A 1 de abril voltou a discutir-se a temática educativa porque o orçamento da Junta foi devolvido pelas entidades oficiais recetoras/avaliadoras do mesmo, por este não contemplar verbas para as despesas escolares. A Junta “determinou ao Presidente que fosse fazendo as despesas ordinarias até que se consultasse a mesma autoridade para ver de onde, e como, se havia de haver a receita para a verba exigida”. Este assunto só ficou resolvido a 27 de janeiro do ano seguinte e a solução adotada foi a de suprimir totalmente a verba destinada à Semana Santa, em detrimento da verba necessária para a instrução escolar.



Ata da Junta de Paróquia de 01.04.1883.  
Fonte: Junta de Freguesia

### DA GESTÃO DA JUNTA

Em março de 1883, em cumprimento da Lei, o Presidente apresentou o orçamento geral da receita e despesa da Junta da Paróquia para o ano, que foi discutido e aprovado e seguiram-se os trâmites de exposição pública, por 10 dias e de submissão à aprovação superior. Mais tarde, a 18 do mesmo mês, o Presidente prestou contas, relativamente à receita e despesas dos anos da sua gerência e as mesmas foram analisadas e aprovadas, mas a 1 de abril o executivo analisou, o mesmo documento por ele não contemplar verba para despesas escolares, como ficou dito.

Em junho o executivo foi questionado pelo Administrador do Concelho acerca da gerência da Junta. O Presidente apresentou um ofício que solicitava cópia da ata da última instalação da Junta, informação sobre quantas sessões tinha havido e em que dias, desde 1 de janeiro de 1883 e se as atas se tinham lavrado. Tinha ainda sido enviada uma intimação para que fossem apresentadas contas documentais ao tribunal competente, referentes às gerências de 1878-1879; e segundo semestre de 1879, 1880 e 1881. A Junta determinou que se respondesse ao ofício e que o Presidente “fosse consultar sobre as contas da Junta antiga”, como determinava a ata de 9 de agosto de 1880.

A 1 de julho de 1883, o Presidente pediu uma licença de seis meses, para se au-

sentar da freguesia, informando que tinha de tratar de “nugocios da sua casa, e acompanhar sua familia a banhos”. Como tal, pediu licença por seis meses, a partir daquela data ou do primeiro de julho. A Junta concedeu a licença e após esta decisão, o Presidente deu conhecimento que tinha remetido às autoridades, as contas relativas ao período do segundo semestre de 1879 a 1882, tal como a razão por que não tinha enviado as contas de 1878 e do primeiro semestre de 1879. Este apresentou também uma relação dos réditos que estavam em dívida e sugeriu que, apesar do que tinha ficado decidido na ata de 1 de abril, se desse orçamento com a verba para as escolas, tal como outras Juntas já tinham feito.

A partir dessa data deixou de haver registo de atas de sessões até 2 de janeiro do ano seguinte. A 2 de janeiro desse ano de 1884, estiveram na Junta de Paróquia o Presidente, António Gomes Ferreira e os vogais José Alves, da Ruivaqueira e António Marques, da Carreira. Compareceram também António de Sousa, do Souto e Joaquim Jorge, dos Conqueiros, vogais, eleitos em novembro de 1883 para servirem no quadriénio de 1884-1888. A ata foi escrita pelo “secretario entrino”, António Simão d’Oliveira. António de Sousa, do Souto e Joaquim Jorge, dos Conqueiros prestaram juramento sob os Evangelhos em conformidade com a Lei, como vogais efetivos. De seguida, e por escrutínio secreto, nomearam-se Presidente e Vice-Presidente, respetivamente António Gomes Ferreira e José Alves. As sessões ficaram agendadas para os primeiros e terceiros domingos de cada mês, pelas 8 horas da manhã.

No dia 20 de janeiro, o Presidente lembrou que tinha estado de licença e que era necessário fazer os orçamentos e incluir nos mesmos as despesas com a instrução e a habitação do professor. Convocou-se toda a Junta para o dia 27, seguinte, a fim discutir o assunto e ver de onde se deveria retirar a verba necessária. A 27, o Presidente apresentou o orçamento para o ano de 1884, para que tinha sido definida verba destinada à instrução primária, mas como não era possível lançar uma contribuição direta, a Junta decidiu colocar a verba que, até aí era destinada à Semana Santa nesta rubrica que era exigida por Lei, “visto não haver outros rendimentos na parochia de que a junta [pudesse] lançar mão”. Terminou assim a discussão e aprovação do orçamento e a 17 de fevereiro, a Junta reuniu para que o Presidente apresentasse contas da sua gerência, que foram aprovadas.

A 16 de março estiveram na sessão do executivo os herdeiros de Ana Joaquina, da Ruivaqueira, que entregaram 86.400 reis, que sua mãe devia à Fábrica da Igreja. A Junta aceitou e o dinheiro ficou em depósito até que “houvesse quem o levantasse por escriptura”. A Junta só voltou a reunir em outubro, altura em que o Presidente apresentou o orçamento para 1885, que foi discutido e aprovado.

A Junta reuniu a 2 de janeiro de 1885 a fim de nomear o Presidente e o Vice-Presidente para o ano de 1885. Foram nomeados, respetivamente António Gomes Ferreira e José Alves. As sessões da Junta ficaram agendadas para os primeiros e terceiros domingos de cada mês, pelas 9 horas da manhã. A 15 de fevereiro o Presidente apresentou contas da sua gerência e estas foram aprovadas.

#### **PORTAL DA IGREJA TINHA SIDO DESTRUÍDO POR UM RAIO**

No ano de 1885 a Junta recebeu, na sessão de 1 de março, uma verba extraordinária, de 45.000 reis, devido à expropriação, para um ramal de estradas das Várzeas ao



Souto, de um olival que lhe pertencia. Decidiu-se que a verba deveria ser aplicada no portal da igreja, que estava em ruína devido a uma faísca elétrica que tinha derrubado a torre e o dito portal e por não haver quaisquer outros meios para a sua reparação.

Esta ata foi a que encerrou o primeiro livro de atas da Junta de Paróquia do Souto da Carpalhosa. Seguiu-se um novo livro de atas, aberto pelo Presidente da Junta de Paróquia, António Gomes Ferreira a 15 de fevereiro e que funcionou até 1908.

### **COMUNS ATOS DE GERÊNCIA**

Em março de 1885, a Junta reuniu para responder a um ofício que solicitava a apresentação das contas relativas aos anos de 1883-1884. Seguiu-se reunião de 18 de outubro, em que o Presidente apresentou o projeto do orçamento geral da receita e despesa, para o ano de 1886, que foi discutido e aprovado e ficaria patente ao público durante 10 dias, subindo depois à aprovação competente.

No ano seguinte, em janeiro, procedeu-se à eleição do Presidente e do Vice-Presidente e a eleição recaiu, respetivamente, em António Gomes Ferreira e José Alves. Esta ata foi escrita pelo escrivão da Junta, António Simão d'Oliveira, que não tinha surgido anteriormente. No mês de fevereiro, o Presidente prestou contas da sua gerência, da receita e despesa, relativas ao ano de 1885 e as contas foram aprovadas. A 10 de outubro, como vinha sendo habitual, o Presidente apresentou o orçamento geral: receita e despesa para o ano de 1887, que foi aprovado. Nestas referências aos orçamentos, não foram registados os valores em causa.

A 2 de janeiro de 1887 compareceram na sessão o ex-Presidente da Junta, António Gomes Ferreira e António Marques, Domingos da Silva, Joaquim Jorge e Joaquim da Silva Ginja, cidadãos da freguesia, vogais eleitos em novembro de 1886, para servirem como membros efetivos da Junta da Paróquia. A ata foi escrita pelo Secretário da Junta, João Pereira. O ex-Presidente tomou o juramento dos restantes, como vogais efetivos e procedeu-se à eleição do Presidente e do Vice-Presidente, por meio de escrutínio secreto. Foram nomeados, para Presidente, o vogal António Domingos da Silva e para Vice-Presidente, o vogal Joaquim Jorge. As sessões ordinárias ficaram marcadas para os primeiros e terceiros domingos de cada mês, pelas oito horas da manhã. Nesta nomeou-se João Pereira, residente no Souto, para Secretário da Junta. A 6 de fevereiro, o ex-Presidente esteve de novo na Junta, a fim de prestar as contas, que foram aprovadas. O orçamento da receita e despesa, do ano de 1887, foi apresentado a 19 de junho. Em julho, informou-se que tinha ficado em falta, na ata de 6 de fevereiro, mas que, nessa data, o ex-Presidente tinha apresentado os livros pertencentes à Junta da Paróquia, nomeadamente: dois livros de atas (um preenchido e outro em branco), um livro para a despesa da fábrica da igreja, um livro para os assentos das escrituras, um livro para as contas, um livro para a receita, um livro para as alfaías da igreja. Ficámos assim a saber quais eram e para que serviam os diversos livros existentes no arquivo da Junta, nesta altura.

### **O HORÁRIO ESCOLAR E A EDIFICAÇÃO DE UMA ESCOLA**

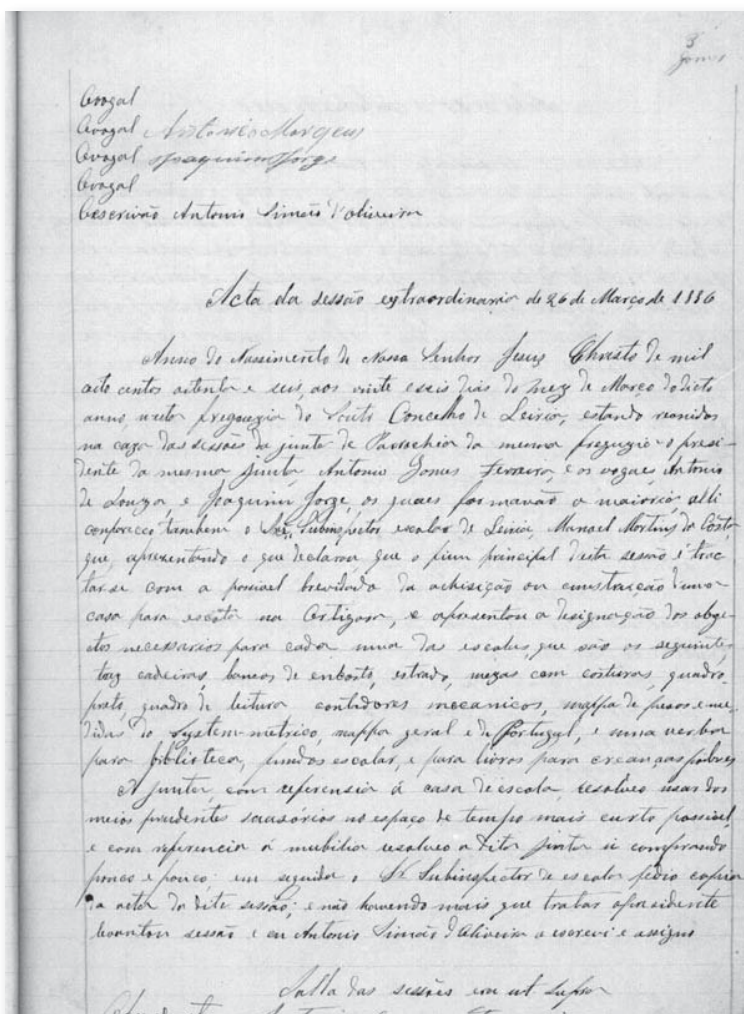
Em fevereiro, o executivo foi consultado a propósito do horário escolar. No dia



21, o Presidente apresentou um ofício, recebido da Câmara, que solicitava à Junta que determinasse o horário das escolas. A Junta deliberou que seria o seguinte: de março a agosto: de manhã, à meia hora do sol e de tarde, ao meio dia; de outubro a março: de manhã, meia hora de sol e de tarde, uma hora depois do meio-dia.

No mês seguinte, a 26 de março, uma sessão extraordinária servia para tratar, com a maior brevidade, da construção ou aquisição de uma casa para servir de escola, para a Ortigosa. Apresentou-se também a relação dos objetos necessários para uma escola: três cadeiras, bancos de encosto, estrado, mesas com costeiras, quadro preto, quadro de leitura, contadores mecânicos, mapa de pesos e medidas do sistema métrico, mapa geral e de Portugal, uma verba para Biblioteca e fundos escolar e para livros para crianças pobres. A Junta decidiu que, em relação ao edifício, iria tentar solucionar o assunto; quanto à mobília, iria comprar pouco a pouco.

Ata de 26.03.1886: apetrechamento de uma escola. Fonte: Junta de Freguesia



### PREOCUPAÇÕES CÍVICAS: FEIRAS E OUTROS ASSUNTOS

A primeira ata de 1888 data de 2 de fevereiro. Estivera presentes o Presidente, Domingos da Silva, da Ruivaqueira e os vogais Joaquim Jorge, dos Conqueiros; Joaquim da Silva Ginja, da Moita da Roda e António Marques, da Carreira. A ata foi escrita pelo Secretário, João Pereira. Assinaram apenas o Presidente, António Marques e o Secretário. Para além destes, assinaram António da Fonseca, Manuel Ferreira Costa, Joaquim Ferreira Mindo, Luís Neto, Maximino Rodrigues, Joaquim Pereira, Silvério Rodrigues e Joaquim José Pereira, porque, nesta sessão, a Junta discutiu a possibilidade de passar a haver duas feiras, na Paróquia, que seriam requeridas à Câmara. Os cidadãos António da Fonseca, Manuel Ferreira Costa, Joaquim Ferreira Mindo e Luís Neto, todos da Ortigosa; Maximino Rodrigues e Joaquim Pereira, da Ruivaqueira; Silvério Rodrigues e Joaquim José Pereira, da Lagoa ofereceram unanimemente, gratuitamente e definitivamente o local para a realização das duas feiras: pinhais que possuíam junto da Estrada Real n.º 58, no sítio do Outeiro, próximo da capela de Santo Amaro da Ortigosa. A área era a seguinte: partia de norte com Manuel Ferreira Costa e outros; de nascente com Joaquim Gaspar do Casal e outros; de sul com caminho público e de poente com José Maria Amaral, do Coimbrão e outros. Os beneméritos solicitaram apenas a condição de poderem, “em todo o tempo” cortar os pinheiros de que necessitassem e se utilizarem da limpeza dos respetivos prédios. A Junta achou que os terrenos eram aptos para esse fim e deliberou aceitá-los.

Em março houve uma sessão extraordinária, no dia 11, em que o Presidente informou o executivo que era necessário construir umas rampas no Ribeiro da Ortigosa, no sítio do Paul, tal como era necessário reparar outros caminhos da freguesia que estavam intransitáveis. A Junta deliberou que não tinha quaisquer verbas para tais serviços e, como tal, requisitaria um subsídio de 100.000 reis ao município leiriense para a realização dos mesmos. Mesmo com estas dificuldades financeiras, a Junta decidiu, em reunião extraordinária de 28 de maio de 1889 e, em função de um ofício da Administração do Concelho, que não lançaria percentagem alguma, junto da população, sobre as contribuições do Estado, para fazer face às despesas da Paróquia, para o ano seguinte.

A 16 de junho de 1889, a Junta reuniu para discutir, a pedido da Administração do Concelho, a propriedade de um terreno alegadamente usurpado por uma família de Entrecarreiras, convocada para restituir ao Reverendo Pároco um terreno que era propriedade da igreja, localizado no sítio dos Morgados. Estiveram presentes Manuel do Pinhal, do Souto; Luís Domingues, do Souto de Baixo; Joaquim Francisco Pereira, sangrador e José Francisco Pereira, do Souto, convocados pelo Presidente. Não esteve presente a família, também convocada. A Junta não tinha qualquer informação sobre o assunto, mas os presentes, testemunhas neste caso, asseveraram que o terreno tinha sido pertença da Paróquia. A Junta concluiu que o terreno tinha efetivamente sido usurpado, o que seria informado ao Administrador do Concelho, para que se tratasse da restituição.

Em dezembro de 1890 a Junta registou autos de demarcação, pelo meio das suas atas. O primeiro surgiu a 4 de dezembro e referiu-se a um terreno público no Picoto. O Presidente e os vogais da Junta, tal como o procurador da Câmara de Leiria, Joaquim Marques, tinham reunido no Picoto, na presença de cidadãos do lugar. O ter-



Mercado da região leiriense. Fonte: casal inglês que passou por cá cerca de 1900

reno localizava-se junto à propriedade de Manuel Ferreira do Pinhal, do Picoto e foram colocados quatro marcos de pedra em toda a extrema do terreno, que confrontava apenas com o mesmo. Seguiu-se novo auto de demarcação de um terreno público, com data de 8 de fevereiro de 1891, desta feita, na Lameira, junto a uma propriedade de Teresa Angélica, do mesmo lugar, no sítio da Barroca. A Junta e o Procurador da Câmara, que se fez acompanhar dos empregados da mesma, Joaquim de Faria e António da Costa, deslocaram-se à Lameira, a rogo dos cidadãos do referido lugar. Esta demarcação contou com a presença da quase totalidade dos habitantes da localidade e prendia-se com uma alegada queixa de usurpação por parte de Teresa Angélica de um terreno em que se cruzavam quatro caminhos e a situação trazia prejuízo aos habitantes e a quem por lá transitava. Procedeu-se à demarcação do terreno público com a propriedade que lhe ficava a sudoeste, cravando-se seis marcos de pedra na extrema indicada pela escavação feita pelos proprietários do lugar, que reivindicaram apenas o terreno ocupado há menos tempo.

#### JUNTA RECENSEIA POPULAÇÃO

A Junta de Paróquia reuniu a 24 de agosto de 1890 com o fim de se instalar a Comissão do Recenseamento Geral da População, para a Paróquia, conforme solicitado superiormente. Os indivíduos já nomeados pelo Administrador do Concelho eram: o Reverendo Pároco da freguesia, o Regedor da freguesia e os vogais da Junta de Paróquia. A 8 de novembro de 1890 exarou-se uma ata de nomeação dos agentes que iriam fazer o recenseamento geral da população. A Comissão reuniu na sala de sessões da Junta de Paróquia. O Presidente da Comissão era Domingos da Silva que informou que iria nomear a Comissão que faria o recenseamento naquele ano e que se iria proceder à divisão da freguesia em quatro secções. Os responsáveis pelo recenseamento receberiam uma gratificação de 10 reis por cada pessoa recenseada. As secções e os seus responsáveis, todos do Souto, foram definidos conforme o quadro que juntamos.

Secção	Lugares que compreendia	Secção	Lugares que compreendia	Secção	Lugares que compreendia	Secção	Lugares que compreendia
1. <sup>a</sup>	Ortigosa Casal das Várzeas Lagoa Ruivaqueira Ameixoeira Relva Ribadaves Lameira Monte Agudo	2. <sup>a</sup>	Carreira Picoto Arroteia Várzeas	3. <sup>a</sup>	Souto Conqueiros Moita da Roda Assenha	4. <sup>a</sup>	Camarneira Jã da Rua Marinha Lavegadas Sargaçal Carpalhosa Penedo S. Miguel
João Pereira		Joaquim Francisco Pereira Júnior		Luís Francisco Pereira		Joaquim Francisco Pereira	

De notar que nos apareceu, nesta ata, o nome de Jã da Rua e não João da Rua, como nos aparecera anteriormente.

A 21 de junho de 1891, a Junta reuniu de novo para responder ao ofício da Administração do Concelho, que solicitava informação sobre o recenseamento da po-

pulação. De acordo com o Presidente da Junta e da Comissão, João Pereira, agente da 1.ª Secção tinha recenseado 1060 pessoas; Joaquim Francisco Pereira, agente da 2.ª Secção, tinha recenseado 965 pessoas; Luís Francisco Pereira, agente da 3.ª Secção, recenseou 839 pessoas e Joaquim Francisco Pereira, agente da 4.ª Secção, tinha recenseado 840 pessoas. Ficámos com informação sobre a população que residia na área da Paróquia, nesta altura. Esta distribuía-se pela freguesia e recensearam-se o número de indivíduos conforme o quadro que apresentamos.

Secção	Lugares que compreendia	Secção	Lugares que compreendia	Secção	Lugares que compreendia	Secção	Lugares que compreendia
1.ª	Ortigosa Casal das Várzeas Lagoa Ruivaqueira Ameixoeira Relva Ribadaves Lameira Monte Agudo	2.ª	Carreira Picoto Arroteia Várzeas	3.ª	Souto Conqueiros Moita da Roda Assenha	4.ª	Camarneira Jã da Rua Marinha Lavegadas Sargaçal Carpalhosa Penedo S. Miguel
1060 pessoas		965 pessoas		839 pessoas		840 pessoas	
3704 indivíduos							

Esta tarefa voltou a surgir na ata de 30 de agosto de 1900. Nessa altura reuniram o Reverendo Pároco, Manuel Rodrigues Gameiro, o Regedor da Paróquia, o Juiz de Paz e João Pereira, professor do ensino primário – Presidente e vogais da Comissão, nomeados superiormente para fazerem o recenseamento geral da população da freguesia. O Presidente dividiu a freguesia em 3 secções: 1.ª – Souto, Várzeas, Arroteia, Picoto e Carreira; 2.ª – Moita da Roda, S. Miguel, Chão da Laranjeira, Assenha, S. Bento, Jã da Rua, Marinha, Lavegadas, Casal Telheiro, Sargaçal, Carpalhosa e Penedo; 3.ª – Casal, Ortigosa, Ameixoeira, Ruivaqueira, Ribadaves, Lameira, Monte Agudo e Conqueiros. João Pereira foi o agente que responsável pela primeira área; Joaquim Francisco, sangrador, seria o agente da segunda secção e o Regedor da freguesia seria responsável pela 3.ª secção, conforme o quadro que apresentamos.

Secção	Lugares que compreendia	Secção	Lugares que compreendia	Secção	Lugares que compreendia
1.ª	Souto Várzeas Arroteia Picoto Carreira	2.ª	Moita da Roda S. Miguel Chão da Laranjeira Assenha S. Bento Jã da Rua Marinha Lavegadas Casal Telheiro Sargaçal Carpalhosa Penedo	3.ª	Casal Ortigosa Ameixoeira Ruivaqueira Ribadaves Lameira Monte Agudo Conqueiros
1060 pessoas		965 pessoas		839 pessoas	

#### **CADA VEZ MAIS PREOCUPAÇÕES DE CARÁTER CIVIL**

Foi-se notando que a Junta de Paróquia tinha cada vez mais competências e estava efetivamente a preocupar-se mais com aspetos de ordem mundana e cada vez menos com assuntos relativos à igreja.

A 7 de abril de 1891, pretendia-se dar de empreitada, a demolição e a reconstrução da rampa que José Joaquim Pereira, da Lagoa, havia construído ilegal e prejudicialmente, sem prévia autorização da Junta, no caminho público, junto à margem do Ribeiro da Ortigosa, no sítio do Picoto. A nova rampa seria feita de alvenaria comum por José Pereira da Ortigosa, por 17.000 reis. A 13 de abril, a Junta reuniu de novo, em sessão extraordinária, para discutir a questão da rampa a construir na Ribeira da Ortigosa, no sítio do Porto, pois constava que José Joaquim Pereira, da Lagoa, construía uma rampa no referido lugar, sem prévia autorização da Junta, junto à margem do ribeiro e de uma forma que ameaçava futuros prejuízos às propriedades confinantes e a outras. A Junta deliberou demolir a obra e proceder à sua reconstrução, observando-se totalmente a respetiva planta, para tal elaborada e deu-se a obra de empreitada a José Pereira, da Ortigosa. No entanto, quando este dava início à empreitada, tinham aparecido José Joaquim Pereira e Manuel Duarte Cotiro (?) de Rivaqueira, empregados da Direção Hidráulica, que tinham embargado a obra, multando o empreiteiro em 2.000 reis. A Junta devolveu a multa ao queixoso e solicitou autorização às repartições competentes.

Mas as preocupações seculares são ainda mais visíveis em outras áreas. Uma ata de 28 de abril de 1891, diz que a Junta reuniu para deliberar acerca da demarcação de uma pedreira, a Pedreira de Ribadaves que pertencia à Junta, pois constava que alguns confinantes da referida pedreira haviam usurpado parte da mesma. Deliberou-se pedir autorização às autoridades respetivas, para que a Junta pudesse proceder à demarcação, ficando esta sob administração da Junta. Este assunto foi tratado de novo a 7 de junho de 1891, data em que a Junta reuniu e o Presidente informou ser de grande utilidade que se procedesse à demarcação da Pedreira de Ribadaves. Deliberou-se, de novo, oficiar às autoridades, no sentido de obter autorização para tal. Este será um importante assunto que se vai prolongar para o século seguinte.

#### **JUNTA LANÇA CONTRIBUIÇÃO PARA MAIS OBRAS NA IGREJA**

A 30 de abril de 1891, encontrámos a preocupação com um assunto do foro religioso. A igreja paroquial estava, mais uma vez, a necessitar de obras. A Junta de Paróquia reuniu em sessão extraordinária, a fim de decidir de novo, sobre se lançava ou não a percentagem sobre as contribuições do Estado e desta vez ponderou-se de forma diferente, por ser imprescindível fazer face a despesas da Paróquia. Este assunto já fora abordado mais do que uma vez e a Junta decidiu sempre não tomar essa medida. Desta feita e, segundo a ata, porque era premente reparar os altares da igreja paroquial e fazer outras obras na Paróquia, decidiu-se lançar uma percentagem de 3% sobre as contribuições do Estado, em 1892.

### **CADA VEZ MAIS DIFICULDADES FINANCEIRAS**

A 12 de junho de 1891, a Junta reuniu em sessão extraordinária. O executivo estava empenhado em desenvolver uma série de obras e começam a surgir algumas dificuldades financeiras, que comprometeriam os anos seguintes. Pretendia-se decidir o dia em que se arrematariam, em hasta pública, as seguintes obras: construção de três rampas, duas na mota do Ribeiro da Ortigosa, junto ao caminho público no sítio do Paul e uma no caminho da Ribeira da Ortigosa no sítio do Porto; reparação de três caminhos, um no sítio da Vala, no lugar da Lagoa, outro no lugar de Ruivaqueira e outro no sítio do Lameiro, também no lugar da Lagoa. Dada a grande necessidade destas obras, deliberou-se fazer a arrematação no mesmo dia 12, por quem menos as fizesse.

Como as despesas tinham aumentado, a 7 de janeiro de 1892, a Junta decidiu que seria necessário lançar não 3%, mas 10% sobre as contribuições do Estado, para fazer face às despesas no ano de 1893. Justificou-se a medida com o facto de a percentagem decidida no ano anterior não ter sido suficiente para fazer os reparos nos altares da Igreja Paroquial e para outros serviços. A quantia dos 10% não terá sido consensual, pois foi rasurada nos dois locais em que aparece e foi justificada pela grande necessidade de fazer as despesas mencionadas.

A 14 de fevereiro realizou-se uma sessão extraordinária para fazer os orçamentos das despesas com o altar-mor e com o alargamento e a ampliação do cemitério da igreja. Compareceram também, para este fim, José Pereira Duque, dourador; Domingos Quinta, carpinteiro e Manuel Ferreira Eugénio, pedreiro, que orçaram a despesa do altar-mor em 670.000 reis para o ouro e madeira e a mão de obra custaria 80.000 reis.

A 14 de abril de 1892 foi necessária mais uma sessão extraordinária. Reuniu-se para que se pedisse autorização para a Junta poder dispor do capital que tinha recebido de Luís Domingues (de réditos da Fábrica da Igreja), para fazer face às despesas paroquiais, mas também para poder contrair um empréstimo de 171.590 reis a 5% ao ano para fazer face às despesas do ano de 1892. Como a Junta não podia dispor do referido capital nem proceder ao empréstimo, sem autorização superior, deliberou-se solicitar a autorização, cujo teor ficou em ata. A 15 de maio de 1892, na reunião que se seguiu, o executivo da Junta voltou a frisar que tinha deliberado fazer o pedido de autorização para o empréstimo e esse foi o único assunto tratado na sessão. E na sessão seguinte, datada de 5 de junho, voltou a deixar-se exarado em ata que se iria pedir à Câmara Municipal, autorização para poder utilizar os 16.800 reis entregues por Luís Domingues, tendo este sido, de novo, o único assunto tratado pelo executivo.

A 19 de junho voltou a falar-se da necessidade de obter a autorização da Câmara, discriminando-se que 14.610 reis se destinavam a pagar o salário do Secretário da Junta e 2.190 reis se destinariam a comprar uma chancela de que a Junta carecia, para carimbar os documentos paroquiais.

### **SERVIÇO EM PROL DA POPULAÇÃO**

Em junho transpareceram preocupações e obrigações de âmbito social, nas atas. A 31 de junho de 1892, em sessão extraordinária, deixou-se a pretensão, de acordo com ordens superiores, de se proceder à instalação de uma Comissão de Beneficência, para

auxiliar a Junta na providência para melhorar o estado sanitário da freguesia e se acudir aos pobres e indigentes quando necessário. A Comissão seria constituída por: Presidente, o Reverendo Francisco Maria Baeta de Vasconcelos, prior da freguesia e para o Souto, Joaquim Francisco Pereira sénior; Várzeas, Luís Crespo; Picoto, José Duarte; Carreira de Cima, António Marques júnior; Carreira de Baixo, António Lopes da Mariana; Arroiteia, João Pereira Jacinto; Chã da Laranjeira, António Domingues da Quinta; S. Miguel, Manuel Caixeiro; Jã da Rua, Manuel Duarte C(?); Carpalhosa, Manuel Ferreira Bord'Água; Moita da Roda, José Mendes, das Trepadas Conqueiros, Luís José Alves de Matos; Monte Agudo, José Jorge, da Lameira; Lameira, José Gaspar; Ribadaves, Manuel António; Ortigosa e Ameixoeira, José Pereira sénior; Lagoa, Luís José Pereira; Ruivaqueira, José da Costa e Sousa; Casal das Várzeas, Manuel Ferreira Eugénio.

Nesse verão haveria de surgir de novo a temática da instrução primária. Chegara o final do período de cedência de uma casa por parte de um paroquiano. Como tal, a 7 de agosto de 1892, a Junta de Paróquia decidiu arrendar uma casa para a aula e habitação do professor de Instrução Primária Elementar do Souto de Baixo, dado que a que tinha servido até então, tinha sido cedida gratuitamente pelo espaço de 15 anos, prazo que terminara a 23 de junho anterior. A Junta decidiu arrendar a casa que o professor colocado tinha mandado construir no Souto de Baixo, passando a dar-se uma renda anual de 4.000 reis ao mesmo. O professor, que também estava presente, concordou ceder a casa à Junta, pela renda oferecida.

A 2 de outubro de 1892 registou-se uma ata de aprovação de obras. Aprovaram-se: obras que José Joaquim Pereira, da Lagoa, mandara construir, na Mota do Ribeiro da Ortigosa, junto ao caminho público no sítio do Paul, por 20.000 reis; construção de outra rampa, no mesmo sítio e na mesma mota, por 21.680 reis; reparação do caminho do Vale no lugar da Lagoa, por 15.800 reis; reparação do caminho que conduzia do lugar da Ruivaqueira ao campo da Ruivaqueira, por 3.520 reis; reparação do caminho do Lameiro, no lugar da Lagoa, por 11.240 reis; construção de uma rampa no caminho do Ribeiro da Ortigosa, no sítio do Porto, por 27.760 reis. Tinham todas sido arrematadas por José Joaquim Pereira em hasta pública a 12 de julho do ano anterior.

A 2 de outubro de 1892 a ata indicou que se aprovaram as contas e decidiu-se exarar na mesma que a Junta já tinha recebido o subsídio no valor de 140.000 reis, sendo que 100.000 reis seriam para construir as rampas e para a reparação dos caminhos vicinais da freguesia e 40.000 reis para conservar o caminho a "mac-adam" que, da Estrada Real, conduzia ao Souto. A Junta tinha assinado os recibos necessários e José Joaquim Pereira tinha ficado incumbido, de os cobrar do cofre Municipal, no entanto, até este dia, só tinha dado 20.000 reis à Junta e teria dissipado o resto em obras particulares. Como tal, a Junta entendeu que, não se eximindo da sua boa-fé, deveria deixar em termos claros, em ata este facto que, ocultado, poderia tornar suspeita a probidade e o zelo com que tratava dos negócios da sua jurisdição.

#### LEGISLAÇÃO RÉGIA DEIXA TRANSPARECER QUESTÕES POLÍTICAS

A Junta reuniu a 2 de janeiro de 1893 para dar posse a um novo executivo. Estavam presentes o Presidente e o vogal José da Costa e Sousa. Não estava nenhum dos



outros vogais porque o Presidente não tinha recebido o ofício referente à tomada de posse a tempo de os convocar. O Presidente propôs, na presença de duas testemunhas, Joaquim Francisco Pereira, casado, sangrador e Luís Francisco Pereira, barbeiro, ambos do lugar do Souto, que a reunião fosse adiada para o dia 6 de janeiro de 1893. A 6 de janeiro realizou-se a sessão e estiveram presentes o ex-Presidente, Domingos da Silva, António Domingues, João Gaspar e José Francisco, cidadãos da freguesia, vogais eleitos a 27 de novembro de 1892, para servirem de vogais efetivos da Junta de Paróquia no triénio de 1893-1895. Tomaram juramento, na conformidade da Lei e a nova Junta procedeu ao escrutínio secreto para eleger o Presidente e o Vice-Presidente. Escolheu-se António Domingues para Presidente e José Francisco seria o Vice-Presidente. O vogal João Gaspar foi nomeado Tesoureiro. Deixou-se em branco o espaço para colocar o nome do Secretário e este não assinou a ata, mas na reunião seguinte, o Secretário continuou a ser João Pereira. As sessões ficaram marcadas apenas para os terceiros domingos do mês, ao contrário do que fora deliberado em mandatos anteriores.

A 22 de janeiro a nova Junta de Paróquia reuniu e esteve também o ex-Presidente, Domingos da Silva que foi apresentar contas, que a nova Junta achou estarem bem e, portanto, decidiu enviá-las às entidades competentes. As reuniões de 19 de março e de 16 de abril, que se seguiram serviram para apresentar as contas e o orçamento de 1892 e 1893, respetivamente. Estiveram sempre presentes apenas os vogais José Francisco e João Gaspar, desde 22 de janeiro e as atas dizem sempre que “os outros” não tinham podido estar presentes. Na ata de 21 de maio e na de 20 de agosto, voltou a acontecer o mesmo em relação às presenças em sessão.

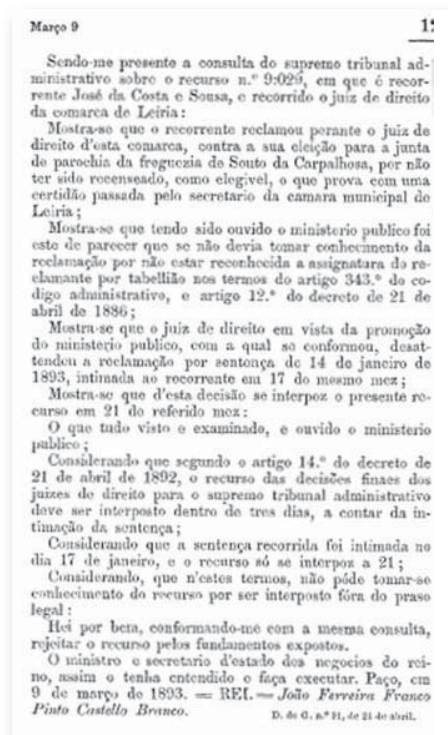
Este facto é um pouco estranho, pois na reunião de 2 de janeiro tinha estado presente José da Costa e Sousa, um dos vogais eleitos, de acordo com a ata e que não voltou a surgir neste espaço de tempo. No entanto, encontrámos, na Legislação Régia da época, uma consulta do Supremo Tribunal Administrativo, sobre um recurso em que era recorrente o mesmo José da Costa e Sousa, que poderá explicar um pouco do que se passava. No *Diário do Governo*, n.º 91, de 24 de abril, publicou-se a seguinte informação a este propósito:

“Sendo-me presente a consulta do supremo tribunal administrativo sobre o recurso n.º 9:029, em que é recorrente José da Costa e Sousa, o recorrido o juiz de direito da comarca de Leiria:

Mostra-se que o recorrente reclamou perante o juiz de direito d'esta comarca, contra a sua eleição para a junta de parochia da freguezia de Souto da Carpalhosa, por não ter sido recenseado, como elegível, o que prova com uma certidão passada pelo secretario da camara municipal de Leiria;

Mostra-se que tendo sido ouvido o ministerio publico foi este de parecer que se não devia tomar conhecimento da reclamação por não estar reconhecida a assignatura do reclamante por tabellião nos termos do artigo 343.º do código administrativo, e artigo 12.º do decreto de 21 de abril de 1886;

Mostra-se que o juiz de direito em vista da promoção do ministerio publico, com a



Diário do Governo, n.º 91, de 24.04.1893.  
Fonte: Debates Parlamentares



qual se conformou, desatendeu a reclamação por sentença de 14 de janeiro de 1893, intimada ao recorrente em 17 do mesmo mez;

Mostra-se que d'esta decisão se interpoz o presente recurso em 21 do referido mez:

O que tudo visto e examinado, e ouvido o ministerio publico;

Considerando que segundo o artigo 14.º do decreto de 21 de abril de 1892, o recurso das decisões filiaes dos juizes de direito para o supremo tribunal administrativo deve ser interposto dentro de tres dias, a contar da intimação da sentença;

Considerando que a sentença recorrida foi intimada no dia 17 de janeiro, e o recurso só se interpoz a 21;

Considerando, que n'estes termos, não póde tomar-se conhecimento do recurso por ser interposto fóra do praso legal:

Hei por bem, conformando-me com a mesma consulta, rejeitar o recurso pelos fundamentos expostos.

O ministro e secretario d'estado dos negocios do reino, assim o tenha entendido o faça executar. Paço, em 9 de março de 1893. = REI. João Ferreira Franco Pinto Castello Branco. D. do G. n.º 91, de 24 de abril."

A 19 de agosto de 1894 esteve, pela primeira vez, o Vogal José da Costa e Sousa, sem que em nenhuma ata anterior se tenha referido o caso da consulta régia ao Supremo Tribunal Administrativo. No entanto, na reunião seguinte, José da Costa e Sousa, já não voltou a estar presente. Voltou a comparecer a 6 de dezembro de 1894 e de novo a 13 do mesmo mês. Voltou depois a 24 de março de 1895 e a partir daí começou a ir às sessões do executivo, como vogal.

#### **NOVOS BENEFÍCIOS A FAVOR DA IGREJA, QUE ESTAVA ARRUINADA**

A 20 de agosto de 1893, a Junta reuniu de novo. Verificou-se que seria útil arranjar umas "estantes" para servirem para a filarmónica, em dias de festa da Igreja Paroquial; que se reparasse o pavimento da igreja e que se mandasse fazer uma porta no coro da mesma. A Junta deliberou que era realmente essencial proceder aos benefícios referidos e decidiu que se fizessem. A 17 de setembro do mesmo ano, o Presidente apresentou um orçamento suplementar de receita e despesa, o que nunca tinha, até à data, acontecido, nesta Junta de Paróquia. O mesmo foi aprovado, mas a ata não registou as alterações havidas nem as verbas revistas.

A 21 de janeiro de 1894 a Junta reuniu para eleger o Presidente e o Vice-Presidente, para aquele ano e foram eleitos os mesmos elementos que serviram no ano de 1893. A 19 de agosto de 1894, a Junta reuniu para se fazer o orçamento para a reparação do altar-mor. Estavam presentes os "peritos", o dourador José Pereira Duque e o carpinteiro, Domingos António Quinta, ambos de Regueira de Pontes. O orçamento foi definido em 670.000 reis para a douradura, outros ingredientes e mão de obra e 70.000 reis para madeira e carpintaria. Os mesmos orçaram também a reparação da casa da madeira do Reverendo Pároco da freguesia por 40.800 reis: 18.000 reis para madeira e 22.800 reis para mão de obra.

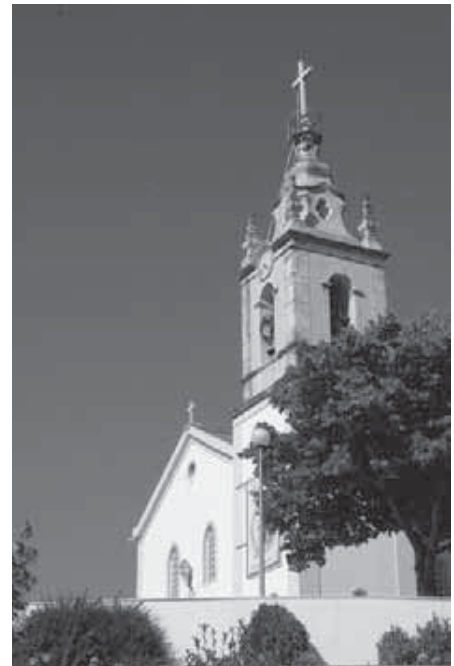
A 6 de dezembro de 1894 a Junta deu conta do "estado de ruína e pouca decen-

cia” em que se encontrava a Igreja Paroquial. Era urgente pensar num modo prático e pronto “de forma a evitar a sua total ruína” e para a tornar “decente para os atos do culto”. Como era impossível “accudir a tão grande mal”, com os rendimentos da Paróquia, de 13.330 reis anuais, decidiu-se pedir autorização para “destractar” capitais e solicitar aos paroquianos que auxiliassem com um “obulo”. O assunto voltou a ser discutido logo de seguida, em sessão de 13 de dezembro de 1894 e ficou exarado na ata que toda a igreja necessitava de consertos. Após análise mais pormenorizada, deliberou-se: que se reconstruísse o teto da capela-mor, retificando-se as paredes e colocando duas janelas maiores que as existentes, para aumentar a luz na igreja; que se reparasse o altar-mor, trono e camarim, levando tudo a douradura e pintura competente; que se soalhasse o pavimento da igreja e se repassasse o estuque do teto, até ao arco cruzeiro; que se pintassem e dourassem os altares laterais e se ornassem com todos os castiçais e vasos dourados competentes; que se reparassem os telhados das sacristias do norte e se ultimasse o muro em volta da igreja, com suas portas de entrada e saída; que se reparassem as casas de residência do pároco e as do seu coadjutor; que se construísse uma casa para depósito das alfaias e mais objetos da igreja. Para tal, a Junta pedia autorização para utilizar os capitais da Fábrica da Igreja e as esmolas dos paroquianos. Também se deliberou que se solicitasse à Câmara se dignasse providenciar de modo a que o cemitério paroquial da freguesia fosse alargado e ampliado.

Na reunião de 21 de fevereiro de 1895, dizia-se que as obras da igreja deveriam começar no início do ano, para que fosse possível concluí-las até final do mesmo e deliberou-se colocar logo em hasta pública a reparação e o acrescentamento do altar-mor, trono e camarim, tal como se deveria iniciar a reconstrução do teto da capela-mor, colocando as duas janelas novas, de forma a aumentar a incidência de luz. Decidiu-se ainda pela reparação do estuque do teto do corpo da igreja até ao arco cruzeiro. Deliberou-se também levar à hasta pública a obra do assoalhamento do pavimento da igreja e que fossem preferidos, como arrematantes, por serem peritos “na arte destas obras”, Domingos António Quinta, de Regueira de Pontes e José Romão, do Arrabal de Leiria.

Na reunião seguinte, de 24 de março de 1895, a Junta nomeou uma Comissão para dirigir os trabalhos a realizar na Igreja Matriz: nomeou-se o Reverendo Pároco para presidir à mesma e o seu coadjutor, Manuel Duarte Alexandre, seria Vice-Presidente; os vogais seriam José Alves, Domingos da Silva, Luís José Alves, António Domingues e João Pereira. Em ato contínuo da Comissão, nomeou-se para diretor dos serviços de construção, Joaquim José Pereira, da Lagoa.

Na sessão de 7 de abril de 1895, a Junta deu de empreitada, a quem por menos fizesse, as obras de carpintaria a fazer no pavimento da igreja, as obras da capela-mor e do teto do corpo da igreja até ao arco cruzeiro e os trabalhos de caiação. A 21 de julho, deu-se de empreitada a pintura e a douradura do altar-mor a Augusto Carlos Barnabé de Figueiredo, dourador, que tinha mostrado a sua perícia em obras do género, nas freguesias limítrofes desta e na capital do distrito, visto estarem quase ultimados a obra de carpintaria e o telhado do altar. A obra foi dada pela quantia de 600.000 reis. Explicou-se ainda, que não houve hasta pública, por se tratar de uma obra de arte e o artista merecer confiança.



Igreja Paroquial. Foto da autora, 2013

#### **PÁROCO VOLTA A PRESIDIR À JUNTA**

A Junta só voltou a reunir a 5 de dezembro de 1895, data em que apenas se apresentaram as contas respeitantes ao ano findo. A 12 de janeiro de 1896 instalou-se e tomou posse a nova Junta, eleita em dezembro. Estiveram presentes António Domingues, José Francisco, João Gaspar. O vogal José Costa e Sousa não esteve presente “por não poder”. Esteve também o Reverendo Prior da Freguesia porque, esta data marcou uma alteração importante ao nível da legislação administrativa, nas Juntas de Paróquia, cuja presidência foi restituída aos párocos. Foi nessa qualidade, de novo Presidente, que participou Francisco Maria Baeta de Vasconcelos. Os restantes novos elementos efetivos foram (re)eleitos e eram: José Alves, António Domingues, José Francisco e João Gaspar. Estavam também presentes os vogais substitutos Domingos da Silva, Manuel Ferreira Monteiro, Manuel Pereira Serrano, Luís de Oliveira e Luís Francisco Mindo. Foi dado juramento e foi dada posse aos novos elementos, eleitos para o triénio de 1896-1898. A mesa, provisória, foi constituída pelo Prior e por José Alves, que secretariou e procedeu-se à eleição do Presidente, do Vice-Presidente, do Secretário e do Tesoureiro da Junta de Paróquia, eleição que recaiu respetivamente em Francisco Maria Baeta de Vasconcelos, António Domingues, João Gaspar e João Pereira, do Souto. Em ato contínuo, o Prior solicitou que a Junta anterior entregasse títulos, rendimentos, alfaia e as restantes “propriedades” da Junta, deliberando-se que se fizesse inventário de tudo e que o mesmo fosse assinado pela Junta cessante, que se responsabilizou por qualquer dívida que existisse, quando se fizesse o saldo das suas contas. As sessões ordinárias foram marcadas para as primeiras e terceiras quintas-feiras do mês.

#### **NOVO PÁROCO E MAIS DIFICULDADES FINANCEIRAS**

A primeira ata que se realizou no ano de 1896 não está datada. A segunda é de 18 de fevereiro. Na primeira ata desta nova Junta, referiu-se um ofício da Câmara, que autorizava a aplicação do imposto de contribuição do trabalho, lançado no ano de 1896, para o arranjo dos caminhos vicinais mais necessitados da freguesia. Perante esta autorização, a Junta deliberou: construir uma rampa no caminho público, a partir do Rio da Carreira, conforme indicava o orçamento feito pelo empregado da Câmara, no valor de 9.160 reis; reparar um caminho público no lugar da Carreira, onde chamam Ponta da Fernanda; arranjar o caminho público, do lugar do Souto ao de S. Miguel; arranjar o caminho público à Ponte dos Peões, no Campo da Ruivaqueira; arranjar outros caminhos públicos: do lugar da Ruivaqueira até ao Porto das Figueiras; do lugar de Santo Amaro até aos Penteados; por de trás das Eiras; do lugar de Santo Amaro ao sítio da Boca; da Estrada Real até ao Rio das Várzeas, próximo à Serrada das Faias; do lugar do Souto de baixo até ao sítio de Ferro da Vala, próximo do Souto de Cima; da Capela de Ribadaves até ao lugar da Lameira; outros caminhos nos lugares do Picoto, da Arroiteia e das Várzeas.

Esta foi a única ata que se registou no ano de 1896. Em 1897, as atas começam a 18 de fevereiro, sendo que a primeira serviu para se aprovarem as contas do ano de 1895. A seguinte data de 4 de março e foi presidida pelo vogal mais velho dado que o pároco

estava doente. Nesta, achou-se ainda, por bem, deixar exarado que as despesas “ordinarias” da Junta de Paróquia relativas ao ano de 1896 tinham sido suportadas pela Confraria do Santíssimo Sacramento e por “algumas esmolas do povo” e que a “Confraria continuaria a pagar nos annos futuros todas as despesas ordinarias que estavam a cargo da Junta de Parochia, em rasão desta Junta ter empregado em obras da Egreja”, com autorização da Comissão Distrital (no ano de 1895), “todos os Capitães mutuados que possuía, não ficando por isso meios alguns á mesma Junta de Parochia com que satisfaça de futuro despesas algumas de seu Cargo, pois que nada mais possui alem dos ditos Capitães.” Desta ata, fez-se extrato, para enviar ao Administrador do Concelho.

A ata seguinte é extraordinária, de 9 de março de 1898 e quem presidiu à reunião foi um novo pároco, o Reverendo Manuel Rodrigues Gameiro, que abriu a sessão, solicitando à Junta que “lhe desse conhecimento de todas as cousas” que dissessem “respeito ao archivo da mesma”: livros, escrituras que tivessem sob a administração da Junta, dinheiro em cofre, subsídio da Bula concedido em 1897 para obras da Igreja, papéis e outros objetos pertencentes à Junta.

A Junta declarou que: os livros estavam em poder do Secretário; as escrituras deviam estar em poder do Reverendo Francisco Maria Baeta de Vasconcelos; não havia dinheiro em cofre; o subsídio da Bula estava em poder do Reverendo Francisco Maria Baeta de Vasconcelos; havia três chaves: uma deveria estar em poder do Reverendo Francisco Maria Baeta de Vasconcelos; outra estava em poder do vogal João Gaspar e outra em poder do vogal António Domingues; os papéis e objetos da igreja estavam em poder do Reverendo Francisco Maria Baeta de Vasconcelos.

Deliberou-se que o arquivo fosse entregue ao novo Presidente, com o respetivo inventário e a reunião seguinte decorreu a 16 de março e serviu, exatamente, para entregar o Arquivo ao novo Pároco. Deliberou-se que se chamaria o ex-Presidente, para que o mesmo entregasse todos os objetos que tinha em sua posse e resolveu-se que se reparasse um dos quartos da residência paroquial.

Seguiu-se a sessão de 7 de abril de 1898. A ata foi feita, para que ficasse, mais uma vez, registado que as despesas obrigatórias da Junta, no ano de 1897, tinham sido suportadas pela Confraria do Santíssimo Sacramento e com esmolas dos paroquianos, por a Junta “não ter receita alguma”. A ata seguinte é de 21 de agosto, de uma sessão extraordinária, que tinha por fim deliberar acerca de reparos a fazer nas sacristias da igreja, mas como a Junta não tinha quaisquer verbas, deliberou-se que o pároco deveria fazer um peditório.

A 5 de janeiro de 1899 surgiu nova ata, para dar posse e instalar a nova Junta, eleita a 27 de novembro, para o triénio de 1899-1901. Estiveram presentes o pároco, Manuel Rodrigues Gameiro, José Alves, José Francisco e António Domingues e faltou o vogal João Gaspar, da Junta de Paróquia cessante. Todos foram reeleitos e juntou-se-lhes José Duarte. O Pároco deu-lhes juramento e posse e prosseguiram-se os trabalhos, sob a presidência de António Domingues, o vogal mais velho, que foi secretariado por Domingos da Costa e Sousa, vogal substituto e o mais novo dos vogais. Elegeram-se o Tesoureiro, António Domingues e o Secretário, José Duarte e deliberou-se que as sessões seriam nas primeiras e terceiras quintas-feiras do mês, pelas 9 horas da manhã.



Altar-mor da Igreja Paroquial. Foto da autora, 2013

Seguiu-se uma ata de 12 de junho de 1899, de uma reunião convocada devido à solicitação, por parte da Administração do Concelho, do orçamento da receita e despesa para o ano de 1899. A Junta deliberou que faria cópia de tudo o que ficara registado anteriormente, dado que não tinha qualquer verba e que as suas despesas ordinárias eram pagas pela Confraria do Santíssimo Sacramento. Portanto, não tinha receita para colocar em orçamento. A reunião seguinte decorreu a 4 de janeiro de 1900 e o Presidente propôs que se voltasse a deixar em ata, as dificuldades financeiras da Junta e que se desse conhecimento da mesma ao Administrador do Concelho, salientando-se que, para o ano de 1900 não se fazia orçamento “por não haver receita alguma”. A Junta anuiu.

#### **IGREJA RECEBEU NOVO ALTAR**

A reunião que se seguiu decorreu a 20 de junho de 1900 e a marcação da reunião resultou de um pedido feito ao Presidente, pela Associação da Liga do Sagrado Coração de Jesus, que desejava oferecer uma altar ao Sagrado Coração de Jesus, “para nelle colocarem a sua Imagem”. Pedia-se autorização para o seu diretor espiritual colocar ou mandar colocar o referido altar, “na parede da Igreja da parte do norte junto ao altar do Sanctissimo”. A Junta deliberou autorizar que o dito Diretor dos Zeladores e Zeladoras do Sagrado Coração de Jesus, “mandasse fazer a excavação necessaria na parede da Igreja para ahi se colocar o dito altar, sendo todas as despesas pagas com esmolas” que os ditos apresentassem “para tão justo fim”. A Junta louvou e agradeceu a atitude dos interessados, dado que não tinha dinheiro para fazer obras.

## O QUOTIDIANO LAVRADO NAS ATAS DA JUNTA DO SÉCULO XX

### UM EXECUTIVO SEM ORÇAMENTO

A 3 de janeiro de 1901 exarou-se a primeira ata do século XX que teve o intuito das últimas do século XIX e pretendeu registar que se devia informar o Administrador do Concelho que não era possível fazer orçamento, por não haver receita alguma, situação que se verificava desde 1895.

A Junta reuniu de novo a 7 de fevereiro de 1901. O Presidente informou que o executivo deveria ver um caminho, na Moita da Roda, que estava intransitável e deliberou-se solicitar apoio à Câmara Municipal, no sentido de enviar um zelador que pudesse auxiliar.

Não se registou mais nenhuma ata nesse ano, tendo a seguinte decorrido a 9 de janeiro de 1902. Estavam presentes o pároco e os vogais José Duarte, José Francisco, António Domingues e José Pereira, este eleito e aqueles reeleitos. Foi deferido juramento pelo Presidente da Junta, que lhes deu posse como vogais para o triénio de 1902-1904. Constituiu-se Mesa para se proceder à eleição do Tesoureiro e do Secretário, que recaiu respetivamente sobre António Domingues e José Pereira. As reuniões ficaram marcadas para as primeiras e terceiras quintas-feiras do mês. Em julho de 1902, chamou-se um vogal substituto, dado o impedimento de um dos efetivos. Foi chamado Joaquim Batista, por ser o mais velho dos substitutos.

A 20 de abril de 1902 realizou-se a sessão seguinte, em reunião extraordinária que serviu para dar resposta ao Administrador do Concelho, que solicitou a eleição de dois vogais (efetivo e substituto) para os Serviços de Correção do Regimen do Rio Lis, do Campo de Leiria. O cidadão José Duarte, do Picoto, foi eleito para o lugar de vogal efetivo (com 5 votos) e José Alves, da Ruivaqueira, para substituto (com 3 votos).

### RESTITUIÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS

A 4 de setembro de 1902 a sessão foi presidida por Joaquim Batista, por impedimento do Pároco, que estava ausente. Pretendia-se discutir sobre a fonte da Ortigosa, porque Joaquim José Pereira tinha um terreno que confinava com a dita fonte de nascente, norte e poente e estavam a levantar-se algumas dúvidas. Do nascente e poente existiam silvados, pelo norte existia um muro, pertencente à fonte, mas, possivelmente em março de 1902, Joaquim José Pereira tinha arrancado o silvado, aproveitando videiras existentes no local e colocado as mesmas no terreno público, numa parcela de terreno com cerca de três metros de largo e treze de comprido. Além disso, Joaquim José Pereira costumava ter a água tapada, na vala que dava saída às águas da fonte, o que prejudicava os povos da Ortigosa, da Ameixoeira e da Relva, que ficavam privados da água. Estes povos também não podiam lavar as roupas no lavadouro da fonte, porque aquele paroquiano teria feito do lavadouro o depósito das silvas. A Junta, tal como os povos dos ditos lugares resolveram solicitar à Câmara que o terreno público fosse restituído e que o lavadouro fosse limpo, para que os

povos o pudessem utilizar. A Junta explicou ainda que o cano que conduzia a água à fonte sempre estivera em terreno público e caso não continuasse assim, não poderia ser usado e aberto pelos povos e, como o terreno da fonte tinha sido reduzido, “mal podião ir carros à fonte buscar a água em dornas para o consumo dos povos” que tinham gados e, agora, não o conseguiam fazer por falta de largueza. As raízes das videiras iriam começar a entrar no cano, embaraçando as águas, desviando as mesmas e causando mais prejuízos aos povos e à Câmara. O terreno ocupado também servia para depósito de materiais, quando a Câmara pretendia fazer benefícios e não havia outro lugar para os depositar, nem havia lugar para rodear os carros que fossem à água ou que quisessem conduzir os materiais. As lavadeiras também costumavam utilizar o terreno ocupado para colocar as roupas, quando não cabiam no lavadouro. Esta fonte era, para além do que fica dito, a única que existia para os povos dos lugares referidos e o terreno sobrance era pequeníssimo e não servia para as cerca de trezentos pessoas daqueles lugares. Caso o assunto não fosse resolvido, entretanto, o cano ficaria obstruído e deixaria de haver água. A 30 de agosto tinha ido um vereador da Câmara ao local, para acabar com as questões levantadas, no entanto, o povo que esteve presente percebeu que o vereador não pretendia que o terreno fosse restituído, apesar de terem estado a solicitá-lo, no local, mais de 150 pessoas. Percebeu-se também que a Câmara nem tinha ouvido Ângela de Jesus, outrora da Ortigosa e agora residente no Coimbrão, que fora a anterior proprietária, acerca dos limites do referido terreno. A ata complementa que José Lau, que numa altura também tomara conta de uma parte do terreno da fonte testemunhou que teria havido efetivamente usurpação e, de acordo com o povo, marcou o terreno, cravando marcos a dividir o que fora ocupado. Diz-se ainda que os povos se poderiam ter exaltado, mas que não o fizeram, preferindo reclamar os direitos “nos limites da prudencia”. A Junta deu conhecimento de tudo isto à Câmara, solicitando-lhe que mandasse restituir os terrenos que pertenciam à fonte, para utilidade pública. Este assunto foi tratado, de novo, na reunião de 2 de outubro, sessão em que a Junta deixou, de novo exarado que a Câmara devia dignar-se a solicitar a restituição dos terrenos por parte de José Joaquim Pereira. Nesta altura deliberou-se que se iria dirigir, de novo, à Câmara Municipal, solicitando o referido apoio, a fim de se evitar recurso a apoio judicial.

No dia 18 de setembro de 1902 tratou-se de outro assunto idêntico, desta feita, relacionado com a fonte do lugar da Arroiteia. Ficou registado que os povos da Arroiteia tinham requerido à Câmara que se dignasse mandar restituir uma porção de terreno que tinha sido “apanhado” à fonte, no sítio do Vale, por Manuel da Silva, dos Matos da Carreira e Manuel Antunes, das Várzeas. E que este já tinha sido restituído e marcado, a 30 de setembro, ficando a vala que dava água para a fonte, a pertencer ao público.

#### QUESTÕES DE GERÊNCIA

A 16 de outubro de 1902, o Presidente propôs que se nomeasse novo Secretário, dado que o que estava em funções não podia cumpri-las por motivos de doença. Nomeou-se o Reverendo Coadjutor, Padre Francisco de Oliveira. Nesta reunião deliberou-se ainda que as sessões se manteriam nas primeiras e terceiras quintas-feiras do



mês, sendo que, de outubro a março se realizavam às 8 horas da manhã e nos restantes meses, às 6 horas da manhã.

A reunião que se seguiu decorreu a 8 de janeiro de 1903. A ata diz que estavam presentes o Presidente, Francisco de Oliveira e os vogais efetivos, José Francisco, Joaquim Batista, José Duarte e o vogal substituto, Luís Francisco Crespo. O Presidente propôs a nomeação de um novo Secretário, dado o impedimento de José Pereira, por motivos de doença e deliberou que ficaria, no cargo, o vogal José Francisco. De seguida, nova ata, com a mesma data, que referiu que o Padre Francisco de Oliveira tinha passado a Presidente, “pela ausência do antigo Parocho” e que todos tinham votado em José Francisco, para secretariar as sessões.

Seguiu-se uma ata de 2 de julho de 1903, que serviu, como algumas anteriores, para dar conhecimento de que a Junta não faria orçamento, por não ter quaisquer verbas a colocar na receita, estando as despesas a ser suportadas pela Confraria do Santíssimo Sacramento, “fabriqueira” desde que se verificava esta situação.

Surgiu, entretanto, assunto há muito não tratado. A 9 de julho, José Duarte, do Picoto, pretendia comprar um terreno para jazigo, com 3,20 metros de largo e 3,30 metros de comprimento. A Junta deliberou cedê-lo, por 1.430 reis e o jazigo deveria ser colocado à direita do cemitério, junto ao muro fronteiro da entrada, ficando um espaço entre o muro e o jazigo. Como a Junta não tinha orçamento, deliberou dar a quantia a receber à Confraria do Santíssimo Sacramento, por ser ela a fabriqueira e dado que a Junta não fazia orçamentos.

O ano de 1904 teve início com a entrega de um legado. A Junta recebeu 30.000 reis de Manuel Inácio Alves, das Várzeas, em cumprimento de disposições testamentárias de Luísa do Nascimento Crespo, das Várzeas, sua esposa. O dinheiro era legado à Fábrica da Igreja do Souto da Carpalhosa. Depois das assinaturas deixou-se ainda uma nota de que a Junta tinha que “prestar campa perpetua da dita Luíza do Nascimento Crespo”, conforme dizia o seu testamento.

#### JUNTA TRATA DE CEMITÉRIO NOVO

Não se registou mais nenhuma ata no decurso do ano de 1904 e a de 2 de janeiro de 1905 serviu para instalar nova Junta. Estavam presentes o Presidente, Francisco de Oliveira e José Duarte, José Jorge e Luís Francisco Crespo, faltando Manuel da Silva Pereira, “por não poder comparecer”. Tinham sido eleitos para formar a Junta. O Presidente lembrou que, de acordo com a Lei, era necessário prestar fidelidade ao Rei e obediência à Carta Constitucional e às mais leis do Reino. O juramento dos presentes foi prestado ao mesmo. As sessões seriam nos primeiros e terceiros domingos do mês às 9 horas da manhã, havendo alteração quando necessário. Foram escolhidos para Secretário, o vogal José Duarte e para Tesoureiro, o vogal Luís Francisco Crespo. A Junta reuniu logo a 15 de janeiro de 1905, de acordo com o que estava deliberado, nos primeiros e terceiros domingos, mas não se registou nenhum assunto, por não o haver. Aconteceu o mesmo a partir da ata de 5 de fevereiro, ao longo de 10 sessões, incluindo essa e até 15 de junho.

A 25 de junho a Junta reuniu para dar cumprimento a um ofício do Administra-



Altar do Coração de Jesus e do Santíssimo Sacramento.  
Foto da autora, 2013



dor do Concelho, que solicitava a eleição de dois vogais, um efetivo e um substituto, para a Junta Diretora dos Serviços do Rio Lis, para o triénio de 1905-1908. José Duarte, do Picoto, foi eleito vogal efetivo, com 5 votos e José Alves, da Ruivaqueira foi eleito vogal substituto com três votos.

A partir dessa data registaram-se 13 atas em que não se analisou qualquer assunto. Durante todo o ano de 1906 aconteceu o mesmo, havendo 24 atas em que não foi analisado qualquer assunto.

A ata seguinte escreveu-se a 1 de abril de 1907 e estavam presentes o Presidente, Francisco de Oliveira; o Vogal e Secretário, Luís Francisco Crespo e os vogais José Jorge e Manuel da Silva Pereira. Pretendia-se solucionar o problema das populações dos lugares de Ortigosa, Ruivaqueira, Mato d'Eira, Casal, Ameixoeira, Relva e Santo Amaro, da freguesia, que não podiam continuar a fazer enterramentos no cemitério da Ortigosa. Manuel da Silva Pereira referiu que, de acordo consigo e com a quase totalidade dos habitantes dos lugares referidos, estes estavam dispostos a dar um donativo na quantia que a Junta necessitasse, para adquirir um terreno para um novo cemitério "privativo dos habitantes" dos referidos lugares, no lugar que se entendesse mais apropriado. A Junta aceitou o donativo, por unanimidade, nos termos em que Manuel da Silva Pereira o fez. Quanto ao "antigo" cemitério, a ata diz que estava "condemnado" para nele se fazerem enterramentos "não só por estar cheio de cadaveres por consumir, mas ainda por estar dentro da povoação, ficando muitas casas de abitação, proximo d'elle", porque algumas não estavam "distantes d'elle seis metros" e a casa da aula da instrução primária também ficava junto ao mesmo.

Decidiu-se escolher um terreno no sítio do Outeiro, limite da Ortigosa, que partia de norte, com os herdeiros de José Jorge, da Lameira; de poente, com Manuel da Silva, de Santo Amaro; de nascente, com Joaquim Rodrigues, da Lagoa e Silvério Rodrigues, da Ortigosa e de sul, com caminho público. A propriedade do terreno era de Francisco dos Reis e Amaral, de Alcaldaria, da freguesia dos Milagres. Deliberou-se oficializar ao Administrador do Concelho, pedindo a legal vistoria e o exame ao terreno indicado, para que, caso fosse aprovado para o fim indicado, fosse adquirido. Encarregou-se também Manuel da Silva Pereira de mandar "tirar as plantas dos terrenos" e tomar as providências necessárias e convenientes. O Vogal da Junta aceitou "o cargo" e disse estar pronto para entregar o donativo, logo que a Junta tivesse as autorizações legais necessárias. A Junta autorizou o Presidente a fazer os requerimentos "competentes" e os ofícios para as autoridades.

Seguiu-se uma reunião com a data de 9 de abril, em que se confirmou a ata anterior e se deliberou que Manuel da Silva tinha concordado com o cargo que lhe fora atribuído, mas que os proprietários se recusavam a vendê-lo. A Junta decidiu que logo que estivesse tudo aprovado, se ordenasse a expropriação judicial ou algum outro trâmite legal. Deliberou-se ainda, enviar cópia da ata ao Administrador do Concelho e solicitar que esta deliberação fosse cumprida com a máxima urgência, por se reconhecer a necessidade que os povos tinham, de um novo cemitério, por o velho estar em mau estado e por estar dentro da povoação, causando prejuízos à saúde pública.

A 15 de maio seguinte, notou-se a falta do pároco na reunião do executivo da Junta, que foi justificada por "motivos de força maior". O Secretário, Luís Francisco

Crespo, presidiu à sessão por ser o mais velho e o mais antigo na Junta. A sessão serviu para nomear peritos para avaliar o terreno escolhido para o cemitério da Ortigosa, já aprovado pelas autoridades. Foram nomeados: Domingos da Silva, solteiro, maior e proprietário e Manuel Duarte Couteiro, casado, maior e proprietário, ambos da Ruivaqueira e José Francisco Carnide, casado, proprietário, da Ortigosa. Confirmou-se também, que, de acordo com a ata de 1 de abril, se devia adquirir um segundo terreno, uma faixa com 160 m<sup>2</sup>, que serviria de serventia ao cemitério. Este terreno era propriedade de Silvério Rodrigues, casado, proprietário, da Lagoa e tinha as seguintes confrontações: norte e nascente, com Manuel Ferreira Costa, da Ortigosa; sul, com José Ferreira, da Ortigosa e poente, com os herdeiros de Francisco Reis Amaral, de Alcaldaria (freguesia dos Milagres). A faixa localizava-se no Outeiro, limite da Ortigosa, era contígua ao terreno para o cemitério e a Junta também não conseguiu chegar a acordo para a compra, com o proprietário. Como tal, foi necessário pedir que este terreno também fosse expropriado e, por isso, também seria avaliado pelos peritos nomeados. Nomearam-se também, por unanimidade, para peritos, mas para fazerem o orçamento da construção do cemitério: Manuel Ferreira Eugénio, do Casal das Várzeas e Joaquim Braz Arroiteia, da Ameixoeira, proprietários e pedreiros que se consideraram os mais habilitados para o referido serviço.

No dia 1 de junho repetiu-se a ausência do pároco, que foi explicada e solucionada da mesma forma. A ata serviu para que nela fosse copiada, “fielmente” a declaração dos peritos Domingos da Silva, Manuel Duarte Couteiro e José Francisco Carnide, relativa à avaliação dos terrenos escolhidos para cemitério e serventia do mesmo. Transcreveu-se a declaração e ficámos a saber que o terreno principal tinha 1964m<sup>2</sup> e foi avaliado em 40.000 reis e que a faixa que serviria de serventia tinha 160m<sup>2</sup> e tinha sido avaliada em 4.000 (note-se que a mesma ata refere 10.000 reis e depois 4.000 reis, mas julgamos que a primeira quantia foi um erro). O Secretário também copiou o orçamento apresentado por Manuel Ferreira Eugénio e Joaquim Braz Arroiteia. O orçamento dizia respeito à construção do cemitério e os pedreiros previam paredes de norte e sul, com 35m de comprimento, cada; paredes de nascente e poente, com 23m de comprimento cada; altura de 4m e alicerces de 1,5m de profundidade e 0,5m de largo, o que significava, segundo a ata, 232m<sup>3</sup> de paredes. O orçamento contemplava: pedra (230m<sup>3</sup>), areia (60m<sup>3</sup>), cal posta no sítio da obra (12 moios), mão de obra de fazer parede (232m<sup>3</sup>), servente (125 dias), dornas de água (115), pedreiro (7 dias a emboçar), pedreiro (14 dias a rebocar), 1 soleira de lioz, 2 ombreiras de pedra branca, homens para a abertura dos caboucos (20 dias), 1 portão de ferro e 4 pirâmides, o que totalizava 922.560 reis. Nesta ata também se deliberou, por unanimidade, solicitar a Sua Majestade que fosse autorizada a expropriação do terreno e foi deixado em ata o teor do documento a enviar. Neste documento acrescentou-se outra razão para a necessidade do novo cemitério: que tinha sido proibido, por ordens superiores, proceder-se a enterramentos no cemitério até aí utilizado, por este estar em péssimas condições e se localizado dentro da povoação. Este documento levaria, em anexo, as plantas de localização dos terrenos que a Junta demandava, marcados a vermelho e pedia-se que fosse declarada a utilidade pública, urgente, para a expropriação, para que a Junta de Paróquia se habilitasse ao donativo do povo, referido em ata ante-



Cemitério da Ortigosa. Foto da autora, 2013

rior, também foi copiada e anexada na correspondência enviada ao Rei e assinada pelo Presidente da Junta.

O processo foi decorrendo e a 6 de agosto já foi possível reunir o executivo para receber de Manuel da Silva Pereira, o donativo prometido, feito em nome dos povos dos lugares de Ortigosa, Ruivaqueira, Mato d'Eira, Casal, Ameixoeira, Relva e Santo Amaro, com a quantia indispensável e prevista para o cemitério. A Junta aceitou o donativo e deixou um orçamento suplementar ao do ano de 1907, registado na ata. Esta ata foi presidida por um novo Pároco, Jacinto António Lopes, entretanto, nomeado para a freguesia.

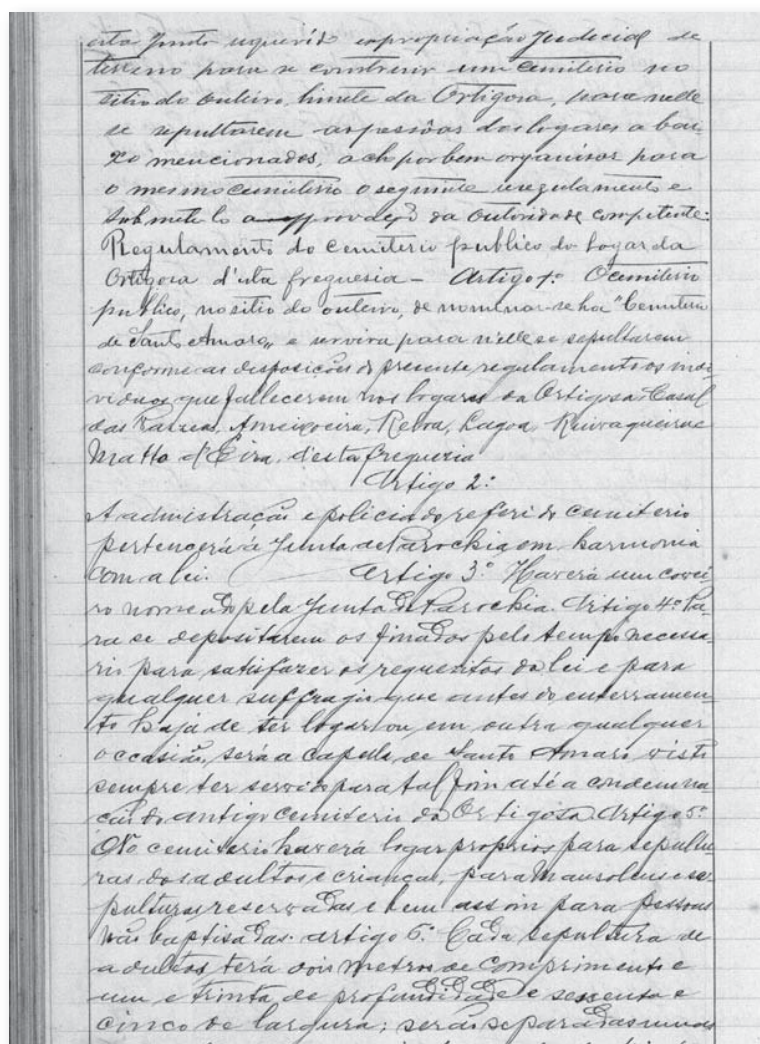
Seguiu-se um período de registo de várias não sessões, em que não houve assuntos a discutir, até 3 de novembro, data em que se resolveu enviar a Sua Majestade, cópia do requerimento, no qual se pedira que fosse declarada a utilidade pública e a urgente expropriação das parcelas de terreno para a construção do cemitério. Ficámos, portanto, a saber, que a obra não tinha avançado. Enviou-se também a cópia do orçamento suplementar, que já estava aprovado pelo Governador Civil. O Pároco Jacinto António Lopes foi nomeado pároco colado, por carta régia de D. Carlos, de 12 de junho de 1907. Era natural da paróquia de Carvide.

#### UMA COMISSÃO PAROQUIAL E AS MEDIDAS DE UM CEMITÉRIO

O pároco Jacinto António Lopes presidiu à sessão de 2 de janeiro e estavam presentes o Regedor José Pereira e os cidadãos nomeados pelo Governador Civil para vogais da Comissão Paroquial, que não foram referidos. O Regedor tomou a presidência e leu um ofício do Administrador do Concelho que o encarregava de tomar o juramento dos vogais escolhidos para a Comissão Paroquial. "Preenchida esta formalidade segundo as determinações legais, o Regedor entregou a Presidência ao Reverendo Parocho". Este propôs que as sessões decorressem nos primeiros e terceiros domingos de cada mês, pelas 10 horas da manhã, o que foi aprovado por unanimidade. Assinaram a ata o Presidente, Jacinto António Lopes; o Regedor, José Pereira e quatro Vogais, Luís Francisco Crespo, José da Silva, José Jorge da Silva e José Rodrigues Sobreira, sem que se distinguíssem Secretário ou Tesoureiro.

A Junta voltou a reunir logo depois, a 5 de janeiro. A sessão serviu para fazer o Regulamento do *Cemitério Público do Lugar da Ortigosa*, dado que já se tinha solicitado a expropriação judicial para a construção. O Regulamento foi registado em ata, artigo a artigo. O cemitério chamar-se-ia Cemitério de Santo Amaro e serviria os lugares de Ortigosa, Casal das Várzeas, Ameixoeira, Relva, Lagoa, Ruivaqueira e Mato da Eira. A administração e o policiamento ficariam a cargo da Junta de Paróquia e, de acordo com a Lei, haveria um coveiro, nomeado pela mesma. Na necessidade de se depositarem os finados, por um tempo, antes do enterramento, utilizar-se-ia, como até aí, a capela de Santo Amaro. O cemitério teria lugar próprio para adultos e crianças, para mausoléus, sepulturas reservadas e para pessoas não batizadas. As sepulturas para adultos teriam 2 m de comprimento e 1,30 m de pro-

fundidade, por 65 cm de largura e seriam separadas umas das outras por 30 cm. As sepulturas das crianças teriam 1 m de comprimento por 50 cm de largo, oitenta de profundidade e 33 cm de intervalo entre sepulturas. As sepulturas dos adultos, das crianças, dos mausolés e dos não batizados teriam alinhamento e cada uma teria uma cruz com a numeração e a data do enterramento. Os jazigos seriam colocados a seguir, por forma "a não ficarem fóra do alinhamento" e todos seriam construídos sob a direção da Junta ou de delegado seu. Não se poderia sepultar cadáver nos carneiros ou jazigos sem se dar o cumprimento da Lei. As pessoas que quisessem poderiam comprar sepulturas ou jazigos, à Junta, a 5.000 reis por metro quadrado. Quem o comprasse para si ou para seus familiares e não o utilizasse, poderia cedê-



Regulamento do Cemitério Público da Ortigosa – ata de 05.01.1908.  
Fonte: Junta de Freguesia

lo a outros pelo mesmo preço, dando conta à Junta. Quem entregasse à Junta 6.000 reis para a construção, conservação, limpeza e “decência”, ficava com direito de reserva de uma sepultura (e de tantas, quantas as vezes daquela quantia). O preço dos covais ficava estabelecido: sepultura de adulto com caixão, 400 reis; para crianças ou menores de sete anos, com caixão, 300 reis e sem caixão, 200 reis. Os indigentes, cujas famílias fossem tão pobres que não pudessem pagar, seriam sepultados gratuitamente. Só era possível fazer o enterramento após pagamento do valor da sepultura, comprovado por recibo passado pela Junta de Paróquia ou pessoa que a representasse e o enterramento só poderia fazer-se 24 horas após o falecimento, salvo declaração em contrário. O produto recebido pela Junta seria aplicado na “conservação e decência” do cemitério e para pagar sepulturas dos pobres.

De seguida, e na mesma sessão, nomeou-se José da Silva para Secretário da Junta. Na sessão seguinte, que decorreu a 19 de janeiro, decidiu-se submeter o Regulamento anteriormente referido à aprovação pelas autoridades competentes, decidindo-se que, para esse fim, se fariam três cópias da ata anterior.

As atas seguintes são não sessões e são referidos sempre os mesmos membros, mas a 24 de fevereiro a ata deixa-nos a indicação de que o Vogal José Rodrigues Sobreira ainda era substituto, no lugar de Manuel da Silva Pereira, que fora nomeado Juiz de Paz. Nesta sessão, leu-se um ofício do Administrador (interino) do Concelho, que comunicou que as comissões paroquiais tinham sido dissolvidas e que o Governador Civil designara o dia 24 de fevereiro para que a Junta de Paróquia que tivesse servido no triénio anterior se constituísse de novo e entrasse em exercício, “ate ser legalmente substituída”, conforme o Código Administrativo. Depois disto e das formalidades de posse, a Junta deliberou, por unanimidade, que as sessões fossem nos primeiros e terceiros domingos do mês, pelas 9 horas da manhã. A ata já não foi assinada pelo anterior executivo. Assinaram Jacinto António Lopes, como Presidente e os Vogais José Duarte, José Jorge, Luís Francisco Crespo e José Rodrigues Sobreira (que, nas atas seguintes, voltou a ser referido como substituto de Manuel da Silva Pereira).

Todas as sessões que se seguiram, até 30 de junho, foram não-sessões. A 30 de junho sessão extraordinária destinou-se a eleger os dois vogais, efetivo e substituto, para a Junta Diretora dos Serviços do Rio Lis, no triénio de 1908-1911. Foram eleitos, para vogal efetivo, Manuel da Silva Pereira, da Ortigosa (com quatro votos) e para vogal substituto, Manuel Alves Novo, da Carreira (com quatro votos). A ata foi presidida por um Presidente substituto, Manuel Ferreira Geraldo, coadjutor da freguesia e também foi referido que o Secretário, Luís Francisco Crespo, estava doente e não pôde comparecer, sendo a mesma secretariada por José Jorge. Mas, no final da ata, escreveu-se que esta era uma ata “Sem effeito” e seguiu-se outra ata, com a mesma informação, que está praticamente igual. Assim, terminou o segundo livro de atas das sessões da Junta de Paróquia.

Nada ficou exarado em ata, mas, o Diário do Governo deu conta, entretanto, que estava a ser aprovada a compra dos terrenos para a construção do cemitério. Diz-nos a Legislação Régia, com data de 2 de abril de 1908:



Rio Lis. Foto da autora, 2013

## MINISTERIO DOS NEGOCIOS DO REINO

Direção Geral de Saude e Beneficencia Publica I.a Repartição

Attendendo ao que me representou a Junta de Parochia da freguesia do Souto da Carpalhosa, concelho de Leiria, acêrca da urgente necessidade de adquirir duas faixas de terreno que medem, a primeira uma superfície de 1:964 metros de pinhal e 380",40 de lavradio, pertencente aos herdeiros de Francisco dos Reis do Amaral, e a segunda uma superfície de 160 metros de pinhal, pertencente a Silvêrio Rodrigues, para construção do cemiterio que pretende estabelecer no logar da Ortigosa, sitio do Outeiro, com destino aos enterramentos dos habitantes de Ortigosa, Relva, Ameixoeira, Casal das Vargeas, Lagoa, Mato da Eira e Ruivaqueira; e Considerando que esta obra, nos termos do § 1.º do artigo 199.º, n.º 10.º, do Codigo Administrativo, é da obrigação da impetrante, que para ella se mostra habilitada; Considerando que do respetivo processo se mostram cumpridas as disposições applicaveis dos regulamentos sanitários e as da lei de 23 de julho de 1850: Hei por bem, conformando-me com a consulta do Supremo Tribunal Administrativo, declarar de utilidade publica urgente a expropriação, para o indicado fim, do mencionado terreno descrito nas plantas que com este decreto baixam competentemente autenticadas.

O Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Reino, assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 2 de abril de 1908. = REI. ----- Francisco Joaquim Ferreira do Amaral.

D. do G. n.º 186, do 21 de agosto de 1908.

A 20 de junho, o Presidente da Junta de Paróquia, Padre Jacinto António Lopes, abriu novo livro de atas, com uma ata de 5 de julho, uma não-sessão, sem assuntos. O Presidente foi faltando sucessivamente às (não) sessões seguintes, mas registou-se que a sua ausência tinha sido "participada" e era "legal" e foi tomando a presidência, o coadjutor da freguesia, o Padre Manuel Ferreira Geraldo, que assinava como Vice-Presidente. O pároco só regressou às sessões a 6 de setembro e nesta sessão ficou registado que a Junta autorizou "o presidente a requerer o que entedesse conveniente" para os interesses da Junta e dos "direitos" que a Lei lhe concedia. E que o autorizavam "a passar procuração para os mesmos fins" a quem ele entedesse. A ata apenas diz isto e mais nada foi especificado. A 4 de outubro deverá esclarecer-se esta situação, pois refere-se que a Junta deu, por unanimidade, ao Presidente, "todos os poderes ... para ele passar uma procuração a pessoa competente que em nome" da Junta, tratasse da "expropriação do terreno e construção do novo cemiterio da Ortigosa e de qualquer questão que sobre este novo cemiterio ou sobre o antigo cemiterio do mesmo logar" se levantasse, mas não se referiu ninguém.

## UMA NOVA SALA DE SESSÕES DA JUNTA

A ata de 18 de outubro de 1908 deixou informação sobre o local de realização das sessões da Junta (para além das referências a uma "casa" ou "sala" de sessões) e a mesma diz que a Junta deliberou que "de hoje em diante as suas sessões se realizassem na sala do poente da casa nova que está construida no norte d'esta Igreja



Diário do Governo de 21.8.1908.  
Fonte: Debates Parlamentares



Deveria ser o local de reunião da Junta de Paróquia nesta data (1908), foto de 2013. Foto da autora, 2013



Parochial, sendo para todos os effeitos a dicta salla considerada para o futuro como salla das suas sessões e que a esta deliberação se desse a devida publicidade”.

No início do ano seguinte, a 2 de janeiro de 1909, instalou-se nova Junta. Estavam presentes o Presidente e pároco da freguesia, Jacinto António Lopes e os cidadãos Luís Francisco Crespo, José Jorge da Silva, José Rodrigues Sobreira e Manuel Gomes. O Presidente leu o ofício do Governador Civil que indicava que tinham sido eleitos vogais efetivos para o triénio que ia até 1910 e que se marcara este dia para a posse. Tomaram juramento e posse e a Junta deliberou que as reuniões seriam nos primeiros e terceiros domingos de cada mês e que o Secretário seria o vogal Luís Francisco Crespo.

Na sessão de 1 de fevereiro, o Presidente informou que tinha sido procurado por Manuel Cordeiro, proprietário, da Moita da Roda, que necessitava de mostrar que a serventia pública que atravessava a sua propriedade, “no sítio do Ramalheiro” estava “em bom estado de conservação e perfeitamente transitável” e, convidava a Junta a “ir examinar a verdade das suas allegações”. Resolveu-se examinar o dito caminho e na sessão do dia 15 de fevereiro os vogais Luís Francisco Crespo, José Jorge da Silva e José Rodrigues Sobreira disseram que a serventia a que se referia a ata anterior estava efetivamente “em bom estado de conservação e perfeitamente transitável e que pela demarcação e pelas informações que colheram de diversos proprietários d’aquelle logar, esta serventia” era pública, mas atravessava terreno particular que pertencia ao referido Manuel Cordeiro, da Moita da Roda.

Seguiram-se muitas não-sessões até 5 de setembro. Nesta data, tomou a presidência o coadjutor Manuel Ferreira Geraldo, por ausência justificada do Pároco. O coadjutor apresentou um requerimento do Pároco, que solicitava a venda de 2m<sup>2</sup> de terreno, no cemitério público da igreja paroquial, para o seu coval e para nele ser colocada campá “em qualquer tempo”. A Junta deliberou que o terreno fosse cedido à razão de 5.000 reis o metro quadrado, que o dinheiro servisse para reparar e caiar os muros do cemitério e que a Junta fosse marcar o terreno “em sítio que julgasse conveniente”. Deliberou-se ainda, que, de futuro, não seria cedido qualquer terreno para campá ou jazigo, em qualquer cemitério da freguesia a menos de 5.000 reis o metro quadrado.

Todas as atas seguintes foram não-sessões, até ao dia 2 de janeiro de 1910. Nesta sessão, ordinária, José Rodrigues Sobreira disse que lhe constara que tinha sido “dada a exoneração ao medico municipal d’esta freguesia do Souto, Excellentissimo Senhor Dr. Antonio Fernandes Gaspar o qual pelo que sabia e lhe constava tinha sempre sido assiduo e zeloso no tratamento dos doentes da area do seu partido medico que a elle recorriam” e “propunha se lançasse na ata um voto de sentimento pela sua exoneração”. A junta tomou conhecimento “com profunda magoa d’esta exoneração, aprovou por unanimidade o voto de sentimento e resolveu por proposta do vogal José Jorge da Silva que fosse enviada ao referido medico uma copia” da ata. Realizaram-se muitas não-sessões a partir desta data e até ao dia 2 de outubro. Esta terminou com uma cruz que definiu uma paragem no livro e a ata seguinte já foi registada pós revolução do 5 de Outubro e tem a data de 2 de novembro. Mudou o Secretário e este era um indivíduo que não tinha muita prática de escrita.



## A REPÚBLICA E AS PREOCUPAÇÕES SOCIAIS E CÍVICAS

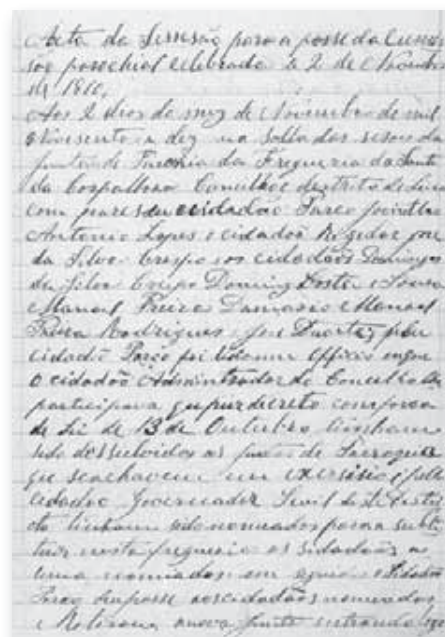
A nova ata, com data de 2 de novembro, foi exarada conforme se segue:

"Ata da Sessão para a posse da Comissão parochial celebrada a 2 de novembro de 1910,

Aos 2 dias do mez de novembro de mil Novecentos e dez na Salla de sessões da Junta de Parochia da Freguezia do Souto da Carpalhosa Concelho e districto de Leiria com paresseu o cidadão Parco Jacintho Antonio Lopes o cidadão Regedor Joze da Silva Crespo os cidadãos Domingos da Silva Crespo Domingos Costa e Souza Manoel Preira Damazio Manoel Preira Rodrigues Joze Duarte; pelu cidadão Parco foi lido um officio em que o cidadão Administrador do Concelho lhe participava que pur decreto com forza de lei de 13 de outubro tinham sido dissolvidas as Juntas de Parroquia que se achavam em exersisio e pello cidadão Governador Sivil deste Districto tinham sido nomiados para substituir nesta freguezia os sidadãos asima nomiados. Em seguida o Sidadão Parco deu posse aos cidadãos nomiados e Retirou. a nova Junta entrando logo em exercicio nomiou para Perdite o Cidadão Domingos da Costa e Sousa para Secretario Manoel Preira Damazio e rezolveu nomiar para Thezoureiro o Cidadão Manoel Preira Rodrigues e pur ultimo Rezolveu que as suas seccoos se realizem todas Segundos e Coartos Domingos de cada mez e não a vendo mais nada a tratar o Prezidente levantou a Seção de que se lavrou esta ata que lido e aprovada vai Ser a sinada pur todos".

Assinaram, logo de seguida e por esta ordem, Domingos da Costa e Sousa, Manuel Pereira Damásio, Manuel Pereira Rodrigues, Domingos da Silva Crespo, José Duarte e o Regedor, José da Silva Crespo. Portanto, o novo Presidente era Domingos da Costa e Sousa, o Secretário passou a ser Manuel Pereira Damásio e o Tesoureiro, Manuel Pereira Rodrigues. Tinham também sido nomeados Domingos da Silva Crespo e José Duarte.

Na sessão de 27 de novembro de 1910 a Junta passou um atestado de pobreza a um indivíduo da Carreira. Tanto as atas seguintes, como as do início de 1911 foram não-sessões. A 9 de abril de 1911, nomeou-se o vogal José Duarte, do Picoto, para a "Comissão para julgar as Contribuições que devem considerar-se falhas". Todas as atas, até 10 de setembro, registaram uma não-sessão. Depois iniciou-se uma ata com a data de 24 de setembro, mas esta foi interrompida e inutilizada. Seguiu-se uma sessão extraordinária, exarada com letra diferente a 12 de setembro. A sessão serviu para instalar a Comissão de Recenseamento Escolar que era constituída pela Junta, pela professora da escola da sede da freguesia e pelo professor da escola da Ortigosa, que serviu de Secretário. Estes iniciariam os trabalhos, que deveriam decorrer com a maior urgência e assinaram o Presidente da Junta, Domingos da Costa e Sousa, os vogais Manuel Ferreira Rodrigues e Manuel Pereira Damásio e o Secretário, José Alves Mendes (professor da Ortigosa). A 24 de setembro a Junta reuniu e foram apresentados os trabalhos realizados no âmbito desta Comissão, que foram aprovados e comunicados às autoridades. Estas duas atas foram atas da referida Comissão (que incluía a Junta).



Ata da Comissão Paroquial da Junta de Paróquia de 02.11.1910.  
Fonte: Junta de Freguesia

A 1 de outubro de 1911 realizou-se sessão extraordinária da Junta de Paróquia, que tratou de decidir sobre a autorização de venda de um terreno que Manuel Ferreira do Cabeço, casado, proprietário, do Picoto, pretendia comprar. Tratava-se de uma faixa de terreno público, junto ao seu casal, que confinava com uma demarcação feita pela Câmara a 22 de setembro, que a Junta achou não trazer qualquer inconveniente, dado que o terreno não fazia “falta alguma ao povo”. Não houve mais nada a tratar nas restantes sessões do ano.

Nada a tratar, foi também a norma nas atas a partir do início de janeiro de 1912. Isto, até 3 de outubro, data em que se verificou, em sessão da Junta de Paróquia, que o ramal de estrada que ligava as Várzeas ao Souto estava “bastante precisado de reparo”, mas a Junta, a quem a mesma pertencia, não tinha “rendimentos alguns” com que pudesse fazer face às despesas exigidas. Como tal, o Presidente propôs que a Junta a entregasse à Câmara, para que a mesma olhasse pela conservação. Os vogais concordaram. Todas as restantes sessões, até ao final do ano, foram sessões sem assunto a tratar, tal como o foram todas as sessões 1913.

A 2 de janeiro de 1914 compareceram na sala de sessões Domingos da Costa e Sousa, Presidente da Junta, que terminara a sua gerência, António Ferreira Moteiro, José Rodrigues Sobreira, José Jorge, Luís Alves e José Pereira da Relva, eleitos para a nova Junta. O Presidente cessante deu posse ao novo executivo e cumpridas as formalidades, elegeram-se, para Presidente, o vogal António Ferreira Moteiro e para Secretário, José Rodrigues Sobreira e decidiu-se que as sessões seriam nos primeiros e terceiros domingos de cada mês. Na ata de 18 de janeiro, a Junta colocou a concurso, pelo prazo de 30 dias, os lugares de Secretário e de Tesoureiro, “sem remuneração alguma visto ... a Junta não [ter] qualquer verba de receita”. A 1 de março a Junta tomou conhecimento de que o concurso aberto para o provimento dos lugares de Secretário e Tesoureiro tinha ficado deserto e resolveu-se que o vogal José Jorge da Silva iria exercer o lugar de Tesoureiro e o vogal José Rodrigues Sobreira iria exercer o cargo de Secretário, nas mesmas condições do concurso.

A maioria das sessões não tiveram assuntos, mas a 3 de maio voltou a haver algo a discutir, pois a Câmara Municipal solicitava a aprovação de deliberações suas, por parte da Junta de Paróquia. Esta aprovou as mesmas, mas não foi mencionado de que se tratava. Esta situação passou a surgir nas atas, a partir desta data. Em março de 1916 a Junta não aprovou as deliberações da Câmara, dizendo que não conhecia um terreno que se pretendia expropriar ou vender. A 7 de janeiro de 1917 a Junta foi solicitada pela Comissão Executiva da Câmara Municipal para aprovar novas deliberações: relativas ao preço do pão e ao estabelecimento de um imposto sobre as madeiras que fossem exportadas para fora do concelho – esta estaria relacionada com as madeiras do Pinhal, visto que a Marinha Grande pertenceu, até 20 de janeiro, ao concelho de Leiria. A Junta do Souto aprovou a deliberação sobre o pão mas não aprovou o imposto sobre as madeiras e não foram apresentadas explicações na ata. Esta prática vai continuar, em junho, por exemplo: submeteram-se artigos do Código de Posturas Municipais (135, 136, 138 e 142) de 5 de setembro de 1914, à apreciação da Junta e esta votou favoravelmente as alterações propostas.

### BENEFÍCIOS PÚBLICOS

No mês de junho de 1917, transcreveu-se, um requerimento, que, por lapso, não se tinha apresentado anteriormente, com data de 2 de maio, de cidadãos eleitores dos lugares de Lameira de Baixo, Lameira de Cima e Monte Agudo. Os requerentes referiram que existia “desde tempos imemoráveis”, no sítio dos poços, entre os prédios que pertenciam a D. Maria da Encarnação Alves da Costa e Silva, de Monte Redondo e Manuel Rodrigues, da Lameira, uma presa, de cuja água se serviam os povos, que ali levavam os gados a beber, que utilizavam a água para obras e para os gastos domésticos. Entretanto, mais de 20 anos antes, com o intuito de haver sempre água na presa, vários cidadãos tinham construído um cano de madeira que partia de um pinheiro manso que ficava ao sul da represa num percurso de 5 metros, conduzindo a água até à mesma, através do caminho público que lhes dava acesso. O cano ainda existia, mas alguns proprietários tinham construído poços nos seus prédios e permitiam que os habitantes dos lugares citados se servissem da respetiva água, dado que, há cerca de 12 anos que a represa não tinha água, mas apenas junqueiros. Nesta altura, os donos dos poços estavam a opor-se à utilização da água por parte dos povos e estes não podiam dispensar a água da represa e pedia-se à Junta que lhes proporcionasse, novamente, a possibilidade de a utilizar. Solicitavam que a mesma fosse aberta para utilidade ao público. A Junta deliberou atender às reclamações, porque soube que a represa sempre foi e era pública e deu poderes ao Presidente para resolver a situação, incluindo a passagem de procuração a advogado que o fizesse.

A 2 de agosto voltou a reunir a Comissão do Recenseamento Escolar. Desta vez, os membros eram o Presidente da Junta, António Ferreira Moteiro, os vogais da mesma e os professores das duas escolas de sexo masculino da freguesia, o professor da escola da Ortigosa, José Alves Mendes e a professora da escola do Souto, Júlia do Carmo Góis. Secretariou a professora do Souto e os trabalhos decorreram até 30 de agosto.

Na sessão de 22 de novembro de 1914 elegeram-se os vogais para a Junta Diretora dos Serviços de Correção e Regimen do Rio Lis: o vogal José Jorge da Silva obteve quatro votos e Luís Alves obteve outros tantos; o primeiro foi indicado como efetivo e o segundo como substituto.

As restantes sessões do ano foram não-sessões e o mesmo continuou a suceder no início de 1915, até 31 de janeiro, data em que se realizou sessão extraordinária, na presença dos vogais José Rodrigues Sobreira, José Jorge da Silva, Luís Alves e José Pereira da Relva. Tomou a presidência o mais velho, José Rodrigues Sobreira e a sessão destinou-se a prestação de declarações para excluir do Recenseamento Militar mancebos que não existiam. Compareceram várias pessoas que esclareceram os erros relativos a: crianças que tinham falecido, cujo óbito não se assentara no registo paroquial e crianças registadas como sendo do sexo masculino, quando o não eram. A Junta ouviu várias pessoas e confirmou as situações. Na sessão de 21 de fevereiro voltou a dar-se a mesma situação e no início do ano de 1916 voltou a decorrer este processo de exclusão de indivíduos do Recenseamento, pelas mesmas razões, em três sessões, situação que se repetiu em janeiro de 1917, devido a mancebos que continuavam a ser indevidamente indicados nos recenseamentos.

#### **JUNTA QUESTIONADA E COEXISTÊNCIA DE DOIS EXECUTIVOS**

Seguiram-se algumas não-sessões no início de 1915, até 18 de abril, data em que o Presidente leu uma circular que lhe fora apresentada pelo Regedor da Freguesia “na qual se perguntava a opinião da Junta sobre os Decretos Dictatoriais do Governo”. Perante isto, o Presidente, António Ferreira Moteiro e os vogais José Rodrigues Sobreira e José Pereira da Relva “declararam que acatam as leis do Governo” e que os vogais José Jorge da Silva e Luís Alves “protestam”. Foi apenas isto que ficou em ata.

Por esta altura, vivia-se a atribulada 1.ª República e a 13 de maio de 1915, deu-se a posse de uma nova Comissão Paroquial. Compareceram na sessão o Regedor Adriano Carlos de Carvalho e José António, Manuel Jorge da Silva, Manuel Jorge, Manuel da Silva Bento e Joaquim Jacinto Domingues. O Regedor leu um ofício do Administrador do Concelho que participava que a Junta de Paróquia tinha sido dissolvida e nomeava uma Comissão Administrativa, constituída pelos indivíduos anteriormente mencionados “para gerir os negócios da freguesia”, sendo que José António seria o Presidente e Manuel Jorge da Silva o Vice-Presidente. O regedor deu posse à Comissão, o Presidente tomou o lugar e marcou sessões para os primeiros e terceiros domingos do mês, pelas 10 horas.

Daí a cerca de quinze dias, a 30 de maio realizou-se sessão extraordinária e nesta ata foi indicado um executivo diferente: o Presidente, António Ferreira Moteiro e os vogais José Rodrigues Sobreira, Luís Alves e José Pereira da Relva, como se não tivesse existido a ata anterior. Aprovou-se a ata da última sessão ordinária e o Presidente informou que esta sessão “tinha por fim resolver se continuavam no exercício das suas funções”. Resolveu-se continuar a exercê-las até que terminasse o mandato ou fossem “legalmente substituídos”. Na sessão seguinte, de 15 de junho, a Junta nomeou Luís Alves, Vice-Presidente, por ser o vogal mais velho e determinou que as sessões se realizassem, como até então, nos primeiros e terceiros domingos de cada mês, pelas 9 horas. A partir de então e por alguns anos, são estes os elementos do executivo, não voltando a haver qualquer referência, ao executivo presidido por José António que tinha tomado posse a 13 de maio. Nas sessões que se seguiram, a Presidência foi partilhada pelo Presidente e pelo Vice-Presidente que, por inúmeras vezes, assumiu a presidência na ausência daquele.

#### **PROFESSOR INSULTA PADRES DA FREGUESIA**

Em julho de 1915, na sessão realizada a 18 desse mês, ficámos a saber que existia, por esta altura, uma escola móvel, no lugar da Carreira. A ata dessa data diz que o professor da escola móvel, Raul Miguel de Carvalho, apresentou um requerimento em papel selado, solicitando um atestado “do seu bom ou mau comportamento”, durante o tempo em que tinha estado em exercício de funções na Carreira. Os vogais José Jorge da Silva, José Rodrigues Sobreira e Luís Alves disseram que “de sua livre vontade assignavam o atestado de mau comportamento e não de bom”. O Presidente “foi da opinião que ao dito professor ... se passasse atestado de bom e não mau comportamento”, pois não tinha “conhecimento nenhum de qualquer ilegalidade” que o professor tivesse cometido. Por fim, aprovou-se, por maioria, que se

passasse um atestado de mau comportamento, pois os vogais José Jorge da Silva, José Rodrigues Sobreira e Luís Alves não assinaram o atestado de bom comportamento, o que se justificou “pelo facto de saberem que ... no dia dezassete de abril, passando pela porta d’ele professor os Srs Padres Jacintho Antonio Lopes, Manuel Ferreira Geraldo e Joaquim Luiz Ribeiro, disse deante dos seus alunos que, pelo facto do Sr Prior Jacintho Antonio Lopes, ir a cavalo, eram quatro bestas que iam passando”. A ata diz ainda que, “pelo cidadão professor do logar da Carreira d’esta freguesia, foi requerida verbalmente uma certidão de teor” da mesma.

Fez, de novo, o Recenseamento Escolar, cuja Comissão reuniu a 1 de agosto de 1915, estando presentes os elementos, constituídos pela Junta e por José Alves Mendes, professor oficial da escola da Ortigosa. A sessão foi secretariada pelo professor e a Comissão iniciou os trabalhos e deliberou que trabalharia até a tarefa estar concluída.

#### **EM PROL DOS POVOS E PELA INSTRUÇÃO FEMININA**

Em outubro de 1915, a pedido dos interessados, a Junta demarcou uma serventia de uma casa particular e de um carreiro público no sítio da Fonte de Riba, nos Conqueiros, entre os proprietários Joaquim José Alves e Manuel Jorge, do mesmo lugar. Esta ficou demarcada com a largura de 2,35m. A 3 de outubro foi tomada uma decisão semelhante, a propósito de um barreiro público no lugar da Arroteia, que ficou demarcado na testada do norte em 22,80m, de nascente, com 40m; de sul, com 33m e de poente, com 49,20m, passando, pela testada do poente, um caminho público com 4m de largo.

A 28 de novembro o Presidente apresentou um abaixo-assinado dos povos dos lugares do Casal das Várzeas, para se cimentar a fonte pública do lugar, que estava em mau estado. Como não havia verba alguma, pediu-se apoio à Câmara para o fazer, pois era “de toda a justiça” que a mesma fosse “concertada”.

Na continuação dos pedidos dos povos, a Junta tomou conhecimento, a 16 de julho de 1916, que os da Chã pediam licença para fazerem “á sua custa, uns pequenos reparos na fonte do seu logar para a sua conservação”. A Junta deferiu o requerimento e José Rodrigues Sobreira deveria fiscalizar a reparação.

Em agosto de 1915 voltou a reunir a Comissão do Recenseamento Escolar, agora constituída pela Junta e por dois professores: Joaquim Ribeiro Belo (que secretariou) e José Alves Mendes, professores oficiais das escolas de Souto de Baixo (da Carpalhosa) e da Ortigosa.

Dois anos volvidos, em março de 1917 deu-se o início do processo que levaria à instrução da população feminina. A proposta partiu de José Rodrigues Sobreira que, na sessão do dia 4, propôs que, como a escola do sexo masculino que funcionava no Souto de Baixo tinha uma frequência “pequena” e não havia escola do sexo feminino na freguesia, “a bem da instrução”, poderia solicitar-se à Câmara e ao Inspetor do Círculo Escolar que se transformasse a escola existente, em escola mista. A proposta foi aprovada por unanimidade. No mês de agosto voltou a reunir a Comissão do Recenseamento Escolar, com a Junta e um só professor, José Alves Mendes, da Or-

tigosa, mas em 1918, já reuniu com professores novos e já existiam as escolas mistas, pois participaram a professora Luísa Antunes, da Escola Mista da Carreira e Mariana Berta Branco Pardal, da Escola Mista do Souto da Carpalhosa.

A 8 de maio de 1919, convocou-se sessão extraordinária para discutir a “difusão da Instrução popular”. O presidente expôs a urgência de mais uma escola feminina, na Ortigosa, conforme ficou provado com o Recenseamento Escolar. Como as escolas da freguesia eram insuficientes, “devido à grande distancia a que se encontra[va]m dos lugares a beneficiar pela criação da escola referida”, o Presidente propôs que se oficiasse ao Inspetor do Círculo Escolar (enviando cópia da ata e do Recenseamento), solicitando, por seu intermédio, a criação da escola, sem perca de tempo. Decidiu-se ainda oficial à Câmara, pedindo auxílio para que a mesma fosse criada, atendendo a “tão útil e patriótica pretensão” (enviando-se cópia da ata e do Recenseamento).

Em agosto de 1919 a Comissão de Recenseamento Escolar reuniu no dia 3, na sala das sessões da Junta e estiveram presentes a Junta, José Pires da Fonseca, professor da Ortigosa e Mariana Berta Branco Pardal, professora do Souto da Carpalhosa.

#### **SURGE A FREGUESIA, SUCEDEM-SE OS EXECUTIVOS E MORRE O CHEFE DE ESTADO**

Daí a pouco, terminou o livro de atas da Junta de Paróquia do Souto da Carpalhosa, iniciando-se outro, a 6 de outubro de 1917, aberto pelo Vice-Presidente, Luís Alves. O novo livro não se refere à Junta de Paróquia, mas à Junta de Freguesia, nova denominação que passa a constar das atas.

A 22 de novembro em sessão extraordinária votaram-se os vogais para a Junta Diretora dos Serviços de Correção de Regimen do Rio Lis: José Jorge da Silva, como efetivo (com 4 votos) e Luís Alves (com os mesmos votos), para o substituir.

Entretanto, verificaram-se algumas alterações nos executivos. A 2 de janeiro de 1918 reuniram Luís Alves, Vice-Presidente, que terminara a sua gerência e Manuel da Silva Pereira, José Jorge da Silva, José Rodrigues Sobreira, Luís Alves e José Pereira da Relva, eleitos para nova Junta de Freguesia. Foi-lhes dada posse, cumpriram-se as formalidades e elegeu-se o Presidente, Manuel da Silva Pereira. Foi escolhido José Jorge da Silva para a Vice-presidência, José Rodrigues Sobreira para Secretário e Luís Alves para Tesoureiro. As sessões seriam nos primeiros e terceiros domingos do mês, pelas 10 horas. No entanto e logo de seguida, a 22 de janeiro de 1918, fez-se uma ata de tomada de posse da Comissão Administrativa, nomeada por alvará do Governador Civil. Compareceram Manuel da Silva Pereira, José Jorge da Silva e Luís Alves, que substituíam a Junta de Freguesia e tomaram posse, o primeiro como Presidente e os outros dois, como vogais. Determinaram que as sessões teriam lugar nos primeiros e terceiros domingos do mês, às 10 horas e não se tratou de nenhum assunto até 4 de agosto, em que reuniu a Comissão do Recenseamento Escolar e em dezembro, altura em que se deu conta, em sessão extraordinária da morte do Chefe de Estado. Perante esta informação, a “Comissão resolveu mais uma vez afirmar o seu respeito pelas autoridades legitimamente constituídas [e] lavar o seu protesto”

contra o atentado que tinha vitimado o Chefe de Estado “e lançar na ata um voto de profundo sentimento pela sua morte”. Resolveu-se ainda, fazer cópia da ata a enviar ao Governador Civil do Distrito.

No ano de 1919 surge a ideia de criar posturas “paroquiais”. A 29 de fevereiro, em sessão extraordinária o Presidente quis fazer (pela primeira vez no percurso da Junta), “posturas paroquiais a exemplo das outras freguesias que [tinham] boa Administração”. Todos concordaram e foram registadas as novas posturas na ata, na íntegra, com os capítulos: dos baldios e terrenos públicos; do apascentamento de gados; dos caminhos ou serventias públicas; das fontes públicas da freguesia e das propriedades urbanas. Depois do último artigo deste capítulo, surgiu o seguinte. “Fica sem efeito o que acima está mencionado por que carece d’um profundo estudo jurídico que nos não é possível viabilizar presentemente”. Isto, depois da enumeração de todo o texto das posturas, em quatro páginas e pouco que foram inutilizadas com a palavra “sem efeito”.

E voltou a tomar posse nova Comissão, que nos recorda a instabilidade política da 1.ª República, a 27 de abril, o Presidente apresentou um ofício do Governador Civil que mandava dar posse a nova Comissão Administrativa, constituída pelos cidadãos Manuel Duarte Coteiro Júnior, Domingos da Costa e Sousa e José da Silva Crespo, nomeados por alvará de 27 de março anterior. Deu-se posse aos dois primeiros e entregou-se-lhes três livros de atas. O vogal José da Silva Crespo só tomou posse na sessão de 4 de maio, por “falta de saúde”. A nova Comissão tomou de imediato decisões: que as sessões decorressem nos segundos e quartos domingos, no mesmo local, pelas 12 horas e que disto se fizesse público por edital; que o Presidente seria Domingos da Costa e Sousa e o Secretário, Manuel Duarte Coteiro Júnior; que havia caminhos e fontes públicas que careciam de reparação urgente, nomeadamente a fonte da Lagoa, mas, como a Junta não tinha qualquer rendimento, propôs-se solicitar à Câmara 250\$00 escudos (150\$00 para a fonte e o restante para os caminhos públicos).

#### **OBRIGAÇÕES POLÍTICAS E CÍVICAS DO EXECUTIVO**

A 8 de junho de 1919 o Presidente justificou a não realização da sessão de 25 de maio, por ter sido Presidente da Assembleia Eleitoral do Coimbrão, no mesmo dia, para a eleição camarária. Ainda em sessão extraordinária de junho, o Presidente propôs que se solicitasse ao Administrador do Concelho que as eleições seguintes se realizassem no edifício escolar oficial da Ortigosa por “a sala das sessões da junta não oferecer a segurança precisa” e que logo que fosse concedido, que se tornasse público por edital. A ata diz que os vogais se “conformaram” com a proposta e oficiou-se nesse sentido. Esta decisão foi acolhida pelo Administrador do Concelho e a informação foi dada a 22 de junho, data em que se publicitou. A 27 de julho voltou a haver sessão e o Presidente disse não ter realizado a anterior, por ter sido Presidente da Assembleia Eleitoral do ato eleitoral da Freguesia, na Ortigosa e por esta razão também, todos justificaram as suas faltas à aludida sessão.

Na primeira reunião de junho, o Presidente comunicou que tinha sido solicitado



por indivíduos, de Monte Agudo, para que se procedesse à marcação de um caminho público frente à casa de Joaquim Jorge, do lugar. A Comissão tinha ido ao dito lugar, a 5 de maio, acompanhada do povo do mesmo, que acusava o referido cidadão de ter mudado o caminho público que passava junto à sua casa, do lado nascente, para mais de 20m de distância “para sua conveniência, mas com prejuízo para o público”. No local, concluiu-se que o caminho fora sempre junto à casa e o próprio Joaquim Jorge propôs que o caminho avançasse 3m em relação à sua parede e que o caminho público poderia ficar com 2,5m de largura e ele poderia fazer a mudança, a que tanto a Comissão como a Junta anuíram.

A 24 de setembro ainda se realizou uma sessão extraordinária, que marcou o fim de mais um livro de atas da Junta do Souto.

#### **NOVA JUNTA SEM TOMADA DE POSSE E SEM ARQUIVO**

Apesar do livro de atas anterior ter uma ata datada de 24 de setembro, como referimos, a 12 de agosto, foi aberto um novo livro “para nêles serem lavradas as atas da junta de freguesia”, como diz o termo de abertura, assinado pelo Presidente, Manuel da Silva Pereira. Mas, tinha havido um ato eleitoral, a 13 de julho, na Ortigosa. Esta situação ficou esclarecida na primeira ata do novo livro e há neste uma sessão datada de 15 de agosto a que compareceram Manuel da Silva Pereira, José Rodrigues Sobreira, José Jorge da Silva, Luís Alves e José Pereira da Relva, eleitos membros efetivos da Junta de Freguesia do Souto da Carpalhosa. Estes apresentaram-se para tomar posse, mas não compareceu “nenhum dos membros da Comissão Administrativa transata”, nem “autoridade administrativa”, para lhes dar posse. A ata diz que “eles a tomaram e em seguida delegaram para presidente o cidadão Manuel da Silva Pereira, o qual, ... entrou imediatamente, com os outros membros da junta de freguesia, em exercício”. As sessões marcaram-se para os primeiros e terceiros domingos de cada mês às 10 horas e oficiou-se à “autoridade administrativa comunicando-lhe que ninguém tinha comparecido para lhes dar posse nem lhes tinham sido entregues os livros de atas ou qualquer outra coisa pertencente à Junta e que, portanto, pedia à referida autoridade que providenciasse com urgência para que lhes fosse entregue o que de justiça, lhes pertencia. Resolveu-se que se legalisasse um livro onde fosse lançada a ata desta sessão e das mais que se lhe seguissem. Por último resolveu que fosse tirada uma cópia desta ata e fosse enviada ao ... Administrador do Concelho e outra ao ... Delegado do Procurador da República”.

Todas as sessões registadas até ao final do ano, à exceção da de 2 de novembro, foram sessões sem assuntos a tratar. Nesta, o Presidente declarou que “visto que até hoje, a comissão administrativa d’esta freguesia cujo mandato terminou em 15 de agosto último não tinha feito entrega dos livros pertencentes a esta junta, propunha que se desse, disto, novamente, conhecimento ao ... Administrador do Concelho e se recorresse a pedido de urgentes providências para que lhes fossem entregues”.

Posto isto, pouco a pouco, a Junta começou a cumprir obrigações e a revelar preocupações com os povos. A 15 de junho de 1920, a pedido dos povos da freguesia, ia solicitar à Câmara, que a feira mensal da Ortigosa, do dia 16, fosse transferida

para o segundo domingo de cada mês, no mesmo local. A 28 de novembro elegeu os vogais para a Junta do Rio Lis, que recaiu sobre José Jorge da Silva, casado, proprietário, da Carreira, para vogal efetivo e Manuel Gaspar Esperança, casado, proprietário, de Ribadaves, para vogal substituto. E, só no ano seguinte voltamos a ter um assunto em sessão em que faltou o Presidente e o Vice-Presidente, Luís Alves (cargo não referido antes), disse haver um requerimento de José Francisco Graveto, dos Coruchos, para verificar se o caminho público entre a propriedade do requerente e a do cidadão Luís Francisco Rolo, no referido lugar, conservava a largura que tinha anteriormente. A Junta tinha verificado que estava bem, com a largura de 6,35m, a sul e de 4,67m a norte.

#### **JUNTA PROCURA NOVA SEDE**

A Junta de Freguesia do Souto da Carpalhosa tomou, entretanto, a decisão de procurar uma sede, porque foi de certa forma expulsa da sala que ocupava. A 17 de julho de 1921, o Presidente leu um ofício de Manuel António Lopes, solteiro, maior, proprietário, oficial dos Correios e Telegrafia em Leiria. Este comunicou que tinha adquirido, por compra, em hasta pública, como provava por documentação legal, o passal e a residência que tinham pertencido ao prior da Freguesia, e como a Junta celebrava as suas sessões, por deferência do pároco, numa sala de residência, convidava-a a procurar outro edifício para as sessões, retirando os haveres que estivessem na sala. O Presidente informou que, depois de receber o ofício, se tinha dirigido ao Juiz da Confraria do Santíssimo Sacramento, pedindo licença para a Junta reunir na sacristia da igreja, que tinha uma porta para o norte e servia para as sessões da confraria, até que “arranjasse casa própria”. O Juiz permitiu a celebração das sessões no local, com a condição de não serem interrompidos “os atos do culto”, da Junta celebrar as suas sessões a hora diferente das da irmandade e de mudar as sessões deste local, logo que tivesse edifício próprio ou, o mais tardar, um mês antes do fim do mandato, a não ser que algo combinasse com a confraria. A Junta aceitou as condições e as sessões passaram a realizar-se nesta sala a partir de 18 de agosto de 1921, tendo sido afixados editais a informar da alteração. Deu-se, também, conta a Manuel António Lopes, enviando cópia da ata e dizendo que poderia dispor da sala a partir de 18 de agosto. Não se registou a discussão de qualquer outro assunto, até ao final do ano de 1922. A 2 de janeiro de 1923 compareceram na sessão os cidadãos José Jorge da Silva, Manuel da Silva Pereira, Manuel Pereira Rodrigues, José Pereira da Relva e António Jorge, eleitos elementos efetivos da Junta, para a posse. O cidadão mais velho, José Jorge da Silva, tomou e confirmou a posse e procedeu à eleição para a presidência e da vice-presidência. Foram eleitos Manuel da Silva Pereira (Presidente) e Manuel Pereira Rodrigues (Vice-Presidente). Serviria, como Secretário, José Pereira da Relva e como Tesoureiro, António Jorge e as sessões seriam nos primeiros e terceiros domingos do mês, às 10 horas da manhã, “na sala onde ultimamente se tem realizado”.

Apesar das atas nunca terem registado o facto, em sessão do Parlamento Português (Câmara dos Deputados), foi referida a freguesia do Souto da Carpalhosa no

decurso do ano de 1923. A Câmara dos Deputados deu conta das reclamações dos católicos (Lei da Separação da Igreja) e referem o Souto:

"Às 15 horas principiou a fazer-se a chamada.

(...)

Telegramas pedindo que sejam atendidas as reclamações dos católicos:

Pároco do Arrabalde (Leiria). Pároco e junta de freguesia e regedor de Monte Redondo. Párcos de Cortes e Tábua. Comissão diocesana, Centro Católico de Portalegre. Juntas de freguesia de Pousos, Amor, Colmeias, Arrabalde, Cortes, Souto da Carpalhosa, e Marrases (concelho de Leiria). José Oliveira Zuquete, José Peres, José Silva Santos, António Rodrigues Pereira, João Curado, Joaquim Paiva, Francisco Albuquerque, Augusto Gonçalves, Manuel Jordão, José Ribeiro, Alfredo Coelho Pereira, Patrício Ferreira, Francisco Gil, Joaquim Patrício, João Caetano, José Patrício, José Cargueigério, Luís Souto, Afonso Portela, João António Lopes, Lúcio Noronha, Joaquim Silva Pereira, Júlio Adolfo Paiva, José Alves Carreira, Luís Gaspar Portela, João Pereira Nevo, António Costa Guerra – De Leiria.

Para a Secretaria. (...)"

Parlamento – Câmara dos Deputados. Sessão de 25 de Abril de 1923

O assunto nunca ficou em ata e não voltou a haver qualquer assunto a mencionar, até 20 de janeiro de 1924, data em que se elegeram os vogais, efetivo e substituto, para a Junta do Rio Lis: José Jorge da Silva, casado, proprietário, da Carreira e vogal da Junta, como vogal efetivo e Manuel Pereira Rodrigues, viúvo, proprietário, do lugar da Lagoa, vogal substituto. Não se voltou a tratar qualquer outro assunto em todas as sessões realizadas, até ao início de janeiro de 1926.

#### **JUNTA PASSOU A REUNIR NA ORTIGOSA**

A 2 de janeiro de 1926, realizou-se uma sessão da Junta de Freguesia, mas a ata diz que a reunião decorreu "na sala das sessões da junta de freguesia do Souto da Carpalhosa, na Ortigosa". Compareceram Manuel Pereira Rodrigues, Joaquim Domingues Heleno, Joaquim Francisco Ascenso, Joaquim da Costa Pereira e Manuel Duarte da Silva, eleitos vogais efetivos. Nunca mais se tinha referido o local das sessões, dizendo-se apenas que a Junta reunia na "sala de sessões", até esta referência de que estavam a reunir na Ortigosa. De notar ainda que se deu uma alteração significativa dos elementos da Junta de Freguesia, o que não acontecia há um tempo. Manuel Pereira Rodrigues era o cidadão mais velho e assumiu a presidência, conferindo a posse dos presentes. Este foi eleito Presidente do executivo e Joaquim Francisco Ascenso foi eleito Vice-Presidente. Joaquim da Costa Pereira passou a Secretário e Joaquim Domingues Heleno a Tesoureiro, e as sessões seriam nos segundos e quartos domingos do mês, pelas 8 horas da manhã (alterado a 28 de março, para as 11 e a 23 de maio, de novo para as 8), "na Ortigosa e na antiga sala da escola propriedade pertencente a Irmandade de Santo Amaro e Santo António e que em virtude desta Junta não ter sala sua para as sessões, o Juiz da referida Irmandade

ofereceu para ... nela fazer as sessões somente durante o seu mandato e sem prejuízo dos serviços da referida Irmandade.” Tínhamos, portanto, nesta altura, o executivo a utilizar salas das irmandades, a prazo e por mandato.

A 10 de janeiro de 1926 a Junta estava em plenas funções e já tomava deliberações/informações: o Presidente tinha sido convocado, pela Câmara, para se deslocar aos Paços do Concelho e proceder ao recenseamento dos mancebos da freguesia; deveria oficiar-se à Junta de Freguesia dos Milagres para definir dia e hora para comparecer na Charneca, para uma demarcação; deveria oficiar-se à Junta de Freguesia de Regueira de Pontes para marcar dia e hora para comparecer na pedreira denominada de Riba de Aves, para fazer uma demarcação; resolveu-se entregar à Câmara, a estrada que saía da Estrada Nacional n.º 58, das Várzeas ao Souto, visto que estava em péssimo estado e a Junta não possuía recursos alguns para a reparar; deveria comprar-se e “legalizar” um livro para registo de correspondência expedida.

Relativamente a estes assuntos, a ata de 14 de fevereiro de 1926, diz-nos a Câmara Municipal não aceitar a estrada e a mesma tem a resposta do Presidente dos Milagres que sugeriu à Junta que indicasse o dia para as marcações na Charneca, que ficou agendado para 25 de fevereiro.

#### **JUNTA ENVOLVEU-SE EM DEMARCAÇÃO DE FRONTEIRAS**

Janeiro de 1926 marcou um momento em que passou a haver muita informação em ata, num período que vai definir/demarcar fronteiras.

A 30 de janeiro o Presidente informou de um ofício da Junta de Regueira de Pontes, que pedia ao executivo do Souto que comparecesse a 25 de fevereiro, no Olival dos Simões, em Monte Agudo, para assentar nos limites a adotar entre as duas freguesias. A Junta deliberou comparecer e a decisão foi tornada pública, por meio de edital, que solicitou aos mais antigos da freguesia e a todos os mais que pudessem elucidar a Junta sobre os antigos limites da Charneca, a comparecerem no referido local. Na sessão de 14 de fevereiro de 1926, a Junta analisou um ofício da Direção Geral do Ensino e Fomento que a censurava por ter “aconselhado o capataz dos serviços da charneca dos Milagres a não continuar fazendo-os” num terreno que a Junta considerava seu. A Junta oficiou à mesma, “dando esclarecimento”. Na mesma, o Presidente informou que o seu homólogo dos Milagres tinha pedido que marcasse o dia a comparecer na Charneca, para fazer as marcações e indicou-se também o dia 25 de fevereiro.

Na sessão, extraordinária, de 25 de fevereiro o Presidente apresentou dois ofícios do Governo Civil que solicitavam a presença da Junta no mesmo e na sessão de 28 desse mesmo mês, o Presidente informou que, na sequência da reunião, no Governo Civil, era necessário nomear um delegado e duas pessoas mais velhas para informarem dos limites antigos da Charneca e convidar os mesmos a comparecerem, a 12 de março, no referida zona, próximo dos fornos da Moita da Roda. Foi nomeado delegado, José Joaquim Pereira, da Ortigosa, “dando-lhe poderes para fazer a marcação com a freguesia dos Milagres consultando-nos previamente”. Os informadores seriam Joaquim Crespo, da Moita da Roda e Joaquim



Charneca do Nicho, 2012. Fonte: Junta de Freguesia

Canário, de Monte Agudo e iria oficializar-se aos mesmos, convidando-os a aceitar os cargos.

Com os Milagres a situação estava complicada, pois a 14 de março a Junta oficiou à Direção do Ensino e Fomento Agrícola, “lembrando-lhe que se forem mandados fazer quaisquer trabalhos na parte do Baldio que esta Junta considerasse seu, embora ainda por demarcar, esta Junta não se responsabiliza[va] por qualquer alteração de ordem pública pelo povo” da freguesia e que a Junta continuaria, pelas vias competentes a “fazer vingar os seus direitos”, e oficiou-se no mesmo sentido, à Junta dos Milagres.

Em março continuavam as iniciativas em prol da demarcação de fronteiras. A 28, a Junta oficiou à sua congénere de Monte Redondo, solicitando a sua comparência no “Estremadoiro”, freguesia do Souto, no dia 15 de abril, para que, em conjunto fizessem a demarcação da Charneca naquelas proximidades.

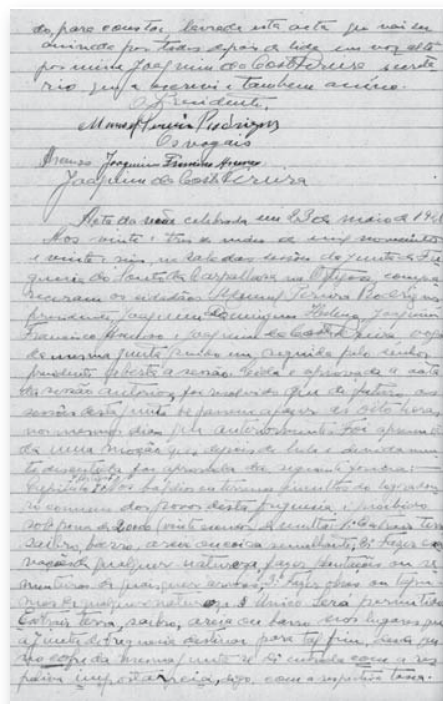
No mês seguinte transcreveu-se a ata da demarcação da Charneca com a freguesia de Regueira de Pontes, no corpo da ata. As Juntas tinham-se encontrado a 21 de fevereiro, de 1926, no sítio da Fontinha, limite de Monte Agudo. A do Souto representada por: Manuel Pereira Rodrigues, Presidente, Joaquim Domingues Heleno, Joaquim Francisco Ascenso, Manuel Duarte da Silva e Joaquim da Costa Pereira; a de Regueira de Pontes por: Adriano Martins Pereira, Presidente, Luís Lourenço, Augusto de Oliveira Caseiro, Francisco Silva e João Fonseca. O encontro serviu para “combinarem os limites a adotar de futuro entre as ... freguesias” no Baldio ou Charneca pública. Cada Junta ouviu os habitantes mais velhos e foi decidido que adotariam como limite “uma reta entre os sítios da Fontinha no ponto onde está a nascente e o cume do Cabeço do Simão passando por dois pontos que se ligam cujas coordenadas são: o ponto mais a Oeste à meridiana, vinte e oito quilómetros setecentos e setenta e dois metros e à perpendicular cento e vinte e dois quilómetros cento e sessenta metros. O ponto mais a leste à meridiana, vinte e oito quilómetros novecentos e setenta e quatro metros e à perpendicular cento e vinte e dois quilómetros cento e três metros sendo a distancia entre os dois pontos de duzentos e dez metros”. Foi resolvido “que cada freguesia desse dois metros de terreno ao longo da extrema, para fazerem um asseiro e que em cada um desses dois pontos fosse colocado um marco a expensas de ambas as Juntas com as iniciais referentes a cada uma das freguesias respetivamente em cada face”. Também se resolveu que nos Olhos d’Água, embora ficasse no terreno do Souto da Carpalhosa, a água pertenceria exclusivamente ao povo de Regueira de Pontes, que a poderia explorar sem prévia licença e como entendesse, sem que a Junta ou qualquer particular os pudesse proibir – ficavam com os direitos que possuíam há muitas dezenas de anos.

A 9 de maio seguinte, a Junta foi contactada pela de Monte Redondo, que escolhera o dia 12 de maio para se comparecer na Charneca, no sítio de Estremadoiro, para em conjunto, precederem à demarcação entre as duas freguesias.

Mas outros assuntos prenderam a atenção da Junta neste ano, como o contacto com a Câmara leiriense: a 14 de março, a Junta apoiou a Câmara que procurava uma ama para criar uma filha “desvalida” de uma pessoa do Souto, para que se encontrasse quem o fizesse, por 50\$00 escudos mensais; a Junta fez um pedido, na mesma data,

para que lhe fosse dado um subsídio para reparar a estrada do Souto ou que lhe fosse concedido o produto do imposto *ad valorem* cobrado na Estação de Monte Real, sita na freguesia, por um período de tempo estipulado. Pedido repetido em abril, com a Junta preocupada com as carências da freguesia, a fazer um levantamento do que era mais urgente e a contactar, de novo a Câmara, no sentido de lhe comunicar a importância das mesmas e a solicitar usufruir, por exemplo, de metade do produto do imposto *ad valorem* cobrado na Estação de Monte Real.

E trataram-se de requerimentos dos povos. Joaquim Ferreira do Rio, casado, comerciante, requereu autorização para reparar uma casa, na estrada do Souto, querendo alinhar a mesma, para construir um muro junto a um largo público. A Junta deu a licença e solicitou a Joaquim Domingues Heleno que lhe desse o alinhamento. Joaquim José Alves, casado, proprietário, dos Conqueiros pediu vistoria dum caminho entre uma sua propriedade e outra, de Luís Ferreira do Rio, do mesmo lugar, que estava entulhado com uma barreira caída de uma propriedade deste. A Junta solicitou a Luís Ferreira do Rio que desobstruísse o caminho. José Gaspar, viúvo, proprietário, do Souto, solicitou que lhe fosse dado alinhamento para uma parede que pretendia reconstruir, à margem da Estrada do Souto, no lugar do Souto, decidindo-se que o vogal Costa Pereira daria o alinhamento. Também Júlio Jorge, dos Conqueiros, pediu vistoria a um caminho junto a uma propriedade, no sítio da Lameira, em que tinha sido prejudicado por Manuel Ferreira do Rio, também da Lameira, o que se decidiu fazer. Ainda se resolveu vistoriar um caminho no sítio da Galega, próximo da Ortigosa, danificado por Luís Ferreira Silvério, da Ortigosa.



Ata da Junta de Freguesia de 23.05.1926.  
Fonte: Junta de Freguesia

### NOVAS POSTURAS, NOVA COMISSÃO E MAIS DEMARCAÇÕES

Depois das primeiras posturas que referimos anteriormente, não aprovadas, a 23 de maio de 1926 a ata deixou as primeiras posturas da Junta, com os capítulos: I – Nos baldios ou terrenos incultos do logradouro comum dos povos desta freguesia; II – Dos baldios ou serventias públicas; III – Das fontes públicas da freguesia; IV – Das pedreiras públicas; V – não tem título, mas é sobre os gados caprinos ou lanígeros. Estas entravam em vigor quinze dias após publicação, por edital, em todos os lugares públicos da freguesia e estas e outras posturas futuras deveriam ser fiscalizadas por zeladores, para que se nomearam: Luís Gaspar, da Carpalhosa; Manuel Jorge, de Ribadaves; Joaquim Domingues Mestre, da Ruivaqueira; José Mendes, da Moita da Roda; José Ferreira do Pinhal, das Várzeas; José Francisco Pereira, do Souto e José Francisco Graveto, da Carreira. As nomeações eram “sem remoneração alguma a não ser metade das multas que aplicarem” e tinham “carater vitalício”.

A 14 de agosto de 1926 tomou posse nova Comissão Administrativa. Compareceram Manuel Pereira Rodrigues, Presidente da Junta cessante, Joaquim Domingues Heleno, Joaquim da Costa Pereira, vogais da mesma e José Jorge da Silva, Regedor e José Rodrigues Sobreira, Presidente da Comissão empossada; Luís Braz, Tesoureiro e Manuel Duarte da Silva, Secretário, ambos vogais efetivos da mesma Comissão e Domingos Ferreira Moteiro, Manuel Pereira da Silva e Luís da Silva Bento, vogais substitutos. O Regedor deu posse aos presentes, a Junta cessante entregou todos os

livros e documentos que faziam parte do Arquivo e esta foi a última ata em que se referiu que as sessões aconteciam na Ortigosa. A partir daí, apenas se referiu a sala de sessões da Junta de Freguesia do Souto da Carpalhosa, a sala de sessões ou a sala de sessões no Souto da Carpalhosa.

A nova Junta só tratou de assuntos a 24 de outubro e estes prendiam-se com a demarcação da Charneca. O Presidente apresentou o auto da demarcação da Charneca da Freguesia dos Milagres com a do Souto, que foi transcrito na ata. As juntas tinham reunido a 7 de outubro no baldio situado entre as duas e tinham estado presentes todos os membros das comissões administrativas, para "mais uma vez se proceder a delimitação das ... freguesias, visto das anteriores reuniões não haver acordo". A ata diz que "apoz o exame a que se procedeu e depois de cada comição apresentar os motivos que indicaram dever ser os limites por outro local, foram estabelecidos os seguintes limites. Sendo o limite com Regueira de Pontes, uma reta que partindo do cólo da Bracinha; termina no ponto geodésico denominado Monte Agudo, situado no Baldio que agora se delimita, o limite com a freguesia do Souto fica sendo uma reta que partindo do extremo da freguesia de Regueira de Pontes com Souto da Carpalhoza onde será colocado um marco e cuja distancia em linha reta ao Ponto do Cimão, assim cognominado, na carta fica sendo 118 metros, reta que partindo do marco acima mencionado vai terminar num outro marco a colocar num ponto junto dum barreiro onde se extrahia barro para ceramica. Este ponto dista 156 metros (...) do ponto geodésico de Monte Agudo três (3) metros duma serventia de carro que se dirige para o sul do baldio e dezassete e meio metros da entrada, tirando uma reta do marco para o forno de ceramica situado no baldio que fica pertencendo á freguesia do Souto". "Deste marco até ao Anglo formado pelo caminho d'Alcaidaria ao Nicho, no ponto em que este entra na estrada aberta pelo Ministerio da Agricultura; é igualmente uma reta. Da junção deste caminho até ao Nicho, áu cruzamento do caminho que vem do val da Pedra e outros lugares para a nova estrada, o limite fica sendo éssa estrada. Do Nicho até ao cotovio, ou seja até a estrema da freguesia de (...) Monte Redondo o limite é a antiga estrada que condos á Guia. Diz-se antiga estrada cujo caminho é bem visível por atualmente em vertude de se ter inutilizado em partes, os que transitam por essa estrada terem aberto novos caminhos, que tanto ficam em parte da freguesia do Souto como dos Milagres. Como não houvesse nos locais assima mencionados pedras que servissem para marcos ficaram as duas Comições Administrativas de para ali as fazer conduzir e de as colocar nos sitios assima indicados no mais curto espaço de tempo, nunca excedendo o dia vinte do corrente mez d'outubro". Do ato, foram lavradas duas atas que ficavam para as comissões e que deveriam ser transcritas nos respetivos livros de atas.

De seguida trataram-se de assuntos correntes. A 5 de dezembro elegeram-se os vogais para a junta do Rio Lis: José Jorge da Silva, casado, proprietário, do lugar da Carreira, como efetivo e José Francisco Graveto, casado e proprietário, do mesmo lugar, o substituto. A reunião seguinte, de 12 de dezembro pretendeu resolver a forma como se deveria "impor o servisso braçal (...) para o fim de se consertar a estrada que vem das varzias ao Souto e a continuação da mesma estrada do Souto até S. Miguel o que vem a ser mais um quilometro." Seria "culetado" um cidadão de cada



casa, mas com a devida idade “pela cota de cinco escudos cada dia sendo dês escudos os dois dias”. Os carros ou juntas de bois ou vacas seriam coletados pelo preço de 25\$00 escudos e no caso de quem tinha uma só vaca ou um só boi, seriam 12\$50 escudos. Isto decorreria os anos que fosse necessário para o serviço indicado e para mais alguma fonte ou caminho que o povo requisitasse. A 26 de dezembro ainda decorreu a última sessão do ano de 1926 e reviu-se o preço das sepulturas no cemitério do Souto da Carpalhosa, passando o terreno para sepultura a custar 100\$00 escudos por metro quadrado.

#### **PARTE DO ARQUIVO DA JUNTA ESTAVA DESAPARECIDO**

O livro de atas que vimos referindo terminou logo de seguida, com a sessão de 9 de janeiro de 1927. Nesta, o Presidente disse que tinha procurado saber do Arquivo da Junta que faltava desde o ano de 1885 e até 1919. Julgava-se que tinha ficado com a Junta que cessou a 15 de agosto de 1919 e não se sabia “bem quem éram”. O Presidente disse ter perguntado a todos que serviram nas Juntas de 1910 a 1919 e que nenhum os tinha; como tal, resolveu-se registar o assunto e enviar cópia da ata ao Administrador do Concelho, para se livrarem da responsabilidade. Diz-se ainda que a situação resultara de “embirrações que avia entre o partido democratico e [os] conservadores”.

Este livro contém ainda, em folhas soltas, os autos/atas de demarcação do baldio entre as freguesias de Monte Redondo e Souto da Carpalhosa e da delimitação entre as freguesias dos Milagres e do Souto da Carpalhosa.

#### **JUNTA PASSOU A TER MAIS DINHEIRO E SUCEDEM-SE AS INICIATIVAS**

Do novo livro, consta um documento datado de 20 de dezembro de 1926, que indica que se encontraram, na Pedreira, limite de Ribadaves, as Comissões Administrativas das Juntas de Freguesia de Regueira de Pontes e do Souto da Carpalhosa para deliberar sobre a exploração da pedreira sita no mesmo local, que pertencia a ambas as freguesias. Considerou-se muito difícil e moroso dividir a pedreira, por ser necessário demarcar com os proprietários confinantes; que a pedreira não poderia continuar a ser explorada por indivíduos que disso fizessem modo de vida, com prejuízo das freguesias, que não lucravam; que a maior parte da pedra era extraída, consumida e aproveitada por indivíduos estranhos às freguesias; que as juntas eram pobres e não tinham fontes de receita para custear despesas; que a exploração da pedreira poderia ser fonte de receita para as juntas e que poderia mesmo satisfazer alguns dos seus encargos; que a estas competia zelar pelos interesses que representavam. Concordavam, por isso que, de futuro, a exploração da pedreira ficasse regulada de acordo com o seguinte: cada carrada de pedra saída da pedreira, para fora das freguesias pagaria 2\$00 escudos e a verba entrava em partes iguais nas tesourarias; o pagamento era efetuado por talões, dados e cobrados pelas mesmas; quando estas entendessem, reuniriam para li-

quidar as importâncias recebidas; as Juntas reservavam-se o direito de escolher dias da semana em que seria permitido sair pedra da pedreira, para se poder fazer uma rigorosa fiscalização; os residentes das freguesias podiam utilizar-se da pedreira, em proveito próprio e gratuitamente – não podendo tirar pedra para outros, de fora da freguesia, caso contrário teriam de pagar. As deliberações vigoravam a partir de 1 de janeiro de 1927 e as comissões reservavam-se o direito de as alterar quando entendessem necessário. Seriam registadas nas atas de cada freguesia e seria enviada cópia do texto ao Governador Civil, para aprovação.

No dia 13 de fevereiro, o Presidente surgiu na sessão com os livros que faltavam no Arquivo: três livros de atas que continham atas de 1885-1919, que tinham ficado retidos pela Junta que servira em 1919. O Presidente tinha pedido a Joaquim da Costa Pereira que as encontrasse e trouxesse, sem ser necessário saber onde tinham estado e foi o que aconteceu. A Junta ficava com seis livros de atas, sendo o desta ata o sexto, e um livro de registo de correspondência.

A partir deste momento nota-se uma grande azáfama. A Junta obtém dinheiro e regista-se bastante atividade. Em fevereiro venderam-se os amieiros do terreno público junto à fonte do Souto para ajudar a pagar o selo branco da Junta e pediu-se licença para vender o baldio da Arroteia para inaugurar o serviço braçal e arranjar a estrada do Souto e fontes ou caminhos que o exigissem. A 27 de fevereiro registou-se a venda dos amieiros e o baldio também já podia ser vendido, pois na ata de 13 de março, já havia autorização do Governador Civil. Na sessão de 27 de março, Luís Braz, Tesoureiro, recebera 104\$000 escudos da Pedreira de Ribadaves, que já dava verbas às Juntas e ele já tinha pago despesas e ainda possuía dinheiro. Nesta, também se informou que o serviço braçal já estava aprovado, com a condição de estar em arrematação durante 10 dias.

Na ata de 12 de junho, surge, pela primeira vez, uma situação de uma instituição que pedia um subsídio à Junta. Tratava-se da Comissão Central de Assistência e Proteção da Infância de Lisboa. A Junta deliberou que só poderia dar se conseguisse vender o baldio da Arroteia e, nesta data, aproveitou também a ocasião para solicitar ela própria, um subsídio à Câmara Municipal, para abrir o serviço braçal anteriormente referido. Este pedido foi atendido, pois a ata seguinte, de 24 de junho, já diz que fora recebido um subsídio no valor de 500\$000 escudos, da Câmara Municipal, para a estrada do Souto.

Em agosto, foi vendido um terreno no cemitério do Souto; na sessão seguinte o Presidente já tinha a verba da Câmara e o Tesoureiro voltou a informar que tinha recebido dinheiro da exploração da Pedreira de Ribadaves. Na sessão de 9 de outubro aludiu-se, de novo, ao serviço braçal que estava a decorrer, mas os proprietários dos carros da Moita da Roda não iriam comparecer naquele dia, por se terem recusado a tal. Em novembro o Secretário foi autorizado a gastar dinheiro da Pedreira na reparação da fonte de Ribadaves e a Junta solicitou à Câmara que fosse aberta a estrada do Souto a S. Miguel. O pedido foi logo atendido, dado que a ata de 11 de dezembro já referiu 500\$000 escudos, enviados pela Câmara, para a continuação da estrada. Neste mesmo mês, a 25, tinham sido distribuídas notas de pagamento aos proprietários que se recusaram a prestar o serviço braçal e a 2 de

janeiro, a Junta adquiriu 2 livros, para registo da receita e despesa com o referido serviço – serviço que se pensava continuar a pôr em prática, dado que a 12 de janeiro se decidiu pedir autorização à Câmara para aumentar o preço da contribuição braçal até ao máximo que a Lei permitisse, autorização que estava concedida a 26 de fevereiro.

E continuavam a chegar verbas resultantes do imposto cobrado na Pedreira, pois a 10 de junho a Junta recebeu mais 227\$00 escudos e no mês seguinte marcou-se serviço braçal para agosto. A 28 de outubro tinha sido feito o aterro da estrada do Souto a S. Miguel e o Presidente já tinha recebido a verba prometida pela Câmara. Para esta estrada, também poderia ser gasta a receita da Pedreira de Ribadaves, conforme se deliberou na mesma sessão. A 9 de dezembro pediu-se autorização à Câmara para que permitisse estrumar mato nos caminhos públicos e continuava a chegar dinheiro da Pedreira: na sessão de 13 de janeiro de 1929, a Junta possuía mais 376\$00 escudos, (deu 50\$00 escudos ao recebedor do imposto) provenientes do imposto estabelecido pelas duas Juntas. A 28 de julho de 1929 vendeu-se o terreno de uma sepultura, no cemitério, tal como aconteceu a 24 de novembro, data em que se venderam mais dois terrenos. A 13 de julho o Tesoureiro apresentou o lucro da Pedreira de Ribadaves, tal como aconteceu a 12 de outubro. A 27 de outubro autorizou-se Luís da Costa Pereira da “Moitadeira” a chamar ao serviço braçal, os carros e homens que fossem necessários para reparar um caminho no mesmo local. Também se deu licença a Jacinto Rodrigues e ao seu irmão Joaquim, para repararem um caminho na Moita da Roda e também podiam chamar o serviço braçal dos homens e carros fundamentais. A 22 de dezembro deliberou-se gastar, na estrada do Souto a S. Miguel o dinheiro recebido das duas últimas sepulturas vendidas. A 9 de novembro de 1930 a Junta deu conta, em ata, que se haveria de gastar, do imposto braçal, a receber da Câmara Municipal: 500\$00 escudos na fonte da Carreira; 500\$00 escudos num lavadouro da fonte do Souto de Baixo e o restante na estrada do Souto e continuação até S. Miguel. Também se decidiu mandar alargar a cisterna da borda da estrada do Souto.

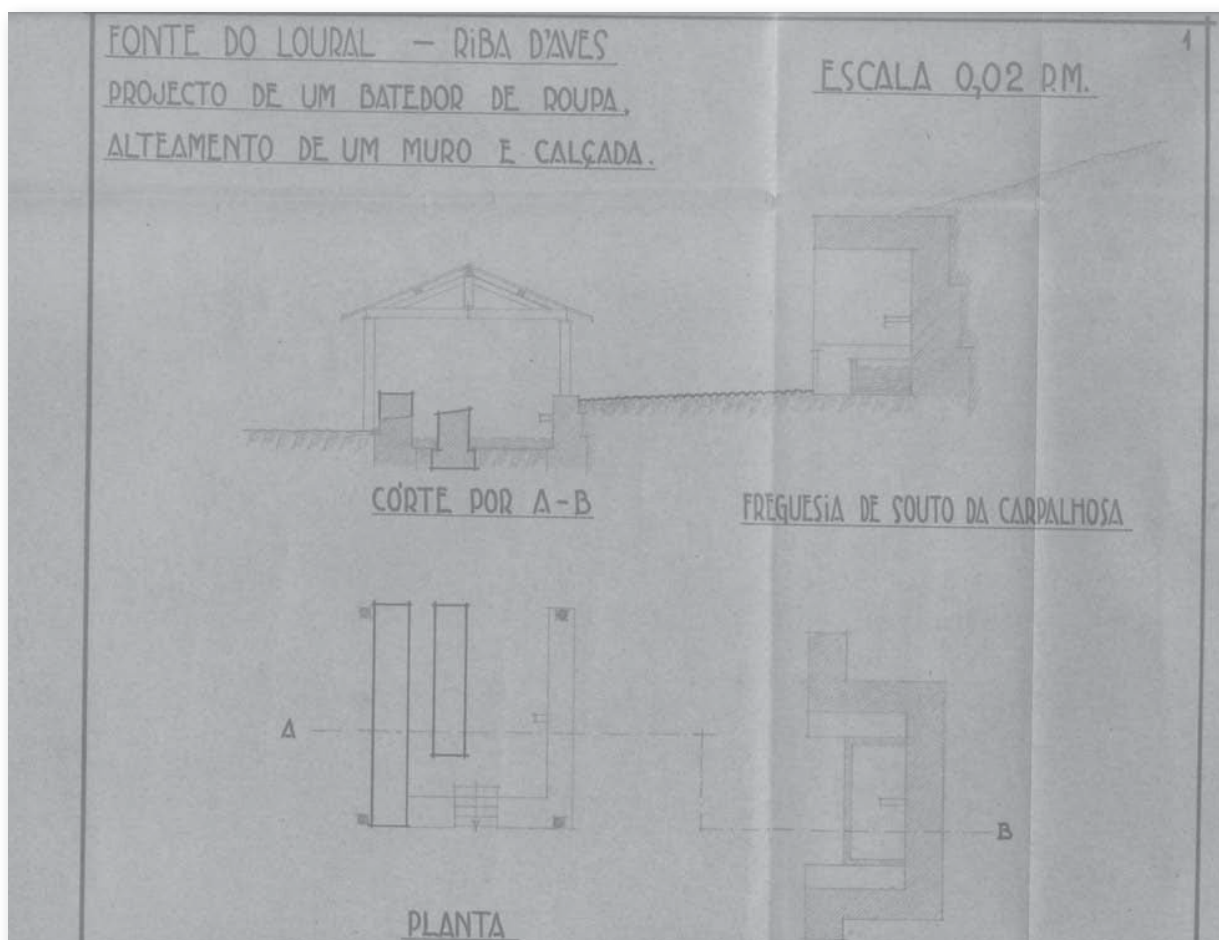
As restantes e bastantes deliberações prenderam-se com melhoramentos e benefícios para os habitantes do Souto. Na ata de 24 de abril de 1927, registou-se a marcação de um caminho na direção Lameira e Monte Agudo, entre as testadas de António Jorge e António Francisco, da Lameira e registou-se também o processo de negociação com os dois envolvidos. O mesmo se passou a 8 de maio, data em que se registou a marcação de um terreno nas pontes de Ruivaqueira. O pedido fora feito por Custódio Gaspar, daquele lugar e a ata inclui todas as medições do mesmo.

A 26 de fevereiro de 1928, autorizou-se todos os proprietários de gado, de qualquer espécie, a pastar nos baldios públicos da freguesia, enquanto estivessem em poder da Junta. Na ata seguinte deu-se licença para que um particular mudasse um caminho, mas seriam colocados editais avisando a população, que poderia apresentar reclamação. Em agosto foi necessário avisar um proprietário que retirasse terra que tinha caído e obstruía a estrada do Souto. A 23 de setembro decidiu-se multar os carreiros que deixassem entrar carros ou gado nas valetas da

estrada do Souto: da primeira vez, com 30\$00 escudos; da segunda, com 50\$00 escudos, da terceira, com 100\$00 escudos; penas que seriam iguais para quem deixasse gado, de qualquer espécie, a pastar ou a "intupir". Nesta altura voltou a referir-se a necessidade de reparar a fonte de Ribadaves, deliberando-se que se usaria, para tal, a receita da Pedreira.

No dia 27 de janeiro de 1929, a Junta autorizou o Presidente a abrir um rego para mudar águas vertentes no terreno público da fonte da Sarrada, em S. Miguel, visto ter-se verificado que não haveria incómodo público. A 10 de fevereiro deliberou-se ceder gratuitamente 30 carradas de pedra, da Pedreira, para a Capela dos Barreiros. A 24 de março, deu-se licença ao Presidente para cortar 12m2 de terra, no terreno público na Sarrada da fonte de S. Miguel e que o mesmo desse 6\$00 escudos para benefício público da estrada do Souto para S. Miguel. A 8 de junho deu-se licença

Projeto de Batedor de Roupa de Ribadaves.  
Cedido pelo Arquivo Histórico  
da Câmara Municipal de Leiria



gratuita a Manuel da Silva Pascoal Novo, da Moita da Roda, para passar por um caminho vicinal, com água de um poço, puxada por um engenho, no sítio do Sobreiro.

A 23 de março de 1930 a Junta deu poderes ao Tesoureiro para tratar dos assuntos necessários relacionados com a pedreira, diretamente com a Junta de Regueira de Pontes.

Nesta data, a ata da sessão diz, pela primeira vez (depois do período em que o executivo tinha reunido na Ortigosa e depois de deixar de haver essa referência e se dizer apenas que era no Souto), que a reunião estava a decorrer no edifício da igreja do Souto da Carpalhosa, sem se especificar o local. Esta é a localização que passa a constar das atas.

Nestes anos que abordámos, verificaram-se ainda outras deliberações que julgámos importante anotar. Em junho de 1927 a Junta deliberou solicitar uma escola móvel para o Vale da Pedra. Um assunto um pouco inesperado, pois não houve qualquer outra informação sobre o mesmo, numa altura em que só se falou de dinheiro e demarcações. A 27 de agosto de 1930, o Comandante da Polícia solicitou a eleição dos vogais para a Junta do Rio Lis, para o triénio de 1930-1932, para que foram eleitos José Jorge da Silva, casado, proprietário, residente na Carreira, vogal efetivo e José Francisco Graveto, casado, proprietário, residente no mesmo lugar, vogal substituto.

#### **CONTINUA O TRABALHO DE MELHORAMENTOS EM PROL DOS FREGUESES**

O início dos anos 30 revelou a continuação de trabalho efetivo em prol dos povos da freguesia, no sentido que hoje também entendemos o papel das freguesias, nomeadamente as rurais. Não significa isto que anteriormente não havia essa preocupação. Significa que a legislação mudou e que as atribuições foram sendo mais clarificadas e permitiam essa ligação mais próxima aos fregueses, nomeadamente quanto a benefícios coletivos. Notou-se ainda, a preocupação com a esfera pública e o facto de se poder prejudicar o público.

Em fevereiro de 1931 foram atribuídas licenças, a particulares, como José do Pinalhal, da Ruivaqueira, para construir uma parede de vedação num caminho vicinal, junto à sua residência; ou a Manuel Lopes Duarte, da Carreira de Cima, para fazer suportes para uma parede velha na borda dum caminho vicinal, junto à sua porta e também ao Presidente se autorizou a extração de terra do largo público chamado Rossio, em S. Miguel, sem que fizesse “duvida” ao povo, para passar.

No mês de março ficaram registadas preocupações que acompanharam os anos seguintes, relativas às fontes, importante infraestrutura para fornecimento de água para uso doméstico, para apoio aos lavadouros e bebedouro público para animais. Vimos ainda que também eram utilizadas para encher dornas, quando se faziam obras.

Neste mês preocupava a fonte da Arroiteia, cujos povos tinham pedido/concordado com um desvio das águas da mesma, mas sem resultado satisfatório e, portanto, resolveu-se fazer a fonte da Carreira “com mais brilho”, por ficar perto da Arroiteia e ter água boa e abundante.

Guia de receita do donativo  
de 1.822\$00 do povo. Fonte: Junta de Freguesia

**Junta de Freguesia do Souto da Carpalhosa**

**GUIA DE RECEITA EVENTUAL**

ANO DE 1968 N.<sup>o</sup> 10

Auxilio prestado pelo	\$
Exatante da freguesia	\$
para obras e melhoramentos	1142 \$ <sup>00</sup>
	\$
	\$
	\$
	\$
	\$
	\$
Soma . . . . .	<u>1142 \$<sup>00</sup></u>

Recebi de Dionisio

morador em Souto da Carpalhosa  
a quantia de mil e trezentos e cinquenta e seis centavos  
e 50 centavos  
proveniente da receita supra, que fica escriturada nos livros.

Tesouraria, 27 de Setembro de 1968

O Secretário da Junta,

O Tesoureiro,

António Pereira Dantas

As demarcações vinham também sendo uma preocupação e no mesmo mês de março de 1931, deliberou-se demarcar um terreno público na Moita da Roda, no sítio da Barroca, utilizado pelo povo para levar gado a pastar e para colocar roupa. Ficaram registadas as medições específicas, que totalizavam 144 m<sup>2</sup>.

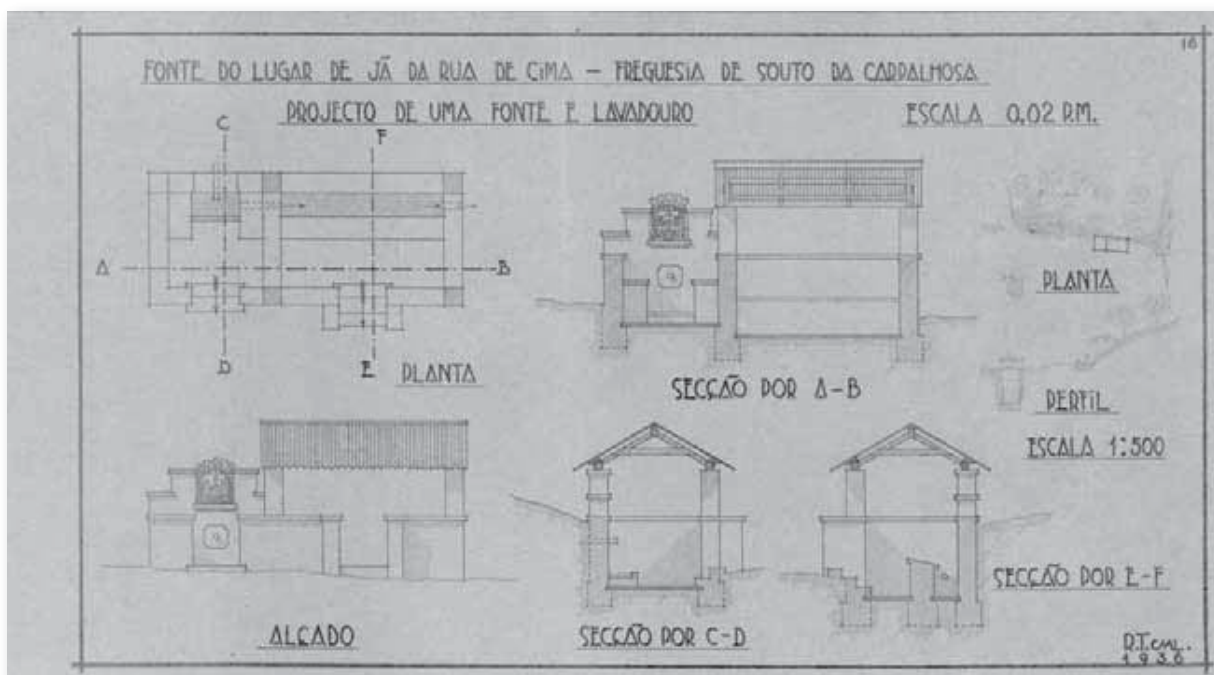
No mês de maio a Junta preocupou-se com a construção de uma ponte no Rio do Souto, no sítio da Freira, para a passagem do povo da Moita da Roda para o Souto e com a construção da estrada vicinal do Souto para S. Miguel e Chã. Iria aproveitar-se um subsídio para tal. Em junho e julho a Junta concedeu de novo licenças: para Manuel Pereira Rodrigues, da Ruivaqueira, construir um muro de vedação junto dum caminho vicinal na Ortigosa; para José Francisco Crespo, das Várzeas, construir um

muro de vedação no mesmo lugar, num caminho vicinal, junto à sua habitação; para António Silva Pascoal, da Moita da Roda, passar com água, por uns caminhos vicinais, no sítio da Moita da Roda; para José Fernandes Lopes, da Moita da Roda, passar com água, de um poço, por um caminho vicinal, para regar; para José Cordeiro, do mesmo lugar, reconstruir um muro de vedação noutra caminho vicinal, junto à sua porta; para José Ferreira Eugénio, da Ruivaqueira, construir um muro de vedação no seu casal, num caminho vicinal.

No mês seguinte continuámos a encontrar a preocupação com as fontes e a Junta pediu um subsídio à Câmara Municipal para os seguintes fontenários: Várzeas, Conqueiros, Moita da Roda, S. Miguel, Várzeas, Vale da Pedra. Deliberou-se arranjar e empedrar um caminho (por ser muito mais caro fazê-lo como estrada), com o imposto braçal. No final do ano, em novembro, enviou-se um ofício a Manuel Duarte Couteiro & Companhia, da fábrica da cal e adubos, das Várzeas, para que fosse vedada a cisterna aberta na borda da estrada do Souto, dando-se as medidas exigidas e um prazo, para não ser retirada a licença da fábrica.

A primeira metade do ano de 1932 foi um pouco atribulada em termos administrativos. Logo em janeiro, foi substituído o vogal Luís Braz, que não podia assistir às sessões, por doença e chamou-se o vogal Domingos Pereira Moteiro. Entretanto, a Comissão demitiu-se, a 14 de fevereiro, mas continuou em funções até à tomada de posse da nova Comissão Administrativa, que só tomou posse a 28 de julho. E, em maio, o Presidente sugeriu que fosse lançada uma contribuição predial para que fosse possível construir dois cemitérios, um no Vale da Pedra e outro na Ortigosa, que ur-

Projeto da Fonte e do Lavadouro de Jã da Rua.  
Cedido pelo Arquivo Histórico  
da Câmara Municipal de Leiria

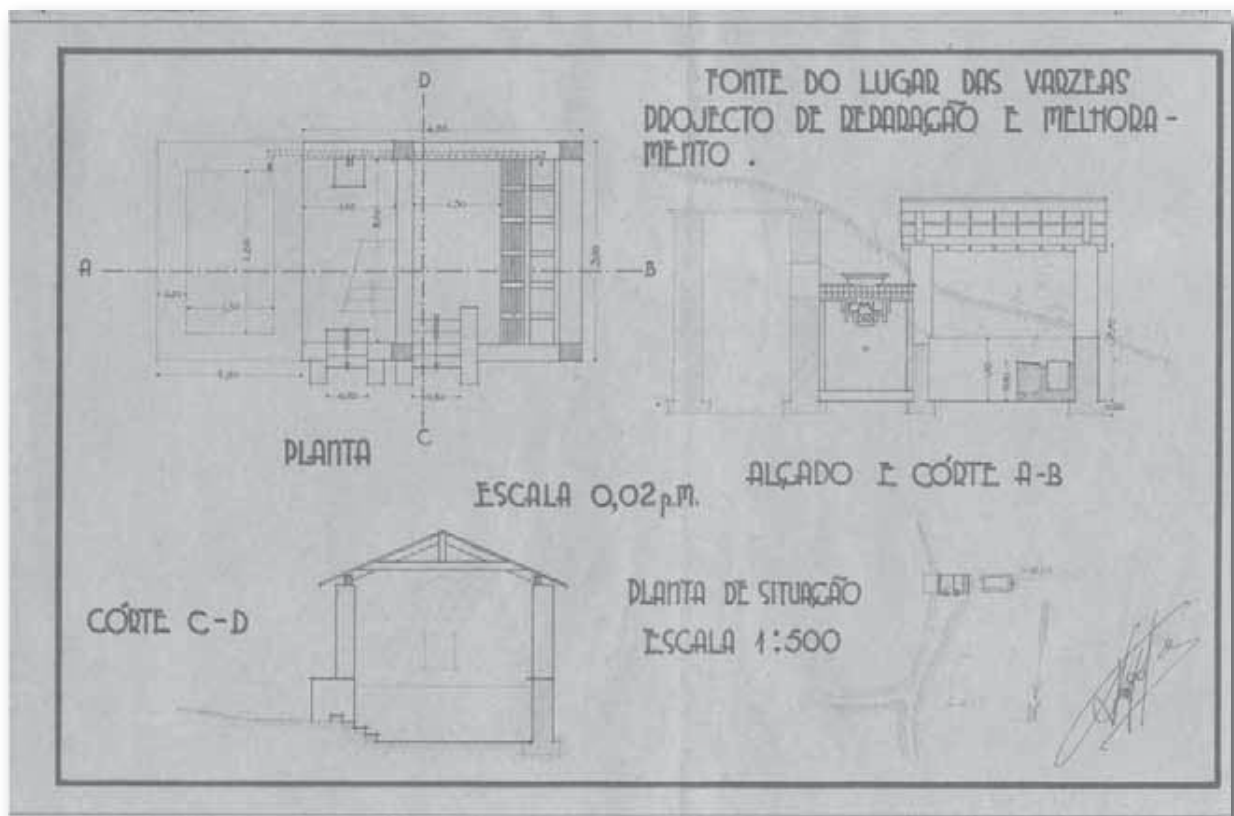




giam e os restantes elementos da Comissão recusaram-se a assinar esta deliberação, não se tendo, depois deliberado nada a este respeito.

O resto do trabalho foi semelhante ao que se vinha fazendo e a Junta estava, agora, a iniciar um período de apoio monetário diferente, por meio de subsídios e transferências entre instituições, que apoiou a azáfama de obras pela freguesia. Foi dada licença a Luís Alves e a Joaquim Alves, do Picoto, para mudar um caminho que passava à sua porta e afixaram-se editais para constar a mudança e para verificar se havia reclamações dos povos. Em abril determinou-se que se pediria um subsídio ao Governo, por intermédio do Governador Civil, que serviria para: fonte do Casal (1 conto); caminho da Ruivaqueira (500\$00); caminho de Ribadaves (1 conto); fonte dos Conqueiros (1 conto); duas fontes da Moita da Roda (2 contos); fonte de Jã da Rua (500\$00); fonte do Vale da Pedra (1 conto); fonte da Carreira (500\$00); caminho da Arroteia (1 conto); fonte das Várzeas (500\$00); reconstrução da estrada do Souto (2 contos); reconstrução de uma fonte em S. Miguel (2 contos).

Projeto de Fonte das Várzeas.  
Cedido pelo Arquivo Histórico  
da Câmara Municipal de Leiria



### A NECESSIDADE DE UMA SEDE

A nova Comissão Administrativa tomou posse a 28 de julho. A sessão decorreu no edifício da igreja do Souto e compareceram José Rodrigues Sobreira, Presidente da Junta cessante, Manuel Duarte da Silva e Domingos Ferreira Moteiro e ainda José Francisco Graveto, Presidente da Comissão empossada, Manuel Rodrigues Sobreira (o novo Tesoureiro) e Manuel Ferreira Duarte (o novo Secretário). Estes eram os vogais efetivos e os substitutos eram Manuel Pereira da Silva, Joaquim Francisco Rainho e Luís da Silva Gaspar. Foi dada posse à Comissão e entregaram-se os nove livros do Arquivo: seis de atas, um de registo, um de receita, um de despesa. Foi também entregue um selo branco e as sessões seriam nos segundos e quartos domingos do mês às treze horas, horário que variou bastante.

O assunto que maioritariamente ocupou a nova Comissão Administrativa da Junta, a partir desse momento, foi o da necessidade de uma sede. Na tomada de posse, a sessão decorreu no edifício da igreja paroquial. A 31 de julho referiu-se uma dependência da igreja paroquial do Souto da Carpalhosa e, a 25 de agosto o Presidente disse que, como todos sabiam, a Junta “nunca teve nem tem sala própria para as suas sessões; Muitas vezes tem-se reunido nesta ou naquela sala, cedida na ocasião das reuniões; geralmente pelo Reverendo Pároco. Entendo que este estado de coisas não deve continuar, e por isso convoquei extraordinariamente a Junta para nesta sessão resolvermos”: sobre a oportunidade de construir um pequeno edifício para sala de sessões; para discutir sobre o local da construção e sobre o modo de efetivar a resolução tomada, se a Junta resolvesse construir. Deliberou-se que, de acordo com a área e o número de população, esta era uma das freguesias mais importantes do concelho, portanto, era importante e conveniente e de absoluta urgência construir um edifício para sala das sessões; a localidade mais conveniente para a construção, seria o Souto de Baixo, perto da Igreja Paroquial, por este ser o lugar mais central da freguesia e, por isso, o mais conveniente para a Junta e para os povos; dado que a Junta não possuía qualquer terreno nesta localidade, deveria dar-se conhecimento desta decisão ao Bispo da Diocese e pedir-lhe a cedência de um terreno, gratuito, que se localizava entre a estrada, que das Várzeas conduzia à igreja e a chamada propriedade do Pároco, chamado Corredoura; pedir-se-ia que a parede do Sul, para a Casa das Sessões, pudesse ser levantada sobre o muro que vedava esta propriedade. A ata diz ainda, que a Junta confiava que ele, “tão amigo dos povos e do progresso das freguesias da sua Diocese, gostosamente” acederia. Dizia-se também que o terreno necessário tinha 48 m<sup>2</sup>, oito de comprimento de sul e de norte e cinco de largura, de poente e de nascente. Por fim, fez-se cópia da ata para enviar ao pároco e este se dirigir ao Bispo. A partir desta ata, as sessões foram sempre referidas como tendo decorrido na sala de sessões provisória e começam a decorrer na Carreira, em casa do Presidente, segundo as atas e de acordo com deliberação tomada na sessão de 11 de novembro de 1932. Isto, até que se conseguisse sala condigna ou a Junta resolvesse em contrário.

Só em outubro a Junta voltou a preocupar-se com as obras e os melhoramentos na freguesia. No dia 9, a ata registou várias obras necessárias em toda a freguesia: caminhos e fontes, em especial, mas, como a Junta anterior não lhes tinha entre-

gado nem “um centavo”, alegando que não havia saldo algum em cofre, era difícil iniciar o trabalho. A Junta disse não poder comprovar o facto, pois as contas não estavam bem lançadas e propôs-se que logo que houvesse receitas, se passasse a escriturar as receitas e as despesas, nos livros, com os devidos termos e tudo documentado, o que foi aprovado e foram responsabilizados o Secretário e o Tesoureiro, para que estivesse tudo confirmado e em ordem.

No resto do ano de 1932 e no de 1933, a grande preocupação da Junta foi a da verba para atender às solicitações de melhoria por parte das populações e às obras essenciais. Havia que arranjar o caminho do lugar da Lameira à Pedreira, conforme reclamação de muitos proprietários; arranjar o caminho do lugar do Poço, que os habitantes reclamavam justamente; reparar a estrada do Souto ou arranjar a fonte das Várzeas, como muito reclamava o povo. Entretanto, a Junta prometia, em ata, que faria tudo, logo que houvesse verba e o Presidente prontificou-se a ir a Leiria, à Câmara solicitar dinheiro que lhes cabia, do Imposto do Trabalho, para atender às reclamações das populações. A 11 de dezembro, o Presidente já fez saber que em janeiro deveria receber-se dinheiro do imposto cobrado. E, o Secretário aproveitou para apresentar uma reclamação, do povo da Escoura que, com razão, solicitava a reparação da fonte e o arranjo do lavadouro. Tudo ia ficando aprovado para logo que existisse verba e a 25 de dezembro, ficou a referência a uma lista das obras mais urgentes, de caminhos e fontes, assim como as respetivas importâncias, por obra, que surgiu na ata de 8 de janeiro de 1933. De acordo com a lista, a freguesia necessitava do seguinte: caminho da Lameira à Pedreira (217\$00); caminho do lugar do Poço (282\$00); estrada do Souto (605\$00); fonte do Casal das Várzeas (800\$00); arranjo da fonte e cobertura dos lavadouros na Escoura (663\$00); arranjo do caminho na Figueireda (500\$00); construção da fonte das Várzeas (150\$00); arranjo da fonte do Vale da Amieira (800\$00); construção da fonte do lugar do Brejo na Carreira (340\$00); outras despesas, serviços prestados do imposto braçal, impressos, serviço da Comissão Administrativa e outros serviços (500\$00). Foi aprovado que se fizesse tudo, logo que chegasse verba. Entretanto, o Tesoureiro recebeu 470\$00 escudos, sendo que 270\$00 escudos foram da extração na Pedreira de Ribadaves e 200\$00 escudos da venda de terreno no cemitério. As verbas da pedreira não chegavam há muito, tanto que, logo depois da tomada de posse desta Comissão, a 14 de agosto de 1932, a Junta deliberou oficial à Junta de Regueira de Pontes no sentido de pedir contas, por estarem em atraso e também se colocou a necessidade de acautelar a futura fiscalização.

Em janeiro chegou a verba prometida, respeitante ao imposto do trabalho, num total de 4.678\$00 escudos e a Junta deliberou que se desse início aos melhoramentos previstos e aprovados, tendo indicado os membros da Comissão que fiscalizariam cada uma das obras. As atas seguintes deram conta dos trabalhos a decorrer e dos que estavam concluídos, apresentando-se as contas.

Em abril, temos a notar uma sessão em que se lembrou a Batalha de La Lys e se suspendeu a mesma, com a justificação de que nesta data se fazia um minuto de silêncio em quase toda a Europa.

No mês seguinte, a Junta preparava o orçamento para o ano económico de 1933/34, algo que não se verificava há muitos anos. As contas foram apresentadas,

tal como o orçamento, na sessão de 25 de junho de 1933 e ficou tudo escriturado nos respetivos livros de registo. Indicaram-se todas as receitas e despesas, uma a uma, tal como os trabalhos/melhoramentos que correspondiam às despesas. Até ali, a Junta tinha tido receita de 5.148\$00 escudos e despesa de 4.859\$25 escudos, passando 289\$00 escudos para o ano de 1933/34. Para o novo ano económico estabeleceram-se 5.287\$00 escudos que viriam da Câmara e a isto acrescentavam-se o saldo do ano anterior e 800\$00 escudos prováveis da Pedreira, o que dava uma receita de 6.376\$00. Por então, não se faziam mais obras, até voltar a entrar receita no cofre, decisão que fez parar as obras até final de 1933. A partir daí entraram verbas pequenas, como as da venda de um coval no cemitério, mas continuavam a referir-se obras a fazer, como a reparação da Fonte de Cima, na Moita da Roda, cujos povos se tinham queixado da situação deplorável em que a mesma se encontrava. No entanto, a Junta ficou preocupada com a informação, trazida por parte do Presidente, informado da Câmara, que esta não poderia, por ordem superior, pagar o dinheiro devido à Junta, de uma vez só, mas em 12 prestações (ou três ou mais de cada vez, mas mediante a apresentação de documentos de despesa e só depois de vencido o tempo a que competiam). Posto isto, a 10 de setembro, a Junta oficiou à Câmara, solicitando três prestações da verba orçada para os serviços na freguesia e verificaram-se quais os serviços contemplados no orçamento, mais urgentes, percebendo-se que o Presidente contactou pessoalmente o Presidente da Câmara Municipal, no sentido de obter verbas que se aprovaram na Câmara em novembro. Entretanto, a Junta tinha sido contemplada com 23.360\$76 escudos, para terraplanagens e obras na estrada de serventia de Ribadaves e o Presidente foi avisado que a Câmara ia fazer chegar 5.300\$00 escudos para as obras descritas na ata de 25 de junho de 1933. Note-se que este foi um período farto no que diz respeito a receitas.

#### UM NOVO CEMITÉRIO NA ORTIGOSA

No final do ano de 1933, mais propriamente a 24 de dezembro, a Junta informou que tinha consultado os livros de atas de 1926 e que a 26 de dezembro desse ano, se tinha estipulado que o terreno para sepulturas, no cemitério do Souto, seria vendido a 100\$00 escudos o m<sup>2</sup>. Decidiu-se retomar a deliberação e que todos os cemitérios da freguesia seguissem o mesmo preço.

Logo de seguida, a 3 de janeiro decorreu uma reunião na Ortigosa, na Casa da Irmandade de Santo Amaro e Santo António. Não se tinha mais sabido, pelas atas, do cemitério iniciado há uns anos na Ortigosa, para além de uma referência ao facto de um Presidente, ter falado na possibilidade de se criar um imposto, para apoiar a construção, que não foi aceite pelo executivo, que referimos anteriormente. Esta ata elucidou-nos. O cemitério da Ortigosa estava pronto e esta sessão contou com a presença da Comissão Administrativa e da Comissão promotora da construção do cemitério, constituída por: Manuel Pereira Rodrigues (que presidia à Comissão), Joaquim da Costa Pereira, Luís da Costa Pereira, José Ferreira Eugénio, Manuel Ferreira Eugénio, José Ferreira do Rio, Bento Ferreira Moteiro. A reunião foi marcada a pedido da Comissão que pretendia fazer a entrega do cemitério, construído a expensas dos



Cemitério da Ortigosa. Foto da autora, 2013

povos dos lugares de Ortigosa, Ruivaqueira, Lagoa, Casal das Várzeas e Ameixoeira. O cemitério foi entregue à Junta, de acordo com as seguintes condições: seriam válidas as vendas de terreno já efetuadas; a Irmandade da Ortigosa iria cuidar da limpeza e administração do cemitério e, caso fosse criada uma freguesia na Ortigosa, a posse do cemitério seria transferida para a nova Junta, nas condições em que se entregava à do Souto. As condições foram aceites por unanimidade e suspendeu-se a sessão por um tempo, para marcar o lugar das sepulturas já vendidas, uma a uma (referidas em ata). A Comissão entregou a chave do cemitério e a planta do mesmo e o Presidente da Comissão Administrativa da Junta agradeceu “em nome da freguesia o ato benemérito que o povo destes logares acaba[va] de praticar”, tal como à Comissão, “pelo incansável trabalho que teve, dando assim um belo exemplo ao restante povo ... da freguesia”. Por fim, decidiu-se enviar cópia da ata ao Procurador-Geral da República da Comarca. De notar, em cima e a propósito do cemitério, a referência, ou a ideia que já existiria, da possibilidade de ser criada uma freguesia na Ortigosa.

#### NOVA CAMPANHA DE OBRAS E MELHORAMENTOS

O ano de 1934 assistiu a mais uma considerável campanha de obras e melhoramentos. Em janeiro oficiou-se à Câmara a pedir dinheiro para um caminho e fontes (Figueireda e fontes das Várzeas e de Cima dos Conqueiros), mas, o Presidente já sabia, da atribuição de 19.559\$00 escudos, para terraplanagens, obras d'arte e empedramento da estrada da Carreira. A obra obrigou a Junta a contactos com outras instituições, como a 5.ª Secção dos Caminhos de Ferro Portugueses, em S. Martinho do Porto, a propósito da passagem de nível do caminho de ferro. Em abril iam iniciarse os trabalhos e foi necessário oficial ao Engenheiro Chefe da Zona n.º 5 dos Melhoramentos Rurais, em Santarém, indicando isso mesmo e, mais tarde, para que a mesma entidade vistoriasse os trabalhos realizados para que, consequentemente, chegasse a comparticipação do Estado. Mesmo com a possibilidade da chegada de verbas mais avultadas, a Junta continuou a solicitar verbas à Câmara, nomeadamente para pôr em prática trabalhos contemplados no orçamento de 1933/34: nas fontes da Escoura (600\$00), do Brejo na Carreira (400\$00), das Várzeas (300\$00), do Olival do Souto de Baixo (100\$00), de Cima dos Conqueiros (57\$00) e trabalhos em caminhos: Fernanda e Pedra (?) (500\$00), Ortigosa à Lameira (200\$00), do Poço em Ribadaves (300\$00); de Ribadaves à Lameira (187\$00).

Os 23.360\$76 escudos respeitantes a 50% de comparticipação da estrada de Ribadaves já estavam à ordem da Junta, na Caixa Geral de Depósitos, a 13 de maio de 1934 e a Junta mudou ela própria, a passagem de nível, após novo contacto com os caminhos de ferro em S. Martinho. A 27 de maio solicitou-se a vistoria da estrada da Carreira, que já estava concluída, e nesta mesma sessão, a Junta descriminou todas as obras a que se destinaram os 5.300\$00 escudos enviados pela Câmara: melhoramentos em: fontes, lavadouros e bebedouro de gado de Chã da Laranjeira; dos Salgueiros, na Lameira; da Balseira, em Monte Agudo; de Cima, nos Conqueiros; da Pousia, na Carpalhosa; do lugar da Carpalhosa; caminhos: do lugar de S. Miguel, entre

a capela e o sítio da Quinta; das Várzeas ao Souto; do Vale Vaqueiro ou Derramada, da Ortigosa à Lameira; e ainda para auxílio de obras na estrada de serviço de Ribadaves à estrada nacional n.º 50, 2.ª classe; na estrada do centro da Carreira à estrada n.º 50, 2.ª classe; no caminho do Vale da Pedra, que ligaria à estrada da Charneca e para uma ponte, sobre o rio da Carreira, em Jã da Rua.

Neste período também constam situações comuns como a venda de terreno do cemitério, a passagem de atestados de indigência, a marcação de um terreno a pedido de Manuel Jorge do Souto e, apresentaram-se contas de gerência, a 24 de junho de 1934, sendo que, neste ano, se acabaram por movimentar 29.136\$76 escudos e restou um saldo negativo de 111\$00 escudos. Com esta informação, registaram-se, um a um, em ata, todos os documentos da despesa.

A 12 de agosto de 1934, encontramos informação de carácter social, sobre o médico (Dr. Serafim Lopes Pereira), do partido da Câmara, que visitava semanalmente a freguesia e iria fazê-lo aos domingos, pelas 9 horas.

A partir da sessão da Junta de Freguesia de 16 de setembro iniciou-se um novo livro de atas da Junta de Freguesia do Souto da Carpalhosa. Este continuou o mesmo tipo de registos e o executivo era o mesmo. Os registos até ao final do ano, disseram respeito à passagem de atestados de indigência, à continuação dos trabalhos na estrada da Carreira, ao recebimento de verbas para obras, a um desmoronamento de barreiras provocado por um particular menos cauteloso, à solicitação de autorização à Câmara Municipal para realizar obras.

#### **ABUSO AO INTERESSE PÚBLICO E UM NOVO CEMITÉRIO**

O ano de 1936 iniciou com preocupações relativas ao ensino. A Junta foi solicitada pela Câmara, no sentido de proceder a uma desinfeção do edifício escolar da Carreira. Ficámos a saber que a Câmara convidava crianças da freguesia a participar numa colónia marítima, em agosto, mas que os pais não permitiam a sua saída da freguesia. E, a Junta deliberou solicitar ao Chefe do Distrito Escolar de Leiria, que fossem providos professores para a Lameira e a Carreira, que estavam sem professor. Houve uma ata em que a Junta referiu que a Câmara oficiara, a inquirir sobre a necessidade de obras na escola da Ortigosa, mas a Junta respondeu com admiração, dizendo que a escola não necessitava de obras e que achava estranho haver pedidos de informação sobre assuntos relativos à freguesia a outros, que não à Junta. A 12 de maio voltou a ser referido um ofício da Câmara a inquirir do estado de conservação ou da possibilidade de serem necessárias reparações nos edifícios escolares, ao que a Junta respondeu que faria um inquérito nesse sentido e daria conta do que se verificasse.

Outras preocupações/tarefas correntes e/ou assuntos referidos nas atas, em relação a melhoramentos e obras, foram: a continuação dos trabalhos na estrada da Carreira; a necessidade de utilizar um cilindro nesta estrada, alugado na Direção de Estadados de Leiria; a solicitação de verbas à Câmara e de dinheiro que suprisse o déficit deixado pelas obras da estrada da Carreira; a necessidade de solicitar prorrogação do prazo para concluir a obra; a receção de 16.000\$00 escudos da Câmara para melhoramentos rurais, que a Junta planeava; a receção de uma verba de apoio à es-



Monte Real - Hotel das Termas. Foto da autora, 2013

trada da Carreira, enviada pela Junta Autónoma das Estradas; a construção da estrada dos Conqueiros, para que foi pedido um donativo à Câmara e, por iniciativa do vogal Manuel Ferreira Duarte, surgiu um projeto que pretendia criar uma ligação viária entre a Carreira e o Barracão. Este projeto foi discutido neste ano e a partir dele e fez reunir os Presidentes de Junta de Monte Redondo, dos Milagres e das Colmeias, com o do Souto, pois tratava-se de um projeto de relevância que atravessava território destas Juntas. Na ata de 13 de outubro foi referido um desses encontros, que aconteceria no dia seguinte, nas Termas de Monte Real. Em setembro, a Junta também contactou a Câmara, no sentido de lhe dar conta da lista de caminhos vicinais da freguesia que iriam ser classificados.

Houve outro benefício para os povos que nos surpreendeu, dado que nunca tinha até esta data, sido referido que estava em curso, em qualquer ata de qualquer executivo. Tratou-se da conclusão de um novo cemitério no Vale da Pedra. Para além duma ata, em determinada altura, em que se questionou a Junta sobre a possibilidade de se levantar um imposto à população, para a construção deste cemitério e o assunto nunca foi repetido, pois o executivo não concordou e nada se deliberou, o assunto nunca foi tratado. Foi, por isso, com surpresa que encontramos uma ata de 17 de março de 1935, referindo a presença de uma Comissão construtora do novo cemitério do Vale da Pedra, que fez a entrega do mesmo à Comissão Administrativa da Junta de Freguesia. A Comissão era constituída por Joaquim Francisco Ascenso, Manuel Ferreira e Joaquim da Silva Pascoal, Presidente e vogais da mesma, que fizeram a entrega desta infraestrutura que, à semelhança da da Ortigosa, tinha sido construída a expensas dos povos locais, neste caso dos lugares de: Vale da Pedra, Casal Telheiro, Sargaçal, Carpalhosa, Estremadouro, Marinha, Jã da Rua, S. Bento e Camarneira. O Presidente “elogiou a coragem dos povos” e recebeu o cemitério.

Outro assunto que preocupou a Junta de Freguesia neste ano foi o facto de haver “abusos constantes por parte dos povos nos baldios publicos”. De acordo com a ata de 27 de fevereiro de 1935, estes tinham sido recentemente delimitados por ordem do Governo, mas não eram respeitados pelos povos que os utilizavam. A Junta decidiu, por isso, colocar editais nas proximidades dos baldios e nos locais do costume a advertir os povos “que não podiam por qualquer forma destruir os arbustos existentes embora os considerem em sua posse”, dentro das suas delimitações, sob pena de serem chamados à responsabilidade e sofrerem penalidades. Neste momento, a Junta aproveitou a oportunidade para elaborar um pequeno regulamento, sob a forma de edital com as proibições, que incluíam: proibição do corte ou danificação de árvores ou arbustos; proibição de fazer arroteamento para evitar a destruição do mato; proibição de fazer, dentro dos baldios, valados, muros, taipas ou qualquer ato que pudesse prejudicar os mesmos.

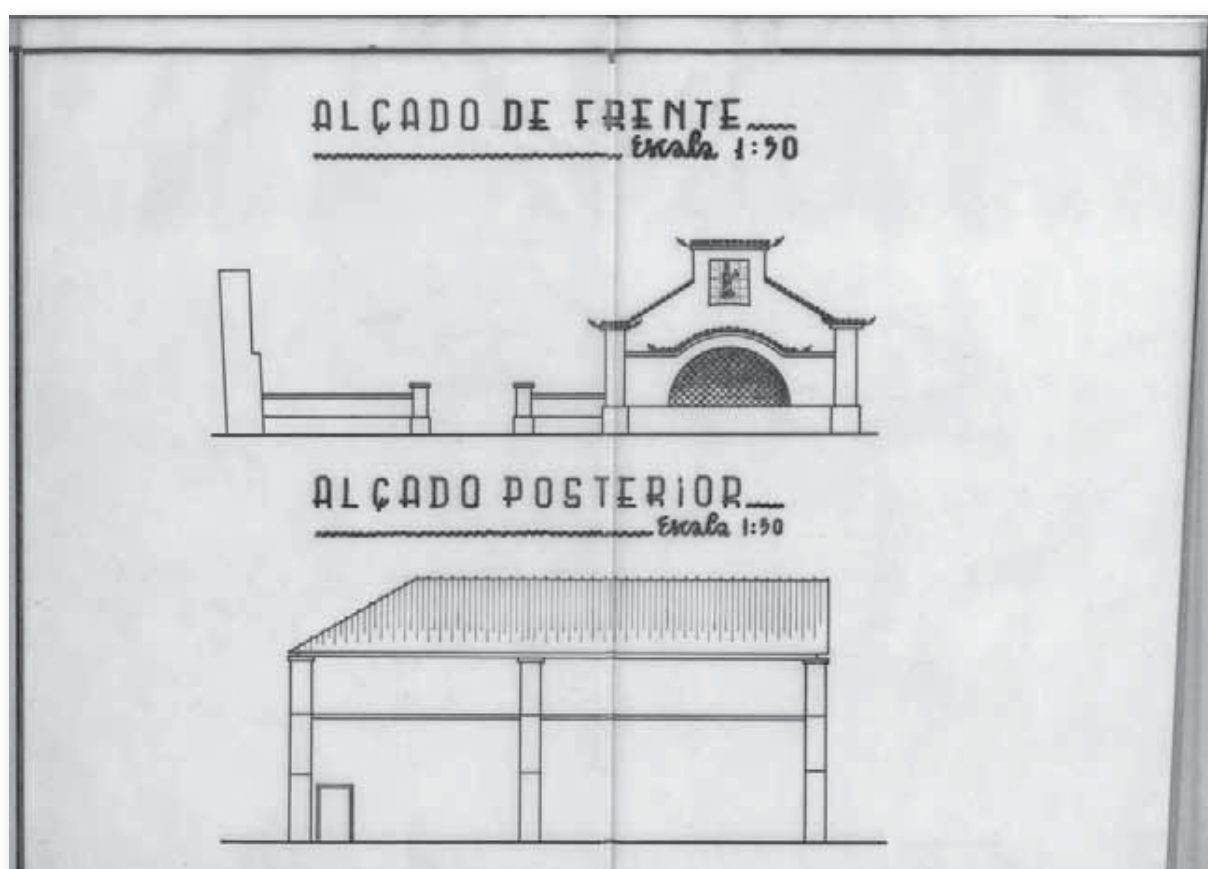
Outro assunto que implicava a falta de respeito ou uma atitude de abuso foi a queixa, por parte da Junta, de que a sua correspondência era, com frequência violada. Inicialmente deu-se conta do facto em ata e decidiu-se não tomar providências, mas como a situação foi continuando, a Junta acabou por comunicar o assunto à Câmara Municipal. A Junta dizia que, quando levantava o correio, este trazia rasgões. Só no ano seguinte se obteve resposta e a Junta não gostou de saber que a Câ-



mara arquivou o processo, movido contra o encarregado da Estação Postal da Ortigosa e manifestou em ata que não concordava com tal facto e que a correspondência era efetivamente violada, apesar de não ter forma de o provar.

A partir desta altura começou a haver referências, nas atas, a todos os ofícios recebidos na Junta, mas muitas vezes referia-se o ofício e não se descriminava o assunto nele tratado. Mas, referiam-se ainda outros assuntos, para além dos já mencionados: a venda de covais; atestados de indigência passados pela Junta; solicitação da Câmara a saber se o médico do município faltava ao seu compromisso de deslocação à freguesia, o que a Junta confirmou, mas disse que quando acontecia, aquele se fazia substituir por um colega que residia em Monte Redondo; uma solicitação do Comando da Polícia para descriminar atos de assistência e beneficência praticados pela Junta; a apresentação das contas de gerência do ano económico de 1934/35; a solicitação da Junta à Câmara, para que providenciasse em relação ao internamento de uma pessoa, num manicómio; a solicitação da Câmara para que a Junta “festejasse com imponentia” o 14 de agosto. Ainda relativamente aos contactos com a Câmara Municipal, a ata de 28 de abril, referiu um ofício da mesma, que ia

Projeto da Fonte do Souto de Baixo.  
Cedido pelo Arquivo Histórico  
da Câmara Municipal de Leiria



“abandonar a cadeira” e agradecia a “leal colaboração que por esta Junta lhe fôra feita”, fazendo “votos pelo progresso da freguesia”. Esta também oficiou à Junta, no sentido de informar que ia receber a visita de Olímpio Duarte Alves, vogal do Pelouro das Freguesias, que ia vistoriar uma fonte. E pediu à Junta que criasse uma Comissão que angariasse donativos para a aquisição do histórico palácio da Restauração da Independência (que foi constituída pelos elementos do executivo).

A 23 de agosto de 1935 deu-se a apresentação das contas de gerência do ano económico de 1934/35, cuja receita somou 50.263\$21 escudos e cuja despesa atingiu os 54.348\$21 escudos, deixando um saldo negativo, no valor de 3.974\$00 para o segundo semestre de 1935. Foi o mais avultado montante das gerências destes tempos e a ata descriminou exaustivamente todas as verbas.

#### DESCONTENTES PROTESTAM

No ano de 1936, as atas deixaram-nos sobretudo a ideia de uma substancial diminuição de obras e de verbas entradas em cofre, inclusivamente da Câmara Municipal. Vai-se falando de pequenas verbas e de pequenas obras.

Deu-se um incidente com um habitante da freguesia, que insultou o executivo, devido ao imposto da prestação de trabalho. No início do ano, a Junta foi contactada por vários indivíduos que lhe solicitaram a eliminação/alteração do/no rol relativo ao mesmo e a Junta exarou em ata que iria fazer levantamento da verdade dos pedidos e oficiaria à Câmara nesse sentido. No entanto, a 26 de junho, o Presidente deu conta que tinha sido insultado e tinha sido alvo de uma tentativa de agressão, por um indivíduo do Souto de Baixo que chamara “ladrões” aos restantes elementos da Comissão Administrativa, por ter sido coletado no imposto da prestação de trabalho. A Junta decidiu dar conhecimento à Câmara, pedindo providências e resolveu enviar uma lista dos indivíduos coletados indevidamente, por ainda não ter tido tempo de o fazer.

Outro ato de reclamação surgiu por parte de Domingos Fernandes Carreira, da Ortigosa e Joaquim Francisco Ascenso, do Vale da Pedra, contra a criação da estrada Carreira/Barracão, que começaram a fazer um abaixo-assinado contra a Junta e, segundo a mesma, com acusações injustas. Pretendiam representar à Câmara, no sentido de impedir a construção. A Junta decidiu informar a Câmara e o jornal, Distrito de Leiria (que referiu o assunto) dos motivos que estariam por trás do desacordo, para esclarecer a verdade. A Junta acabou por dar uma entrevista ao jornal em que falou do assunto e de outros melhoramentos, segundo a ata de 8 de março e os jornais foram guardados para algum procedimento para que fossem úteis. O problema não foi, no entanto, resolvido, pois a ata de 9 de fevereiro indicou que a Câmara tinha decidido ver melhor o abaixo-assinado e tinha mandado suspender o estudo de engenharia.

As atas referiram também algumas pequenas obras e/ou necessidades, como o facto de estar danificada a estrada de Ribadaves ou um pedido de apoio à Câmara para reparar estragos relacionados com temporais que tinham assolado a freguesia. A 8 de março indicou-se que a Câmara tinha pedido estudos para obras de abasteci-

mento de água, em toda a freguesia, ao que a Junta aproveitou para pedir também estudos para a captação de água do Vale, para o lugar da Ortigosa, por os povos não terem fonte contígua. Ainda relativamente a melhoramentos, para a freguesia, a 13 de setembro, indicou-se de que se iria pedir ao Governo Civil a criação de um Posto de Ensino na Moita da Roda.

Neste ano de 1936, as atas registaram também uma queixa, dos povos de Monte Agudo, contra um indivíduo que tinha cortado árvores num baldio e a Junta aplicou o que tinha deliberado anteriormente a este respeito, solicitando ao indivíduo, uma indemnização de 100\$00 escudos.

O ano terminou com a apresentação de contas da receita e despesa e podemos verificar a diferença em relação aos montantes apresentados antes. A receita totalizou 2.014\$00 escudos; a despesa totalizou 2.850\$00 escudos, deixando um défice de 836\$00 escudos, a que se acresciam 2.235\$00 do ano anterior, somando um défice total de 3.121\$00 escudos. Tempos mais magros como dissemos.

O ano de 1937 foi muito semelhante a este. Não houve muita informação registada, não se notou muita movimentação e este foi o último ano de mandato desta Comissão Administrativa. O ano começou com a boa notícia, dada pelo Chefe da Estação Telegrafo Postal de Leiria, que comunicou à Junta que a Caixa Postal da Carreira tinha sido elevada à categoria de Estação Postal, o que foi considerado um melhoramento importante, que se agradeceu.

As atas iam dando conta da verificação do expediente. Destacou-se um pedido de informação por parte da Câmara, para obter uma lista de baldios da freguesia e outro para saber informação sobre obras mais necessitadas; oficiou-se à Câmara a pedir auxílio para dois leprosos da Assenha; foram pedidos pequenos apoios e subsídios para pequenos melhoramentos, mas não se deu conta de retorno de dinheiro; a Câmara autorizou a contratação de um cantoneiro para a estrada da Carreira e nas zonas de Ribadaves e Souto, mas não acedeu aos seis dias/mês solicitados pela Junta, dando-lhe só dois (para que foi contratado Manuel Francisco do Pinhal, da Carreira, por 7\$00/dia).

Deu-se conta de atividade da Junta, em prol do ensino. A 24 de setembro a Junta pediu à Câmara Municipal que mandasse fazer um projeto para um edifício escolar para o Vale da Pedra e pediu ajuda para solicitar comparticipação do Estado para a construção na parte que lhes competisse. No entanto, e enquanto não era construído o edifício, solicitou-se a criação de um Posto Escolar e a nomeação de um professor. A 14 de novembro a Câmara comunicou que se tinha dirigido à Direção Escolar distrital, solicitando a nomeação de um regente para o Posto Escolar da Moita da Roda.

As atas deram conta de que os povos queriam dividir os terrenos baldios entre si, nomeadamente pelos seus utentes. A Junta foi contactada pela Direção Geral da Administração Política que lhe deu instruções sobre a obrigação de passar atestados de pobreza em papel selado e de indigência ou vacina, em papel de 25 linhas. E, no final do ano apresentaram-se as contas da gerência: continuava um saldo negativo, mas era menor, sendo o valor total de 517\$50 escudos, em especial, dada a redução da despesa, que se cifrou nos 820\$00 (mas que totalizou 3.941\$00 escudos, com os 3.121\$00 do ano anterior). As receitas totalizaram 3.423\$50 escudos. A Câmara não

tinha concedido dinheiros solicitados, mas no final do ano, a Junta falava na solicitação de 546.619\$93 escudos, ao Estado, para a projetada estrada Carreira/Barração, depois de novo encontro entre as Juntas envolvidas.

Neste ano de 1937 concluiu-se o sétimo livro de atas e estas prosseguiram para o oitavo livro, aberto a 30 de setembro pelo Presidente, José Francisco Graveto.

A nova Comissão Administrativa ficou registada na ata de 5 de novembro, mas a Comissão existente vigorou até ao final do ano, apesar da tomada de posse do novo executivo se ter dado na referida sessão. Os novos elementos iam governar a Junta no triénio de 1938-1940 e eram Luís José Alves de Matos, Joaquim de Sousa e Gastão Aires Neves. Os vogais substitutos eram: José Mendes, Manuel de Oliveira e António Jorge. A legitimidade dos poderes foi verificada, a posse foi conferida por Olímpio Duarte Alves, que esteve presente como delegado do Presidente da Câmara Municipal de Leiria, fez-se a eleição dos cargos e ficou a presidir Luís José Alves de Matos. Joaquim de Sousa foi eleito Secretário e Gastão Aires Neves seria o Tesoureiro. Na saída de funções, a Junta cessante oficiou à Câmara Municipal e à Polícia de Segurança Pública de Leiria, agradecendo o apoio prestado e o interesse pelos povos da freguesia.

#### **MELHOR APROVEITAMENTO DA PEDREIRA DE RIBADAVES**

A nova Comissão entrou em funções em janeiro de 1938 e a 2 de janeiro realizou-se uma sessão com as duas comissões e a anterior procedeu à entrega de 8 livros de atas, um de registo de correspondência expedida, um de conta corrente, dois de receita e despesa, um maço de correspondência da Junta e outro de correspondência recebida, seis maços de documentos de despesas da gerência da Junta cessante e um maço com vários documentos do arquivo, para além do selo branco. As sessões ficaram marcadas para os segundos e quartos domingos do mês às 14 horas.

Logo que tomou posse, a Junta marcou uma sessão extraordinária, a 7 de janeiro, em que reuniu com a Junta de Regueira de Pontes, na sede desta, para resolver assuntos relativos à Pedreira de Ribadaves. Era necessário ser-se mais eficaz em relação à fiscalização da cobrança do imposto sobre a pedra que saía da pedreira, para fora da freguesia. Previu-se o cabouqueiro da pedreira, no sentido de não vender pedra a pessoas estranhas às freguesias, sem que tivessem o recibo comprovativo do pagamento do imposto relativo à mesma e que lhe seria proibido o exercício das funções, caso não cumprisse. Iria aplicar-se uma multa de 20\$00 escudos a quem transportasse pedra sujeita ao imposto, sem que o tivesse pago e a pedra ser-lhe-ia confiscada. Decidiu-se proceder à nomeação de fiscais idóneos, mediante o pagamento de uma percentagem a fixar e os recibos seriam passados em mais locais: nas Juntas, na pedreira e na casa comercial de António Lopes, da Ponte da Pedra. Verificar-se-ia quinzenalmente o rendimento do imposto recebido e este dividir-se-ia pelas Juntas, em partes iguais, como estava estabelecido. A postura foi publicada para conhecimento do público e, na sessão de 23 de janeiro, voltou a indicar-se em ata que se ia chamar a atenção do cabouqueiro para o seu cumprimento.

A Comissão estava também preocupada com o facto de não haver sede para os

seus trabalhos, mas, como não tinha solução para o problema, deliberou que as sessões seriam na Ortigosa, em casa do Secretário, situação para que foi solicitada autorização à Câmara Municipal. Foi, portanto, de novo e a partir do início deste ano de 1938, na Ortigosa, que passaram a decorrer as sessões da Junta de Freguesia do Souto da Carpalhosa.

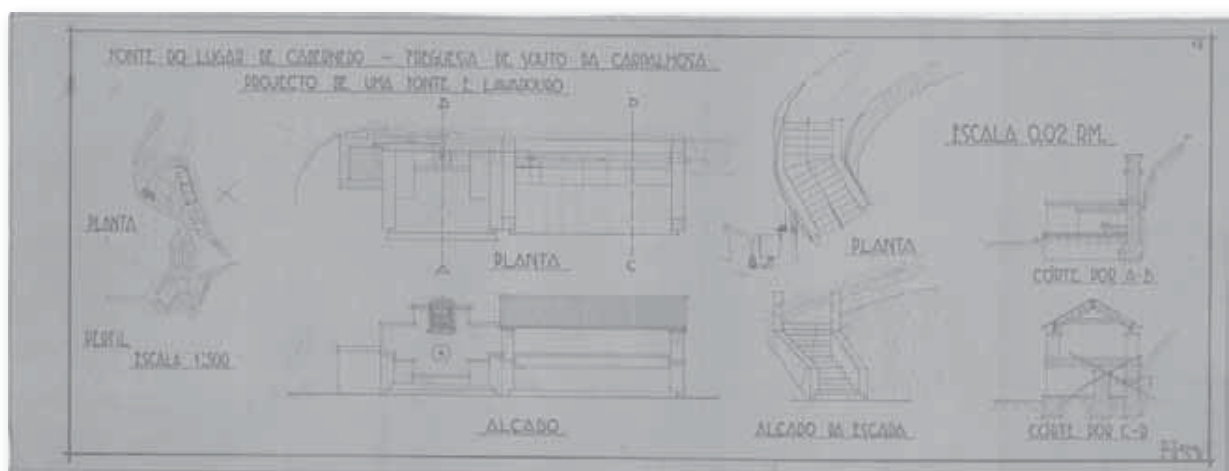
A Junta decidiu, logo no início do mandato, percorrer o trajeto das duas estradas que, entretanto, teriam sido pensadas, para a solução da estrada Carreira/Barracão, pois haveria uma outra hipótese, a de Souto/Barracão. O executivo fez os percursos para verificar qual das soluções era melhor para o benefício dos povos.

Em março registaram-se queixas dos lavradores com propriedades no Campo da Ruivaqueira, que queriam representar junto do Engenheiro Chefe da Divisão Hidráulica do Mondego a pedir a reconstrução de várias pontes naquele Campo e o desassoreamento do Rio Lis, para o que pediram também apoio da Junta. A Junta reconheceu a carência e decidiu oficialiar à mesma instituição nesse sentido.

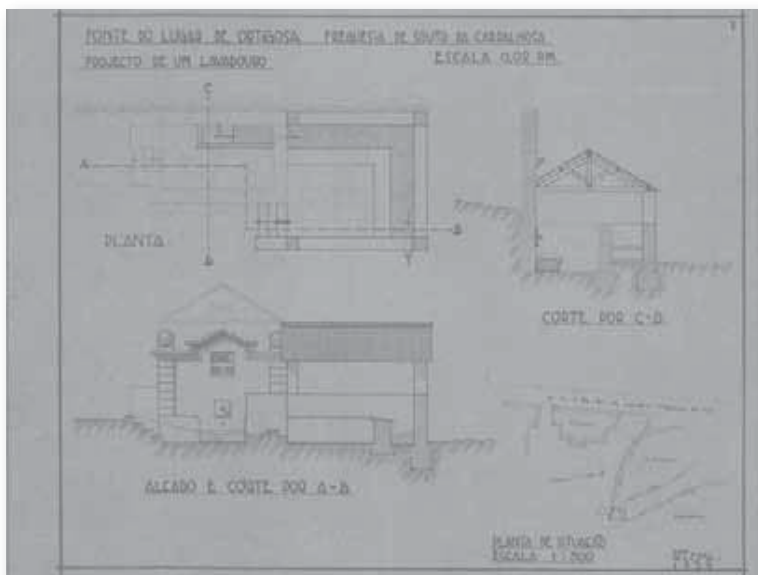
Outras preocupações foram: as fontes, cujo estado se verificou; o alargamento do caminho entre a Moita da Roda e a Lameira; a construção da fonte do Souto de Baixo; a reconstrução da fonte de S. Miguel e do Cadernedo; a fixação de novas taxas para a concessão de espaço nos cemitérios; uma situação de furto de árvores num baldio, a que se aplicou multa. Também se concedeu um terreno de sepultura com isenção de taxa, ao pároco, Manuel Ferreira Geraldo, que quis colocar uma campa no local onde fora sepultado o seu antecessor, o Padre Jacinto António Lopes. A Junta juntou-se ao povo e ofereceu a campa, devido aos altos serviços prestados por Jacinto António Lopes à freguesia que, por ela se tinha sujeitado, com tenacidade heroica, o que tinha levado a “despesas” com a sua própria saúde “arruinada”.

O ano de 1939 não trouxe grandes novidades, mas começou com a alteração das datas das sessões e de acordo com nova legislação administrativa, estas seriam a 15 e 30 de cada mês, à exceção daqueles em estes coincidissem com um domingo, em que passariam para o dia seguinte. Em fevereiro, a sessão seria no último dia do mês.

Projeto da Fonte de Cadernedo.  
Cedido pelo Arquivo Histórico  
da Câmara Municipal de Leiria



Projeto de Fonte e Lavadouro da Ortigosa.  
Cedido pelo Arquivo Histórico  
da Câmara Municipal de Leiria



Começou por se mandar analisar as águas de várias nascentes, para se colocarem fontes naquelas que o permitissem; decidiu-se comprar uma forma para construir blocos de cimento e foram-se comprando pedra, torneiras, cal, ferro, lápides para sinalizar as fontes, cal viva, tijolos, válvulas de metal e outros materiais, para os trabalhos desenvolvidos no âmbito de melhoramentos ao nível de fontenários. As atas indicam pormenorizadamente todas as autorizações de pagamentos. Outras despesas foram relativas a materiais gráficos e a uma deslocação a Lisboa (sem se referir a razão).

Outro melhoramento significativo que inquietou a Junta foi o da necessidade de um cemitério para os Conqueiros. Segundo a ata de 15 de junho, o cemitério existente estava no centro da localidade, a menos de 40 metros de várias casas e era extremamente exíguo e "acanhadíssimo" pois tinha 250m<sup>2</sup> de superfície. A Junta queria projetar a construção de um novo cemitério, afastado da povoação e com superfície maior e decidiu solicitar apoio à Câmara e uma comparticipação ao Estado. Pediu também à Câmara Municipal que mandasse fazer o levantamento da planta e elaborasse o projeto. Neste ano sentiu-se, também, nas atas, cuidado com a indigência dos povos. A 30 de setembro disse-se que se autorizava o Presidente ou quem o substituísse a ordenar o pagamento semanal aos assalariados, nos diversos serviços da Junta, durante o corrente ano, por se "reconhecer que a maior parte dêsse pessoal luta com dificuldades financeiras e não pode sem grave desarranjo para a sua vida, deixar de receber o salário no fim da semana". Esta deliberação passou a constar nos anos seguintes, mas só desta feita se deixou esta justificação. No final do ano apresentou-se o orçamento para 1940, mas não foram referidos os montantes.

### FALTA DE HIGIENE E DE UMA SEDE

As duas preocupações mais significativas do ano de 1940 foram a higiene nas fontes e a não existência de uma sede. Esta última surgiu porque quem tinha o Arquivo da Junta era o Presidente, que o tinha em sua casa. No entanto, era necessário consultar a documentação, no decurso das reuniões e em outras situações e a realização das reuniões na Ortigosa dificultava esta situação. Como tal, a 30 de abril, deliberou-se que, à falta de edifício próprio, era necessário continuar a reunir em sala provisória, mas esta passaria a ser a casa do Presidente, nos Conqueiros, “em sala adequada a êsse fim”. As sessões começariam a decorrer naquele local a partir de 15 de maio e a população seria avisada por edital.

O problema da higiene colocou-se na ata de 30 de julho, em que o Presidente propôs fazer uma postura “tendente a reprimir a falta de higiene que se nota na maior parte das fontes publicas da freguesia e as deteriorações causadas nas mesmas por maldade e ... falta de cuidado”. O executivo concordou com a opinião e a necessidade da postura e o Presidente ficou de estudar uma proposta que apresentou a 16 de agosto, conforme se segue: os donos e possuidores de prédios atravessados por águas procedentes das fontes e lavadouros públicos eram obrigados a dar livre curso às águas e a remover obstáculos ao livre curso; não podiam, sob qualquer pretexto, represá-las à sua saída, de modo que refluíssem aos respetivos pavimentos; a falta de cumprimento resultaria numa multa de 50\$00 escudos da primeira vez e ao dobro nas reincidências. Era expressamente proibido lavar roupa ou fazer outras lavagens nas fontes públicas; excetuavam-se os lugares onde não houvesse lavadouro ou recinto provisório destinado a esse fim e quando os habitantes não tivessem facilidade em lavar noutro local; mas, onde houvesse duas fontes e não houvesse lavadouro ou recinto provisório para tal, os povos deveriam adaptar, provisoriamente, a lavadouro, a fonte que tivesse água de pior qualidade e utilizar a água da outra fonte exclusivamente para beber; quem transgredisse pagaria uma multa de 20\$00 escudos da primeira vez e 50\$00 nas seguintes. Era proibido riscar, escrever ou, por qualquer forma, deteriorar as paredes e o pavimento das fontes e dos lavadouros e a falta de cumprimento levaria a uma multa de 50\$00 escudos da primeira vez e ao dobro nas reincidências. Os prejuízos causados por falta de cuidado seriam pagos segundo o seu valor, por quem os causasse. Esta postura foi enviada à Câmara Municipal para a aprovação e posterior divulgação.

Logo no início do ano, a 30 de janeiro, apresentaram-se as contas de gerência do ano transato e a 15 de fevereiro, apresentou-se um orçamento suplementar ao que tinha sido aprovado no final do ano. O Presidente justificou o “tão cedo” por se ter verificado que não era possível fazer nada, para além do orçamento. Durante o ano, continuou a aparecer a referência aos pagamentos de pequenas compras, que diziam respeito à aquisição de ferro, arame, pregos, cal de pedra, madeiras, pedra de alvenaria, entre outras. Fez-se queixa de um indivíduo à Polícia de Segurança Pública, por este ter abusado da confiança da Junta: disse ter escavado 20m de galeria subterrânea para a captação de águas, quando só tinha escavado 16,40m. E, no final do ano aprovou-se o orçamento ordinário para o seguinte.



Lavadouro dos Conqueiros, 2012. Fonte: Junta de Freguesia



Não houve nada em especial nas atas de 1941. Estas dão conta constante e exaustiva dos atestados passados (de pobreza, quase pobreza ou residência) e dos pagamentos efetuados, na compra de todo o tipo de materiais e serviços necessários para obras em curso, em lavadouros, fontes, um aqueduto, um caminho. Registraram-se, por exemplo, compras de pedra de alvenaria, pedra, tijolo, válvulas de metal, cal de pedra, tubo galvanizado, pedra de mármore, painéis de azulejo, cal em pedra, grelhas de ferro forjado e artigos de expediente e aquisição de serviços como trabalhos de captação de águas, a moldagem de tubos ou outros. Foram aprovados dois orçamentos suplementares para suportar despesas e estas foram totalmente descriminadas nas atas.

Em março o executivo abriu um novo livro de registo de atas e em novembro foi dada posse a um novo executivo para o quadriénio de 1942-1945, que iniciaria o trabalho em janeiro de 1942. A sessão de verificação de poderes e tomada de posse do novo executivo decorreu a 5 de novembro de 1941 e foi, desta vez, nos Paços do Concelho de Leiria, onde se apresentaram Bento Ferreira Moteiro (casado, comerciante, morador na Ortigosa, com 55 anos de idade), Joaquim de Sousa (casado, enfermeiro, morador na Ortigosa, com 36 anos de idade), Joaquim de Sousa Santos (casado, proprietário, morador na Moita da Roda, com 34 anos de idade), vogais efetivos e Augusto dos Santos (casado, proprietário, morador nas Várzeas, com 54 anos de idade), Manuel Francisco (casado, trabalhador, morador no Vale da Pedra, com 55 anos de idade) e Manuel da Silva Bento (proprietário, morador nos Conqueiros, com 65 anos de idade), substitutos. Foi o chefe da secretaria da Câmara que, como delegado do Presidente da Câmara Municipal, verificou a legitimidade da eleição, lhes deu posse e conferiu poderes. Logo de seguida, estes elegeram o Presidente (Joaquim de Sousa), o Secretário (Bento Ferreira Moteiro) e o Tesoureiro (Joaquim de Sousa Santos).

A nova Comissão Administrativa tomou efetivamente posse e começou a dirigir a Junta, a 2 de janeiro de 1942. Estiveram presentes os eleitos e a Junta cessante entregou toda a documentação do Arquivo e um aparelho de fazer blocos de cimento. As sessões ficaram agendadas como antes, mas mudava o local de reunião que passava a ser na Ortigosa, dado ser lá a residência do Presidente. Foi logo aprovada a conta de gerência e as atas eram semelhantes às do ano anterior. Registraram os atestados, os pagamentos, a correspondência expedida e recebida, as transferências da Câmara e outras, as sepulturas vendidas, os gastos com o recenseamento eleitoral dos chefes de família para a eleição da Junta de Freguesia e da Assembleia Nacional, a compra de ferramentas, o trabalho na melhoria de fontes, caminhos, cemitérios, capelas de cemitérios, entre outros. Também houve um orçamento suplementar, aprovado a 30 de junho e foi tudo minuciosamente registado em ata.

O ano de 1943 trouxe alguns problemas devido às condições climáticas adversas do inverno. Logo a 30 de janeiro de 1943, o executivo foi confrontado com um grupo de proprietários que pedia apoio. Tinha havido uma enorme tromba de água, na noite anterior e muitos prejuízos, principalmente nos campos marginais ao Rio da Carreira. Deslocou-se à Junta uma Comissão de proprietários moradores nesse lugar a contar o sucedido, pois o Rio da Carreira tinha quebrado no sítio do Brejo, na margem direita e as areias tinham arrastado tudo pela corrente e tinham assoreado

a Vala do Brejo, obstruindo o aqueduto colocado sob o leito do rio. A ata diz que, estavam “abaixo de água” todos os terrenos do mencionado sítio do Brejo e uma fonte pública, única para o povo do lugar se abastecer. A Junta deliberou oficiar de imediato ao Engenheiro Chefe da 4.ª Secção dos Serviços Hidráulicos, pedindo rápidas providências. Em julho também havia problemas numa vala, a do Cardal, que necessitava de ser desobstruída.

Nesta data, a Junta oficiou uma pouco usual missiva ao Comandante da Polícia de Segurança Pública de Leiria, pedindo providências, no sentido de “por côbro a certos bailes e espetáculos imodestos que segundo é notório se estão realizando repetidas vezes em casa de Maria da Luz Duarte, da Ortigosa, isto para bem dos costumes do povo”.



Anexo de arrumações da Casa do Guarda na Charneca do Nicho, 2012. Fonte: Junta de Freguesia

#### CHARNECA DO NICHOPASSA A REGIME FLORESTAL

No ano de 1944 a Junta pediu algumas comparticipações ao Estado, para poder proceder a melhoramentos. Na ata de 29 de fevereiro registou-se um pedido para o Souto de Baixo, sede da freguesia, para que já havia projeto e se pretendia fazer uma galeria de captação de águas, um lavadouro, um fontenário e a pavimentação da respetiva serventia, obra que totalizava 47.671\$00 escudos. Em maio solicitou-se uma comparticipação para construir o caminho vicinal entre Ribadaves e o caminho dos Milagres à Bidoeira, passando por Lameira e Monte Agudo, de que também já havia projeto e orçamento, no valor de 86.431\$18 escudos. E, ainda se pediu uma comparticipação para construir o cemitério, para os Conqueiros, cujos projeto e orçamento estavam concluídos. Estavam em curso obras de construção no caminho vicinal Ortigosa/Conqueiros, pois a 30 de junho a Junta oficiou ao Engenheiro Chefe dos Serviços de Melhoramentos Rurais, 2.ª Zona, em Santarém, informando que tinham iniciado os trabalhos suplementares e que a Junta tinha optado pela administração direta por ser mais útil e económico.

A 30 de agosto, a ata refletiu uma convocatória ao povo, a propósito da Charneca do Nicho. A Câmara enviara editais e dizia que se devia proceder a um inquérito, previsto na Lei, que colocava a hipótese da referida Charneca ser submetida ao regime florestal. A Junta convocou uma reunião extraordinária para debater o assunto e convidou os povos, utentes do baldio, para os ouvir. A reunião decorreu a 10 de outubro, o Presidente colocou a questão, no entanto, o assunto foi discutido largamente, mas as opiniões, os alvites e as sugestões foram “variadas e absurdas”, segundo a ata. Por fim, a Junta considerou que não possuía recursos para proceder ao povoamento do referido baldio por sua conta, como era do desejo geral e nem sob a forma de comparticipação o faria. Como tal, deliberou entregar o baldio à Direção Geral dos Serviços Florestais para que as despesas fossem feitas por conta do Estado, nas condições permitidas pela Lei. Caso não fosse atendida a decisão e, só nesse caso, far-se-ia um pedido à Câmara para que esta intercedesse junto do Ministro da Economia para o baldio ser dividido pelo povo, como era desejo da Junta. Era também necessário, segundo a Lei, nomear um indivíduo para a Comissão de Avaliação da Charneca e a Junta nomeou Joaquim da Costa Pereira, casado, morador na Ortigosa.

Na sessão de 30 de maio encontrámos referência às obrigações que o Estado Novo impunha. Diz a ata que a Junta ia assinar o jornal Diário da Manhã, por ter "visto ser êsse o desejo do Senhor Presidente da Camara Municipal de Leiria e noz necessitamos de estar ao corrente dos factos ocorridos na política do Estado Novo".

No ano de 1945 não encontrámos nada a salientar, à exceção da eleição e tomada de posse de uma nova Comissão, para o quadriénio de 1946-1949. A sessão decorreu na Sala Nobre dos Paços do Concelho de Leiria e estiveram presentes: Manuel Ferreira Duarte (casado, proprietário, morador na Carpalhosa, com 55 anos de idade), Manuel Rodrigues Sobreira (casado, proprietário, morador na Ribadaves, com 48 anos de idade), Joaquim Francisco Rainho (casado, proprietário, morador na Ribadaves, com 48 anos de idade), Manuel Francisco (casado, trabalhador, morador no Vale da Pedra, com 47 anos de idade) e Manuel Lopes (casado, proprietário, morador na Carpalhosa, com 49 anos de idade), sendo os três últimos, os vogais substitutos e tendo faltado o que seria, nessa mesma sessão, eleito Presidente, José Francisco Graveto. Estava presente o Presidente da Câmara, João Maria Teles de Sampaio Rio, que verificou a legitimidade dos poderes e ouviu a declaração de honra exigida por Lei, dando de seguida a posse. José Francisco Graveto, casado, com 51 anos de idade, proprietário, da Carreira, faltou por motivos justificados e tomou posse numa segunda sessão no mesmo local a 9 de novembro. No dia 5 procedeu-se logo a eleição e o Secretário seria Manuel Rodrigues Sobreira e o Tesoureiro, Manuel Ferreira Duarte.

No final do ano, o executivo abriu o 10.º livro de atas da Junta de Freguesia do Souto da Carpalhosa, cujo termo de abertura foi assinado pelo ainda Presidente, Joaquim de Sousa. Deste ano, e para além dos regulares registos, já só se assinalaram o orçamento suplementar e o orçamento para o ano seguinte.

A 2 de janeiro de 1946 realizou-se a primeira sessão do novo executivo, a Junta cessante esteve presente e entregou o Arquivo, a forma de fazer blocos e o selo branco. Como continuava a não haver edifício para a Junta, ficou decidido que as sessões seriam no quarto domingo de cada mês, pelas 14 horas, na residência do Presidente, na Carreira.

As atas respeitantes ao ano de 1946 revelaram-nos um veemente protesto dos povos de Ortigosa, Ruivaqueira, Lagoa, Casal das Várzeas e Ameixoeira, que se dirigiram à Junta por abaixo-assinado presente na sessão de 28 de dezembro. Os proprietários representados protestavam por haver, nos referidos lugares, nove rebanhos de cabras e ovelhas que totalizavam algumas centenas de animais, guardados por crianças e pastores, que não tinham respeito pela propriedade alheia e as propriedades dos signatários eram invadidas e as culturas devoradas. Disseram que não podiam suportar o grande prejuízo e pediram apoio à Junta para interceder junto de quem de direito para que, aos referidos rebanhos, não fosse permitida a permanência e o apascentar naquela região. A ata refere dois dos signatários, Joaquim Pereira da Costa e Bento Ferreira Moteiro e a Junta disse saber que as crianças e os pastores se armavam de espingarda caçadeira ou de foice roçadeira, enquanto guardavam os rebanhos e deliberou reproduzir o texto da reclamação e oficial à Câmara pedindo providências.

Outro assunto que apoquentou a Junta foi a avaliação da Charneca do Nicho. A 24 de março apresentou-se um ofício da Direção Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas, pedindo um avaliador que se dirigisse à Câmara, no dia 28, para proceder à avaliação do baldio, na companhia dos engenheiros Amadeu Rebelo (agrônomo) e José Alves (silvicultor). A Junta convidou Joaquim da Costa Pereira e na sessão seguinte, a 29 de março, foi presente uma cópia do auto de avaliação dos terrenos baldios que constituíam o perímetro florestal denominado Charneca do Nicho. O auto foi lido e apreciado e o executivo deliberou enviar, àquela Direção Geral, um protesto “enérgico contra tal avaliação” e enviar um ofício circunstanciado mostrando o desacordo, para que ficasse bem expresso aos vindouros, o seu “descontentamento e desapoio” à avaliação efetuada. Escreveu-se o ofício e arquivou-se a cópia.

De resto, as atas refletiram os habituais trabalhos: apresentaram-se as contas de gerência e os orçamentos; o orçamento suplementar do ano anterior foi revisto, porque não estava exato; decidiu-se a demarcação de caminhos públicos, para que se ouvissem os mais velhos da zona (ficando tudo bem descriminado em ata).

Nada temos a assinalar das atas dos anos de 1947, 1948 e 1949, a não ser a venda (27 de julho de 1947) de uma sepultura ao pároco Manuel Ferreira Geraldo, que gostaria de ser sepultado no cemitério da sede de freguesia. E no ano de 1950, apenas salientamos a eleição de um novo executivo. A verificação de poderes e tomada de posse decorreu a 5 de novembro de 1950, na sala provisória da Junta de Freguesia, onde se deslocou Luís José Alves de Matos, como delegado do Presidente da Câmara. O novo executivo fez o juramento indicado na Lei e foram eleitos os cargos, tendo ficado como Presidente José Francisco Graveto, como Secretário Manuel Rodrigues Sobreira e como Tesoureiro, Manuel Ferreira Duarte. Os vogais substitutos eram: Manuel Francisco, Joaquim Crespo Heleno e Joaquim Francisco Carnide. A primeira reunião deste executivo decorreu a 2 de janeiro de 1951 e as sessões ordinárias seriam na sala provisória, na residência do Presidente, na Carreira, no quarto domingo do mês às 14 horas.



Vista geral do Souto da Carpalhosa – anos 50.  
Fonte: paróquia do Souto da Carpalhosa



Magusto na Escola da Moita da Roda.  
Anos 50/60 (?). Fotos cedidas por Serafim dos Santos



#### **JUNTA PRETENDE VENDER BALDIOS PARA FAZER OBRAS**

No ano de 1952, a Junta de Freguesia pensava na possibilidade de vender os baldios aos povos da freguesia, uma forma de obter verbas para melhoramentos. A Junta oficiou à Câmara nesse sentido e solicitou que se colocasse cópia do teor do ofício, em ata. A Junta tinha refletido “à cerca da necessidade de fundos para costear obras consideradas de mais urgencia, a executar na freguesia. Para tal foi deliberado por unanimidade promover a venda de alguns baldios, despendados de aproveitamento comum”. Para já, propunha a venda do baldio constante do inventário paroquial sob o número 16, o baldio da Azinheira, no limite de Monte Agudo e o baldio inscrito sob o número 20, o baldio de Traz das Eiras, no limite de Ribadaves. A receita seria para a projetada estrada Ribadaves/Colónia Agrícola dos Milagres, passando por Lameira e Monte Agudo. O pedido à Câmara foi no sentido de obter apoio para poder vender os baldios. Na ata de 28 de setembro registaram-se minuciosamente as confrontações dos baldios que se propunha alienar e foi aprovado que a alienação fosse feita em conformidade com a Lei e que o produto da venda reverteresse a favor das obras a levar a efeito na freguesia.

Em outubro a Junta ainda manifestou uma preocupação com o seu território, dando conta de que tinha sido necessário proceder à demarcação dos limites da Pedreira da Arroteia, o que já tinha sido feito. Neste ano ainda, o Presidente, José Francisco Graveto, abriu mais um livro de atas da Junta de Freguesia do Souto da Carpalhosa, o 11.º que constaria do Arquivo. No ano de 1953 não encontramos referências que julgássemos necessário salientar, para além do expediente normal.

### A CARREIRA NECESSITAVA DE UM CEMITÉRIO

O ano de 1954 trouxe uma preocupação nova, a da necessidade de construir um cemitério na Carreira. Diz a ata de 25 de Abril de 1954, que a população dos lugares da Carreira, tinha manifestado reclamação a este respeito e que já tinham pensado num local aconselhável, próximo da capela, onde pudesse ser construído o cemitério. O Secretário da Junta acrescentou que o lugar tinha cerca de 260 fogos e “bastante tendência de aumentar” e a distância entre a Carreira e a sede da freguesia, onde eram sepultados os povos desta zona, era de 4/5 quilómetros, portanto a necessidade de construir o cemitério era reconhecida. A Junta concordou e solicitou providências à Câmara, para que a obra fosse levada a efeito, no entanto, reconhecia que havia outros cemitérios cuja construção dependia de uma comparticipação do Estado, o que poderia atrasar o processo. Como tal, poderia ser bom pensar na execução com os seus próprios recursos, com o auxílio da Câmara e com o apoio do povo da Carreira.

No mês de junho a Junta deliberou mandar levantar planta topográfica da Pedreira de Ribadaves e logo de seguida, providenciar a delimitação da vizinha freguesia de Regueira de Pontes com a do Souto, na zona da pedreira, visto que, nessa altura, não parecia haver “limitação ... reconhecida e ser confusa no entendimento das duas freguesias”. Além disso, levantara-se o problema de um indivíduo que se teria apoderado de “alguma [parte de] pedreira” até então considerada pública.

E, entretanto, tínhamos chegado a nova posse e a mais um executivo. Na ata de 20 de outubro, o Presidente referiu que, por estar próximo o dia da posse, seria útil que a sessão decorresse na casa do “Presidente suposto”, Joaquim dos Santos Cardoso. A ideia foi aprovada por todos e dar-se-ia nesse local a verificação de poderes e tomada de posse do executivo que iria dirigir os destinos da freguesia no quadriénio de 1955-1958. A ata de verificação e tomada de posse foi lavrada no dia 5 de novembro, onde compareceu o delegado da Câmara, Luís José Alves de Matos, munido do alvará necessário para empossar os novos elementos, eleitos a 17 de outubro de 1954. Estavam presentes os vogais efetivos Joaquim dos Santos Cardoso (com 34 anos, da sede da freguesia), Manuel Gaspar (de 34 anos, da Ruiva-queira), Joaquim dos Santos Maçaruco (de 44 anos, da Carreira) e José Domingues Heleno, Luís da Silva Ginja e Manuel Cordeiro, vogais substitutos. Foi constituída a mesa e diz a ata, que se procedeu à eleição do executivo, no entanto, lembramos que a reunião já estava a decorrer em casa do Presidente, por já em outubro se ter considerado que seria ele o “suposto” eleito. Aqui temos um exemplo perfeito de que o que fica em ata é o que é correto e deve ficar e de que esta é uma importantíssima fonte histórica das vivências das nossas gentes e da História das nossas terras, mas tem de ser complementada com outras fontes históricas. Que este trabalho que fizemos seja, por isso continuado, com o estudo e o desvendar de outras fontes da História Local, que são muitas e estão bem dispersas. Nesta data e no local referidos, portanto, o executivo fez o juramento legal e ficou constituído da seguinte forma: o Presidente passou a ser Joaquim dos Santos Cardoso; o Secretário Manuel Gaspar e o Tesoureiro, Joaquim dos Santos Maçaruco, mas a ata disse que, na eleição, cada um obteve cinco votos.



Joaquim dos Santos Cardoso. Fonte: Junta de Freguesia

#### **PEDREIRA DE RIBADAVES NECESSITAVA DE DELIMITAÇÃO**

A ata de 26 de dezembro de 1954 incluiu um historial relativo à exploração da Pedreira de Ribadaves, de que fomos dando conta neste texto. Situava-se num extremo da freguesia do Souto da Carpalhosa, na extrema com a freguesia de Regueira de Pontes, tinha sido explorada em comum pelas duas juntas, desde 1 de janeiro de 1927, de acordo com ata lavrada e assinada pelas duas a 20 de dezembro de 1926 e esta ata diz que tinha corrido tudo bem até ao início do ano em curso. A pedreira, constituída por rochas ou aflorações rochosas tinha sido sempre chamada Pedreira de Ribadaves, no entanto, em 1933 ou 1934 tinha andado na região, no âmbito dos serviços de reconhecimento dos baldios públicos do continente, o Engenheiro António de Monte Pereira, que tinha procurado nas vizinhanças da mesma, pessoas mais velhas e os próprios confinantes em busca de extremas que delimitassem a pedreira e tinha cravado marcos que julgou convenientes e necessários. Por muito tempo, não tinham surgido objeções sobre os limites estabelecidos, mas alguns anos depois, começaram a desaparecer marcos, em especial, na parte confinante com alguns proprietários da freguesia de Regueira de Pontes. Mesmo assim, a pedreira continuara a ser explorada em comum, pelas juntas e sempre dentro do perímetro marcado pelo Engenheiro Monte Pereira.

Neste ano de 1954, tinha aparecido um indivíduo com uma demarcação de um seu prédio, confinante a norte/nascente, com a referida pedreira, que tinha sido feita em 1911, pela Junta de Regueira de Pontes, com base no qual se apoderara de uma grande parte da referida pedreira, de que continuamente se extraía pedra para as duas Juntas. Este estava, como tal, a explorar, por conta própria, a pedreira e a Junta de Regueira de Pontes não estava a colocar qualquer objeção.

Nestes termos, a Junta de Freguesia do Souto considerava que a demarcação da Junta de Freguesia de Regueira de Pontes, efetuada em 1911, ao prédio em causa, não tinha qualquer efeito perante a Junta do Souto. Se estava exarada, nas atas da Junta de Regueira de Pontes, alguma demarcação, a tal prédio, invocando para orientadores da mesma demarcação, pessoas de mais de 90 anos, só se compreendia que o sentido de tal demarcação fosse a delimitar as duas freguesias. Mas, mesmo assim, não poderia ter legalidade, por não ter sido acordada entre ambas. Segundo indicava a matriz, era “mesmo ali” a extrema da freguesia, portanto, a parte que Regueira de Pontes tinha, na Pedreira de Ribadaves, seria, atualmente do referido indivíduo, visto que só naquele ano (1954) ele se tinha apoderado da mesma. A Junta lembrou ainda, que, segundo a ata conjunta de 20 de dezembro de 1926, estava reservado às duas juntas, em conjunto, o fazer qualquer alteração que, de futuro, julgassem conveniente. Por tudo o que ficava dito, a Junta de Freguesia do Souto da Carpalhosa deliberou que, aos seus seccionários, fosse entregue uma planta topográfica da presumida delimitação da freguesia, no local da pedreira e também dos proprietários confinantes, a fim dos mesmos tomarem as resoluções que achassem mais convenientes. No ano de 1955 a pedreira ainda estava na ordem do dia e a 25 de dezembro registou-se uma deliberação que teve por fim a nomeação dum fiscal da saída da pedra e dum guarda da pedreira.



No ano seguinte, em reunião extraordinária, realizada a 23 de junho, entre as duas juntas, no Souto, deliberou-se, por unanimidade e ao abrigo da Lei, permitir que um particular, Joaquim da Fonseca Braz, morador em Ribadaves, extraísse pedra em "regímen não exclusivo", da pedreira propriedade comum das duas Juntas, desde que o mesmo assinasse um contrato, em triplicado, que o obrigava a determinadas cláusulas. Este comprometeu-se a pagar, diariamente, às Juntas proprietárias a pedra que extraísse, a 5\$00 escudos o metro cúbico. Não construiria quaisquer obras nos "terrenos paroquiais" da referida pedreira e se as cons-



Igreja Paroquial – Anos 50.  
Fonte: paróquia do Souto da Carpalhosa

truisse ou tivesse já construído, seriam consideradas propriedade das duas Juntas, proprietárias do terreno, a quem as entregaria, intactas, quando, por qualquer motivo, deixasse de extrair pedra do local. Pediu-se ainda, que cumprisse todas as condições que lhe viessem a ser impostas por acordo das juntas proprietárias e, isto, para garantia dos seus legítimos interesses, como legais possuidores da pedreira. Comprometeu-se ainda, a cessar imediatamente a extração de pedra quando as duas juntas, por acordo mútuo e por qualquer motivo assim ordenassem, por ofício. Deliberou-se também que estas condições seriam exaradas nas atas das duas juntas.

Neste ano de 1956, mais propriamente a 26 de agosto, ficámos também a saber que já se ia fazer a estrada de ligação ao Barracão.

A referência ao “terreno paroquial”, acima, explica-se, pelo facto dos prédios de uso comum, nomeadamente os baldios, terem sido prédios que, de tempos antigos, faziam parte do património das paróquias, que tinham transitado para as freguesias.

#### **ORTIGOSA ERA UMA FREGUESIA POSSÍVEL**

No ano de 1957 não encontrámos referências a salientar, mas em 1958 surgiria um importante novo tema, pois pensava-se já, seriamente, na desanexação da zona da Ortigosa, para a criação de uma nova freguesia. A 10 de maio realizou-se uma reunião extraordinária, para deliberar sobre um ofício recebido da Câmara Municipal, que falava do assunto. Dizia o ofício que “numerosa” Comissão de habitantes dos lugares de Ortigosa, Ameixoeira, Casal das Várzeas, Lagoa, Mato da Eira, Ruivaqueira, Ribadaves, Lameira e Monte Agudo tinham solicitado a criação de uma nova freguesia, com sede na Ortigosa. A Câmara pedia, que, com a possível urgência, se informasse aquele “corpo Administrativo o que se ... oferece[sse] sobre o assunto”. Também se pedia que juntamente com a resposta fosse enviada transcrição da ata da reunião que dissesse respeito ao assunto. O ofício foi dirigido pelo Presidente da Câmara Municipal, Olímpio Duarte Alves.

A Junta de Freguesia do Souto, “tendo em atenção [os] seus interesses propriamente ditos, mas também os recebidos diretamente pelo povo”, resolveu exarar o seguinte: A freguesia da Ortigosa, “a criar, reúne todas as condições para tal, pois além da sua situação, tem pessoas competentes para exercerem todos os cargos administrativos, e fica com rendimentos suficientes para a sua manutenção.”. A parte que ficava para o Souto da Carpalhosa, apesar de grande em superfície e da numerosa população, ficava sem rendimentos, pois até então, só a Pedreira de Ribadaves constituía receita para ajudar a dotação da Câmara, a qual desapareceria, pois a pedreira ficaria para a nova freguesia da Ortigosa. Os interesses do povo, mais difíceis de compensar seriam os seguintes: o povo da freguesia estava autorizado a ir à pedreira, retirar pedra para as suas construções, sem pagar taxa, regalia que, com a nova freguesia, seria privada ao povo. A Charneca do Nicho, entregue ao Regime Florestal, de onde e onde os povos da freguesia tiravam lenhas e matos, faziam pastagens, exploração de barros e águas, ficaria apenas pertencendo mais ou menos em metade da sua superfície, ao Souto, isto, de acordo com a linha divi-

sória que ia da nascente do Ribeiro da Ortigosa, em linha reta ao Posto Médico, indicada pela futura freguesia da Ortigosa, com que seria difícil o povo “conformar-se”, pois veriam os seus direitos prejudicados.

#### **POR FIM, UMA SEDE!**

Foi este ano de 1958 que trouxe, finalmente, uma sede à Junta de Freguesia do Souto da Carpalhosa que nunca tivera casa e que funcionara sempre de forma itinerante, como fomos verificando. Na sessão realizada a 23 de novembro de 1958, considerou-se que era “de grande utilidade não só para as reuniões mas também para arrecadação dos materiais pertencentes a esta junta, [e] resolveu[-se] mandar proceder à construção duma nova casa para esse fim cujo terreno foi cedido no que é pertença da Igreja pelo pároco Sr. Manuel Ferreira Geraldo; depois de ouvido o Sr. Bispo, que deu o seu acordo”. Na mesma data, o executivo apresentou um orçamento suplementar em que se incluíram as verbas para a construção da sede.

No ano de 1959, a 27 de janeiro, foi aberto mais um livro de atas, o 12.º livro. O ano foi rico em assuntos que mereceram muita atenção e no final do mesmo foi eleito um novo executivo.

A 26 de agosto, a Junta reuniu extraordinariamente para estudar o procedimento desleal com que desde há tempos os ia tratando a Junta de Regueira de Pontes, sempre que comunicava por escrito consigo sobre a Pedreira de Ribadaves. Refere-se, de novo, a ata de 20 de dezembro de 1926, em que tinha ficado assente que a venda da pedra seria dividida pelas freguesias; outra “que reedificou” as mesmas condições de 7 de janeiro de 1938 e assinada pelo Presidente de Regueira de Pontes de então, que era o mesmo que neste momento dirigia os destinos daquela freguesia. E, esta pedreira, sempre tinha sido denominada, segundo a ata, como Pedreira de Ribadaves. No entanto, “há tempos” o Presidente da Junta de Regueira de Pontes, Henrique Alves Mendes, tinha passado a denominá-la Pedreira de Regueira de Pontes. A Junta protestou junto da sua congénere, por ofício e exigia que fosse esclarecido o motivo da mudança de designação. Mais disse, que se a situação não se resolvesse com brevidade, a Junta apresentaria o assunto ao Presidente da Câmara Municipal de Leiria.

Houve outro terreno público que desassossegou o executivo, neste ano de 1959. O assunto surgiu na ata de 25 de outubro, pois a Junta tinha recebido um requerimento de Luís António Neves, que inquiria a mesma sobre a data desde que o barreiro nos Barroinhos lhe pertencia; por que título lhe tinha sido concedido e sob que número estava ele inscrito no inventário da Junta/Paróquia. O requerente disse ficar a aguardar deferimento e a Junta procurou elementos e certificou que nada constava do inventário dos baldios que possuía, no entanto, ouvidas as pessoas mais antigas, algumas com mais de 80 anos de idade, dos lugares de Ortigosa, Ruivaqueira, Lagoa, Mato d’Eira, Ameixoeira, aquelas tinham declarado que, desde que se conheciam, os seus pais, eles e todos os habitantes dos ditos lugares ali tinham ido abastecer-se de barro para adobes e de águas para consumo. A prová-lo, estavam os buracos existentes. Além disso, nunca ninguém o tinha con-

siderado propriedade sua e assim era reconhecido, “por todo o dono daqueles lugares”, por ser considerado de utilidade e propriedade públicas.

Nesta altura, também se resolveu semear o baldio do Outeiro do Povo, no limite da Arroteia, visto não ser possível conservar os pinheiros ali nascidos, dado que, por hábito muito antigo do povo daquele lugar, se ia lá cortar o mato e aproveitava-se essa oportunidade para cortar os pinheiros. Como a lenha era fraca e não deveria render dinheiro de importância, resolveu-se dá-la ao povo do mesmo lugar.

#### CONTINUAVA O PROCESSO PARA CRIAR A FREGUESIA DA ORTIGOSA

Em setembro de 1959, as atenções recaíram, de novo, sobre a futura freguesia da Ortigosa. A 8 de setembro, o Presidente da Junta de Freguesia do Souto da Carpalhosa tinha sido chamado a apresentar-se nos Paços do Concelho, em Leiria, para tratar do assunto. Estaria também presente Joaquim Coelho, Presidente da Comissão para a criação da nova freguesia. Daí, iriam, na companhia do Presidente, à presença do Governador Civil, para acordarem entre todos, as condições exigidas para que fossem salvaguardadas todas as condições exigidas e para que fossem salvaguardados os interesses das duas juntas. Este encontro decorreria no dia seguinte, pelas 15 horas.

O Presidente salientou que ia exigir que todo o povo que ficava a pertencer à freguesia do Souto da Carpalhosa ficasse com direito a ir buscar pedra à Pedreira de Ribadaves, para as suas obras ou melhoramentos, sem pagar a taxa usual, destinada às juntas proprietárias da mesma. Em relação à Charneca do Nicho, deveria ser dividida entre as duas freguesias, proporcionalmente, em relação à superfície de cada uma delas, devendo a Ortigosa ficar com apenas  $\frac{1}{4}$  da população e área e, portanto, a posse da Charneca deveria ser na mesma proporção, ficando o Souto com  $\frac{3}{4}$  do ter-

Baldio da Charneca do Nicho. Fonte: Junta de Freguesia



ritório em causa. Na reunião de 27 de setembro, o Presidente deu conta da sua ida à reunião. Disse que “após calorosa discussão tinha ficado confirmado a suas exigências em conformidade com a deliberação” que acabámos de referir. Posto isto, o Presidente da Câmara tinha dado ordem para que, na Repartição Técnica, em presença da planta da Charneca do Nicho, que seria pedida aos Serviços Florestais, se fazer a medição da Charneca, de acordo com a proporção de 1 para 3 quartos. Referiu ainda que, para a divisão, seriam aproveitadas as linhas naturais, como os ribeiros e que seria lavrada uma ata entre o Presidente da Câmara, a Junta do Souto da Carpalhosa e o Presidente da Comissão responsável pela criação da nova freguesia. Cada um dos interessados, do Souto e da Ortigosa, receberia também uma cópia da planta. Para concluir o processo, seriam colocados marcos em todos os vértices da linha da divisão da Charneca.

No final do ano, como dissemos, tomou posse uma nova Comissão, eleita a 18 de outubro. A verificação de poderes desta decorreu a 15 de novembro e a mesma iria reger os destinos da Junta no quadriénio de 1960-1963. Luís José Alves de Matos, delegado do Presidente da Câmara, esteve presente, munido do alvará de Lei. Estavam os eleitos: os efetivos Manuel Gaspar, Joaquim dos Santos Cardoso e Joaquim dos Santos Maçaruko e os vogais substitutos José Henriques Heleno, Luís da Silva Ginja e Manuel Cordeiro. Após a eleição, o executivo ficou constituído da seguinte forma: a presidência seria assumida por Joaquim dos Santos Cardoso, o Secretário seria Manuel Gaspar e a tesouraria estaria a cargo de Joaquim dos Santos Maçaruko. Apesar desta distribuição de lugares, a ata voltou a indicar que cada um tinha recebido cinco votos.

No ano de 1960 continuou a ser a criação da freguesia da Ortigosa, o assunto que achámos ser o mais importante do ano.

A 22 de maio, o executivo deu poder ao seu Presidente para acordar com os chefes de família peticionários da criação da freguesia da Ortigosa, nas seguintes condições: o povo do Souto teria os mesmos direitos de sempre em relação à pedra da Pedreira de Ribadaves. A Charneca do Nicho ficava, proporcionalmente  $\frac{1}{4}$  para a Ortigosa e  $\frac{3}{4}$  para o Souto, respetivamente com 407.500 m<sup>2</sup> e 1.222.500 m<sup>2</sup> de área. A linha divisória seria indicada na Planta Geral, a vermelho e esta ficava pelos aceiros que começavam do lado da freguesia dos Milagres, entre os marcos números 28 e 29 M.N. e terminava entre os marcos números 48 e 49 M.N., próximo da nascente do Ribeiro de Monte Agudo, do lado da freguesia do Souto. As plantas ficavam uma em poder de cada freguesia, outra na Câmara Municipal, outra nos Serviços Florestais e outra ainda no processo. Iriam colocar-se 5 marcos, a pagar pelas duas juntas, no centro dos aceiros e outro no fim do aceiro que acabava no Ribeiro de Monte Agudo. A primitiva linha divisória indicada pela freguesia da Ortigosa era modificada, a partir da confluência do Ribeiro da Ortigosa com o Ribeiro de Monte Agudo e a partir daí, passava a ser o Ribeiro de Monte Agudo, até próximo do nascente, seguindo dali pelos aceiros indicados na planta dos Serviços Florestais, com linha divisória da Charneca do Nicho, até ao limite da freguesia dos Milagres. Cada Junta ficava com direito à receita obtida da parte da Charneca que lhe pertenceria e os povos ficavam com direito a matos e lenhas da parte que lhes pertencesse.

Encontro de Presidentes de Junta. À Direita, Joaquim dos Santos Cardoso. Anos 60. Foto cedida por Orlando Cardoso.



Na sessão de 22 de novembro discutiu-se, de novo, este assunto, dado que um ofício da Câmara Municipal solicitara ao Souto a indicação dos seguintes dados: número total de habitantes que iria constituir a nova freguesia; informação documentada, comprovativa da verificação das condições 2.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup> do art.º 9.º do Código Administrativo – ficar a nova freguesia com receitas ordinárias suficientes para ocorrer aos seus encargos; descrição minuciosa da linha limite, elaborada nos termos habituais, sobre que deveriam pronunciar-se os corpos administrativos, tendo por base o acordo assumido anteriormente; não ficar a freguesia de origem privada de recursos indispensáveis à sua manutenção.

A ata disse ainda que em 1958 já tinha sido solicitada informação idêntica, que tinha sido colocada em ata, cuja cópia fora enviada, nessa data, à Câmara Municipal. O mesmo e o acordo efetuado tinham sido confirmados a 15 de junho de 1960. Informou-se que os habitantes da nova freguesia seriam em número de 1601 e que esta ficaria com as receitas ordinárias da Pedreira de Ribadaves e a dotação da Câmara, o que seria suficiente para os seus encargos. O Souto, por seu lado, ficaria sem quaisquer rendimentos próprios e a linha limite era pelo Ribeiro da Ortigosa, até à confluência deste, com o Ribeiro de Monte Agudo e descriminou-se tudo, como das restantes vezes.

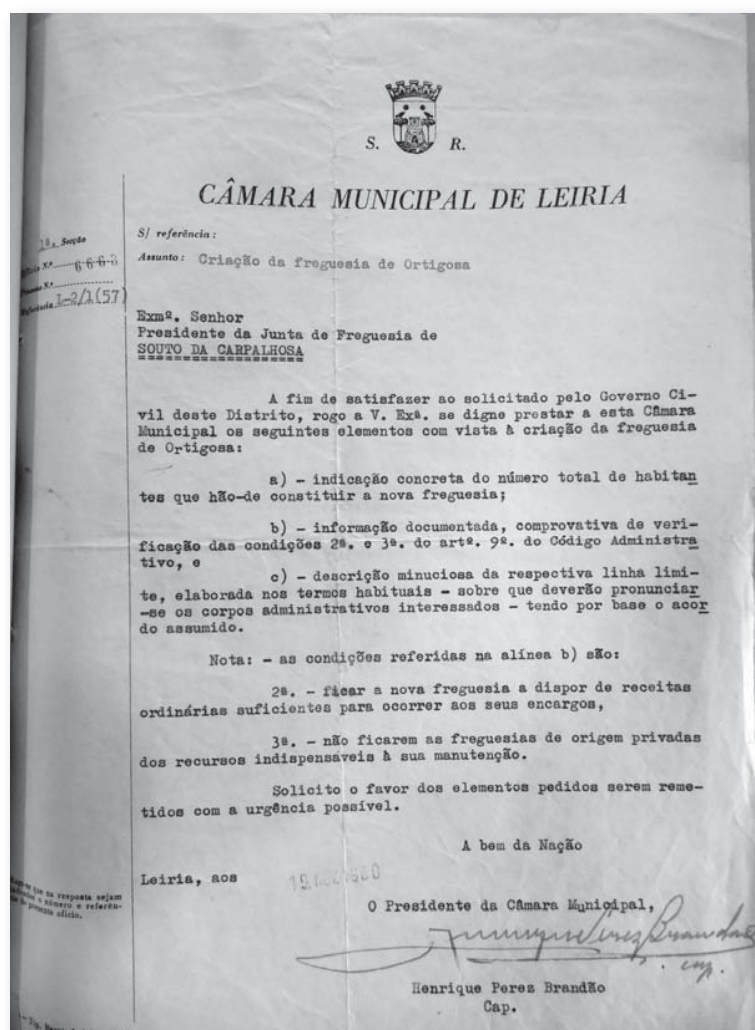
#### **SEDE ESTAVA A FICAR CONCLUÍDA**

Neste ano, mais propriamente a 23 de outubro, decidiu-se alterar o que estava previsto relativamente à realização das sessões ordinárias, tendo estas passado, a partir desta data e devido à “vida profissional” do Presidente, para a quarta terça-feira do mês, de inverno às 21 horas e de verão às 22 horas. Em ata registou-se ainda, que como o Presidente não tinha “vagar de atender diariamente a qualquer hora a não ser à noite, todos os paroquianos, que precisam; e como a sede da Junta já está



em condições de os poder receber", de dia, a partir das 12 e até às 14 horas, o Secretário podia atender os mesmos. Ficámos também a saber, dada esta deliberação, que, nessa altura, a Junta tinha atendimento durante a semana, a partir das 21 horas e reforçou-se a possibilidade de os interessados poderem participar nas sessões, que eram públicas.

No ano de 1961, a festa de inauguração da sede incluiu outras inaugurações em toda a freguesia, num dia cheio de atividades, que trouxe também inúmeras individualidades à freguesia do Souto. Ficou decidido na ata datada de 27 de junho de 1961 que se iriam inaugurar a sede da Junta de Freguesia, as escolas da Chã da Laranjeira, do Souto da Carpalhosa, da Ortigosa, da Lameira e o Lavadouro de Ribadaves. Para



Fonte: Junta de Freguesia



a mesma, que decorreu a 16 de julho, a partir das 15 horas, seriam convidados e participaram: Governador Civil, Presidente da Câmara Municipal, Bispo de Leiria, Coronel Pascoal, Diretor Engenheiro da Urbanização, Engenheiro da Repartição Técnica (da Câmara, certamente), Cónego Geraldo, Padre Patrão, todos os padres naturais da freguesia – para que, publicamente lhes fosse dado agradecimento pela sua colaboração e apoio.

Após a festa, decorreu a primeira reunião na sala de sessões da própria Junta de Freguesia, a 25 de julho de 1961. Nesta fez-se o relato da inauguração da sede e dos restantes melhoramentos e referiu-se quem esteve presente. Para além dos já referidos, estiveram ainda o Presidente da Junta Distrital, o Adjunto Escolar, Luís Alves de Matos, e um Rancho Folclórico Infantil das Várzeas, que apresentou alguns “números”. Da sede, a comitiva dirigiu-se à Chã da Laranjeira, onde repousaram e ouviram missa presidida pelo Bispo; seguiu-se a inauguração da escola; um lanche oferecido às autoridades e pessoas “destacadas” da freguesia. Às 19 horas o cortejo seguiu para a Ortigosa, onde se inaugurou a escola e, daí, para Ribadaves, onde se inauguraram o lavadouro e o fontenário. A ata diz que “em todos os lugares os povos habitantes se mostraram bastante satisfeitos não só pelos melhoramentos mas por terem presentes as honras mais ilustres do distrito Diocese Concelho”.

As atas não o transmitiram, mas o Diário do Governo indicou-nos que, neste ano se criou também um posto de Registo Civil na Ortigosa, conforme Portaria que se segue:

Portaria n.º 19914

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Justiça, que, nos termos do n.º 2 do artigo 8.º do Decreto n.º 44064, de 28 de novembro de 1961, seja criado um posto de registo civil na freguesia de Ortigosa, concelho de Leiria, e transferido o posto de Carpalhosa para Souto da Carpalhosa, do mesmo concelho.

Ministério da Justiça, 22 de junho de 1963. - O Ministro da Justiça, João de Matos Antunes Varela.

Antiga escola do Souto que funcionou nos anos 50. Fonte: DR

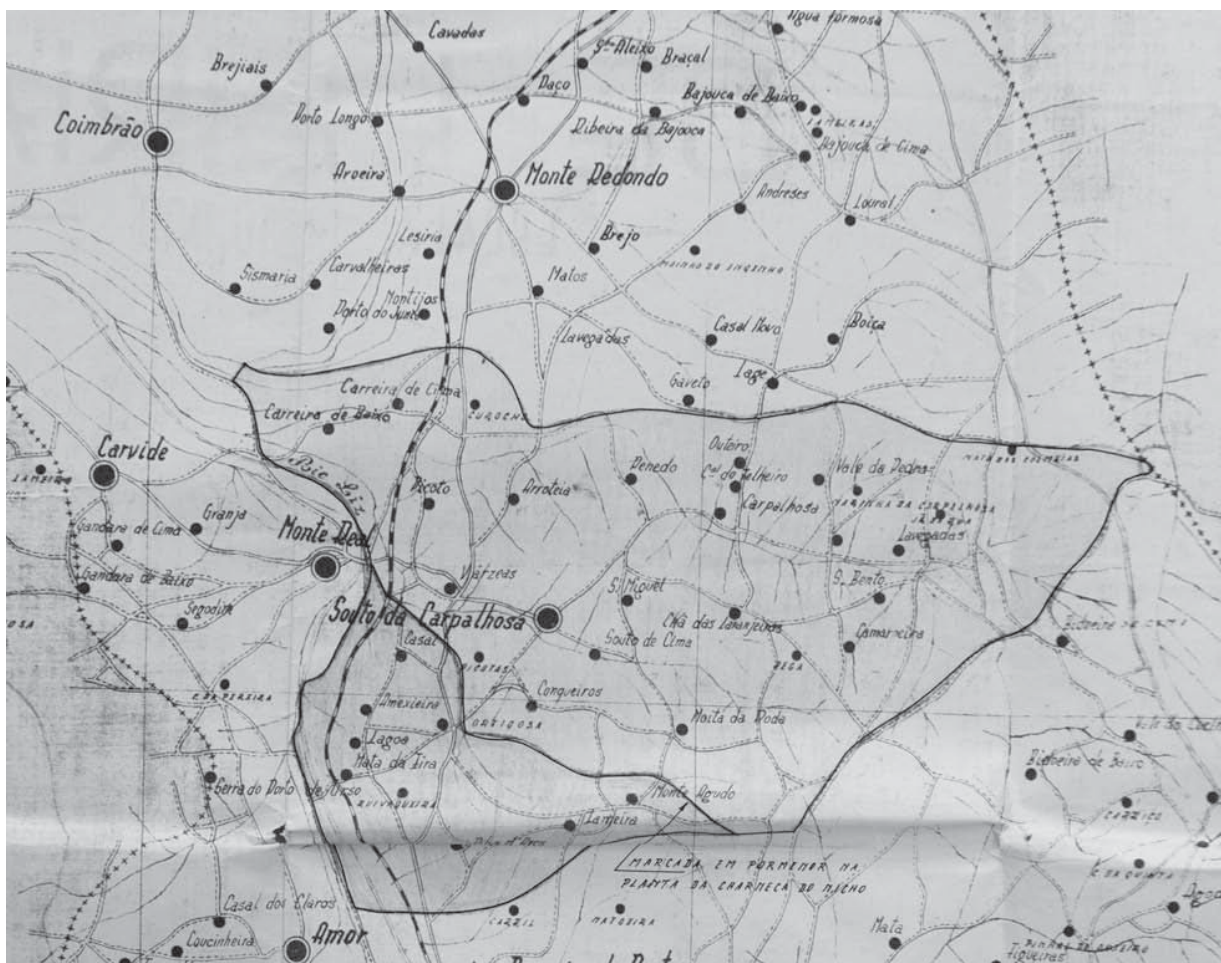




Festa de inauguração da Junta e restantes obras a 16.07.1961.  
Foto cedida por Luís Ginja

#### **ORTIGOSA NASCE COMO FREGUESIA**

No primeiro semestre do ano destacou-se uma sessão extraordinária em que a Junta de Freguesia deu resposta a um ofício confidencial da Câmara Municipal relacionado com a construção da estrada dos Conqueiros à Moita da Roda. Pelo que lemos, a Junta queria fazer passar a estrada por fora da povoação e houve quem dirigisse uma relação à Câmara Municipal, com um conjunto de pessoas que não concordava com tal posição. Estes queriam que se mantivesse o caminho/percurso existente. A documentação enviada à Câmara incluía uma exposição de Salvador Alves Bajouco da Costa, uma exposição de Luís Pedro da Costa e outros, exposições dos habitantes dos Conqueiros e exposições dos habitantes da Moita da Roda. A Junta respondeu duma forma curiosa, dizendo que num dos casos, em que surgiam 18 assinaturas, três eram dum indivíduo que tinha falecido, uma dum rapaz solteiro "sem qualquer valor" e outra dum indivíduo que não era chefe de família, um estava agora casado mas não o era aquando da assinatura e estava ausente e 6 destes tinham assinado um documento recente em que concordavam com posição contrária àquela (referindo-se os mesmos um a um). Em relação a outro documento, nem todos os que o apresentavam tinham assinado, um era demente, um tinha falecido e seis tinham assinado o documento contrário já referido; quanto aos restantes, não tinham



Delimitação da nova freguesia da Ortigosa.  
Fonte: Junta de Freguesia

rendimentos para garantir a alimentação da família “sem andar com a enxada na mão”. Outra das exposições era considerada sem qualquer valor, pela Junta, pois esta dizia que, à data em que foi feita, quem a assinou deveria ter 17 anos de idade e não tinha competência para falar em nome da maioria do povo dos Conqueiros. Em relação a outro documento ainda, a Junta considerava que não tinha qualquer conteúdo verdadeiro e dos 18 que o assinaram, só restariam sete, pois todos os outros já tinham assinado uma posição contrária, para além de só três deles estarem inscritos nos cadernos eleitorais dos chefes de família. Noutro documento com 35 assinaturas, só 25 constavam dos mesmos cadernos. Para além desta tomada de posição, a Junta deixou exarado um firme protesto contra a falta de consideração e respeito pelo Presidente da Câmara pelas exposições referidas, que se tinham considerado importantes contra 1600 chefes de família, representantes de 6500 habitantes da freguesia. A Junta disse ainda que a manutenção do percurso atual seria inclusiva-

mente perigoso para as crianças, pois o facto de o caminho ser muito estreito, poderia levar as camionetas a passar junto das soleiras das casas. Solicitava, por isso, que fosse traçado o primitivo projeto que a Câmara já fizera, por fora da povoação, pois dos 10 habitantes, seis tinham preferido que assim fosse.

Para o final do ano surgiu outro importante assunto que prendeu a atenção da Junta. Tinha sido aprovado o diploma (Decreto-Lei n.º 44610, de 2 de outubro) que aprovava a criação da freguesia da Ortigosa, com o seguinte teor:

"Atendendo ao que representou a maioria absoluta dos chefes de família eleitores com residência habitual nos lugares de Ortigosa, Ameixoeira, Casal das Várzeas, Lagoa, Mato da Eira, Ruivaqueira, Riba de Aves, Lameiras e Monte Agudo, pertencentes à freguesia de Souto da Carpalhosa, do concelho de Leiria, no sentido de ser criada uma freguesia com sede na povoação de Ortigosa, que passaria a designar-se pelo mesmo nome;

Considerando que a circunscrição a criar possui igreja, escolas, cemitério, e que na futura sede da freguesia há abastecimento de água potável, telefone e luz elétrica;

Considerando que a povoação de Ortigosa está ligada à sede do concelho por carreiras de autocarros;

Considerando que alguns dos mencionados lugares distam cerca de 8 km a 10 km da atual sede da freguesia de Souto da Carpalhosa;

Considerando que se verificam as demais condições referidas no artigo 9.º do Código Administrativo e se cumpriram as formalidades exigidas pela mesma disposição legal;

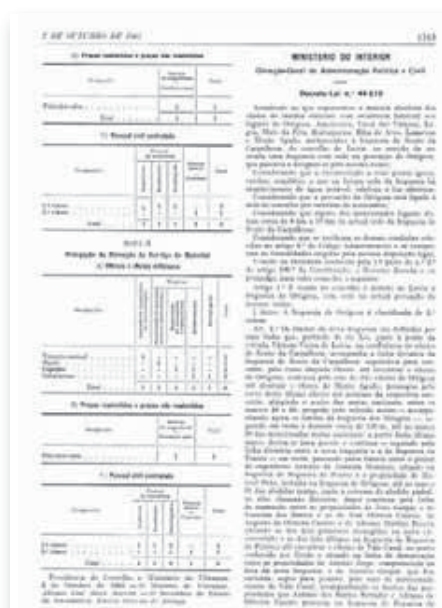
Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É criada no concelho e distrito de Leiria a freguesia de Ortigosa, com sede na atual povoação do mesmo nome.

§ único. A freguesia de Ortigosa é classificada de 2.ª ordem.

Art. 2.º Os limites da nova freguesia são definidos por uma linha que, partindo do rio Lis, junto à ponte da estrada Várzeas-Vieira de Leiria, na confluência do ribeiro de Souto da Carpalhosa, acompanha a linha divisória da freguesia de Souto da Carpalhosa, seguindo-a para nascente, pelo curso daquele ribeiro, até encontrar o ribeiro de Ortigosa; continua pelo eixo do dito ribeiro de Ortigosa até alcançar o ribeiro de Monte Agudo; prossegue pelo curso deste último ribeiro até próximo da respetiva nascente, atingindo o aceiro das matas nacionais, entre os marcos 48 e 49; progride pelo referido aceiro - acompanhando agora os limites da freguesia dos Milagres -, seguindo em reta e durante cerca de 150 m, até ao marco 30 das mencionadas matas nacionais; a partir deste último marco desvia-se para poente e continua - seguindo pela linha divisória entre a nova freguesia e a de Regueira de Pontes - em reta, passando pelos limites entre o pinhal do engenheiro António de Almeida Monteiro, situado na freguesia de Regueira de Pontes e a propriedade de Manuel Brás, incluída na freguesia de Ortigosa, até ao marco 31 das aludidas matas, junto à extrema do aludido pinhal, no sítio chamado Zebreira; daqui continua pela linha de separação entre as propriedades de João Gaspar e de Joaquim dos Santos e as de José Oliveira Caseiro,





Decreto-Lei da criação da Freguesia da Ortigosa

de Augusto de Oliveira Caseiro e de Adriano Martins Pereira (ficando as dos dois primeiros abrangidas na nova circunscrição e as dos três últimos na freguesia de Regueira de Pontes) até encontrar o ribeiro de Vale Casal, no ponto conhecido por Covão e situado na linha de demarcação entre as propriedades de António Jorge, compreendida na área da nova freguesia, e de António Gaspar, que fica excluída; segue para jusante, pelo eixo do mencionado ribeiro do Vale Casal, acompanhando os limites das propriedades que António dos Santos Serrador e Adriano de Oliveira Caseiro possuem na freguesia de Regueira de Pontes, até alcançar a linha divisória entre as propriedades de Juceline Guedes Ribeiro (freguesia de Regueira de Pontes) e de Luís Ferreira Pousos (freguesia de Ortigosa), linha pela qual continua até se cruzar com o caminho que liga a Mateira à Lameira, no sítio das terras da Lameira; atravessa, seguidamente, os bastios das Longras, passando pelos limites entre a propriedade de Augusto de Oliveira Caseiro (incluindo-a) e a de Bento Gaspar (excluindo-a); cruza-se com o caminho que liga a Lameira à estrada municipal de Regueira de Pontes-Mateira, no sítio do Carril, prosseguindo em direção ao ribeiro existente no Vale Bom até atingir o mesmo ribeiro no ponto situado entre a propriedade que António Ferreira, morador em Sismaria da Gândara, possui na freguesia de Regueira de Pontes e a de Ana Máximo Gaspar, pertencente à nova freguesia; continua pelo leito do aludido ribeiro para jusante, passando pela estrema da propriedade de António Alves Gaspar, no sítio do Barreiro (excluindo-a), até ao ponto onde encontra a linha divisória entre esta última propriedade e a de Joaquim Rodrigues Sobreira - que fica fazendo parte da nova freguesia; progride pela mencionada linha divisória e, alcançando o sítio de Vale Maria, segue os limites entre as propriedades de José Ferreira Lourenço e Juceline Guedes Ribeiro e de Adriano Martins Pereira e herdeiros de João Jorge (as duas primeiras da freguesia de Ortigosa e as segundas da de Regueira de Pontes) até encontrar, no sítio do Sobral, o caminho que liga a estrada nacional n.º 109 ao lugar de Riba de Aves; segue pelo eixo do referido caminho e ao chegar à pedreira pertencente às freguesias de Ortigosa e de Ribeira de Pontes desvia-se, passando pelo meio desta pedreira, até encontrar o caminho que dá acesso às propriedades de Adriano Martins Pereira e de outros proprietários; continua pelo eixo deste caminho (incluindo na nova freguesia a propriedade de José Domingues Heleno) até à estrada nacional n.º 109, que alcança no ponto situado entre a propriedade de Francisco Clemente (freguesia de Regueira de Pontes) e as de Manuel Gaspar e herdeiros de Joaquim Fernandes, ambas na freguesia de Ortigosa; prossegue para norte, pela dita estrada nacional n.º 109, até encontrar o caminho para o lugar de Amor, por cujo eixo continua até à ponte José Domingues, sobre o rio Lis; a partir deste ponto - passando a acompanhar os limites da nova freguesia com as de Amor e Monte Real - continua pelo eixo do rio Lis até encontrar uma vala que separa o terreno de herdeiros de José Duarte de Sousa (excluindo-o) e o de José Duarte Arroiteia (incluindo-o); prossegue pela dita vala até alcançar a vala nacional dos Barreiros, no sítio da Ponte do Tavares; progride pelo eixo da mencionada vala nacional para jusante, passa pela ponte da Ruivaqueira (ponto comum aos limites das freguesias de Amor, Monte Real e Ortigosa), continuando ainda pelo eixo da mesma vala nacional, até atingir o cruzamento desta

com o guarda-mato da margem esquerda do rio Lis; prossegue pelo eixo do referido guarda-mato, durante cerca de 70 m, até encontrar aquele rio; segue pelo eixo do rio Lis para jusante até ao caminho da Boca, por cujo eixo progride para nascente até à vala da Pena; finalmente, continua pelo eixo da dita vala da Pena para jusante até à confluência do ribeiro de Souto da Carpalhosa com o rio Lis, Junto à ponte da estrada Várzeas-Vieira de Leiria, onde se iniciou a descrição.

Art. 3.º A eleição da Junta de Freguesia de Ortigosa realizar-se-á no dia que for designado pelo presidente da Câmara Municipal do Leiria e serão eleitores os chefes de família da respetiva área inscritos no recenseamento eleitoral da freguesia de Souto da Carpalhosa.

§ único. A Junta eleita nos termos deste artigo servirá até final do quadriénio em curso.

Art. 4.º A competência atribuída pelo Código Administrativo ao presidente da junta, no que se refere a eleição e votação, será exercida pelo presidente da Câmara Municipal de Leiria.

Art. 5.º A Câmara Municipal de Leiria procederá, no prazo de 60 dias, a contar da publicação do presente decreto-lei, à colocação de marcos, por forma que fiquem bem patentes os limites fixados no artigo 2.º (...)

Paços do Governo da República, 2 de outubro de 1962. - AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ - António de Oliveira Salazar - José Gonçalo da Cunha Sottomayor Correia de Oliveira - Alfredo Rodrigues dos Santos Júnior - João de Matos Antunes Varela - Mário José Pereira da Silva - Alberto Marciano Gorjão Franco Nogueira - Eduardo de Arantes e Oliveira - Adriano José Alves Moreira - Manuel Lopes de Almeida - Carlos Gomes da Silva Ribeiro - José João Gonçalves de Proença - Henrique de Miranda Vasconcelos Martins de Carvalho.

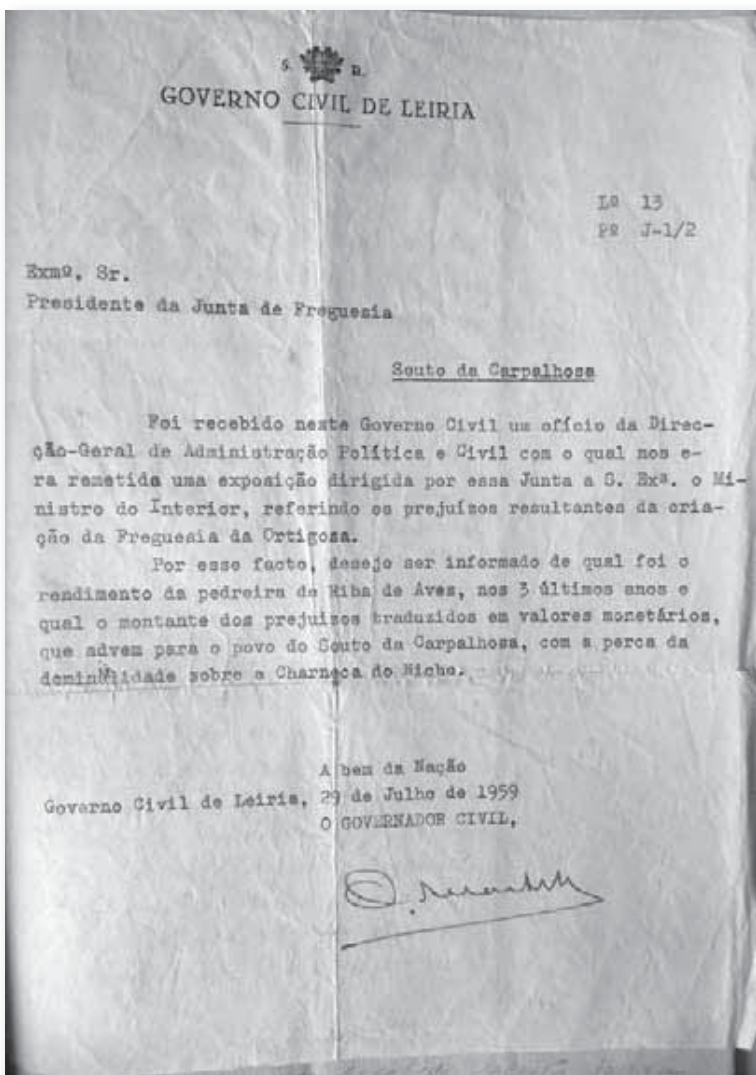
Logo depois, na ata de 27 de novembro, ficámos a saber que o Secretário da Junta, Manuel Gaspar, tinha perdido o mandato, pois residia na nova freguesia. Procedeu-se à sua substituição e foi chamado Domingos Heleno. Segundo a ata, a votação foi igual, mas como o vogal substituto Manuel António Cordeiro vivia em Marinha da Carpalhosa, "bastante distante" e apresentava "dificuldade em comparecer e Luís da Silva Ginja tinha de exercer o cargo de Regedor, nomeou-se aquele.

De seguida, o Presidente deu conhecimento do decreto que criou a freguesia da Ortigosa e deixou, a partir daí, todas as providências que tomou no decurso do processo, numa exposição de 29 páginas de ata, em que relatou todo o procedimento de forma extremamente minuciosa e com a transcrição de documentação, correspondência e as tramitações que tinham decorrido até à desanexação daquele território do do Souto. O Presidente disse ainda, que nunca se manifestara publicamente para evitar complicações e porque o próprio Secretário da Junta fazia parte da Comissão da criação da nova freguesia, mas que a sua atuação tinha sido sempre, de conhecimento particular do Tesoureiro e das "pessoas mais categorizadas da freguesia" e sempre com o seu apoio verbal.

O Presidente informou que, logo depois da eleição deste executivo, o Secretário tinha começado a insistir na criação da freguesia da Ortigosa, alegando "haver pessoas

de grande categoria social que lhes prometia proteção e auxílio para que fosse resolvida com rapidez a criação, a que sempre nos íamos esquivando visto as condições e limites que aqueles queriam.". "Levaram-nos", diz a ata, "os únicos rendimentos que esta freguesia tinha", a Pedreira de Ribadaves e a Charneca do Nicho, que ficaria pela metade. Diz-se que houve várias discussões do Presidente com Manuel Gaspar, Joaquim Coelho e Joaquim de Sousa, até que, a 2 de abril de 1958, foi recebido o ofício da Câmara de que demos conta anteriormente. A partir daqui, o Presidente explanou todo o processo, registando-se em ata, o teor de vária documentação e outros aspetos sobre o processo de desanexação, incluindo informação que tinha sido veiculada durante o

Documento relacionado com o processo da criação da Freguesia da Ortigosa. Fonte: Junta de Freguesia





mesmo, como o rendimento da Pedreira de Ribadaves entre 1948 e 1957 (89.271\$30 escudos) entrado nos cofres da Junta, a que se deveria acrescentar aquilo que os povos tinham retirado para si. Todo o texto é bastante explícito e daria, só por si uma pequena e interessante publicação sobre a História das duas freguesias. A certa altura o Presidente relata que tinha sido avisado pelo pároco, de que a Comissão da criação da freguesia se estava a movimentar, tendo inclusivamente ido a casa de Olímpio Duarte Alves, a Monte Real e desabafa, que estava só, com um membro do executivo que fazia parte da própria Comissão de criação da outra freguesia e outro que mostrava "pouco perceber do assunto".

FREGUESIA  
CARPALHOSA  
Cópia  
Souto da Carpalhosa, 2 de Abril de 1958  
Ex. mo Sr. Presidente da Câmara Municipal  
Lousa  
Referência ao ofício nº 2166 - 1.ª Secção  
22/11/57 Juntos Cópia do parte do acto  
da reunião extraordinária, realizado  
no dia 10, a fim de dar cumprimento  
ao referido ofício, sobre a criação da  
freguesia de Ortigosa.  
Sobre o assunto do referido acto  
informo o seguinte:  
Desde o ano de 1948 a 1957  
entraram nos cofres da Junta de Freguesia  
provenientes da pedreira de  
Pedra d'Água, a importância de  
89.271\$30, independentemente do poder  
para as obras desta Junta  
recebidas dali directamente, consoante  
com o encargo da exploração  
da mesma, pois se não fosse  
esta ajuda, dizento que não se  
podiam ter feito as obras  
que se fizeram.  
Muito att do Souto da Junta de Freguesia

Documento relacionado com o processo da criação da Freguesia da Ortigosa. Fonte: Junta de Freguesia

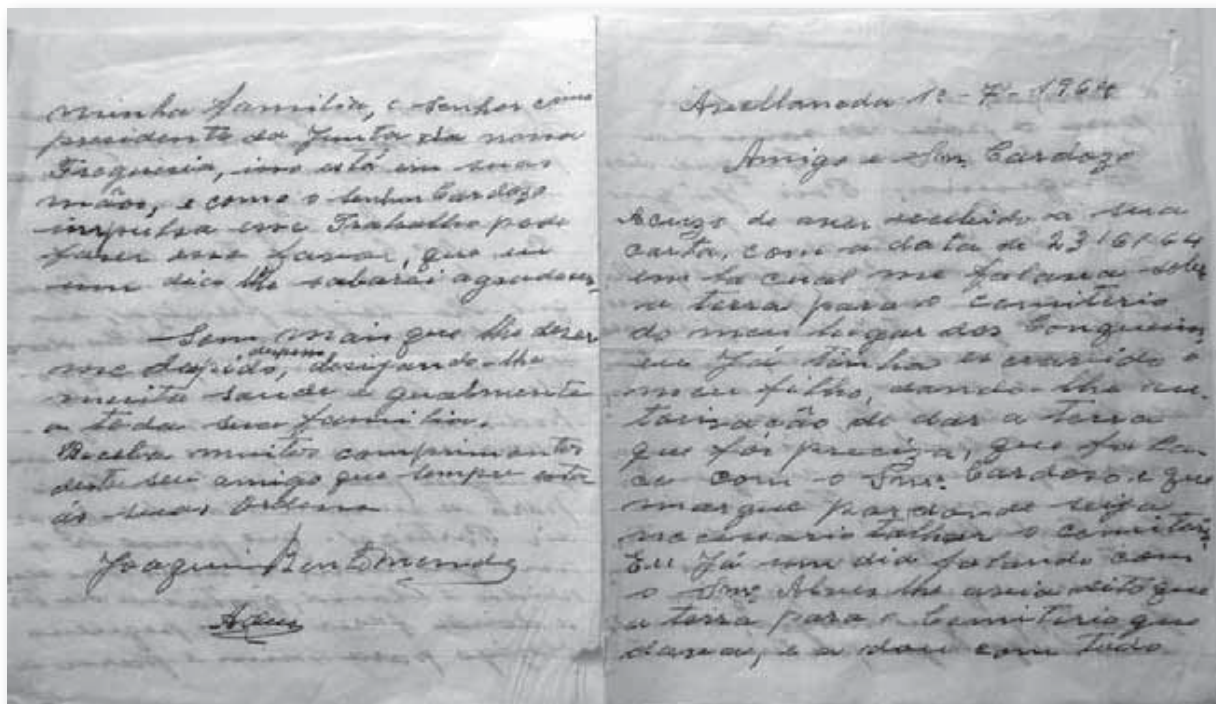
## CRIAÇÃO DE POSTO MATERNO-INFANTIL E APOIO DAS POPULAÇÕES

Chegámos ao 13.º livro de atas da Junta do Souto da Carpalhosa, que vigorou entre 1963 e 1967. O livro de 1963 abriu-se com as contas do ano anterior: havia um saldo de 1.803\$60 escudos; a receita totalizara 16.442\$10 escudos e a despesa, 16.007\$80 escudos, o que deixava um saldo positivo para 1963, de 2.237\$90 escudos. A Junta sentia-se prejudicada com a falta de rendimentos que resultara da desanexação da freguesia da Ortigosa e exarou em ata de 25 de junho de 1963 que ia à pedreira da Arroteia, ver como a mesma se poderia explorar. Deslocou-se com um proprietário que permitiu abrir um caminho para camionetas na sua propriedade e a Junta decidiu proceder a trabalhos de desobstrução da pedreira e à abertura da sua serventia para que a mesma pudesse ser explorada.

No final deste ano de 1963 foi eleito um novo executivo, que iniciou o trabalho a 2 de janeiro do ano seguinte. Faziam parte do mesmo o Presidente Joaquim dos Santos Cardoso, Serafim dos Santos (Secretário) e António Pereira Gordo (Tesoureiro). As suas sessões foram agendadas para as quartas terças-feiras do mês, às 20 horas no inverno e às 21, no verão.

Julgo que podemos salientar, a partir desta data, que se passou a tentar proporcionar comodidades e valências diversas na freguesia, sempre com o intuito do benefício dos povos, por iniciativa dos executivos ou por iniciativa dos interessados, a verdade é que os executivos acolhiam propostas e a população ganhava serviços.

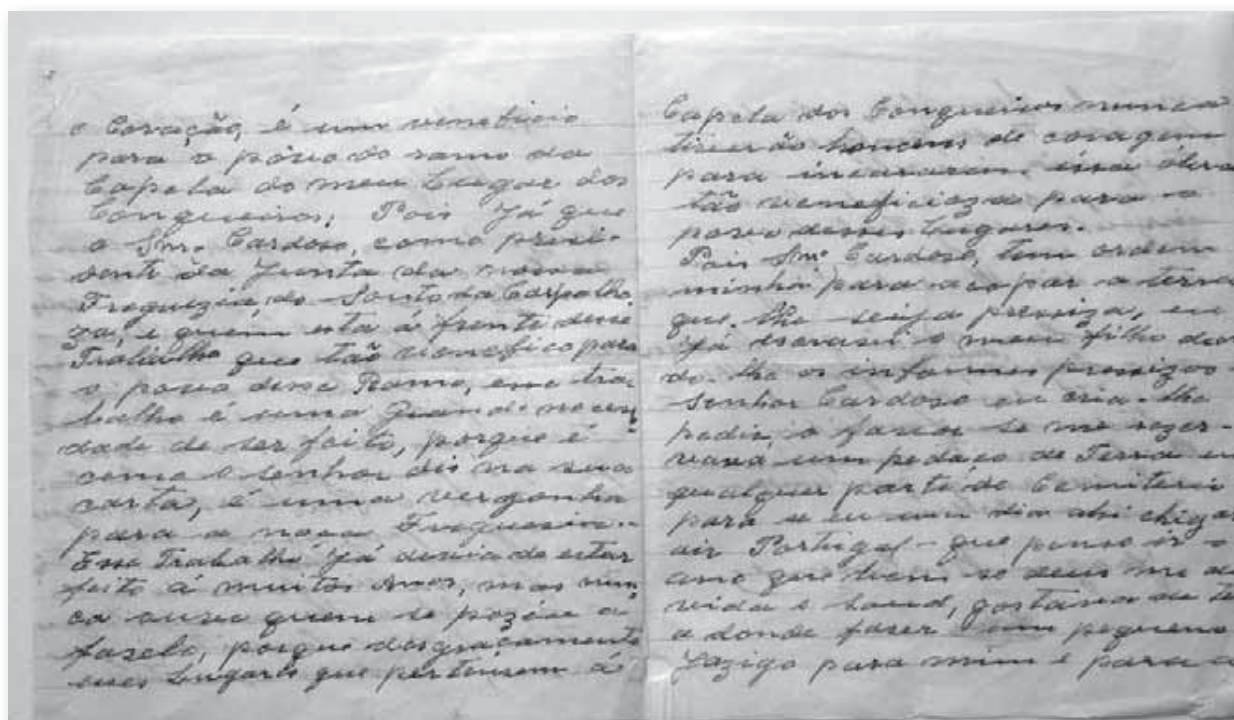
Carta de Joaquim Bento Mendes (da Argentina).  
Fonte: Junta de Freguesia



Nos anos de 1963 e 1964 deu-se conta da possível instalação de um posto médico materno-infantil. O assunto debateu-se a 23 de junho de 1963, altura em que a Junta recebeu a visita de José Galamba de Oliveira, Presidente da Junta de Ação Social de Leiria, para debater assunto, que se arrastava há cerca de dois anos. A Junta decidiu fazer uma divisão na sede, criando 3 espaços (salas de espera, pesagem e distribuição de farinhas), para cujas obras iria solicitar o apoio da Câmara Municipal. Em dezembro a situação continuava por resolver e surgiu inclusivamente um atrito entre a Junta e outros indivíduos, o que levou a que esta deliberasse, fazer logo o posto, aproveitando, provisoriamente, a sala de sessões. No início de 1964 passou a existir um novo executivo, mas a prioridade era esta e deliberou-se logo na primeira sessão, fazer de imediato a adaptação da sala que serviria o posto médico materno-infantil.

Outro aspeto que merece destaque é o facto de, nesta freguesia, e não o encontramos noutras da região, haver uma constante disponibilidade dos povos, ao longo do tempo, para apoiar os executivos da paróquia e freguesia a angariar verbas, de entre si, para apoiar a realização dos benefícios que pretendiam. Temos mais exemplos no ano de 1963. Os moradores da Arroiteia, por exemplo, pretendiam um lavadouro, pois só se podiam servir do da Escoura, na Carreira e cotizaram-se, entregando 840\$00 escudos à Junta para que os trabalhos pudessem ter início. O lugar dos Conqueiros também precisava de um novo cemitério, pois o velho estava incapaz e sem lugares. A 28 de janeiro de 1964, a Junta, que não conseguia construir um

Carta de Joaquim Bento Mendes (da Argentina) (cont.).  
Fonte: Junta de Freguesia





cemitério sozinha, decidiu contactar o povo e verificar da disponibilidade deste ser feito com apoios da Junta, da Câmara e das populações, situação a que a população anuiu e a Junta deliberou solicitar a vistoria do terreno pretendido. Esta infraestrutura iria servir este lugar e o da Moita da Roda e em março desse ano, a Junta decidiu inclusivamente gastar metade de uma verba que chegaria da Câmara, que se juntaria às ofertas dos povos dos dois lugares. Para colocar o processo em andamento oficiou-se também a Joaquim Bento Mendes, que vivia na Argentina, para que o mesmo cedesse o terreno que faltava e para o juntar ao que tinha sido ofertado pela família de Manuel Domingues Ferreira, dos Conqueiros. A 28 de abril o terreno já estava vistoriado e a 23 de junho, a Junta já havia recebido carta da Argentina (que agraçou à ata) com resposta afirmativa ao seu pedido. Aos beneméritos era dado terreno para sepultura e jazigo para si e seus filhos e o terreno foi cedido apenas com esta condição. Em março de 1964 deu-se situação semelhante, com uma Comissão da Moita da Roda a contactar a Junta, no sentido de se oferecer para abrir um caminho para ligar a Moita da Roda ao Souto de Cima e daí à sede de freguesia, mas apenas solicitou administração e comparência da Junta, pois fariam o mesmo a suas expensas.

#### PAPA PAULO VI PASSOU NA FREGUESIA

Entre os anos de 1965 e 1967, podemos salientar alguns assuntos importantes nas atas da Junta: a morte do pároco, a preocupação com infraestruturas e benefícios e a passagem do Papa Paulo VI pela freguesia.

Logo no início deste período, a 23 de março de 1965, exarou-se um voto de pesar pelo falecimento de Manuel Ferreira Geraldo, que tinha servido a Paróquia ao longo de 54 anos e que, segundo a ata, “sempre tratou todos os seus paroquianos com inextinguível carinho, ficando bem vincado na mente de todos a sua morte”, a 5 de março.

Chegada de Paulo VI a Monte Real.  
Fotos cedidas pelo Museu da TAP





Chegada de Paulo VI a Monte Real.  
Fotos cedidas pelo Museu da TAP

A 23 de maio de 1967 a Junta deixou em ata um “voto de regozijo” pela passagem do Papa pela freguesia, na viagem que fez, do campo de aviação de Monte Real para Fátima. A Junta sensibilizou-se e congratulou-se com a forma como a população o recebeu, ornamentando todo o espaço do limite da freguesia à saída da mesma.

Damos também destaque à criação de uma feira (e mercado) mensal na Carreira, que se pretendia para a venda de gados, produtos agrícolas e outros habitualmente transacionados nas feiras da região e que foi solicitada por uma Comissão. A Junta gostou da ideia e concordou inteiramente, dado que esta era uma das maiores freguesias do concelho e não possuía qualquer feira. A Comissão prontificou-se a comprar o terreno, que ficaria na propriedade da Fábrica da Capela de S. Jorge e poderia ser utilizado pela Junta. Como tal, deliberou-se pedir autorização para a realização da mesma, nos dias 14 de cada mês, à Câmara Municipal. O Presidente acompanhou seis elementos da Comissão à Câmara e a feira foi autorizada, marcando-se desde logo a inauguração para o dia 14 de agosto de 1965. Prepararam-se os convites às individualidades da Região, que compareceram, o povo prontificou-se a oferecer um almoço e a 24 de agosto a Junta regozijou-se com a forma concorrida com que tinha decorrido a feira, que contou também com um arraial noturno e com a participação da Orquestra de Quiaios. A 27 de junho de 1967 registou-se, em ata, o contrato integral, celebrado com a Comissão da Capela, para a utilização do seu terreno.

No seguimento deste empenho do povo, também aqui notado e que já referimos, demos conta que, nesta altura, também, se reparava o lavadouro da sede de freguesia e o povo procedeu a um peditório e entregou à Junta 1.822\$50 escudos, para as obras.

Mas, maior era a vontade de atender aos cemitérios: agora, os da Carreira e dos Conqueiros/Moita da Roda. Este último continuava em obras, em abril de 1966, mas em novembro não teria avançado muito e o executivo foi importunado por um paroquiano que se exaltou e exigia a sua conclusão. Ficámos a saber, através desta situação (ata de 27 de setembro) que nos Conqueiros e na Moita da Roda tinha havido mais dificuldade em relação à união do povo, pois estes tinham-se comprometido apoiar a construção, já se tinham sucedido duas comissões, mas ainda nenhuma entregara verbas à Junta e, como tal o cemitério estava a ser feito com maior dificuldade.



Chegada do Papa Paulo VI a Leiria, vindo de Monte Real e com passagem pelo território da freguesia do Souto da Carpalhosa.  
Fotos cedidas pelo Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Leiria

Na Carreira, a situação foi um pouco diferente de início. Segundo a ata de 22 de novembro de 1966, este era o lugar mais extenso e populoso da freguesia e justificava-se mesmo um cemitério, para que Joaquim Marques Duarte ofereceu um terreno que a ata parece querer dizer ser de algum valor. A contrapartida era um jazigo e sepultura para os filhos e a Junta aceitou a oferta, pois os habitantes da zona quiseram também, desde logo, adiantar dinheiro para sepulturas, para aumentar o dinheiro disponível. A Junta prontificou-se a solicitar ajuda à Câmara e a pedir a vistoria do terreno, no entanto este mostrou ter algum desnível e foi preciso ocupar terrenos de outros indivíduos que também só exigiram sepulturas, conforme ata de 25 de Abril de 1967.

Guia de receita dando conta do auxílio dos habitantes para obras de melhoramento. Fonte: Junta de Freguesia

*Junta de Freguesia de Souto da Carpalhosa*

GUIA DE RECEITA EVENTUAL

ANO DE 1967 N.º 10

<i>Auxílio pedido pelo</i>	<i>1</i>
<i>habitante da freguesia</i>	<i>1</i>
<i>para obras e melhoramento</i>	<i>1222 \$50</i>
	<i>1</i>
	<i>1</i>
	<i>1</i>
	<i>1</i>
	<i>1</i>
Soma . . . . .	<i>1222 \$50</i>

Recebi de *Diversos*

morador em *Souto da Carpalhosa*

a quantia de *mil e trezentos e vinte e dois e 50 centavos*

proveniente da receita supra, que fica escriturada nos livros.

Tesouraria, *22* de *Julho* de 19 *67*

O Secretário da Junta,

*[Assinatura]*

O Tesoureiro,

*António Pereira Fialles*

150 - IMP. COMERCIAL, 4 DE - LISBOA

### PROBLEMAS COM ABASTECIMENTO DE ÁGUA E CEMITÉRIO

Fevereiro de 1968 marcaria o início de mais um livro de atas da Junta do Souto da Carpalhosa, que vigoraria até ao ano de 1976. Entre 1968 e o final da década, a Junta alterou o horário e os dias das sessões por duas vezes, pelo menos, nomeadamente para ajudar o Presidente que tinha alguns impedimentos profissionais e queria estar presente e, por fim, a 26 de novembro de 1970, este acabou por solicitar a saída do executivo, pois fora colocado a prestar serviço na Estação de Caminhos de Ferro de Setil e “não podia acompanhar de perto as necessidades da freguesia”. Informou que teria de se afastar das funções da presidência, mas que ficaria até ao final do ano, altura em que se apresentariam as contas. Verificaram-se os vogais substitutos e chamou-se Manuel Cordeiro, dado que todos tinham o mesmo número de votos mas este era o mais velho. Neste período, as atas deram também conta de problemas estruturais na sede da Junta que tinha aberto umas fendas devido a sismos recentes, isto, conforme a ata de 23 de setembro de 1969. O executivo ficou constituído da seguinte forma: Presidente, Serafim dos Santos; Secretário, António Pereira Gordo e Tesoureiro, Manuel Cordeiro.

No início do ano de 1968 a Junta tinha um problema urgente a resolver que, segundo a ata de 2 de fevereiro, era, anualmente colocado como a primeira das dificuldades na relação dirigida à Câmara Municipal. Tinha havido, cerca de 10 anos antes, uma epidemia de tifo nas Várzeas e depois de se ter dado conhecimento à Delegação de Saúde, interditou-se a fonte do referido lugar. Este era um dos maiores lugares da freguesia e não tinha abastecimento desde então, a não ser pelos poços que não garantiam condições de higiene à Junta. Voltou a solicitar-se o apoio da Câmara, que prometeu resolvê-lo de imediato e fazer não só um reservatório, mas três fontenários. A dificuldade surgiu quando foi indispensável encontrar locais para captação de águas e de águas próprias para consumo. Pensou-se num Pinhal junto à fonte da Lapa, mas as análises à água não eram todas concomitantes e iniciou-se um problema com a freguesia da Ortigosa, por intermédio de um indivíduo que dificultou a situação, dado que este local se situava na extrema com aquela freguesia. A 27 de maio de 1969 continuava a tentar encontrar-se locais para captação, no intuito de apoiar os povos de Várzeas, Picoto e Arroiteia nesta dificuldade, tendo-se procurado também no Outeiro do Povo, pertencente à Junta, dado que os “ânimos” com a Ortigosa não se tinham conseguido “harmonizar” e as análises não eram conclusivas.

O cemitério da Carreira continuou a ser preparado para servir o povo e marcou-se a sua inauguração para 14 de agosto de 1968, no entanto o processo de conclusão do mesmo foi algo embaraçado, pois houve problemas relativamente à cedência de terrenos para o acesso ao mesmo, desabafo deixado na ata de 22 de julho de 1969, que refere que o cemitério já estava construído há dois anos. Nesta altura fez-se uma última tentativa que foi profícua e nesta ata já se registou o Regulamento integral desta infraestrutura.



Serafim dos Santos. Fonte: DR

### ELETRIFICAÇÃO DA FREGUESIA TROUXE MINISTRO DO INTERIOR

No ano de 1971 foi eleito novo executivo para a Junta, a 15 de novembro, mas este





Manuel Gil. Fonte: Junta de Freguesia

só entrou em funções a 2 de janeiro do ano seguinte. A nova Junta ficou constituída por Manuel Gil (Presidente), Joaquim Domingues (Secretário) e Manuel Pereira da Silva (Tesoureiro). As sessões voltaram a ser nas quartas terças-feiras do mês, às 20 horas no inverno e às 21 horas no verão e este executivo governou a Junta até 29 de abril de 1975, já depois do acontecimento histórico que levou ao 25 de Abril de 1974.

O aspeto que julgamos dever ser salientado neste período foi o da eletrificação dos lugares da freguesia, que teve o seu auge a 25 de fevereiro de 1973, data em que se deu uma inauguração oficial, que trouxe ao Souto da Carpalhosa o Ministro do Interior, o Diretor dos Serviços Elétricos, o Governador Civil, o Presidente da Câmara Municipal, o Pároco Manuel Pereira Patrão e o seu coadjutor, o Padre Abel, entre outras “altas individualidades” e o Engenheiro Afonso Lemos Proença (Diretor Delegado da Federação de Municípios). A receção decorreu no Vale da Pedra, pelas 18h30, frente à Capela e correu tudo na “melhor ordem”, com abrilhantamento pela Filarmónica da Ilha e o descerramento de uma lápide comemorativa.

Neste período continuou a notar-se a preocupação constante com pequenas obras, mas que eram grandes benefícios para as populações, como as que eram feitas na melhoria dos caminhos ou na distribuição de água pela freguesia e a 30 de maio de 1972, falou-se na possibilidade de se criar um Posto Médico na sede de freguesia. Algo que importava, numa freguesia geograficamente extensa, com muitos lugares dispersos e com um grande número de habitantes que, desta forma não teriam que se deslocar para muito mais longe.

#### O 25 DE ABRIL DE 1974

As atas do Souto deixaram transparecer contentamento com o 25 de Abril de 1974. A ata de 30 de abril lavrou o seguinte, de forma curta, mas clara: “... atendendo ao presente momento Histórico com o maior respeito que devemos ao Movimento das Gloriosas Forças Armadas com triunfante brilhantismo de Vitória, impuseram-se à alteração de um Governo que não vinha a cumprir os anseios do Povo; e com o pensamento num Portugal Novo a Junta deliberou por unanimidade dar Completa Incondicional Adesão ao Movimento das Gloriosas Forças Armadas, Apoiando a Junta de Salvação Nacional, cuja política já definida respeitamos.”

Novo livro registou as atas de 1967 a 1976, onde encontrámos esta ata e, deste período temos ainda a salientar a entrada em vigor de um novo executivo, que resultou das primeiras eleições pós-revolução e o facto de que, após este período (como também nunca tínhamos encontrado em quaisquer atas de outras Juntas), na freguesia do Souto, se elegeram, “democraticamente”, segundo as atas, várias Comissões de Moradores nos diversos lugares, como na Moita da Roda, no Picoto, na Carreira, que foram acompanhadas por militares (B.A.5) inicialmente, na Moita da Roda) e depois, pela Junta. Estas também ajudariam, posteriormente, a fazer pedidos para apoiar o trabalho da Junta.

A Comissão Administrativa da Junta que entrou em exercício a 26 de maio de 1976 era constituída por Álvaro de Jesus Rainho (Presidente, 38 anos), Fernando Dinis Pedro (Secretário, 31 anos) e Joaquim Domingues Fragoso (Tesoureiro, 29 anos). Os

suplentes eleitos eram: José da Silva Caetano, Amílcar Pereira Domingues e Manuel Lopes da Figueira.

### NASCE UM POSTO MÉDICO

Para os anos de 1976 a 1980 abriu-se mais um livro de atas. Deste destacamos, para além de outros assuntos as dificuldades com o Posto Médico que se queria criar.

A 11 de janeiro de 1977 tomou posse um novo executivo, constituído por: Jaime de Melo Ferrão (Presidente), Armando Brites Ferreira (Secretário) e Manuel Duarte Francisco (Tesoureiro). De notar que passou a referir-se os eleitos e os partidos por que concorriam e/ou eram eleitos. As sessões marcaram-se para os últimos sábados de cada mês e mais tarde, a 28 de julho, as atas deram-nos também indicação dos dias do expediente (segundas e quintas-feiras). A 16 de dezembro de 1979, decorreram novas eleições autárquicas, cujos resultados foram deixados na ata de 27 do mesmo mês.

O Posto Médico era de difícil resolução, primeiramente para conseguir um terreno e depois pela demora que teve. A 26 de março de 1977 falou-se mais uma vez com o Prior, pois o terreno teria de ser autorizado pela Câmara Eclesiástica. A 31 de agosto de 1978 referiu-se a entrega do projeto à Junta e a 30 de novembro desse ano ainda se reunia com a Comissão Fabriqueira a propósito do terreno. No entanto, a 30 de agosto de 1979 já se referiram trabalhos de início de aterro.

Outros melhoramentos que possamos salientar incluem trabalhos em caminhos, lavadouros, fontes, a iluminação pública e a colocação de candeeiros e ainda decorriam as obras do cemitério dos Conqueiros (25 de março de 1978). Quanto às solicitações das populações, demos conta de pedidos para a melhoria da rede escolar: dos professores da Carreira que queriam um Posto Oficial de Telescola (mas descobriu-se que estavam na área de influência da de Monte Real); dos populares do Picoto que queriam uma escola para a zona Picoto/Arroteia e a manutenção da passagem de nível do lugar.

"Abaixo-assinados (...)

Cartas (...)

Da Junta de Freguesia de Souto da Carpalhosa, Leiria, remetendo fotocópias de ofícios dirigidos à administração da Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses reclamando a manutenção da passagem de nível no lugar do Picoto, ao quilómetro 172,921, da linha do Oeste, de que a população em geral carece, muito especialmente os pequenos agricultores."

Diário da Assembleia da República, n.º 70

Para a primeira metade da década de 80 existiu um novo livro de registo de atas. Neste período elegeram-se dois executivos: o primeiro registado na ata de 26 de abril de 1980, em que se elegeram: o primeiro com Jaime de Melo Ferrão (Presidente), Maximiano Elípio de Carvalho (Secretário) e Luís da Silva Ginja (Tesoureiro), que tomaram posse a 1 de maio e o segundo com Jaime de Melo Ferrão (Presidente),



Álvaro de Jesus Rainho. Fonte: Junta de Freguesia



Jaime de Melo Ferrão. Fonte: Junta de Freguesia

Joaquim da Fonseca Coelho (Secretário) e Amílcar Pereira Domingues (Tesoureiro), eleitos nas eleições de 12 de dezembro de 1982 e que entraram em funções a 1 de fevereiro seguinte. Nesta altura, o expediente da Junta decorria à quinta-feira (20h00-21h00) e ao domingo (09h00-10h00) e destacamos, nestes registos, a continuação do processo de construção do edifício para o Posto Médico.

A 30 de maio de 1980 referiu-se que o Posto Médico estava em construção; a 30 de janeiro de 1981 pagavam-se os pré-esforçados; em 1982, o acabamento do Posto Médico era um dos projetos do Plano de Atividades da Junta e confirmou-se, pois a 26 de fevereiro já se tratava da pintura e de materiais para o mesmo e a 29 de outubro de 1982 foi feito e assinado o contrato (incluído em ata) celebrado entre a Junta e os Serviços Médico Sociais (S.M.S.) de Leiria para a ocupação por parte destes, do edifício.

Nesta altura pretendia-se também um novo edifício para a Junta e instalar, na sede de freguesia, uma delegação da Casa do Povo de Monte Real. O assunto foi referido, por exemplo. A 27 de novembro de 1981, referindo-se que a mesma se sediará no edifício do Posto Médico e que se esperava uma decisão distrital. A 28 de abril de 1983 acabavam-se as instalações da Casa do Povo e da Junta de Freguesia. Aquela ia começar a funcionar nas instalações da Junta, a partir de 16 de janeiro de 1984, segundo a ata de 30 de outubro do ano anterior. Também se refere, já em 1984, a ampliação do edifício da Junta (o primeiro), para instalar uma farmácia. Portanto, um conjunto de serviços, que passava a estar ao dispor da população da freguesia, se vinha instalando na mesma.

As escolas continuavam a ter destaque. Note-se, por exemplo, a 31 de outubro de 1980 a referência à possível instalação de uma escola no Picoto; a referência à construção da escola Picoto/Arroteia no Plano de Atividades para 1982 e o início da construção da escola, referido a 31 de julho de 1983.

Outros muitos e variados benefícios se registaram nas atas sucessivas em áreas/melhoramentos como: postes de iluminação pública, alcatroamentos, colocação de manilhas, trabalhos de máquinas, caminhos, contentores de lixo, cemitérios, abastecimento de água, edifícios escolares. São valências e trabalhos diferentes para uma época diferente, em que também já se nota a referência aos campos de futebol, às coletividades e, de notar ainda que, a população da freguesia continua, como em épocas anteriores, a colaborar de forma estreita com os executivos.

#### **DESANEXAÇÃO DE MAIS UMA FREGUESIA**

A criação da freguesia da Carreira, totalmente apoiada pela Junta do Souto e desanexada do território desta freguesia é um tema a destacar no livro que registou atas entre 1985 e 1989. O executivo que resultou das eleições de 15 de dezembro de 1985 era constituído por: Jaime de Melo Ferrão (Presidente), Celestino Gonçalves dos Reis (Secretário) e Luís da Silva Ginja (Tesoureiro). Em 1987 marcaram novos horários para a maior “operacionalidade” dos serviços da Junta: segundas, quartas e sextas-feiras (14h00-17h00), a partir de 5 de fevereiro e este livro dá-nos imensa informação que caracteriza a freguesia, como sejam, listas dos lugares, das indústrias,

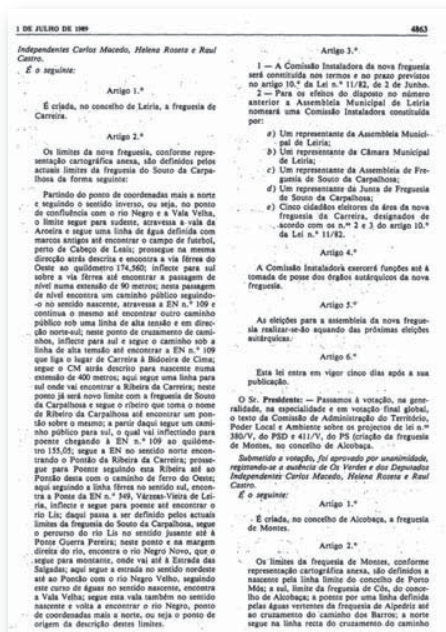
das coletividades, o que era frequentemente solicitado pela Câmara Municipal. Continuámos a dar conta da chegada de valências de apoio aos fregueses, com destaque para a possibilidade da criação de uma Escola Preparatória e Secundária.

A 31 de agosto de 1985 a Casa do Povo de Monte Real pediu que a Junta permitisse a instalação de uma filial da Cooperativa de Consumo no edifício da Junta, o que foi concedido, após consulta à Assembleia de Freguesia. A 30 de janeiro de 1987 registou-se, em ata, o contrato celebrado com a farmácia que se instalava e na mesma data referiu-se que os Correios e Telecomunicações de Portugal queriam um espaço para instalar a segunda estação telefónica automática de Monte Real, na freguesia, tendo-se cedido parte da anterior sede da Junta. Também o Rancho Folclórico do Souto da Carpalhosa beneficiou de cedência de espaços da Junta, o que foi referido a 27 de maio de 1988. E o Plano de Atividades da Junta para 1989 pensava já na instalação de uma dependência bancária, na sede de freguesia, para além da criação de um posto de prestação de serviços médicos noturnos.

No que diz respeito ao ensino e, para além de se pensar em pré-primárias e primárias e telescolas ou estruturas de apoio para estas (na Carreira, no Picoto, no Vale da Pedra, por exemplo), a 30 de junho de 1988, a ata referiu a deslocação de uma comitiva que veio ver da possibilidade de instalar uma escola de nível mais avançado na freguesia. Estavam presentes o Presidente da Câmara, vereadores, o Diretor das Construções Escolares e representantes do Ministério da Educação e o objetivo era a visita a alguns terrenos para apreciar os mesmos com a finalidade de construir a escola. A visita levou à conclusão que a zona da Carreira seria a mais adequada, dado que se tratava de criar uma infraestrutura educativa que servisse o norte do concelho leiriense e este era um lugar central relativamente às freguesias do Souto, de Monte Real, da Bajouca e do Coimbrão.

Outros benefícios previstos em Plano de Atividades (realizados em parte), nesta altura eram, por exemplo: iluminação pública, novas carreiras de transporte, colocação de contentores, colocação de toponímia, subsídios a coletividades, a possibilidade da criação de uma delegação da Junta na Carreira, a construção da capela do cemitério do Vale da Pedra, o apoio à construção do quartel da GNR em Monte Real, a criação de um mercado semanal do Souto, apoiar a criação de centros de idosos, lavadouros, fontenários, caminhos e estradas.

Em 1985 nasceu uma nova freguesia que tinha fronteira com a do Souto da Carpalhosa, a freguesia da Bidoeira de Cima. A 10 de julho de 1986 a Junta recebeu uma Comissão de Moradores da Carreira, constituída por: Laurindo Mendes da Silva Cordeiro, Joaquim Francisco da Silva, Celestino Gonçalves dos Reis, Joaquim Domingues Pereira Gordo, Ramiro Ferreira Pedrosa e José Gaspar, que vieram representar o “grande desejo da população local para a criação de uma freguesia” e solicitaram um parecer que foi favorável, considerando, disse a Junta, o crescimento daquela população a um ritmo elevado, o desenvolvimento industrial e agrícola local e o intenso anseio da população. A 28 de setembro de 1978 refere-se de novo a criação desta freguesia e a aprovação dos limites. A 31 de agosto de 1989, a Junta nomeou Celestino Gonçalves dos Reis como representante seu na Comissão Administrativa da nova freguesia.



Diário do Governo de 01.07.1989

É deste período o documento oficial de criação da nova freguesia da Carreira:

Lei n.º 74/89

de 28 de agosto

Criação da freguesia de Carreira no concelho da Leiria

A Assembleia da República decreta, nos termos dos artigos 167.º, alínea j), e 169.º, n.º 2, da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º É criada no concelho de Leiria a freguesia de Carreira.

Art. 2.º Os limites da nova freguesia, conforme representação cartográfica anexa, são definidos pelos atuais limites da freguesia do Souto da Carpalhosa, da forma seguinte:

Partindo do ponto de coordenadas mais a norte e seguindo o sentido inverso, ou seja, no ponto de confluência com o rio Negro e a vala velha, o limite segue para sudeste, atravessa a vala da Aroeira e segue uma linha de água definida com marcos antigos até encontrar o campo de futebol perto do cabeço dos Leais; prossegue na mesma direcção atrás descrita e encontra a via férrea do Oeste, ao quilómetro 174,560; inflete para sul sobre a via férrea até encontrar a passagem de nível numa extensão de 90 m; nesta passagem de nível encontra um caminho público, seguindo-o no sentido nascente, atravessa a estrada nacional n.º 109 e continua o mesmo até encontrar outro caminho público sob uma linha de alta tensão e na direcção norte-sul; neste ponto de cruzamento de caminhos inflete para sul e segue o caminho sob a linha de alta tensão até encontrar a estrada nacional n.º 109, que liga o lugar de Carreira à Bidoeira de Cima; segue o caminho municipal atrás descrito para nascente numa extensão de 400 m; aqui segue uma linha para sul, onde vai encontrar a ribeira da Carreira; neste ponto já será novo limite com a freguesia de Souto da Carpalhosa e segue o rio, que toma o nome de ribeiro da Carpalhosa, até encontrar um pontão sobre o mesmo; a partir daqui segue um caminho público para sul, o qual vai inflectindo para poente, chegando à estrada nacional n.º 109, ao quilómetro 155,05; segue a estrada nacional no sentido norte, encontrando o pontão da ribeira da Carreira; prossegue para poente, seguindo esta ribeira até ao pontão desta com o caminho de ferro do Oeste; aqui, seguindo a linha férrea no sentido sul, encontra a ponte da estrada nacional n.º 349, Várzea-Vieira de Leiria; inflete e segue para poente até encontrar o rio Lis; daqui passa a ser definido pelos atuais limites da freguesia de Souto da Carpalhosa e segue o percurso do rio Lis no sentido jusante até à ponte Guerra Pereira; neste ponto, na margem direita do rio, encontra o rio Negro Novo, que o segue para montante, onde vai até à Estrada das Salgadas; aqui segue a estrada no sentido nordeste até ao pontão com o rio Negro Velho, seguindo este curso de água no sentido nascente, e encontra a vala velha; segue esta vala também no sentido nascente e volta a encontrar o rio Negro, ponto de coordenadas mais a norte, ou seja, o ponto de origem da descrição destes limites.

Art. 3.º - 1 - A comissão instaladora da nova freguesia será constituída nos termos e no prazo previstos no artigo 10.º da Lei n.º 11/82, de 2 de junho.

2 - Para efeitos do disposto no número anterior, a Assembleia Municipal de Leiria nomeará uma comissão instaladora constituída por:

a) Um membro da Assembleia Municipal de Leiria; b) Um membro da Câmara Municipal de Leiria; c) Um membro da Assembleia de Freguesia de Souto da Carpalhosa; d) Um membro da Junta de Freguesia de Souto da Carpalhosa; e) Cinco cidadãos eleitores da nova freguesia de Carreira, designados de acordo com os n.os 2 e 3 do artigo 10.º da Lei n.º 11/82.

Art. 4.º A comissão instaladora exercerá funções até à tomada de posse dos órgãos autárquicos da nova freguesia.

Art. 5.º As eleições para a assembleia da nova freguesia realizar-se-ão aquando das próximas eleições gerais autárquicas.

Art. 6.º Esta lei entra em vigor cinco dias após a sua publicação.

Aprovada em 30 de junho de 1989. O Presidente da Assembleia da República, Vítor Pereira Cresso. Promulgada em 26 de julho de 1989. Publique-se. O Presidente da República, MÁRIO SOARES. Referendada em 31 de julho de 1989. O Primeiro-Ministro, Aníbal António Cavaco Silva.”

#### MAIS UMA FREGUESIA NO VALE DA PEDRA?

Da última década do século XX, destacamos a possibilidade e a votação favorável em sessão da Junta de Freguesia do Souto, da criação de uma freguesia com sede no Vale da Pedra.

A Junta contou, neste período, com dois executivos: o primeiro, que funcionou a partir de 8 de janeiro de 1990, constituído por Armindo Vieira da Silva Bento (Presidente), Luís da Silva Ginja (Secretário) e José da Silva Caetano (Tesoureiro) e o segundo, eleito a 12 de dezembro de 1993, constituído por José da Silva Alves (Presidente), José da Silva Caetano (Secretário) e Armando da Silva Gaspar (Tesoureiro). Estes dois executivos deixaram o seu trabalho registado em mais dois livros de atas (1989-1994 e 1994-2000).

A 31 de janeiro de 1991, a Junta recebeu um pedido para a criação da freguesia do Vale da Pedra. Esteve na sessão uma Comissão de representantes dos lugares da zona, que apresentaram um requerimento nesse sentido. A Junta tentou “interpretar o desejo expresso das populações” e deliberou apoiar “incondicionalmente”, tendo-se inclusivamente falado de limites. A ata de 28 de março do mesmo ano deixou a informação de que mais um território, desta feita, da zona Conqueiros/Moita da Roda pretendia autonomia. Uma Comissão local apresentou um requerimento nesse sentido, mas desta vez, a Junta decidiu ouvir a população e organizou um ato eleitoral,



Armindo Vieira da Silva Bento. Fonte: Junta de Freguesia

#### PROPOSTA DE CRIAÇÃO DA FREGUESIA DA MOITA DA RODA/CONQUEIROS - RESULTADOS ELEITORAIS

Eleitores inscritos	795		
Votantes	368		
	Conqueiros	Moita da Roda	Total
Votos: Sim	85	263	348
Votos: Não	13	0	13
Votos em branco	1	2	3
Votos nulos	1	3	4





Armando da Silva Gaspar. Fonte: DR



Susana Silva. Fonte: DR



José Carlos Morgado  
Lopes Gomes. Fonte: DR



Guilherme Gaspar  
Pereira Domingues. Fonte: DR



Eulália Rodrigues  
Crespo Duarte. Fonte: DR

com base na atualização mais recente do recenseamento eleitoral, colocou editais e marcou uma votação secreta nos referidos lugares. A ata deixou-nos os resultados eleitorais que foram conforme se segue e, face ao resultado, a Junta deliberou, de novo, apoiar “incondicionalmente” esta pretensão, voltando a acertar-se limites.

A justificação deixada pela Junta, neste momento, para estas vontades de autonomização prendia-se com o facto do Souto da Carpalhosa constituir a maior freguesia do concelho (em área); por ser muito dispersa e acidentada, o que dificultava a boa administração e resolução dos graves problemas estruturais, de comunicação, de saneamento, entre outros.

Os Planos de Atividades deste período referem as necessidades em áreas habituais: arruamentos, estradas, águas, cemitérios, obras sociais, cultura, desporto, habitação social, melhoria de cuidados médicos, limpeza dos ribeiros da freguesia, compra e venda de terrenos, lavadouros, fontes, subsídios para escolas e coletividades, apoio à educação, a conclusão do abastecimento de água, a colocação de números de polícia, a possibilidade de se construir um polidesportivo e de ampliar a Junta e a criação do brasão da freguesia.

Entre 1994 e 1997 a Junta de Freguesia contou com mais um executivo, constituído por Armindo Vieira da Silva Bento (Presidente), José da Silva Caetano (Secretário) e Armando da Silva Gaspar (Tesoureiro) e entre 1998 e 2001, este passou a Presidente e foi acompanhado à frente dos destinos da Junta por Artur Lopes (Secretário) e Rui José Crespo dos Santos (Tesoureiro).

No final de 2001 renovou-se o executivo da freguesia do Souto da Carpalhosa, tendo sido eleitos e entrado em exercício a partir de 5 de janeiro de 2002: Susana de Jesus da Silva (Presidente), Joaquim da Fonseca Coelho (Secretário) e José Carlos Morgado Lopes Gomes (Tesoureiro).

Termina aqui o nosso trabalho de pesquisa nas atas – no final do século XX. Não queremos, no entanto, deixar de incluir a referência aos executivos que se seguiram e uma ligeira menção ao trabalho mais importante do executivo que, agora, solicitou este trabalho.

Em ato eleitoral decorrido em 2005, deu-se nova alteração do executivo. Diz a ata da Assembleia de Freguesia, datada de 20 de outubro de 2005, que se reuniu a Assembleia de Freguesia, na sede da Junta de Freguesia, saída das eleições autárquicas realizadas a 9 de outubro desse ano. Da ordem de trabalhos constava apenas a instalação dos órgãos da Freguesia. José Carlos Morgado Lopes Gomes passou a ser o novo Presidente da Junta de Freguesia; Guilherme Gaspar Pereira Domingues passou a ser o Secretário da Junta e Jorge Pereira Rodrigues, o Tesoureiro.

Nas eleições seguintes, de 2009, e segundo a ata de eleição e posse da Assembleia de Freguesia, de 24 de outubro, foi eleito o executivo que governaria a Junta de 2009-2013. José Carlos Morgado Lopes Gomes foi reeleito Presidente e o restante executivo é constituído por Guilherme Gaspar Pereira Domingues (Secretário) e Eulália Rodrigues Crespo Duarte (Tesoureira). Neste último mandato, destacamos a concretização da obra do Pavilhão Municipal do Souto da Carpalhosa, da Casa Mortuária e de bastante requalificação viária.

Hoje, a freguesia dispõe de três edifícios: o edifício onde funciona a farmácia



local, requalificado, no centro do Souto da Carpalhosa, na Rua D. Maria José Fernandes, "Farmácia F. da Silva Graça"; um segundo edifício onde funciona a sede da Junta de Freguesia (Largo do Santíssimo Salvador) e, no piso superior, o Centro de Saúde que serve a população local; um terceiro edifício, armazém da Junta de Freguesia, sito na Rua dos Pereiras, também no Souto, estrutura que serve de armazém de equipamentos.

A freguesia é constituída por 22 lugares e 9 localidades ou áreas que se destacam. São eles: Arroiteia, Chã da Laranjeira, Conqueiros, Moita da Roda, Picoto, S. Miguel e Souto da Carpalhosa. É identificada por um escudo de ouro, dois castanheiros de vermelho, arrancados e frutados do mesmo e folhados de verde, alinhados em faixa; em chefe, flor-de-lis de azul. Coroa mural de prata de três torres. Listel branco, com a legenda a negro: "SOUTO DA CARPALHOSA" (Brasão) e hasteada com a cor verde, cordões e borlas de ouro e verde; haste e lança de ouro (bandeira).



## CRONOLOGIA DE EXECUTIVOS

### JUNTA DE PARÓQUIA DO SOUTO DA CARPALHOSA

Segue-se lista de todas as pessoas de que encontrámos referência ao longo do trabalho de leitura de atas que desenvolvemos. Nos primeiros anos, não é fácil saber exatamente quem fazia parte do executivo, pois dizia-se que estavam os membros e não se referiam os seus nomes. Os que aqui surgem foram os que foram referidos e/ou assinaram as atas existentes nas datas designadas. Quando se indicou a sua residência, indicámo-la também. Juntamos a esta lista, alguns outros indivíduos que ocupavam lugares na Paróquia/Freguesia.

#### 1841

Escrivão do Julgado do Souto da Carpalhosa: Joaquim Procópio de Almeida (escrivão de Regueira de Pontes):

#### 1853

Presidente: Reverendo Luís Pedrosa Castanho  
Vogal: Luís Francisco Mindo  
Vogal: Domingos da Silva  
Vogal: Nuno de Vasconcellos Hasse  
Vogal: Joaquim Lopes

#### 1854-1955

Presidente: Reverendo Luís Pedrosa Castanho  
Vogal: Luís Francisco Mindo  
Vogal: Teotónio Pereira Serrano

#### 1857

Presidente: Reverendo Luís Pedrosa Castanho  
Vogal: Manuel Duarte  
Vogal: Miguel António  
Vogal: Joaquim José Pereira

#### 1858

Presidente: Reverendo Luís Pedrosa Castanho  
Vogal: Luís Francisco Mindo  
Vogal: Joaquim José Pereira  
Vogal: Miguel António  
Vogal: Manuel Duarte

#### 1858

Presidente: Reverendo Luís Pedrosa Castanho  
Vogal: Joaquim José Pereira

Vogal: Manuel Alves Ferreira

Vogal: Domingos da Silva

**1859**

Presidente: Reverendo Luís Pedrosa Castanho

Vogal: Manuel Alves Ferreira

**1860**

Presidente: Reverendo Luís Pedrosa Castanho

Vogal: Joaquim José Pereira

Vogal: Manuel Alves Ferreira

Vogal: Domingos da Silva

Vogal: Luís José Alves

**1861**

Presidente: Reverendo Luís Pedrosa Castanho

Vogal: Joaquim José Pereira

Vogal: Luís José Alves

Vogal: Joaquim da Silva Ginja (substituto, na falta de Domingos da Silva)

Vogal: Manuel Alves Ferreira

**1862-1965**

Presidente: Reverendo Luís Pedrosa Castanho

Vogal: Luís José Alves

Vogal: António de Sousa (do Souto)

Vogal: José Gaspar (da Lameira)

Vogal: Manuel Alves Ferreira

Regedor: Joaquim José Pereira

**1866**

Presidente: Reverendo Luís Pedrosa Castanho

Vogal: Joaquim José Pereira

Vogal: António de Sousa

Vogal: José Gaspar

Regedor: Manuel Alves Ferreira

**1867**

Presidente: Reverendo Luís Pedrosa Castanho

Vogal: Joaquim José Pereira

Vogal: Luís José Alves

Vogal: Manuel Alves Ferreira

Vogal: António de Sousa

Vogal: José Gaspar

**1867-1969**

Presidente: Reverendo Luís Pedrosa Castanho

Vogal: Joaquim José Pereira

Vogal: Luís José Alves

Vogal: António de Sousa

Vogal: José Gaspar

**1870**

Presidente: Reverendo Luís Pedrosa Castanho

Vogal: Joaquim José Pereira

Vogal: Luís José Alves

Vogal: Manuel Alves Ferreira

Vogal: António de Sousa

Vogal: José Gaspar

**1872**

Presidente: Reverendo Luís Pedrosa Castanho

Vogal: Joaquim José Pereira

Vogal: Luís José Alves

Vogal: António de Sousa

Vogal: José Gaspar

**1872-1973**

Presidente: Reverendo António de Almeida e Castro (pároco interino)

Vogal: Joaquim José Pereira

Vogal: Luís José Alves

Vogal: António de Sousa

Vogal: José Gaspar

Regedor: Manuel Alves Ferreira

**1873**

Presidente: Reverendo António José dos Santos

Vogal: Joaquim José Pereira (da Lagoa)

Vogal: Luís José Alves (dos Conqueiros)

Vogal: António de Sousa (do Souto)

Vogal: José Gaspar

Reverendo Coadjutor: António de Almeida e Castro

**1874**

Presidente: Reverendo António José dos Santos

Vogal: Teotónio Pereira Serrano

Vogal: Joaquim da Silva Ginja

Vogal: António de Sousa

Sacristão: José Pedro da Costa

**1874-1878**

Presidente: Reverendo Manuel Correia da Silva  
Vogal: António de Sousa  
Vogal: Joaquim da Silva Ginja  
Secretário: João Pereira  
Sacristão: José Pedro da Costa  
Procurador da Igreja Paroquial: José Pedro (da Ortigosa)

**1878**

Presidente: Reverendo Manuel Correia da Silva  
Vogal: António de Sousa  
Vogal: Joaquim da Silva Ginja  
Vogal: Francisco Jacinto Crespo

**1878**

Presidente: Reverendo Manuel Correia da Silva  
Vice-Presidente: José Alves (da Ruivaqueira)  
Vogal: Joaquim José Pereira (da Lagoa)  
Vogal: António Marques (da Carreira)  
Vogal: Luís de Oliveira (da Carpalhosa)  
Vogal: António Gomes Ferreira (do Souto)

**1878-1879**

Presidente: António Gomes Ferreira (do Souto)  
Vice-Presidente: José Alves (da Ruivaqueira)  
Vogal: António Marques (da Carreira)  
Vogal: Luís de Oliveira (da Carpalhosa)

Secretário: Joaquim Francisco Pereira (sangrador, do Souto)  
Regedor: António de Sousa (do Souto)  
Procurador da Confraria de N. Sra. Do Rosário: Joaquim da Silva Ginja

**1879**

Presidente: António Gomes Ferreira (do Souto)  
Vice-Presidente: José Alves  
Vogal: Joaquim José Pereira  
Vogal: António Marques  
Vogal: Luís de Oliveira  
Secretário: Joaquim Francisco Pereira

**1879-1883**

Presidente: António Gomes Ferreira  
Vice-Presidente: José Alves (da Ruivaqueira)  
Vogal efetivo: António Marques (da Carreira)  
Vogal efetivo: Luís de Oliveira (da Carpalhosa)  
Vogal efetivo: Joaquim José Pereira (da Lagoa)  
Vogal suplente: Joaquim Jorge (dos Conqueiros)  
Vogal suplente: Joaquim da Silva Ginja (da Moita da Roda)  
Vogal suplente: Manuel Inácio Alves (das Várzeas)  
Vogal suplente: António Gaspar Lopes (da Feteira)  
Vogal suplente: Domingos da Silva (da Ruivaqueira)  
Secretário: Joaquim Francisco Pereira (sangrador, do Souto)  
Prior: Francisco Maria Baeta de Vasconcelos  
Regedor: José Pereira (da Ortigosa)

Joaquim José Pereira, Joaquim Jorge e Manuel Inácio Alves (foram sorteados a 27.10.1879, de acordo com a Lei, para deixar a Junta no biénio seguinte)

**1884-1887**

Presidente: António Gomes Ferreira  
Vice-Presidente: José Alves (da Ruivaqueira)  
Vogal: António Marques (da Carreira)  
Vogal: António de Sousa (do Souto)  
Vogal: Joaquim Jorge (dos Conqueiros)  
Vogal: Joaquim da Silva Ginja (participou esporadicamente, talvez como suplente)  
Secretário (primeiro como interino, depois como escrivão da Junta): António Simão d'Oliveira

**1888-1889**

Presidente: Domingos da Silva  
Vice-Presidente: Joaquim Jorge  
Vogal: António Marques  
Vogal: Joaquim da Silva Ginja (diz-se que estava presente, mas raramente assinou as atas)  
Secretário: João Pereira

**1890-1892**

Presidente: Domingos da Silva  
Vogal: Joaquim Jorge  
Vogal: António Marques  
Vogal: Bento Alves Gaspar  
Vogal: José Pedro  
Regedor: António Cintra

**1893-1895**

Presidente: António Domingues  
Vice-Presidente: José Francisco  
Tesoureiro: João Gaspar  
Vogal: José da Costa e Sousa  
Coadjutor: Manuel Duarte Alexandre

**1895-1898**

Presidente: Reverendo Francisco Maria Baeta de Vasconcelos  
Vice-Presidente: António Domingues  
Secretário: João Gaspar  
Tesoureiro: João Pereira (do Souto)  
Vogal: José Alves  
Vogal: José Francisco  
Vogal substituto: Domingos da Silva  
Vogal substituto: Manuel Ferreira Monteiro  
Vogal substituto: Manuel Pereira serrano  
Vogal substituto: Luís de Oliveira  
Vogal substituto: Luís Francisco Mindo

**1898**

Presidente: Reverendo Manuel Rodrigues Gameiro  
Vice-Presidente: António Domingues  
Secretário: João Gaspar  
Vogal: José Alves  
Vogal: José Francisco  
Secretário: João Pereira

**1899-1901**

Presidente: Reverendo Manuel Rodrigues Gameiro  
Secretário: José Duarte  
Tesoureiro: António Domingues  
Vogal: João Gaspar  
Vogal: José Alves  
Vogal: José Francisco

**1902**

Presidente: Reverendo Manuel Rodrigues Gameiro  
Secretário: José Pereira (não podia cumprir, por doença e foi nomeado outro Secretário – o Ver. Coadjutor: Padre Francisco de Oliveira, a 16.11.1902)  
Vogal: José Francisco  
Tesoureiro: António Domingues  
Vogal: José Duarte  
Vogal substituto: Joaquim Batista (passou a efetivo a partir de 12.07.1902, por impedimento de um dos efetivos)



**1902-1905**

Presidente: Reverendo Francisco de Oliveira (por ausência do Pároco)

Secretário: José Francisco (nomeado a 08.01.1903, porque José Pereira não podia cumprir, por doença)

Vogal: Joaquim Batista

Vogal: José Duarte

Vogal substituto: Luís Francisco Crespo

**1905-1907**

Presidente: Reverendo Francisco de Oliveira

Secretário: José Duarte

Vogal: José Jorge

Vogal: Luís Francisco Crespo

**1907**

Presidente: Reverendo Francisco de Oliveira

Secretário: Luís Francisco Crespo (a partir de 01.04.1907)

Vogal: José Jorge

Vogal: José Rodrigues Sobreira (o mais votado, em substituição de Manuel da Silva Pereira, a partir de 09.04.1907)

**1907 (15.05.1907)**

Presidente: Reverendo Francisco de Oliveira

Secretário: Luís Francisco Crespo (em vez de Manuel da Silva Pereira, porque este foi nomeado Juiz para o Julgado do Souto da Carpalhosa)

Vogal: José Jorge

**1907 (01.06.1907)**

Presidente: Reverendo Francisco de Oliveira

Secretário: Luís Francisco Crespo

Vogal: José Jorge

Vogal substituto: José Rodrigues Sobreira

**1907 (06.07.1907)**

Presidente: Reverendo Jacinto António Lopes

Secretário: Luís Francisco Crespo

Vogal: José Jorge

Vogal substituto: José Rodrigues Sobreira

**1908**

Presidente: Reverendo Jacinto António Lopes

Secretário: José da Silva

Vogal: Luís Francisco Crespo (a 30.06.1908 era Secretário)

Vogal: José Jorge da Silva

Vogal: José Rodrigues Sobreira  
Vogal: José Duarte (surgiu na ata de 24.02.1908)  
Regedor: José Pereira

**1908**

Presidente: Reverendo Manuel Ferreira Geraldo (passou a Vice-Presidente a 05.07.1908)  
Vogal: Luís Francisco Crespo (a partir de 30.06.1908)  
Vogal: José Jorge da Silva  
Vogal: José Rodrigues Sobreira

**1909**

Presidente: Reverendo Jacinto António Lopes  
Vogal: Luís Francisco Crespo  
Vogal: José Jorge da Silva  
Vogal: Manuel Gomes

**1910-1913**

Presidente: Domingos da Costa e Sousa  
Secretário: Manuel Pereira Damásio  
Tesoureiro: Manuel Pereira Rodrigues  
Vogal: Domingos da Silva Crespo  
Vogal: José Duarte  
Regedor: José da Silva Crespo

**1914**

Presidente: António Ferreira Moteiro  
Secretário: José Rodrigues Sobreira  
Tesoureiro: José Jorge da Silva  
Vogal: Luís Alves  
Vogal: José Pereira da Relva

**1915 (por uma sessão)**

Presidente: José António  
Vice-Presidente: Manuel Jorge da Silva  
Vogal: Manuel Jorge  
Vogal: Manuel da Silva bento  
Vogal: Joaquim Jacinto Domingues  
Regedor: Adriano Carlos de Carvalho

#### **JUNTA DE FREGUESIA DO SOUTO DA CARPALHOSA**

(a partir de 1917)

##### **1914-1917**

Presidente: António Ferreira Moteiro

Vice-presidente: Luís Alves

Secretário: José Rodrigues Sobreira

Tesoureiro: José Jorge da Silva

Vogal: José Pereira da Relva

##### **1918**

Presidente: Manuel da Silva Pereira

Vice-presidente: José Jorge da Silva

Secretário: José Rodrigues Sobreira

Tesoureiro: Luís Alves

Vogal: José Pereira da Relva

##### **1919**

Presidente: Domingos da Costa e Sousa

Secretário: Manuel Duarte Coteiro Júnior

Vogal: José da Silva Crespo

##### **1919-1922**

Presidente: Manuel da Silva Pereira

Vice-Presidente: Luís Alves

Vogal: José Rodrigues Sobreira

Vogal: José Jorge da Silva

Vogal: José Pereira da Relva

##### **1923-1925**

Presidente: Manuel da Silva Pereira

Vice-Presidente: Manuel Pereira Rodrigues

Secretário: José Pereira da Relva

Tesoureiro: António Jorge

Vogal: José Jorge da Silva

##### **1926**

Presidente: Manuel Pereira Rodrigues

Vice-Presidente: Joaquim Francisco Ascenso

Secretário: Joaquim da Costa Pereira

Tesoureiro: Joaquim Domingues Heleno

Vogal: Manuel Duarte da Silva

**1926-1932**

Presidente: José Rodrigues Sobreira

Secretário: Manuel Duarte da Silva

Tesoureiro: Luís Braz

Vogal substituto: Domingos Ferreira Moteiro

Vogal substituto: Manuel Pereira da Silva

Vogal substituto: Luís da Silva Bento

Regedor: José Jorge da Silva

**1932 (demitiram-se a 14.02.1932, mas continuaram em funções até 28.07.1932)**

Presidente: José Rodrigues Sobreira

Secretário: Manuel Duarte da Silva

Tesoureiro: Domingos Pereira Moteiro (porque Luís Braz não podia assistir, por doença)

**1932-1937**

Presidente: José Francisco Graveto

Secretário: Manuel Ferreira Duarte

Tesoureiro: Manuel Rodrigues Sobreira

**1938-1941**

Presidente: Luís José Alves de Matos

Secretário: Joaquim de Sousa

Tesoureiro: Gastão Aires Neves

Vogal substituto: José Mendes

Vogal substituto: Manuel de Oliveira

Vogal substituto: António Jorge

**1942-1945**

Presidente: Joaquim de Sousa (da Ortigosa)

Secretário: Bento Ferreira Moteiro (da Ortigosa)

Tesoureiro: Joaquim de Sousa Santos (da Moita da Roda)

Vogal substituto: Augusto dos Santos (das Várzeas)

Vogal substituto: Manuel Francisco (do Vale da Pedra)

Vogal substituto: Manuel da Silva Bento (dos Conqueiros)

**1946-1950**

Presidente: José Francisco Graveto (da Carreira)

Secretário: Manuel Rodrigues Sobreira (de Ribadaves)

Tesoureiro: Manuel Ferreira Duarte (da Carpalhosa)

Vogal substituto: Joaquim Francisco Rainho (de Ribadaves)

Vogal substituto: Manuel Francisco (do Vale da Pedra)

Vogal substituto: Manuel Lopes (da Arroteia)

**1951-1954**

Presidente: José Francisco Graveto  
Secretário: Manuel Rodrigues Sobreira  
Tesoureiro: Manuel Ferreira Duarte  
Vogal substituto: Manuel Francisco  
Vogal substituto: Joaquim Crespo Heleno  
Vogal substituto: Joaquim Francisco Carnide

**1955-1959**

Presidente: Joaquim dos Santos Cardoso (da sede da freguesia)  
Secretário: Manuel Gaspar (de Ruivaqueira)  
Tesoureiro: Joaquim dos Santos Maruço (da Carreira)  
Vogal substituto: José Domingues Heleno  
Vogal substituto: Luís da Silva Ginja  
Vogal substituto: Manuel Cordeiro

**1960-1962**

Presidente: Joaquim dos Santos Cardoso  
Secretário: Manuel Gaspar (perdeu o mandato, com a criação da freguesia da Ortigosa, a partir de 27.11.1962)  
Tesoureiro: Joaquim dos Santos Maruço  
Vogal substituto: José Domingues Heleno  
Vogal substituto: Luís da Silva Ginja  
Vogal substituto: Manuel Cordeiro

**1962-1963**

Presidente: Joaquim dos Santos Cardoso  
Secretário: José Domingues Heleno  
Tesoureiro: Joaquim dos Santos Maruço  
Vogal substituto: Luís da Silva Ginja  
Vogal substituto: Manuel Cordeiro

**1964-1971**

Presidente: Joaquim dos Santos Cardoso  
Secretário: Serafim dos Santos  
Tesoureiro: António Pereira Gordo

**1971**

Presidente: Serafim dos Santos  
Secretário: António Pereira Gordo  
Tesoureiro: Manuel Cordeiro

**1972-1975**

Presidente: Manuel Gil

Secretário: Joaquim Domingues  
Tesoureiro: Manuel Pereira da Silva

**1975-1976**

Presidente: Álvaro de Jesus Rainho  
Secretário: Fernando Dinis Pedro  
Tesoureiro: Joaquim Domingues Fragoso  
1.º Suplente: José da Silva Caetano  
2.º Suplente: Amílcar Pereira Domingues  
3.º Suplente: Manuel Lopes da Figueira

**1977-1980**

Presidente: Jaime de Melo Ferrão (do Vale da Pedra)  
Secretário: Armando Brites Ferreira (das Várzeas)  
Tesoureiro: Manuel Duarte Francisco (da Moita da Roda)

**1981-1982**

Presidente: Jaime de Melo Ferrão  
Secretário: Maximiano Elípio de Carvalho  
Tesoureiro: Luís da Silva Ginja

**1983-1985**

Presidente: Jaime de Melo Ferrão  
Secretário: Joaquim da Fonseca Coelho  
Tesoureiro: Amílcar Pereira Domingues

**1986-1989**

Presidente: Jaime de Melo Ferrão  
Secretário: Celestino Gonçalves dos Reis  
Tesoureiro: Luís da Silva Ginja

**1990-1993**

Presidente: Armindo Vieira da Silva Bento  
Secretário: Luís da Silva Ginja  
Tesoureiro: José da Silva Caetano

**1994-1997**

Presidente: Armindo Vieira da Silva Bento  
Secretário: José da Silva Caetano  
Tesoureiro: Armando da Silva Gaspar

**1998-2001**

Presidente: Armando da Silva Gaspar  
Secretário: Artur Lopes  
Tesoureiro: Rui José Crespo dos Santos

**2001-2004**

Presidente: Susana de Jesus Silva  
Secretário: Joaquim da Fonseca Coelho  
Tesoureiro: José Carlos Morgado Lopes Gomes

**2005-2009**

Presidente: José Carlos Morgado Lopes Gomes  
Secretário: Guilherme Gaspar Pereira Domingues  
Tesoureiro: Jorge Pereira Rodrigues

**2009-2013**

Presidente: José Carlos Morgado Lopes Gomes  
Secretário: Guilherme Gaspar Pereira Domingues  
Tesoureiro: Eulália Rodrigues Crespo Duarte

O presente texto encontra-se redigido de acordo com a nova ortografia, não por opção da autora mas por opção editorial.



**Os autores**

**Índice**





## OS AUTORES

**ÂNGELA DUARTE** é natural do Souto da Carpalhosa. Licenciada em Comunicação Social e Educação Multimédia, possui ainda mestrado em Ciências da Comunicação, na variante de Comunicação Estratégica, onde desenvolveu dissertação sobre a atividade de lóbi em Portugal. É Técnica de Comunicação Social da Junta de Freguesia de Souto da Carpalhosa, onde edita o mensário local *Notícias da Freguesia – Souto da Carpalhosa*. Foi *account* numa agência de consultoria em comunicação e fez jornalismo político num diário nacional.

**ANTÓNIO GINJA** participou em intervenções arqueológicas desde 1998, licenciando-se em Arqueologia e História em 2008, pela Universidade de Coimbra. Integra desde então a direção da empresa MUNIS – Trabalhos de Arqueologia, onde tem dirigido múltiplas intervenções arqueológicas. Entre as intervenções em que participou destacam-se as reabilitações dos Monumentos Nacionais Mosteiro de Nossa Senhora de Semide (Miranda do Corvo), Convento de São Francisco da Ponte, Sé Velha, Colégio da Santíssima Trindade (Coimbra) e Museu de Lamego, e do Monumento Património da Humanidade Fuente Grande de Ocaña (Castilla-La Mancha, Espanha). É, desde 2012, codiretor do projeto arqueológico 'Monografia do Souto da Carpalhosa', desenvolvido sob alçada do Plano Nacional de Trabalhos Arqueológicos.

**JOSÉ BAPTISTA** é natural de Vales, freguesia de Espite, concelho de Ourém. Entrou no Seminário Diocesano de Leiria em 1982 terminando o curso em 1993, e foi ordenado sacerdote em 1994. No seu percurso enquanto eclesiástico assume a paroquialidade do Souto da Carpalhosa, em setembro de 2007, função que, atualmente, acumula com as de Vigário da Vigararia de Monte Real e de Assistente do Movimento da Família do Sacerdote.

**JOSÉ CARLOS MARQUES** é sociólogo, Professor Adjunto da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Leiria e investigador do Centro de Investigação Identidade(s) e Diversidade(s) (CIID) do IPL e do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES). Os seus interesses de investigação têm incidido sobre as migrações internacionais, políticas migratórias, fluxos migratórios portugueses e a integração dos imigrantes na sociedade portuguesa. Partici-

pou em vários projetos nacionais e internacionais sobre estas temáticas, tendo publicado os resultados em diferentes artigos e livros.

**MARIA DA LUZ MOREIRA** é natural da Batalha. É licenciada em História e Mestre em História Regional e Local (com especialização em Património e Áreas Regionais Portuguesas). Possui dois cursos de formação em Ciências da Educação e está a frequentar uma licenciatura em Ciências da Informação e Documentação. Viveu e estudou em Portugal e na África do Sul e desempenha funções docentes em vários graus de ensino há 24 anos. Trabalhou, em simultâneo com o ensino, ao nível autárquico (cultura, juventude e assessoria), associativo, cultural, na comunicação social e numa editora e sempre fez voluntariado. Tem-se também dedicado à investigação e à escrita no âmbito da História Local.

**MÓNICA GINJA** licencia-se em História, variante de Arqueologia, pela Universidade de Coimbra, em 1996. Tendo iniciado a sua atividade profissional no Museu Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, integrou posteriormente a direção da empresa MUNIS – Trabalhos de Arqueologia, onde tem dirigido múltiplas intervenções arqueológicas. Entre as intervenções em que participou destacam-se as reabilitações dos Monumentos Nacionais Mosteiro de Semide (Miranda do Corvo), Recolhimento de Santa Bárbara (Ponta Delgada), Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, Convento de São Francisco da Ponte e Colégio da Santíssima Trindade (Coimbra). É, desde 2012, codiretora do projeto arqueológico ‘Monografia do Souto da Carpalhosa’, desenvolvido sob alçada do Plano Nacional de Trabalhos Arqueológicos.

**ORLANDO CARDOSO** é natural do Souto da Carpalhosa e licenciado em História pela Universidade de Coimbra. Professor aposentado, dedica-se à atividade literária e jornalística. Tem 14 obras publicadas, algumas em colaboração, abrangendo áreas tão diferentes como a poesia, a ficção, o ensaio, infantojuvenis e roteiros de viagens. Viu premiados os seus livros *Trinta Dias em Maio* (Prémio de Poesia Ary dos Santos), *As Uvas de Laberia Gala* (Prémio de Poesia do IPL) e Prémio de Conto *600 anos dos Bombeiros Portugueses*.

**RICARDO VIEIRA** é antropólogo, Professor Coordenador Principal (full professor) da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Leiria e investigador do Centro de Investigação Identidade(s) e Diversidade(s) (CIID) do mesmo Instituto. A sua investigação tem incidido sobre multiculturalidade e educação intercultural e sobre etnografia, histórias de vida e identidades. É autor e coautor de diversos livros e artigos publicados em revistas nacionais e estrangeiras.

**SAUL ANTÓNIO GOMES** é docente do Departamento de História, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Tem vindo a investigar temáticas pluridisciplinares relacionadas com a história medieval e moderna de Portugal, com estudos dedicados aos Mosteiros de Santa Cruz de Coimbra, da Batalha, de Alcobaça, de Cós e de S. Francisco de Leiria, entre outros, desenvolvendo também

uma extensa investigação no campo da história local e regional da Alta Estremadura. Da sua obra destaca os livros: *O Mosteiro de Santa Maria da Vitória no Século XV* (1990), *Introdução à História do Castelo de Leiria* (2004), *Imago & Auctoritas. Selos Medievais da Chancelaria do Mosteiro de Alcobaça* (2008), *Notícias e Memórias Paroquiais Setecentistas. 8. Leiria*, (2009), *D. Afonso V, o Africano* (2009), *Pombal Medieval e Quinhentista. Documentos da sua História* (2010) e *Reguengo do Fetal (Batalha). Documentos Históricos* (2012).

**TÂNIA SILVA** é licenciada em serviço social pelo Instituto Politécnico de Leiria (IPL). Foi bolseira de investigação no Centro de Investigação Identidade(s) e Diversidade(s) (CIID) do IPL entre 2009 e 2011 e, desde então, tem colaborado em trabalhos científicos nas áreas da mediação escolar, do serviço social, da pobreza e exclusão sociais e da migração. É assistente convidada da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais (ESECS) do IPL, na licenciatura em serviço social.

# ÍNDICE

## **PALAVRAS DE ABERTURA**

Palavras de abertura	7
Apresentação da obra	13

<b>SOUTO DA CARPALHOSA EM IMAGENS</b>	17
---------------------------------------	----

## **SOUTO: SUBSÍDIOS ARQUEOLÓGICOS**

<b>Souto: Subsídios Arqueológicos</b>	51
1. Ecos da pré-história	52
2. Sítios com nome	54
3. Pedras que falam	62
4. A casa tradicional	66
5. Uma necrópole no adro	70
6. Economia local	77
7. O silêncio dos tempos	90
Bibliografia	93

## **SOUTO DA CARPALHOSA DAS ORIGENS MEDIEVAIS AO SÉCULO XVIII**

<b>Souto da Carpalhosa das origens medievais ao Século XVIII</b>	97
Apêndice documental	120

<b>SOUTO DA CARPALHOSA NOS SÉCULOS XIX E XX</b>	187
---	-----

<b>Portugal contemporâneo conflitos e desenvolvimento</b>	189
---	-----

<b>Contributo para a História da Junta de Paróquia e</b>	
--	--

<b>da Junta de Freguesia do Souto da Carpalhosa nos séculos XIX e XX</b>	193
--	-----

O Souto da Carpalhosa no Século XIX	194
Em busca de fronteiras	194
O quotidiano lavrado nas atas da Junta do século XIX	196
Junta de Paróquia preocupada com o dinheiro a juro	197
Ensino primário constitui preocupação	199
Novo destaque para a instrução e para as obras	200
Derrama continuava a ser aplicada	203
Obras continuam e populações recusam deixar a freguesia	203
Novos assuntos: a instrução e a cólera	205
Reforma e a instabilidade Administrativa	207
E de novo a instrução	208
Os cemitérios da freguesia	209
Renovação com a morte do Pároco	209
Contratação de apoios e renovação do Arquivo	210
Mais obras e renovação com o novo pároco	211
Um novo Pároco	213
Mais preocupações sociais	214
Mais obras na Igreja Paroquial	214
Nova Reforma Administrativa reflete-se no Souto	215
A torre da Igreja já recebia intervenção	217
Civil ou religioso?	217

Igreja continuava a necessitar de obras	218
Preocupações com o foro público	219
Um levantamento da população	222
Câmara continua a consultar a Junta	223
Igreja perde verbas para a educação	224
Delimitação da propriedade paroquial	225
Junta não recenseou meninas nem destinou verbas à educação	227
Da gestão da Junta	227
Portal da Igreja tinha sido destruído por um raio	228
Comuns atos de gerência	229
O horário escolar e a edificação de uma escola	229
Preocupações cívicas: feiras e outros assuntos	231
Junta recenseia população	232
Cada vez mais preocupações de caráter cívil	234
Junta lança contribuição para mais obras na igreja	234
Cada vez mais dificuldades financeiras	235
Serviço em prol da população	235
Legislação Régia deixa transparecer questões políticas	236
Novos benefícios a favor da Igreja, que estava arruinada	238
Pároco volta a presidir à Junta	240
Novo pároco e mais dificuldades financeiras	240
Igreja recebeu novo altar	242
<b>O quotidiano lavrado nas atas da Junta do século XX</b>	243
Um executivo sem orçamento	243
Restituição de espaços públicos	243
Questões de gerência	244
Junta trata de cemitério novo	245
Uma Comissão Paroquial e as medidas de um cemitério	248
Uma nova Sala de Sessões da Junta	251
A República e as preocupações sociais e cívicas	253
Benefícios públicos	255
Junta questionada e coexistência de dois executivos	256
Professor insulta padres da freguesia	256
Em prol dos povos e pela instrução feminina	257
Surge a Freguesia, sucedem-se os executivos e morre o Chefe de Estado	258
Obrigações políticas e cívicas do executivo	259
Nova Junta sem tomada de posse e sem arquivo	260
Junta procura nova sede	261
Junta passou a reunir na Ortigosa	262
Junta envolveu-se em demarcação de fronteiras	263
Novas posturas, nova Comissão e mais demarcações	265
Parte do arquivo da Junta estava desaparecido	267
Junta passou a ter mais dinheiro e sucedem-se as iniciativas	267
Continua o trabalho de melhoramentos em prol dos fregueses	271
A necessidade de uma sede	275
Um novo cemitério na Ortigosa	277



Nova campanha de obras e melhoramentos	278
Abuso ao interesse público e um novo cemitério	279
Descontentes protestam	282
Melhor aproveitamento da Pedreira de Ribadaves	284
Falta de higiene e de uma sede	287
Charneca do Nicho passa a regime florestal	289
Junta pretende vender baldios para fazer obras	292
A Carreira necessitava de um cemitério	293
Pedreira de Ribadaves necessitava de delimitação	294
Ortigosa era uma freguesia possível	296
Por fim, uma sede!	297
Continuava o processo para criar a freguesia da Ortigosa	298
Sede estava a ficar concluída	300
Ortigosa nasce como freguesia	303
Criação de posto materno-infantil e apoio das populações	310
Papa Paulo VI passou na freguesia	312
Problemas com abastecimento de água e cemitério	315
Eletrificação da freguesia trouxe Ministro do Interior	315
O 25 de abril de 1974	316
Nasce um Posto Médico	317
Desanexação de mais uma freguesia	318
Mais uma freguesia no Vale da Pedra?	321
<b>Cronologia de executivos</b>	324

## **ASPETOS ETNOGRÁFICOS DO SOUTO DA CARPALHOSA**

Aspetos etnográficos do Souto da Carpalhosa	339
<b>1. Sociedade e Economia</b>	342
Dinâmica do Território	342
Da indústria e da agricultura	352
Minérios e atividade mineira	352
Do ocre	354
Do vinho	355
Do milho	362
Do azeite	365
Da resina	368
Da madeira	369
Retratos de vida	372
Da divisão social do trabalho	372
A aprendizagem para o mundo do trabalho	374
O trabalho à jorna	374
Sociabilidades, namoro e casamento	376
A escola: entre o desejo de aprender e a impossibilidade de a frequentar	377
A Família Alves de Matos	378
A família Ginja	379
Frei Mateus Marta do Souto	380
Luzia da Silva Crespo	381

<b>2. Educação e cultura</b>	<b>382</b>
Do associativismo	382
Dos jornais Souto e Notícias da Freguesia	382
Escolarização	384
Feiras, mercados e sociabilidades	386
Os ranchos folclóricos	387
Banda Filarmónica	397
Alguns usos e costumes tradicionais	398
O casamento	398
Festas e romarias	398
Jogos e brincadeiras	399
Pedir pelas Almas	401
O bolinho	402
Algumas memórias patrimonializadas	402
Fontes e bibliografia	406
 <b>A PARÓQUIA DO SOUTO DA CARPALHOSA NO SÉCULO XX</b>	
A paróquia do Souto da Carpalhosa no século XX	409
<b>As pessoas</b>	<b>410</b>
Pe. Jacinto António Lopes	410
Pe. Manuel Ferreira Geraldo	413
Pe. Manuel Pereira Patrão	416
Pe. Abel José da Silva Santos	416
Pe. António Paulo da Costa Madureira	417
Pe. Cristiano João Rodrigues Saraiva	417
Pe. Francisco José dos Santos Pereira	418
Pe. José Lopes Batista	418
As estatísticas dos Registos paroquiais dos últimos 102 anos	420
<b>As igrejas</b>	<b>422</b>
Do Souto	423
Arroteia	424
S. Miguel	425
Chã da Laranjeira	425
Conqueiros	426
Várzeas	426
Vale da Pedra	427
Moita da Roda	427
Picoto	428
Capela de Nossa Senhora da Boa Morte	428
 <b>INVENTÁRIO DAS CAPELAS DA PARÓQUIA: 1911-1945</b>	<b>431</b>
 <b>OS AUTORES</b>	<b>471</b>
 <b>TERRAS DE SOUTO (Poema da autoria do Pe. José Baptista)</b>	<b>475</b>